BOLETIM DO
INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO
NOVA SÉRIE | ANO 2017 | N.º 11

ROTEIROS

As Configurações do Fim – estrutura de fim-de-época e estrutura de fim-de-regime

◆◆◆

Utopia e distopia na épica e lírica camonianas o episódio da 'Ilha dos Amores' e as 'Oitavas a D. António de Noronha', sobre o desconcerto do mundo

◆◆◆

Goa contemporânea e a herança cultural Portuguesa (1961-2017)

◆◆◆

Das explorações africanas ao ultimatum inglês

◆◆◆

Portugal e o futuro

◆◆◆

As Relações Transatlânticas e o Regresso da Geopolítica à Europa

BOLETIM DO
INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO

ROTEIROS

NOVA SÉRIE | ANO 2017 | N.º 11

BOLETIM DO
INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO
ROTEIROS
NOVA SÉRIE | ANO 2017 | N.º 11

Conselho Editorial
Adriano Moreira
Maria Regina de Mongiardim
José Fontes

Director
António Carlos Rebelo Duarte

Editor
José Silva Carreira

Propriedade
Instituto D. João de Castro

Redacção e Administração
Rua D. Francisco de Almeida, 49
1400-117 Lisboa

Contactos
Telefone: 213 032 150
Fax: 213 032 160
e-mail: geral@idjc.pt / site:www.idjc.pt

Execução gráfica
ACD PRINT, S.A
www.acdprint.pt

Depósito Legal
212775/05

Índice

Nota Editorial

Do passado português ao presente do mundo que então ligámos e hoje se prospectiva de problemática complexidade 5

Destaque

As Configurações do Fim – estrutura de fim-de-época e estrutura de fim-de-regime 9
Joaquim Aguiar

A Utopia 73
Adriano Moreira

História

Utopia e distopia na épica e lírica camonianas – o episódio da 'Ilha dos Amores' e as 'Oitavas a D. António de Noronha', sobre o desconcerto do mundo 81
João Abel da Fonseca

Goa contemporânea e a herança cultural Portuguesa (1961-2017) 99
Adelino Rodrigues da Costa

Das explorações africanas ao ultimatum inglês 121
Rui Costa Pinto

Timor 1973/75: recordações de um marinheiro 161
Leiria Pinto

Portugal

Portugal e o futuro 189
Adriano Moreira

Europa

As Relações Transatlânticas e o Regresso da Geopolítica à Europa 195
João Carlos Espada

A Permanente Reinvenção da Europa 203
Eduardo Lopes Rodrigues

África

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável versus Objetivos de Desenvolvimento do Milénio: o caso de África 215
Fátima Moura Roque

CPLP

Os países lusófonos e um mundo de ruturas 227
Adriano Moreira

A CPLP, uma comunidade à procura de um caminho 235
Rebelo Duarte

Segurança e Defesa

A Estratégia Global para a política externa e de segurança da UE. Os desafios da sua implementação 271
Fontes Ramos

Religiões e Ideologias

O Papa Pio XII e a educação da juventude 303
Jerónimo Trigo, CMF

Os Católicos e a Política 327
José Pinto

Do passado português ao presente do mundo que então ligámos e hoje se prospectiva de problemática complexidade

Prossegue-se a actividade editorial do Instituto D. João de Castro com mais esta edição dos "Roteiros", referente ao ano findo, a tradicional publicação do Boletim do nosso Instituto, que acolhe, mas não só, os textos de suporte das conferências que animam as sessões realizadas regularmente na nossa Sede, em regra na derradeira 5ª feira de cada mês, intervenções essas apresentadas pelos nossos convidados, personalidades e figuras destacadas do meio cultural, religioso, académico e empresarial do país.

À semelhança dos anteriores, o presente número abre com um texto muito interessante do legado português pelo mundo globalizado que os seus navegadores criaram, precisamente, sobre a pérola do antigo Estado Português da Índia, ilustrada na sua apresentação sobre a "*Goa contemporânea e a herança cultural portuguesa (1961-2017)*", da autoria de um oficial de Marinha, Comandante Rodrigues da Costa, que já depois de passar à Reserva, ali trabalhou durante dois anos como representante cultural da Fundação Oriente, conferindo um toque de actualidade ao património que foi encontrar e cuidar também, uma romagem histórica que o Prof. Rui Costa Pinto prosseguiu, na senda da mesma epopeia marítima, agora no continente africano, fazendo-nos recuar, com muita clareza, ao passado, também ele épico mas com final vexatório, como foram os episódios "*Das explorações africanas ao ultimato inglês*".

Outros autores prestigiados compõem as colectânea, como é o caso dos professores universitários Lopes Rodrigues que nos trouxe uma visão

animadora com a sua tese "*A permanente reinvenção da Europa*", e João Carlos Espada, que nos alertou para um cenário que não devemos descurar "*As relações transatlânticas e o regresso da velha geopolítica à Europa*".

Esta edição beneficia ainda de outros contributos, igualmente valiosos e variados, abrangendo as memórias de Timor na experiência vivida pelo Alm. Leiria Pinto – "*1973/75. Recordações de um Marinheiro*" –, uma temática, menos dramática e mais histórico-poética, apresentada pelo Dr. João Abel da Fonseca, com a sua "*Utopia e distopia na épica e na lírica camonianas – o episódio da "Ilha dos Amores" e as "Oitavas a D. António de Noronha", sobre o desconcerto do mundo*", pelos vistos uma condição recorrente de incerteza e instabilidade, que o Dr. Joaquim Aguiar aplicou ao caso nacional com "*As Configurações do Fim – estrutura de fim-de-época e estrutura de fim-de-regime*", numa análise política cujo holofote o General Fontes Ramos projectou sobre a fronteira europeia antípoda do Leste, com o seu excelente ensaio sobre "*A postura Estratégica da Rússia Contemporânia*". 2017 encerraria da melhor maneira com a evocação de um Papa romano com um histórico relevante em prol da educação da juventude, Pio XII, cuja vida atravessou dois períodos negros da história europeia e vindo a falecer já em plena reconstrução, em 09 de Outubro de 1958, numa comunicação do Padre e Prof. Dr. Jerónimo Trigo CMF, bem espelhada no respectivo título: "*O Papa Pio XII e a educação da juventude*". O início da fase de impressão ainda permitiu acolher mais um dos excelentes trabalhos do Prof. José Filipe Pinto, por ocasião da sua intervenção baseada numa temática de clara oportunidade – "*Os católicos e a Política*" –, nas Jornadas de Actualização do Clero das Dioceses a Sul do Tejo, no Instituto Superior de Teologia de Évora, realizadas no final de Janeiro de 2018.

Esta é uma breve súmula dos conteúdos, ricos como os valoramos e esperamos que os leitores dos "Roteiros" comunguem desta nossa avaliação, afinal o propósito que anima a regular edição do nosso Boletim.

O Instituto D. João de Castro e a sua Direcção estão imensamente gratos a todos os que nos vêm ajudando, como é o caso do elenco de personalidades mencionadas, a manter de pé um projecto simples: um centro de convívio e debate de temas que importando ao presente, abrem frestas observantes do presente e futuro da "casa comum dos homens", no dizer do Prof. Adriano Moreira, como o ilustram conflitos de ordem regional, com um incerto potencial de alastramento passíveis de deflagração em lugares que vão da península da Coreia (com a incógnita atómica), ao golfo Pérsico (uma guerra central entre sunitas e xiitas), passando pela Europa, caso os velhos ódios na Ucrânia venham a ser alimentados por novas armas, inequí-

vocos desafios à paz e que certamente recomendarão lúcidos e serenos chamamentos à razão estratégico-económica.

O presidente Donald Trump, ao induzir uma alteração do clima menos crispado da anterior ordem internacional, deixou à vista o que se poderá prospectivar como elementos estruturais, já visíveis em 2017 e que começarão a formatar a nova ordem ao longo de 2018 e anos seguintes.

Em primeiro lugar, o regresso do sistema internacional à "normalidade anárquica", defendida por Kenneth Waltz[1], uma vez que os EUA vêm dando mostras de deixar de usar o seu poder no exterior em defesa das regras do jogo, apenas fazendo-o quando existir uma ameaça séria e clara à sua segurança, prenunciando, igualmente, que poderá prescindir dos grandes pilares multilaterais (instituições universalistas, organizações de integração regional e acordos de comércio livre) em que assenta a ordem internacional.

Depois, a reemergência de ambientes mais hobbesianos ("*estado-natureza*") e cada vez menos kantianos ("*amanhãs que cantam*"), propícios ao proliferar de crises, conflitos e guerras em várias partes do mundo, acicatadas pela anunciada estratégia americana de competição com os "rivais" russos e chineses (segundo a nova Estratégia de Segurança Nacional, DEZ2017).

E como se isso não bastasse, menciona-se ainda o turbilhão de instabilidade a nível regional, nomeadamente no M-O, com o duplo pano de fundo da disputa sunismo-xiismo e conflito israelo-palestiniano, e na Ásia, com a questão nuclear da Coreia do Norte.

Em resumo, perspectiva-se o regresso em força de uma espécie de ordem soberana de tipo westfaliana, obediente ao princípio da preponderância do Estado nacional – sem igual no domínio interno e superior na esfera internacional –, com o consequente reforço das capacidades militares e inerente corrida aos armamentos, o que, conjecturavelmente, não augurará nada de pacificamente positivo.

Com mais ou menos turbulência no plano internacional, resta-nos a aspiração de continuar a contar com a vossa prestimosa colaboração, essencial para a oxigenação do nosso devir institucional. Esse é o sinal que pretendemos dar com esta nova edição dos "Roteiros", na esperança que seja apreciado por todos os nossos amigos, conferencistas e associados, afinal o fundamental *leit-motif* do nosso labor e iniciativa.

Restelo, 9 de Janeiro de 2018

A Direcção do IDJC

[1] De acordo com a tese defendida no seu livro "*Theory of International Politics*" (1979);


Justitia et pax osculatae sunt

As Configurações do Fim – estrutura de fim-de-época e estrutura de fim-de-regime[1]

Dr. Joaquim Aguiar[2]

Foi em Outubro de 2010 que apresentei no Instituto Dom João de Castro o tema "A estrutura de fim-de-época: a crise do Ocidente". Não sei qual foi o grau de aceitação dos argumentos que então apresentei, mas, passados sete anos, posso dizer que, se tivesse de tratar agora o mesmo tema, voltaria a usar os mesmos argumentos. E a actualização dos indicadores, que a passagem do tempo permitiu fazer, apenas veio confirmar que as tendências então identificadas se concretizaram. Na perspectiva oferecida pelos acontecimentos conhecidos em 2017, a crise do Ocidente como estrutura de fim-de-época aparece como uma evidência. Mas o ponto a sublinhar nesta evidência não é a confirmação de uma análise feita muito tempo antes, mas sim o facto de os sinais que anunciavam esta possibilidade estarem há muito disponíveis sem que isso tenha chamado a atenção para a necessidade de medidas correctivas.

Recordar essa intervenção, feita aqui em Outubro de 2010, permite esclarecer que a "estrutura de fim-de-época" não deve ser vista como a profecia do fim de uma época, com uma data bem definida para a concretização desse corte na tendência normal de evolução, mas apenas como a identificação dos critérios que estabelecem a "potencialidade do fim-de-

[1] Texto-suporte da Conferência realizada no Instituto Dom João de Castro, em 13 de Julho de 2017.

[2] Administrador de José de Mello, SGPS; Professor convidado da Universidade Católica Portuguesa; Analista político de canais da TV portuguesa.

-época". A "estrutura de fim-de-época" é um sinal de aviso deduzido por análise, mas é do que for feito com esse aviso que depende a passagem da possibilidade para a potencialidade e, finalmente, para a concretização.

1. *A estrutura de fim-de-época*

A crise do Ocidente aparece nos indicadores económicos e sociais desde o início da primeira década do século XXI, quando se revela a redução do dinamismo expansionista do espaço geográfico euro-americano, em comparação com o que é a tendência consolidada de expansão dos espaços geográficos da Ásia Oriental.

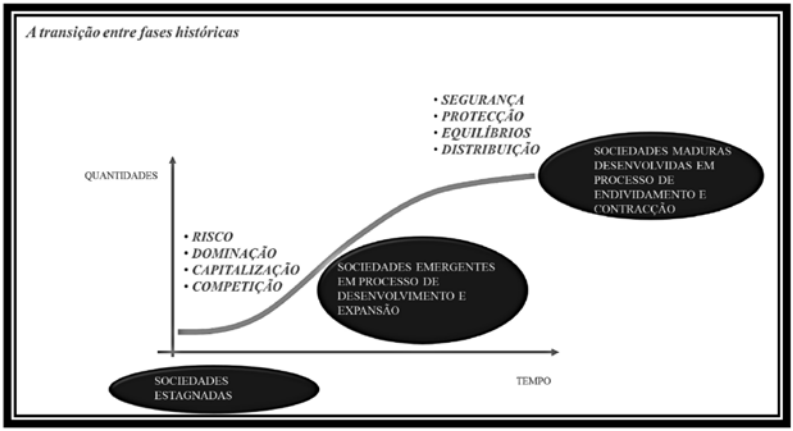
A época que se inaugurou com a desagregação dos impérios europeus e com a afirmação da liderança dos Estados Unidos da América após a Segunda Guerra Mundial (que ainda foi um conflito centrado na construção de impérios) encontra o sinal de aviso do seu fim quando os Estados Unidos, pólo hegemónico e regulador central desta estrutura de ordem mundial, mostram sinais de preferência isolacionista das suas bases sociais e eleitorais, que os dirigentes políticos têm de acompanhar para terem acesso aos lugares do poder (já com Barack Obama e, sobretudo, com Donald Trump).

O que estes indicadores do início da primeira década do século XXI revelavam é que se tinha entrado num processo de transição na estrutura de ordem mundial, porque a divergência entre áreas em expansão e áreas em contracção não se poderá manter por muito tempo sem provocar mudanças nessa estrutura de ordem. Contudo, isso não tem de implicar o fim de uma época, tudo dependerá da capacidade de ajustamento e de regeneração das instituições e dos dispositivos de regulação que configuram o padrão de ordem mundial estabelecido e que caracteriza a identidade dessa época.

O que estava em desenvolvimento no início da primeira década do século XXI era o fim da fase histórica que tinha sido caracterizada pela expansão das áreas de influência de Estados nacionais e das entidades económicas e culturais que mantinham uma referência estratégica e emocional à sua origem nacional. O fim dessa fase histórica abria a transição para o que poderá ser uma nova fase histórica, em que os Estados nacionais perdem autonomia estratégica (presos nos seus desequilíbrios internos e nas preferências dos eleitorados nacionais quando as sociedades desenvolvidas perdem vitalidade interna), sendo os processos de expansão impulsionados e conduzidos por entidades e agentes supranacionais que operam em

espaços globais e não se subordinam ao comando estratégico dos Estados nacionais.

A transição entre fases históricas, que resulta da tensão entre sociedades desenvolvidas em contracção e sociedades emergentes em expansão, pode ser avaliada em função do gráfico seguinte, onde a curva da evolução no tempo indica a passagem da fase de expansão ou de rendimentos crescentes (.cada unidade de investimento gera mais dividendos do que a mesma unidade de investimento no período anterior) para a fase de estagnação ou de contracção (cada unidade de investimento gera dividendos que são iguais ou menores do que a mesma unidade de investimento no período anterior).



As sociedades estagnadas ainda não entraram na dinâmica da modernização, não têm acesso à curva dos rendimentos crescentes, limitam-se a reproduzir as suas estruturas e relações tradicionais. As sociedades emergentes são as que beneficiam com a fase de rendimentos crescentes, que lhes oferecem a oportunidade de entrarem num processo cumulativo de modernização. As sociedades maduras desenvolvidas, que já foram sociedades emergentes, perderam as propriedades dos rendimentos crescentes e têm de se ajustar à sua perda de vitalidade, seja através do endividamento (um expediente temporário, enquanto procuram recuperar as condições dos rendimentos crescentes), seja através da contracção das suas actividades ou dos seus níveis de rendimentos.

Quando se consideram os indicadores, o que desencadeia a transição é a expansão e o desenvolvimento de uns e a contracção e o endividamento de outros. No entanto, na base desses indicadores está uma mudança de

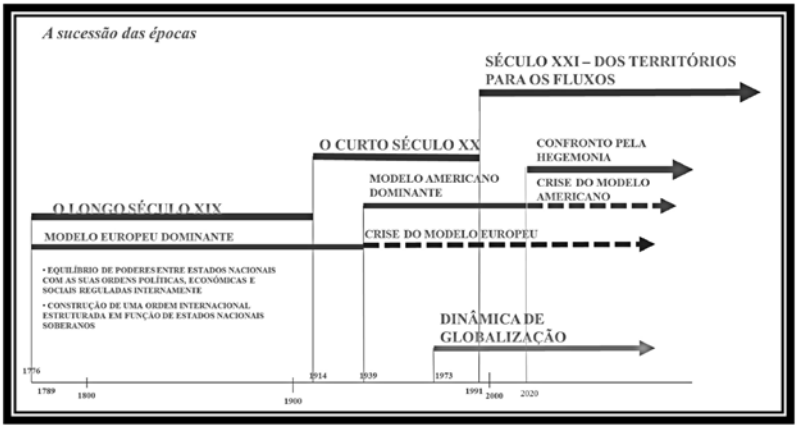
valores e de comportamentos a que corresponde a diferenciação dos graus de vitalidade das sociedades que são comparadas.

As sociedades emergentes apresentam agora padrões de motivação que já caracterizaram as sociedades hoje desenvolvidas quando estavam numa fase anterior da sua evolução: assumem o risco, têm objectivos de dominação, têm preferência social pela poupança e pelo investimento dentro de uma estratégia de capitalização e valorizam a competição. As sociedades hoje desenvolvidas perderam potencial de crescimento porque evoluíram para comportamentos que preferem a segurança e que dependem dos serviços e dos dispositivos de protecção instalados na sociedade, favorecendo os equilíbrios que evitam a conflitualidade e dão mais valor a políticas de distribuição do que a estratégias de capitalização. Exteriores a estas relações estão as sociedades estagnadas, que não evoluem porque se limitam a reproduzir a sua estrutura social tradicional a um nível próximo da subsistência – e não poderão escapar desse estado bloqueado sem um impulso externo.

Se a transição de fases históricas de expansão para fases históricas de contracção não têm de implicar a mudança de época, ela terá consequências incontroláveis quando ocorre no mesmo período em que se forma uma estrutura de fim-de-época.

Séculos longos, curtos e épocas históricas

É o que se pode analisar a partir do quadro seguinte, onde se regista a sucessão de épocas desde o século XIX, no seu sentido alargado de "longo século XIX".



Do ponto de vista das configurações políticas, o século XIX começa com a independência dos Estados Unidos da América (1776) e com a Revolução Francesa (1789), pelas mesmas razões que se pode dizer que o século XVIII começa com o Tratado de Westphalia (1648) que estabelece as condições da soberania nacional no quadro do Estado nacional que se autonomiza das entidades religiosas. As épocas históricas não obedecem a uma cronologia de calendário, a sua identidade é estabelecida pelas condições estratégicas e pelos sistemas de instituições que formulam e regulam as decisões. É neste sentido que se pode dizer que a avaliação das transições entre fases históricas, função da relação entre sociedades em expansão e sociedades em contracção, tem de ser feita através do enquadramento da época em que essas transições ocorrem: elas podem ser as manifestações da evolução normal de uma época, mas também podem ser a manifestação de desequilíbrios e de conflitos cuja resolução vai implicar a formação de uma crise cuja resolução será encontrada numa mudança de época.

O "longo século XIX" foi a época de afirmação do modelo europeu como tradução dos dispositivos abertos pelo Tratado de Westphalia: um sistema de equilíbrio de poderes que era estabelecido entre Estados nacionais, com as suas ordens políticas, económicas e sociais reguladas internamente, sem obediência a ordens religiosas e sem interferências externas, o que permitia estruturar uma ordem mundial de Estados nacionais soberanos, responsáveis pela gestão da sua moeda e da sua balança de pagamentos, elementos centrais para a sua regulação económica, sem que qualquer Estado pudesse transmitir para outros as consequências dos desequilíbrios que acumulasse no seu interior.

Foi neste sistema de relações que se expandiu o império britânico, que se revelou a "Grande Divergência" de Inglaterra em relação à China (com indicadores económicos idênticos na passagem do século XVIII para o século XIX, passaram a ter trajectórias divergentes com a Revolução Industrial, até que a China ficou subordinada ao poder imperial britânico). Mas também foi neste padrão de ordem mundial que a competição pela construção de impérios vai desencadear as duas guerras europeias-mundiais que irão marcar a primeira metade do século XX. Se 1914 iniciou o "curto século XX", 1939 iniciou a crise do modelo europeu – e sinalizou a mudança de época para o período histórico do domínio do modelo americano, a potência construtora e reguladora da nova ordem mundial.

O "curto século XX" terminou com o fim do conflito bipolar que se desenvolveu entre as áreas de influência dos Estados Unidos e da União Soviética, com o império soviético a fragmentar-se e a desagregar-se,

ficando o modelo americano como o centro hegemónico da ordem mundial. Contudo, a passagem da estrutura mundial bipolar para a nova estrutura unipolar só foi efectiva na perspectiva da esfera política e militar, porque nas esferas económicas e sociais estavam em desenvolvimento outras linhas de tendência que vão instabilizar, duas décadas depois, a ordem mundial configurada e regulada pelo modelo americano.

Este foi o equívoco principal que ficou associado aos acontecimentos que encerram o "curto século XX". Nas esferas política e militar, o capitalismo democrático e liberal venceu o comunismo de autoritarismo de Estado. Todavia, o Muro de Berlim caiu para os dois lados, porque as forças que destruíram essa barreira geográfica e ideológica não eram apenas políticas e militares, também eram económicas e sociais, continuando a exercer as suas pressões de mudança para configurarem o padrão estratégico do que vai ser a questão do século XXI, a regulação da passagem da forma política dos espaços e dos territórios para a forma política das mobilidades e dos fluxos.

Aliás, estas outras linhas de tendência menos visíveis – a globalização nas relações económicas e a formação de novos desequilíbrios sociais com o envelhecimento das populações brancas nas sociedades desenvolvidas e ainda com a nova clivagem de interesses sociais, com tradução eleitoral, que se estabelecia entre grupos sociais nacionalistas e protecionistas, por um lado, e grupos sociais globalistas e competitivos, por outro lado – já tinham sido instrumentais para a desagregação do império soviético, que se revelou incapaz de acompanhar os novos processos de modernização que estavam associados a estas linhas de tendência que evoluíam longe do que era visto (ou mostrado) às opiniões públicas e aos eleitorados. E nem se pode excluir que os responsáveis soviéticos desconhecessem estas tendências profundas: sentiam os seus efeitos, mas não tinham uma interpretação adequada para eles. Mas também não se pode excluir que os responsáveis das potências ocidentais tivessem perfeita consciência do que eram as forças que tinham configurado a sua vitória – e que continuariam a operar de um modo que iria pôr em causa a estabilidade da sua vitória.

A crise do modelo europeu tornou-se inevitável com a Segunda Guerra Mundial, na medida em que esta teve como consequência a perda de todas as posições imperiais dos Estados europeus, o que colocou no primeiro plano a questão da escala das potências europeias, agora que tinham perdido as suas extensões coloniais. Era a forma política dos Estados nacionais que ficava posta em causa, mas a memória das identidades nacionais, combinada com

os sistemas de interesses sociais das sociedades europeias, não permitia passar directamente para a solução da questão da escala dos Estados europeus com a formação de uma federação de Estados europeus. A regeneração do modelo europeu justificou o projecto da União Europeia, mas a sombra projectada pelas experiências acumuladas no passado prejudicava a visibilidade do que seriam as necessidades colocadas pelo futuro.

A pequena escala dos Estados europeus evidencia a impossibilidade de responder, no intervalo do meio século seguinte, aos constrangimentos colocados pelo envelhecimento da população (desde a década de 1970, cada nova geração na Europa é quantitativamente menor do que a geração que a antecede, o que coloca em causa a viabilidade do dispositivo de segurança social, cujo financiamento se baseia nas contribuições das gerações activas que pagam as pensões das gerações reformadas).

Por um lado, a vulnerabilidade demográfica abre um diferencial que estimula a imigração vinda de regiões com maior vitalidade demográfica, o que irá interferir nas identidades dos grupos sociais nos Estados europeus (o que recomenda a formulação de uma política migratória europeia comum, para que se constitua a escala que seja dissuasora de movimentos descontrolados de populações). Por outro lado, a inviabilidade financeira dos dispositivos europeus de segurança social gera insegurança nas sociedades e limita o potencial de crescimento nas economias, pois a necessidade de recorrer a aumentos nos impostos de rendimentos ou no valor acrescentado das empresas (para compensar a insuficiência das contribuições num padrão demográfico desequilibrado), tem efeitos inevitáveis no valor dos rendimentos disponíveis e na propensão ao investimento.

A crise do modelo europeu, originariamente concebido para Estados nacionais com prolongamentos coloniais e com padrões de equilíbrio na economia e na demografia, continuará sem resolução porque os Estados europeus não têm escala e recursos para formularem uma resposta consistente aos seus desequilíbrios internos. Todavia, essa continuidade da crise do modelo europeu insere-se numa estrutura mundial onde também o modelo americano está em crise, condicionado por forças que não consegue estabilizar e que têm a sua origem na dinâmica da globalização. Ou seja, a crise do modelo europeu vai articular-se com a crise do modelo americano e é esta configuração conjunta, a que se pode atribuir a designação de "crise do Ocidente", que vai estabelecer o que poderá ser a nova estrutura de fim-de-época, aquela que se está a formar nas primeiras duas décadas do século XXI.

A dinâmica da globalização

A dinâmica da globalização é impulsionada por factores que põem em causa a existência e os poderes que se formam em territórios delimitados por fronteiras, instabilizando assim as bases espaciais em que se estruturaram os Estados nacionais e os modelos estratégicos, tanto o europeu como o americano, que configuraram as épocas de ordem mundial dos últimos dois séculos.

A globalização tem como bases de estruturação os fluxos e as mobilidades de capitais, de produtos, de serviços e de pessoas, organizando por funções e por cadeias de produção no espaço global o que tradicionalmente se organizava em espaços nacionais dotados de uma identidade de língua, de cultura e de moeda, administrados e protegidos por um poder político legitimado por um eleitorado nacional. Não terá de surpreender que a coexistência dos factores de globalização com as propriedades dos Estados nacionais seja conflitual, uma permanente disputa entre as regulamentações estatais que pretendem reconduzir ao padrão nacionalista os efeitos da globalização e a afirmação das relações competitivas que promovem a dinâmica dos fluxos para superar as restrições e constrangimentos dos espaços quadriculados pelos Estados nacionais.

Já houve outras fases históricas que também foram caracterizadas por processos de globalização e tiveram sempre implicações na alteração das formas políticas então estabelecidas. A primeira globalização que tem relevância para se interpretar o que é o actual processo de esbatimento das fronteiras, assim como o que são os seus efeitos nas formas políticas, foi a que se iniciou no século XV, a partir do extremo ocidental da Europa, que tinha como finalidade abrir rotas comerciais por via marítima, que pudesse concorrer com as rotas continentais que ligavam a Europa à Ásia e à África do Norte. A finalidade comercial foi concretizada, mas as consequências políticas foram de um alcance muito maior, abrindo a era da geopolítica e colocando a forma política do império na escala mundial e já não apenas como uma agregação de Estados vizinhos.

A segunda globalização, que se iniciou na segunda metade do século XIX e se prolongou até ao início da Primeira Guerra Mundial, consistiu na instalação de redes financeiras que, a partir da praça de Londres, ofereceram linhas de crédito para o financiamento de infraestruturas desde a América Latina à Rússia e à Europa, promovendo a modernização das economias e captando para esses programas as poupanças de particulares. Este primeiro

esboço de um mercado financeiro mundial encontrou as dificuldades previsíveis numa actividade que é vulnerável a situações de incumprimento por parte dos devedores, com implicações de política internacional quando esses devedores são Estados, mas também com efeitos importantes na estabilidade das instituições financeiras que operavam neste mercado que ainda tinha uma regulação incipiente. Esta segunda fase de globalização foi interrompida em 1914 com o início da guerra, mas os contenciosos com as dívidas em incumprimento mantiveram-se em aberto até ao fim da Segunda Guerra Mundial, quando se estabelece um novo enquadramento institucional para os movimentos internacionais de capitais com os acordos de Bretton Woods.

A terceira globalização, que ainda está em desenvolvimento, teve o seu ponto de partida num acontecimento geopolítico: a crise do petróleo de 1973, quando um cartel de países produtores de petróleo decidiu racionar a produção e elevar os preços. A decisão foi inesperada, mas inseria-se numa relação de poder em que os compradores foram condicionados pelos produtores quando estes estabeleceram uma posição monopolista. Os movimentos seguintes seriam os ajustamentos da procura ao que era agora uma oferta a preços superiores, o que teria efeitos imediatos nas taxas de inflação das economias importadoras, o que as obrigava a adoptar políticas económicas restritivas que implicavam a redução das suas taxas de crescimento. Este efeito directo e mais visível da crise do petróleo teve, no entanto, uma importante consequência indirecta no sistema financeiro internacional. Com o súbito aumento das suas receitas, os países produtores de petróleo precisavam de reciclar essas reservas financeiras, para as quais não encontravam aplicação com remuneração adequada nas suas economias, ainda numa fase de desenvolvimento muito rudimentar. O que foi designado como "petrodólares" foi introduzido nos sistemas financeiros das economias desenvolvidas, obrigando os operadores dos fundos financeiros a procurar aplicações para esses abundantes recursos financeiros.

Reabriu-se, assim, a linha estratégica dos movimentos de capitais na escala mundial, que se tinha iniciado na segunda globalização, mas que fora interrompida com as duas guerras mundiais, e que depois ficou condicionada pelo sistema regulatório da nova ordem mundial da segunda metade do século XX, assente na fiscalização dos bancos centrais, responsáveis pela gestão das moedas nacionais, e do Fundo Monetário Internacional, que tinha como missão evitar flutuações cambiais excessivas ou falências de bancos em consequência da sua exposição ao incumprimento de devedores.

Depressa se verificou que essas precauções com a regulação dos bancos eram justificadas: os erros na avaliação do risco dos devedores, em parte porque eram fortes as pressões para que esses meios financeiros fossem aplicados, provocaram a formação de imparidades nos balanços dos bancos e obrigaram a programas especiais de recapitalização dos bancos concebidos e coordenados pelo Fundo Monetário Internacional.

Desta vez, porém, não houve reversão no processo de desenvolvimento dos fundos financeiros que operavam na escala mundial. Pelo contrário, a combinação das novas tecnologias da informação com a nova possibilidade de deslocalização das empresas, com a formação de cadeias de produção multinacionais coordenadas pelos sistemas de informação, veio abrir a oportunidade da expansão dos fundos financeiros responsáveis pelos movimentos de capitais que são necessários para financiar esta reconfiguração dos sistemas produtivos. A terceira globalização, desencadeada pelo incidente da crise do petróleo de 1973, ganhou uma dinâmica nova quando se articulou com as inovações no domínio do tratamento e da circulação da informação – e esta foi uma mudança essencial no modo de organização das redes económicas, que vai ter repercussões na esfera política porque altera, de modo radical, os modos de regulação e controlo dos movimentos de capitais, que antes eram atributos dos Estados nacionais e de instituições de coordenação como o Fundo Monetário Internacional.

A crise de petróleo, o episódio incidental que abriu um novo campo de possibilidades, ficou nos registos históricos, mas deixou um sistema de instrumentos novos com as redes de circulação de capitais que, uma vez instaladas e integradas nos circuitos bancários, vão procurar e atrair os recursos financeiros que alimentam a sua existência e as suas funções. Também aqui há uma questão de escala: o que antes eram departamentos especializados dentro da organização dos bancos ganham autonomia estratégica e passam a ser novos centros de racionalização que geram novas oportunidades para os operadores empresariais e para os investidores financeiros.

Tal como aconteceu com as duas anteriores fases de globalização, também a terceira globalização tem repercussões políticas relevantes e que ainda estão em desenvolvimento. Neste último caso, porém, já não são os efeitos tradicionais de descoberta, conquista e ocupação ou de formação de áreas de influência, que ainda são configurações associadas a espaços, territórios, regiões e fronteiras. Com a fase de globalização que faz a transição do século XX para o século XXI, a dimensão espacial é subordinada

à dimensão dos fluxos: estes movimentam-se nos espaços, precisam dos espaços para terem oportunidades de aplicação e para gerarem valor, mas não estão sujeitos às barreiras das fronteiras e não estão obrigados a respeitar as normas administrativas e protecionistas formuladas pelos Estados. As condições que sustentavam as funções de regulação exercidas pelos Estados e pelas instituições internacionais apoiadas em alianças de Estados perdem eficiência e capacidade de controlo quando se trata de regular fluxos.

A dinâmica da globalização prolonga a crise do modelo europeu, porque os Estados europeus têm uma dimensão muito reduzida para poderem controlar as correntes de fluxos, sejam os movimentos de capitais ou os movimentos migratórios das populações, mas também porque a construção da União Europeia é mais lenta e mais dependente do passado do que seria necessário para enfrentar as questões novas que são colocadas pela passagem de um regime de espaços para um regime de fluxos.

É essa mesma dinâmica da globalização que constitui a principal ameaça ao modelo americano, apesar de os Estados Unidos serem o centro do poder hegemónico na escala mundial e de terem consolidado essa posição dominante explorando as propriedades e as potencialidades das fases iniciais da globalização.

Uma clivagem política e social de um novo tipo

De facto, no interior da dinâmica globalização está em formação uma clivagem política e social de um novo tipo, que já não se inscreve no referencial tradicional da esquerda e da direita (que contrapõe os defensores das políticas distributivas aos defensores das políticas competitivas) mas se organiza em função de um eixo vertical que distingue os nacionalistas (que continuam referenciados ao espaço nacional, que pretendem defender com políticas protecionistas propondo programas isolacionistas) dos globalistas (que precisam de remover as fronteiras para poderem explorar as propriedades dos fluxos que lhes asseguram os recursos de que precisam para serem competitivos, nas suas empresas e nas suas profissões).

Esta clivagem política e social nova, que sobrepõe ao tradicional eixo horizontal esquerda-direita o novo eixo vertical nacionalistas-globalistas, gera um padrão social e eleitoral novo, constituindo sociedades divididas, em partes estatisticamente iguais, onde a diferença entre maioria e minoria não é suficientemente nítida para estabelecer uma legitimidade indis-

cutível para o poder político que resulta dessas consultas eleitorais. Para sociedades que se organizam em regimes democráticos e onde o poder político tem de ter uma legitimidade bem definida, este padrão de sociedade dividida impede a formulação de estratégias consistentes e põe em causa a capacidade e a competência para exercer a função de centro hegemónico que coordena uma estrutura de ordem mundial. Porque a legitimidade do poder político não está bem definida e porque a sociedade está dividida em segmentos de peso equivalente, a decisão política torna-se errática: quem ganha por pequena margem radicaliza o seu programa político para destruir as bases sociais de apoio do partido que fica na oposição, mas o período seguinte irá mostrar o movimento inverso, com idêntica radicalização, mas no sentido oposto.

Forma-se, assim, uma configuração aparentemente paradoxal: o domínio hegemónico mundial do modelo americano não é posto em causa por adversários externos nem resulta de um excesso de envolvimento em operações militares que conduzam a uma fadiga de combate ou a um esgotamento de recursos. As estruturas do fim dos impérios são normalmente formadas quando as suas áreas de influência atingem uma escala excessiva em relação ao que os seus recursos permitem controlar. Não é este o caso que melhor se ajusta aos Estados Unidos do presente. O modelo americano e a sua função coordenadora do sistema de ordem mundial são postos em causa no interior dos Estados Unidos, por efeito da divisão da sociedade americana em torno de uma clivagem que incide directamente na questão da formatação da ordem mundial, na separação entre isolacionistas e globalistas, mas também na questão da estratégia de modernização, obrigando a escolher entre o padrão do passado (cujas condições já não existem) e o padrão do futuro (cujas condições são construídas agora na base do modo como se interpreta o desaparecimento das condições do passado).

A crise do modelo americano só é paradoxal na aparência. Um império posto em causa por uma sociedade que se divide internamente é o resultado natural da disputa sobre o que deve ser a estratégia de modernização quando esta impõe que se faça a escolha entre o passado e o futuro. Foi por este mesmo processo que o império soviético se desagregou. Isse não aconteceu porque os Estados Unidos tenham vencido a União Soviética, aconteceu porque os soviéticos desistiram de transportar o que imaginaram no passado para um futuro que nunca se concretizava como tinha sido prometido – e com essa escolha destruíram a identidade do projecto soviético. O que se encontra agora na crise do modelo americano é o mesmo tipo de revolta das

camadas populares contra os estratos da elite que lhes anunciam um futuro que lhes aparece como pior do que é a memória que têm do seu passado. E quando isso acontece na sociedade que é o centro da hegemonia na ordem mundial é natural que as suas áreas de influência se fragmentem porque deixam de reconhecer a capacidade de coordenação ao poder que é gerado por uma sociedade dividida. Sem paradoxo, o Muro de Berlim caiu para os dois lados e os processos de demolição são do mesmo tipo.

A entrada no século XXI, confirma-se agora, não foi o que parecia ser – não foi o fim da História, nem a superação dos confrontos entre modelos de organização das sociedades e das economias, nem a vitória definitiva da democracia, do liberalismo racionalizado e da tolerância pelas diferenças. Pelo contrário, as primeiras décadas do século XXI abriram a oportunidade para uma alteração radical da estrutura de ordem mundial quando as condições do passado (baseadas nos espaços e nos territórios) entram em confronto com as condições do futuro (a gestão dos fluxos).

Esta foi uma mudança que conduziu à formação de um novo campo de possibilidades, muito diferente do que existia antes desta mudança – e é esta diferença que explica a perturbação e a instabilidade do padrão de ordem mundial anterior, do mesmo modo que é esta diferença que indica que a passagem para uma nova estrutura de ordem mundial implicará uma descontinuidade histórica. Não é uma mudança que acontece dentro de uma mesma linha de tendência, como uma evolução natural, é uma passagem de uma linha de tendência para outra. No vazio, ou descontinuidade, entre as duas linhas de tendência, ocorrerá um confronto pela hegemonia, explorando as crises simultâneas do modelo europeu e do modelo americano. Esta será a oportunidade para a afirmação do novo poder hegemónico, que será aquele que conseguir estabelecer a passagem entre as instituições dos territórios e as instituições dos fluxos.

As fases históricas de configuração do Estado nacional

Para se identificar o que torna esta mudança dos espaços para os fluxos tão relevante, com potência suficiente para gerar o fim de uma época, uma descontinuidade histórica e uma deslocação do centro de hegemonia, será útil voltar ao passado e recordar o que foram as fases históricas de configuração dos Estados como variáveis centrais do que foram as sucessivas estruturas de ordem mundial. É o que se pode ver no quadro seguinte.

PERÍODOS	CONFIGURAÇÕES	CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS
XV-XVI	ESTADO SOBERANO	• LIBERTAÇÃO DA TUTELA DA IGREJA • CENTRALIZAÇÃO DO PODER • A DINASTIA CONFIGURADORA DA NAÇÃO • RESOLUÇÃO DAS GUERRAS RELIGIOSAS
XVII	ESTADO COMERCIAL	• ENTIDADE ECONÓMICA AUTÓNOMA • MERCADO LIVRE INTERIOR • FRONTEIRAS ADUANEIRAS • LIBERDADE DE ACESSO ÀS FONTES DE MATÉRIAS-PRIMAS
XVIII	ESTADO LIBERAL	• FORMALIZAÇÃO DO DIREITO E DA CONSTITUIÇÃO • GARANTIA DOS DIREITOS JURÍDICOS OBJECTIVOS • GARANTIA DOS DIREITOS INDIVIDUAIS
XIX	ESTADO NACIONAL	• COMUNIDADE POPULAR NATURAL • ORIGEM E MEMÓRIAS COMUNS • SISTEMA POLÍTICO REPRESENTATIVO • MOBILIZAÇÃO PATRIÓTICA • SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO
XX-XXI	A NOVA MUTAÇÃO	• DO SISTEMA EUROPEU DE ESTADOS PARA A INTEGRAÇÃO DOS ESPAÇOS NACIONAIS NA ESCALA GLOBAL • INTEGRAÇÃO E MUNDIALIZAÇÃO DOS MERCADOS • A DINÂMICA DOS FLUXOS ESTRUTURANTE DA GLOBALIZAÇÃO • CLIVAGEM POLÍTICA ENTRE NACIONALISTAS E GLOBALISTAS

A primeira afirmação do Estado soberano, um poder que não reconhece um outro poder que lhe seja superior na ordem interna, é a que decorre da libertação da tutela da Igreja, durante os séculos XV e XVI: a secularização do poder era a condição necessária para que as fronteiras pudessem ter um efeito delimitador que corrigisse os efeitos dos fluxos que eram geridos pelas ordens religiosas, instituições centrais na administração dos territórios, mas que mantinham a sua dependência e a sua fidelidade ao Vaticano. Para que os espaços (económicos, sociais e políticos) se pudessem autonomizar dos fluxos (religiosos) era necessária a centralização do poder numa capital que funcionasse como pólo de estruturação desse espaço e como regulador dos fluxos internos a essa unidade política que estabelecia a identidade desse espaço.

A continuidade no tempo desta estruturação política era assegurada pela dinastia, mas a sua legitimação era reforçada pela ligação ao Vaticano, afirmada e reconhecida pelo rei, de que derivava da função real como configuradora da nação integrada num espaço religioso que estabelecia o sistema de valores estruturante da comunidade nacional. O papel dos espaços religiosos na legitimação do poder político era uma fonte específica de conflitualidade, que aparecia na forma das guerras religiosas, que se sucedem na Europa de 1525 a 1648. Só com o Tratado de Westphalia de 1648 (antecedido pela Paz de Augsburg, de 1555, que estabelecia que a religião de uma região era a religião do seu príncipe – *cuius regio, eius religio* –, mas mudava quando a religião do novo príncipe era outra) terminaram as

guerras religiosas na Europa com a subordinação da religião nacional ao Estado soberano: a escolha da religião passou a ser um assunto do Estado e considerada, na relação entre Estados, como um assunto interno que não podia ser motivo de ingerência externa. A soberania do Estado afirma-se como a responsabilidade pela ordem interna, e a ordem externa fica definida como a articulação dos Estados soberanos.

O Estado soberano incorporou a dimensão do Estado comercial durante o século XVII, quando a expansão europeia no mundo precisou de encontrar uma regulação das relações económicas que, partindo da delimitação nacional como entidade económica autónoma, criasse as condições de formação de um mercado livre interior integrando as fragmentações dos múltiplos mercados locais formados durante o regime do feudalismo, mas criando fronteiras aduaneiras para protegerem o mercado interno de escala nacional, reforçando assim o espaço económico da unidade nacional. Mas esta organização interna precisava de ser complementada com a liberdade de acesso às matérias-primas e a liberdade de circulação de produtos no mercado internacional, duas condições necessárias para que pudessem ser exploradas as rotas comerciais que tinham sido abertas pela expansão europeia. A unidade política do Estado soberano, autonomizado do comunitarismo religioso, tinha o seu complemento na unidade económica do espaço nacional estruturado pelo Estado.

A fase seguinte na estruturação do Estado nacional foi constituída pela codificação dos direitos e dos modos de administração da justiça que vão estabelecer as condições do Estado de Direito, da sociedade liberal, instituindo as liberdades individuais dentro de um sistema de normas reguladoras dos comportamentos sociais. A garantia dos direitos individuais é assegurada pelo reconhecimento de direitos jurídicos objectivos, atributos da comunidade nacional em que os indivíduos se inserem numa subordinação voluntária a esse sistema de regras codificadas em normas escritas e publicitadas, para que pudessem ser do conhecimento de todos, mas também para que pudessem ser invocados por todos e por cada um. O Estado liberal subordina o poder ao direito e à Constituição e a sua legitimidade exige o reconhecimento desse constrangimento. Neste contexto, o poder no Estado liberal é sempre pluralista e temporário, no sentido em que o reconhecimento dos direitos e a escolha dos detentores do poder através dos dispositivos e nos períodos previstos na Constituição não permite o poder absoluto nem o domínio intemporal de uma classe ou de uma etnia.

O século XIX consolidou a forma do Estado nacional soberano, agora na base de uma comunidade nacional e não do rei e da dinastia, com escolha

autónoma da sua religião como atributo do Estado e como condição para neutralizar as guerras religiosas, com uma origem e uma memória comuns que são constituintes da sua identidade nacional, mas obedecendo às codificações da Constituição e da lei e ao princípio liberal do sistema político representativo legitimado em eleições. É neste quadro que se afirma a mobilização patriótica para defesa dos valores da comunidade nacional e se justifica o serviço militar obrigatório como expressão da obrigação de defesa do destino nacional. A ordem mundial é concebida como a ordem que resulta das relações entre Estados, com a ordem interna protegida pelo princípio da não ingerência nos assuntos internos e com a ordem externa definida pelos equilíbrios de poderes.

Apesar dos elevados graus de conflitualidade que se encontraram durante os séculos XIX e XX, esta estrutura do Estado nacional resistiu a esses choques, ainda que com vários ajustamentos às mudanças de circunstâncias: os impérios coloniais foram modos de extensão da escala nacional, alargando a esfera de acção do Estado para além das fronteiras nacionais; o estabelecimento de áreas de influência, por via de alianças políticas e de pactos militares, foi uma forma de conquistar escala sem ter os custos da administração colonial, justificando os investimentos em equipamento militar com os dividendos recebidos com a segurança nas relações políticas e nas rotas comerciais; os acordos de comércio foram instrumentais para alargar os mercados nacionais, permitindo a exploração das vantagens competitivas nacionais quando podem ser aplicadas em áreas de maior dimensão.

Uma série muito longa de ajustamentos bem-sucedidos não assegura que a acumulação de novos factores críticos ainda possa ser controlada com um novo ajustamento. Se não for possível, abre-se a via para uma mutação do Estado nacional porque a sua escala já não é suficiente para que o poder seja exercido com domínio das suas decisões – isto é, com exercício da soberania.

O sistema europeu de Estados constituía um enquadramento favorável tanto para os grandes Estados (que encontravam nos pequenos Estados os complementos para a extensão da sua área de influência), como para os pequenos Estados (que encontravam nos grandes Estados, e na dinâmica do equilíbrio de poderes em cada espaço regional, a protecção que não poderiam organizar com os seus recursos escassos). Com a integração dos espaços nacionais na escala global, há uma extensão do campo de acção possível de cada espaço nacional, mas perde-se a relação de protecção de que os pequenos Estados beneficiavam nas suas relações de proximidade. No mesmo sentido, a mundialização dos mercados é uma oportunidade para as profissões e as empresas competitivas, mas é uma ameaça, uma perda de

protecção, para as profissões e para as empresas que tiverem a sua viabilidade dependente das relações de proximidade e da função de complementaridade que oferecerem às profissões e empresas mais competitivas. Pela sua natureza, as dinâmicas dos fluxos (de capitais, de mercadorias, de serviços e de pessoas) que estruturam os espaços globais põem em causa – e em muitos casos impossibilitam – as defesas e protecções que o Estado nacional, uma entidade de espaços e de territórios, oferecia às profissões e às empresas, sobretudo às que dependiam desses apoios do Estado para terem viabilidade.

Estes factores críticos que se acumulam perturbando, distorcendo ou mesmo anulando as condições de existência e as funções do Estado nacional são também os que incidem sobre as condições de estabilidade das sociedades dentro desses Estados nacionais ao fazerem aparecer uma novo tipo de clivagem, que é social mas tem implicações políticas e estratégicas, que faz confrontar os nacionalistas e os globalistas – os primeiros defendendo que o Estado nacional e a cláusula da soberania nacional têm de ser reforçados, os segundos considerando que as protecções que o Estado nacional oferece não são eficientes ou protegem excessivamente os que não são competitivas, tudo isso implicando que o Estado nacional é uma forma política que já não está ajustada ao que foi o desenvolvimento das economias e das tecnologias.

Espaços e fluxos na mudança de época

Os factores de crise que incidem sobre as condições de existência do Estado nacional e sobre o sue sistema de funções podem ser apresentados como os efeitos inevitáveis da passagem dos regimes políticos dos espaços ou dos territórios para os regimes políticos dos fluxos.

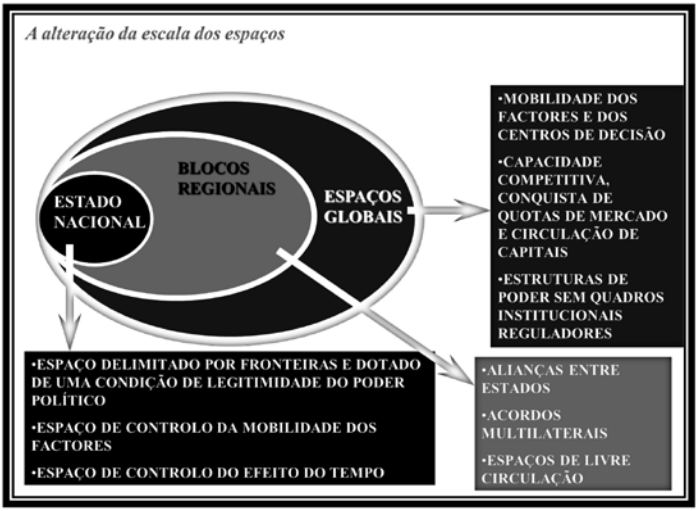
Por um lado, há o efeito natural da maturação dos dispositivos que realizam as funções do Estado, que já entraram na fase de rendimentos decrescentes ou já estão desajustados do campo de acção em que essas funções são exercidas, em grande parte porque essas funções fizeram evoluir as sociedades e as economias e, nessa evolução, foram alteradas as condições iniciais em que essas funções, e os dispositivos políticos que as concretizam, foram concebidas.

Por outro lado, há inovações tecnológicas e alterações nas relações entre os grupos sociais ou entre os Estados que exigem a modernização dessas funções ou mesmo a revisão e reformulação dos seus objectivos e dos seus dispositivos. Tanto as novas tecnologias como as novas divisões sociais implicam que as funções, os objectivos e os dispositivos podem

continuar a ter as mesmas designações e as mesmas finalidades, mas já não podem ser realizadas nem dos mesmos modos, nem para a estruturação de grupos sociais que existiu no passado.

Porém, o modo e o tempo de concretização dessa passagem dos espaços para os fluxos dependem do modo como as sociedades, por efeito das clivagens políticas que nelas se manifestam, quiserem participar nesse processo de passagem – assumindo que é oportunidade de modernização e de ganhos de eficiência na aplicação dos recursos ou, pelo contrário, resistindo e rejeitando a mudança, mostrando a sua preferência pelo retorno às condições anteriores, ainda que não saibam como concretizar esse objectivo, ou até sem saberem se esse objectivo ainda é concretizável.

A alteração das características do campo de acção que decorre da alteração da escala dos espaços pode ser apresentada no esquema seguinte, em que se comparam três escalas diferentes na organização dos espaços de acção. A escala do território é a escala nacional, a escala da liberdade de circulação é a dos blocos regionais e a escala dos fluxos é a que se encontra nos espaços globais. São três escalas coexistentes: a escala dos fluxos continua a precisar dos territórios para localizar as actividades, para gerar valor e para acumular capital; mas a escala do território precisa da mobilidade de capitais, de recursos e de produtos que os fluxos asseguram, do mesmo modo que a liberdade de circulação dos blocos regionais tem de ser alimentada pelos fluxos financeiros, comerciais e demográficos.



O Estado nacional é um espaço delimitado por fronteiras e dotado de uma condição de legitimidade do poder político – seja através da escolha do eleitorado, seja através da aceitação, tácita ou passiva, de um poder autoritário que tem a sua continuidade dependente da satisfação dos interesses sociais de modo a neutralizar a formação de uma alternativa de poder. Esta legitimação do poder, democrático ou autoritário, é obtida porque a delimitação do espaço nacional por fronteiras físicas e administrativas assegura que seja um espaço de controlo da mobilidade dos factores – do trabalho, do capital, dos produtos – onde o poder político pode criar condições artificiais, internas, de satisfação dos interesses de diversos grupos sociais de modo a obter a continuidade da sua legitimidade. É esta fixação na dimensão interna que permite ao poder político controlar os processos de modernização no Estado nacional através do controlo do tempo, sempre com o objectivo de evitar a instabilidade da ordem interna.

O Estado nacional é a forma política que permite satisfazer a condição da soberania: não há nenhum poder que seja superior ao poder que é exercido no Estado nacional. Todavia, esta soberania nacional tem uma contrapartida: é uma propriedade que só é válida dentro das fronteiras, o que significa que é um regime político de escala fixa. O Estado nacional está condicionado ao seu interior, o seu ritmo de modernização será apenas aquele que o seu poder político considerar que não põe em causa a estabilidade do sistema de apoios sociais de que esse poder depende, em regime democrático ou em regime autoritário. O Estado nacional, porque está preso na sua escala interna, não favorece as estratégias de modernização rápida e não promove programas orientados para a competitividade porque estes iriam pôr em causa a estabilidade das relações sociais internas, ameaçando os equilíbrios de que depende a reprodução do poder político.

Os limites da estabilidade interna do Estado nacional são atingidos quando a comparação com os níveis de desenvolvimento atingidos por outros Estados nacionais cria expectativas novas em cada sociedade, com as menos desenvolvidas a ambicionar ter programas de modernização que as aproximem dos níveis de rendimentos que sabem que outras sociedades já atingiram. A estabilidade interna do Estado nacional já não podia ser obtida rejeitando a modernização e, pelo contrário, essa estabilidade interna passou a estar dependente da satisfação das expectativas sociais que resultavam da comparação com o que era conseguido por outros Estados nacionais.

A formação de blocos regionais foi a resposta encontrada para alargar a escala de cada Estado nacional e para estabelecer as relações de cooperação e de partilha de recursos que contribuíam para reduzir a ameaça que para cada um constituía a comparação com os superiores níveis de desenvolvimento que os outros Estados conseguiam ter. Sendo alianças entre

Estados, organizadas por acordos multilaterais, de âmbito inicialmente diferenciado mas tendo como projecto a sua convergência num programa comum, estruturam espaços de livre circulação, que cria a escala necessária e também favorece o desenvolvimento de relações de cooperação, no sentido de que cada parte do bloco regional beneficia com o desenvolvimento dos outros participantes nesse espaço comum. Diminui a autonomia e a soberania de cada Estado nacional que participa no bloco regional, na medida em que os programas comuns têm de ser respeitados por todos os Estados e, portanto, fica constituída uma autoridade superior à autoridade interna de cada Estado. Mas aumentam as possibilidades de crescimento e, portanto, será mais fácil satisfazer as expectativas sociais internas do que seria se cada Estado nacional isolado tivesse de responder às expectativas formadas na sociedade apenas na base da sua escala de origem e com os seus reduzidos recursos próprios.

A passagem do Estado nacional para os blocos regionais é facilitada pela proximidade geográfica e cultural. Mesmo quando as negociações de formação de um bloco regional são demoradas e complexas, há uma base comum que contribui para superar as resistências eas divergências. Pelo contrário, a formação dos espaços globais não decorre de um acordo prévio entre Estados nacionais, não é uma escolha voluntária dos Estados. É um processo que se desenvolve por estímulo dos desenvolvimentos tecnológicos e pela necessidade dos agentes económicos se deslocarem para onde encontram melhores condições de produção, melhores oportunidades comerciais e melhores condições financeiras, seja para investimento ou para obtenção de créditos para as actividades económicas. Os espaços globais são constituídos por razões de atractividade (as melhores condições para as actividades económicas) e por razões de conectividade (as melhores redes de complementaridade e as melhores cadeias de produção para as actividades económicas), o que significa que, em muitos casos, têm por motivação e por função permitirem escapar aos constrangimentos que são colocados pelas legislações dos Estados nacionais ou pelas regras dos blocos regionais.

As características dos espaços globais são muito diferentes das que se encontram nos Estados nacionais e nos blocos regionais e, em alguns aspectos, são mesmo opostos. Esta contradição indica que a consolidação dos espaços globais não será só complexa, como é natural que seja, mas será também feita de progressos e de retrocessos, de decisões e de reversões, porque as identidades dos Estados nacionais e até dos blocos regionais são ameaçadas pela rapidez e diversidade dos movimentos que ocorrem nos espaços globais. A rapidez e a diversidade dos fluxos nos espaços globais contrariam a preferência pela estabilidade que se encontra nos Estados nacionais (mesmo que isso prejudique o crescimento económico) e a neces-

sidade de permanência das regras acordadas que se encontra nos blocos regionais (porque estes são constituídos por essa rede de acordos).

A mobilidade dos factores e dos centros de decisão nos espaços globais contraria a necessidade de territorialização dos agentes, tanto no Estado nacional como nos blocos regionais, para que o exercício da autoridade e a imposição de obrigações possa ter um objecto identificado e com localização conhecida. Em segundo lugar, os objectivos centrais dos gestores dos fluxos são a capacidade competitiva, a conquista de quotas de mercado e a circulação de capitais, mas nenhum deles, nem o seu conjunto, formam identidades políticas, o que torna os agentes da globalização competitiva nómadas que se deslocam sem referenciação estatal e sem integração em comunidades estáveis, sedentárias. Destas duas características decorre uma terceira: os operadores dos fluxos geram concentrações de poder mas não produzem quadros institucionais reguladores – o que tem como consequência que precisam dos Estados nacionais e dos blocos regionais, assim como das instituições internacionais que os Estados e os blocos integram, para que haja uma ordem territoralizada regulada para que os fluxos se possam movimentar, gerar valor e acumular capital.

A dinâmica da globalização abre, de facto, a oportunidade de uma nova época, cuja representação gráfica se pode explicitar no gráfico seguinte como sendo as novas cartografias, muito diferentes dos mapas tradicionais que permitiam desenhar as rotas em terra e nos mares, porque esses eram mapas de espaços, a que tem agora de se juntar os mapas dos fluxos, que já são mapas que diferenciam entre altas e baixas pressões para estabelecer o sentido dos fluxos.



Os mapas dos territórios nacionais diferenciavam-se por cores, para que duas cores idênticas não fossem usadas em territórios vizinhos – era um modo de distinguir soberanias.

Os mapas dos blocos regionais diferenciam-se por especializações e por estratégias competitivas, o que significa que há muitos mapas para cada macro-território integrado, dependendo do tema considerado.

Os mapas dos espaços globais são desenhados em função das zonas de atracção e das zonas de repulsão, dos centros de altas pressões e de baixas pressões, são mapas atmosféricos em contínua mudança de forma em função dos graus de competitividade e do papel funcional exercido nas cadeias de produção.

Neste quadro, a mudança de época ocorrerá quando o sistema dos fluxos integrar o sistema dos Estados nacionais e o sistema dos blocos regionais. Mas para que isso aconteça será preciso que os grupos sociais, que também são grupos eleitorais, não escolham resistir a essa evolução com a escolha de voltar para o passado, mas, pelo contrário, prefiram participar na construção do futuro que canalize a potencialidade dos fluxos, para que se possa construir uma nova estrutura de ordem que inclua as novas potências emergentes num novo equilíbrio de poderes.

As clivagens políticas e a resistência da sociedade na estrutura de fim-de-época

Não foi só a cartografia relevante para referenciar as relações internacionais que se alterou, também as clivagens políticas típicas da época dos espaços, Estados nacionais ou blocos regionais, são diferentes daquelas que se manifestam na nova época dos fluxos. Esta é uma mudança que condiciona o modo como o poder político irá responder às diferentes crises que se revelam nesta estrutura de fim-de-época, do mesmo modo que condiciona aquilo que o eleitorado irá autorizar ao poder político quando se tratar da legitimação das propostas políticas que este apresentar e da sua concretização na dinâmica das sociedades e das economias.

A importância das clivagens políticas está associada ao tipo de crise que motiva a formação dessas oposições que se estabelecem entre grupos sociais e entre grupos eleitorais, mas também se reflecte no tipo de políticas que pode ser adoptado para responder às questões estratégicas, na medida em que essas políticas só atingirão os seus objectivos se forem autorizadas pelo eleitorado, no duplo sentido de terem sido instrumentais para a

formação do poder em eleições e de dependerem da colaboração dos grupos sociais para terem sucesso na sua concretização. Há, assim, uma circularidade entre os tipos de crise política e os temas estratégicos, e será a resolução das clivagens políticas que irá decidir como as estratégias políticas podem responder às crises políticas.

O quadro das clivagens políticas mais significativas para esta questão da mudança de época, ou para o que será a disputa pela hegemonia na passagem do regime dos espaços para o regime dos fluxos, é o que se apresenta na figura seguinte.

TEMA ESTRATÉGICO	CLIVAGENS POLÍTICAS	TIPO DE CRISE POLÍTICA
GLOBALIZAÇÃO	• Proteccionistas/competitivos • Nacionalistas/integracionistas • Sedentários/nómadas	CRISE DO ESTADO NACIONAL
MODELO SOCIAL	• Segurança/risco • Pensionistas/contribuintes • Idosos/jovens • Direitos adquiridos/sustentabilidade financeira	CRISE DO ESTADO PROVIDÊNCIA
MODELO ORÇAMENTAL	• Endividamento/fiscalidade • Princípio da confiança/princípio da viabilidade	CRISE FISCAL DO ESTADO
MODELO DE DESENVOLVIMENTO	• Ordem/movimento • Repetição/inovação • Estatuto corporativo/flexibilidade competitiva • Dirigismo centralizado/Estruturas dissipativas	CRISE DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

O tema estratégico da globalização corresponde à crise do Estado nacional e divide as sociedades entre os que preferem as defesas protecionistas e os que assumem os riscos da competição – os primeiros precisam de reduzir o ritmo da mudança, enquanto os segundos encontram no processo de mudança a oportunidade para valorizarem as suas competências. É natural que os protecionistas sejam também nacionalistas, enquanto que os que defendem o alargamento da escala de referência através de processos de integração em blocos regionais ou em redes globais sejam aqueles que têm mais confiança na afirmação e valorização das suas competências, sabendo que estas só se adquirem e são reconhecidas em campos de actividade que não tenham fronteiras. No fundo, há a oposição entre os que preferem a

estabilidade dos sedentários, ainda que com o custo da redução do ritmo de desenvolvimento, ou até da estagnação, e os que escolhem o risco, a incerteza e a insegurança dos nómadas, com a convicção de que o que podem perder num período será compensado com o que ganharão noutro período.

Para o poder político que opera no contexto desta crise do Estado nacional, a composição e os pesos relativos destas clivagens políticas é determinante para o sucesso das suas políticas. Para que estas sejam concretizadas, é preciso que tenham o apoio dos que aceitam a mudança que essas políticas implicam, mas continuarão a existir os que se opõem porque não querem aceitar essas novas linhas de orientação para a construção do futuro. Se os grupos sociais e eleitorais em oposição tiverem valores numéricos muito próximos, a condução política torna-se oscilante, implicando a adopção de políticas de compensação que usam os recursos existentes de modo pouco eficiente, tornando os processos de ajustamento mais lentos e mais dispendiosos.

Na estrutura de fim-de-época não há só a crise do Estado nacional desencadeada pela dinâmica da globalização, há também outras crises que são associadas e convergentes: a crise do Estado Providência, que se manifesta no sistema social através das questões do financiamento dos dispositivos de segurança social quando se forma desequilíbrios demográficos e quando o ritmo de crescimento da economia diminui; a crise fiscal do Estado, que se reflecte no modelo orçamental e nas opções opostas entre tributar ou emitir dívida, mas também no debate entre preservar o princípio da confiança (que pressupõe que não haja mudança desde que certos direitos foram atribuídos) e aceitar a necessidade da flexibilidade para poder conduzir os ajustamentos que as mudanças das circunstâncias recomendam (para que não se acumulem desequilíbrios que já não poderão ser corrigidos nos períodos seguintes).

Esta articulação de crises (da globalização, do modelo social e do modelo orçamental) é também uma articulação de clivagens na sociedade, porque os diversos grupos sociais têm interesses, posições e expectativas diferenciadas, ou mesmo divergentes, em relação a todos esses temas estratégicos. A condução política não poderá ser linear, até porque a realização periódica de eleições coloca no primeiro plano todas estas disputas multifacetadas. Mas também não se pode esperar que estas disputas encontrem resolução para só depois disso apresentar as políticas adequadas e aplicá-las. Não havendo um padrão de orientação estável a que se possa recorrer quando se está numa estrutura de fim-de-época, marcada pela incerteza sobre o que poderá ser a futura estrutura de ordem, a condução política é

uma série de tentativas e erros porque é necessário que a experiência social com os efeitos das políticas, tanto para os seus apoiantes como para os seus opositores, contribua para formar a plataforma de entendimento estratégico e de apoio eleitoral que sustente uma estratégia de desenvolvimento.

A crise de orientação estratégica é o resultado inevitável de uma estrutura de fim-de-época, onde o poder da argumentação, seja racional ou emocional, não consegue resolver as divergências dos interesses que existem na sociedade e não superam as clivagens políticas que formam as sociedades divididas, onde cada parte bloqueia a outra, no imediato ou no período seguinte. Se a crise do Estado nacional é a expressão institucional da estrutura do fim-de-época, a crise de orientação estratégica é a expressão da estrutura do fim-de-época nos modelos de desenvolvimento. A consequência é que será na articulação da crise do Estado nacional com o modelo de desenvolvimento que reconhece essa crise do Estado nacional que será gerada a resposta à estrutura de fim-de-época.

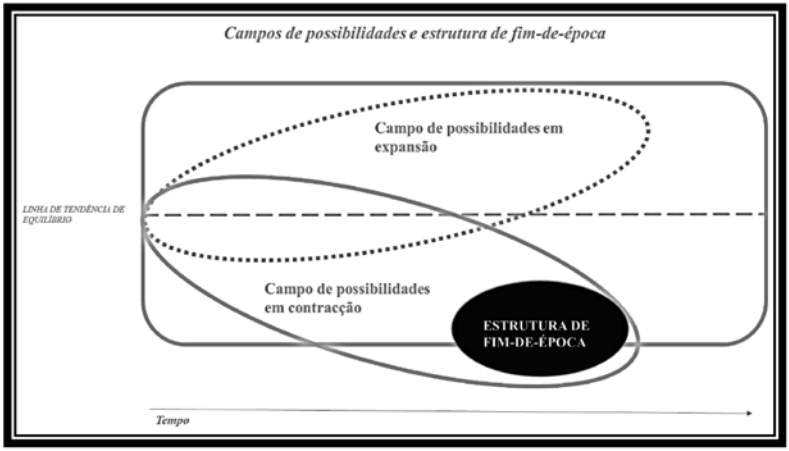
O modelo de desenvolvimento não poderá ser formulado ignorando que irá ser aplicada numa estrutura de fim-de-época e que esta foi gerada por uma alteração do campo de possibilidades, quando o que se esperava que fosse um campo de possibilidades em expansão se revelou, afinal, um campo de possibilidades em contracção, que conduziu o padrão de ordem mundial fora do campo de possibilidades.

A identificação de uma "estrutura de fim-de-época" tende a ser uma profecia que se auto-realiza, ficando apenas à espera do protagonista ou do acontecimento que vai precipitar o reconhecimento da impossibilidade de regeneração do padrão de ordem que presidiu a essa época, como um tempo de estabilidade que conseguia absorver e resolver os desequilíbrios que a evolução das sociedades ia gerando.

O "fim-de-época" significa que os referenciais orientadores que caracterizavam essa época deixaram de organizar respostas colectivas eficazes para comandar os processos de mudança, e estes passam a ter uma dinâmica própria que é independente das escolhas feitas pela sociedade. Sem referenciais orientadores estáveis, que são os que identificam uma época, os decisores e os movimentos sociais terão de improvisar as suas respostas aos acontecimentos que ocorrem sem o seu controlo – mas essa época estará a chegar ao fim porque perdeu as condições que definiam a sua identidade e os dispositivos que lhe asseguravam a resolução dos seus desequilíbrios

A política não é só a arte do possível, também é a arte de usar a evidência do impossível para reconduzir as sociedades e os sistemas políticos ao reconhecimento do possível. Quando os sistemas políticos ficam confronta-

dos com um abismo que se abriu subitamente à sua frente – porque é disso que se trata quando o poder hegemónico que estruturava a ordem mundial existente renuncia à sua responsabilidade – terão de se servir do impossível para tentar voltar ao possível.



2. *A estrutura de fim-de-regime*

A estrutura de fim-de-regime não tem de estar associada a uma estrutura de fim-de-época: pode haver uma mudança no padrão de ordem mundial sem que isso implique uma alteração do regime político na escala nacional. Mas uma crise do regime político que ocorra num contexto de crise da ordem mundial terá um grau de instabilidade muito superior, assim como um grau de incerteza extremo, pois nem as defesas externas estarão operacionais para apoiar o regime em crise, nem a crise do regime terá um horizonte estável a que se possa referenciar para estruturar um novo regime político.

Nas circunstâncias do presente, a análise da estrutura de fim-de-regime não é independente da análise da estrutura de fim-de-época. Esta articulação das duas estruturas do fim, de época e de regime, aumenta a instabilidade e a incerteza, mas também valoriza as propostas inovadoras e o exercício de refundação. Directa ou indirectamente, a crise do regime político significa que as suas narrativas fundadoras não foram realizadas e isso implica que esteja aberto o campo para que novas linhas orientadoras sejam formuladas e propostas.

A crise terminal de um regime político

A crise terminal de um regime político ocorre quando as entidades que integram esse sistema político perdem o seu poder de regeneração e conservam apenas o seu poder de reprodução das suas relações de dominação – o poder reproduz-se, mas não se regenera.

O poder de regeneração é definido como a capacidade para corrigir desequilíbrios acumulados no passado e para formular estratégias que sejam consistentes com o que passou a ser o seu novo campo de possibilidades, depois deste se ter contraído pelos efeitos induzidos por esses desequilíbrios. Para que se forme a crise terminal de um regime político é necessário que se verifiquem conjuntamente estas duas incapacidades, a de corrigir os desequilíbrios e a de formular estratégias que reconheçam a contracção do campo de possibilidades que resultou dessa acumulação de desequilíbrios

A perda do poder de regeneração de um regime político não depende dos atributos e das vontades dos protagonistas desse regime. Depende, em primeiro lugar, da incapacidade das instituições políticas para controlarem os factores geradores dos desequilíbrios e para ajustarem os programas políticos e as expectativas sociais ao que foi o efeito dos desequilíbrios acumulados que provocaram a contracção do campo de possibilidades, o que impede o retorno às condições anteriores. Não havendo ajustamento espontâneo ao que são as novas condições depois da contracção do campo de possibilidades, é preciso que as instituições do regime tomem iniciativas de regeneração em função do que são essas novas condições desse novo campo de possibilidades.

Mas também depende, em segundo lugar, do grau de resistência dos protagonistas políticos e da sociedade (através dos eleitores) em reconhecerem que a acumulação desses desequilíbrios tem na sua origem a alteração do campo de possibilidades que é induzida pela combinação de mudanças que ocorrem na escala mundial com a evolução que, entretanto, ocorre ao nível da ordem interna nacional, a que as propostas políticas e as expectativas sociais terão de ser ajustadas para continuarem a ser eficazes. Quanto mais lento for este processo de ajustamento, maior será a contracção do campo de possibilidades na escala nacional, até se ficar com uma singular linha de possibilidade que é determinada pela própria crise.

A crise terminal de um regime político não deve ser confundida com a mudança de regime político. Um regime político pode perder a sua capacidade de regeneração sem que haja um outro regime político que o possa

substituir, o que implica que a crise terminal do regime poderá prolongar-se por um tempo indefinido, que só terminará quando ocorrer a formação de um novo regime. Quando a crise não é resolvida pela mudança, abre-se um período de interregno, com destruição de recursos e de oportunidades porque não existe uma estrutura de ordem que seja orientadora de comportamentos e de decisões.

Quando a crise não é resolvida pela mudança porque se perdeu o poder de regeneração, abre-se um período de interregno, durante o qual há destruição de recursos e de oportunidades porque não existe uma estrutura de ordem que seja orientadora de comportamentos e de decisões e que integre esses recursos e oportunidades numa visão estratégica e num modelo de sociedade. Pela sua natureza, o interregno é limitado no tempo, mas não se pode antecipar quando termina esse período de indeterminação da estruturação da ordem política.

Analisar a crise terminal de um regime político implica analisar os seus processos de formação da decisão política, os modos como corrige os seus desequilíbrios, como foi sendo feita a articulação do sistema partidário com as preferências do eleitorado, até se chegar a uma configuração que não foi anunciada e não terá sido desejada, em que já se perdeu a liberdade de decisão política, em que já não há regulação dos desequilíbrios, em que o sistema partidário já não consegue ajustar as preferências do eleitorado ao que é o efectivo campo de possibilidades do regime político. Se for possível estabelecer como se passou do quadro normal para o quadro crítico, a forma de crise terminal do regime político deixa de ser um mistério ou um acidente, passa a ser o resultado natural da acumulação de desvios e de erros que não foram corrigidos. Essa será a informação fundadora para o regime político seguinte, aquele que vai ser construído nas ruínas do regime anterior.

A formação da decisão política

A estrutura de fim-de-regime é constituída por um singular sistema de relações que se estabelecem entre os problemas políticos (que a função política de governação terá de resolver), as propostas partidárias (modos de interpretação dos problemas políticos e fórmulas que propõem a sua resolução) e as expectativas sociais (formadas pelo contacto com os problemas e organizadas pela comparação entre as propostas partidárias que se propõem

resolver esses problemas e que, em regime de democracia de sufrágio universal, permitem traduzir essas expectativas sociais em escolhas eleitorais). A estrutura de fim-de-regime é singular porque se forma quando os três vértices desta relação triangular são o resultado de dinâmicas que não são convergentes (e, por isso, sinalizam uma crise política) e quando esse regime político já não tem condições de regeneração que lhe permita voltar a uma articulação convergente das dinâmicas que produzem esses três vértices (e, por isso, sinalizam uma crise de regime).

Esta desconexão entre os três vértices da relação triangular é a configuração que tem de ser descrita e interpretada para se identificar o que é a perda de poder de regeneração do regime político.

Os problemas políticos não encontram resolução porque as propostas partidárias não têm por finalidade resolver esses problemas políticos, mas sim influenciar as expectativas sociais de modo a formar as preferências eleitorais que permitam manter a relevância eleitoral de cada partido e as posições de influência dos seus dirigentes. Todos os agentes – sociais, económicos e políticos – estão mais interessados em ocultar os problemas políticos do que em resolvê-los: os partidos políticos, para não terem de alterar as suas propostas que sejam marcas das suas identidades; os grupos sociais para não terem de reduzir ou reformular as suas expectativas; os agentes económicos, para não terem de revelar as suas vulnerabilidades competitivas ou de insuficiência de recursos.

A formação das dinâmicas divergentes que produzem a desconexão entre os três vértices da relação triangular é um processo longo, não acontece nos intervalos curtos da conjuntura. Resulta de uma habituação dos partidos e dos grupos sociais aos desequilíbrios, criando um ambiente de tolerância ao desvio repetido entre o que é prometido e o que é realizado, numa conivência continuada entre partidos (para permanecerem no poder) e grupos sociais (para conservarem algum tipo de vantagem ou de renda proporcionadas pelas decisões políticas).

A forma canónica desta relação triangular, quando há condições do regular funcionamento das instituições, com o funcionamento adequado dos dispositivos de regulação que impedem a acumulação de desequilíbrios, mantendo o regime político o seu poder de resolução dos problemas políticos e estando os diferentes grupos sociais ajustados ao que é o seu campo de possibilidades, é apresentada na figura seguinte.



Sendo uma forma canónica de articulações ideais, esta figura regista as relações que devem produzir padrões de equilíbrio sustentados, corrigindo os desvios sempre que estes sejam detectados. Mas também permite identificar as consequências dos desvios que se formarem em relação a este sistema ideal.

É a comparação entre a forma canónica e a forma concreta que se encontra num período específico que permite identificar os temas relevantes para a análise do sistema político. Cada um dos vértices oferece uma perspectiva de observação desse sistema político, sendo a sua avaliação o resultado da combinação dessas três perspectivas.

O primeiro vértice: problemas políticos

Nesta representação ideal de um campo político, o primeiro vértice é constituído pelos problemas políticos que são formados pelos principais temas do debate político e que esperam decisão em cada época.

No contexto português actual, a identificação do que é o seu campo de possibilidades (aquilo que pode ser realizado com o seu potencial económico e social) depende da qualidade do seu modelo de desenvolvimento (do seu grau de mobilização dos agentes económicos e sociais, mas também do que for a sua capacidade para estabelecer um horizonte de futuro que seja orientador dos comportamentos e das expectativas desses agentes económicos e sociais) e do que forem as taxas de crescimento da economia que

estão a ser obtidas com as políticas adoptadas (porque é disso que depende a existência de recursos para a concretização das decisões políticas).

Depois do fim do império, o campo de possibilidades de Portugal ficou condicionado pela capacidade para resolver a questão da escala que esta contracção do seu espaço de influência colocava, desarticulando as conexões entre os mercados metropolitanos e os mercados coloniais, interrompendo a circulação de matérias-primas e de produtos finais, mas também com destruição do capital investido nos mercados coloniais.

Depois da integração no Estado dos centros de acumulação privados e das suas bases patrimoniais, com a política de nacionalização que ficou associada à mudança do regime político, o campo de possibilidades de Portugal ficou condicionado à resposta que fosse dada à questão do financiamento da economia, das políticas públicas e dos investimentos de modernização competitiva.

Depois do alargamento da cobertura de necessidades sociais através de políticas públicas, no mesmo período em que se desenvolvia a alteração do perfil demográfico na sociedade portuguesa e crescia a pressão do desemprego nas empresas tivessem vulnerabilidades competitivas, a exigência de acautelar o equilíbrio orçamental e de, se esse objectivo não fosse atingido, corrigir a tendência para um endividamento crescente, colocaram a dívida pública como a questão central de que passava a depender a capacidade do regime político para demonstrar um efectivo poder de regeneração.

Este padrão de problemas políticos, com desequilíbrios que se acumularam durante um período muito longo, transportou para o primeiro plano a estratégia europeia de Portugal, na medida em que é através dela que podem ser encontradas as respostas (em termos de normas a respeitar, de recursos a obter e de alvos a atingir) para as questões da escala e da dívida (ou das insuficiências de capital). Como noutros períodos da sua história, o sistema político português ficou confrontado com a necessidade de complementar a sua exiguidade (em escala e em recursos) com uma dimensão externa que abrisse oportunidades e corrigisse as insuficiências internas. Este processo de "interiorização do exterior", ou de integração das condições externas nas normas internas, não é uma escolha que resulte de um exercício de vontade (ou de soberania), é uma necessidade imposta pelas condições estruturais de uma sociedade que teve uma contracção do seu espaço de possibilidades e que não poderia manter o nível de rendimentos que tinha atingido no período anterior sem uma alteração relevante das suas relações estruturais que determinam a configuração dos seus problemas políticos.

O segundo vértice: propostas partidárias

O segundo vértice do triângulo que relaciona problemas políticos com propostas partidárias e expectativas socia é constituído pelas respostas que os partidos apresentam à sociedade para que esta possa resolver os seus problemas políticos.

Em sistemas políticos consensuais, as propostas partidárias têm uma relação estreita com o que são os problemas políticos identificados nessa sociedade, integrados em modelos de interpretação que estão próximos ou não são conflituais, e é essa proximidade das avaliações e interpretações que permite a formação de uma larga base de consenso. Em sistemas políticos polarizados, as propostas partidárias autonomizam-se dos problemas políticos porque a prioridade é atribuída à diferenciação entre essas propostas, usando modelos de interpretação dos problemas políticos que nem são próximos nem são convergentes, o que implica que a comparação entre as propostas partidárias contrastadas passe a ser mais importante do que a avaliação dos seus contributos para a resolução cooperante desses problemas.

Nos casos de sistemas políticos conflituais, nem sequer há consenso na identificação dos problemas políticos porque os modelos utilizados não são compatíveis. As propostas partidárias que são apresentadas referenciam-se a perspectivas de observação distintas – ou mesmo a modelos de sociedade diferentes. Nos casos extremos de polarização e conflitualidade, esta incompatibilidade dos modelos de interpretação vai até ao ponto extremo de considerar o modelo oposto como o gerador dos problemas políticos que é preciso resolver, o que impede a cooperação entre aqueles que usam modelos diferentes e torna impossível a formação de uma estratégia comum para resolver os problemas políticos.

Quando se observa o sistema político a partir do vértice dos problemas políticos, é o campo de possibilidades que condiciona o que pode ser realizado. É a realidade efectiva das coisas que se impõe, secundarizando os discursos políticos e os programas partidários diferenciados que se formulam para responder a esses problemas políticos. Quando se observa o sistema político a partir do vértice das propostas partidárias (sobretudo em sistemas políticos que sejam conflituais e polarizados), são os modelos de sociedade e os modelos de interpretação diferentes, que cada partido utiliza como o seu padrão orientador, que condicionam o modo como as propostas partidárias são formuladas e delimitam o que são os campos de aliança que ficam abertos (ou fechados) para cada partido.

É neste segundo vértice das propostas partidárias que se estabelecem as condições para o regular funcionamento das instituições democráticas. Estas não dependem apenas do que está previsto na Constituição quanto ao que deve ser o modo de funcionamento dessas instituições, mas dependem sobretudo do que forem os padrões de relações entre partidos e do que for a intensidade da diferenciação das propostas partidárias. Não se pode garantir que este regular funcionamento das instituições democráticas respeite necessariamente o campo de possibilidades que é determinante para a formação dos problemas políticos. Formalmente, pode estar assegurado o regular funcionamento das instituições democráticas, mas os resultados obtidos com esse regular funcionamento podem não ser satisfatórios, ou podem mesmo desencadear crises que essas instituições não conseguem resolver, quando o grau de polarização e de conflitualidade for elevado – com a consequência última de restringir o poder de regeneração desse regime político.

As propostas partidárias podem construir campos de possibilidades imaginários, que sejam mais conformados pelas relações entre partidos do que pela reflexão sobre as possibilidades reais, que se confirmam mutuamente mesmo quando se opõem, mas que se afastam do campo de possibilidades reais porque o ocultam atrás da cortina que é criada pelos debates e pelos discursos políticos referenciados a campos de possibilidades imaginários. As relações, de aliança ou de conflitualidade, entre os diversos partidos e entre as suas propostas partidárias podem ser tão intensas que se autonomizam dos problemas políticos, cuja interpretação e resolução só será possível depois de resolvidas essas particularidades das relações partidárias. Em termos da dinâmica política, estes campos de possibilidades imaginários podem tornar-se mais reais do que o próprio real, no sentido em que os protagonistas ficam presos no que lhes é imposto pelos seus imaginários e abdicam de interpretar a realidade.

É neste vértice das propostas partidárias que se encontram as principais dicotomias que estruturam as relações entre partidos. Estas dicotomias aparecem com expressões mais contrastadas e inconciliáveis quando o sistema de problemas políticos evolui para contextos de crise, na medida em que quanto maior for a intensidade da crise mais radicais serão as polarizações dos diferentes partidos que procuram atrair os eleitores para as propostas que apresentam, contrastando modelos de sociedade e horizontes de futuro para segmentarem o eleitorado.

O sistema de governo é um dos temas de polarização, estabelecendo o contraste entre o modelo parlamentarista e o modelo de regulação presi-

dencial. No primeiro caso, são as relações horizontais entre partidos, ao longo do eixo que vai da esquerda à direita, que determinam a formação do poder e as possibilidades de alianças. O parlamentarismo implica que a regulação e a correcção dos desvios entre o anunciado e o realizado sejam funções entregues aos mesmos que são responsáveis por esses desvios. Foi esta a opção na Primeira República, entre 1910 e 1926, e era esta a preferência assumida durante a elaboração da Constituição em 1975, na sua primeira fase, que foi interrompida pela mudança política ocorrida em 25 de Novembro de 1975. Na segunda fase de elaboração da Constituição, a introdução da eleição directa do Presidente da República estabeleceu uma dimensão vertical (em que o Presidente da República, com legitimidade própria baseada na sua eleição por maioria absoluta, tem uma função de regulação que é expressa nos seus poderes constitucionais e, em especial, pelo poder de antecipar a realização de eleições), complementando a dimensão horizontal dominada pelos partidos com representação parlamentar com a introdução de um factor de decisão (e de clarificação) presidencial.

Esta dimensão vertical foi activada com frequência durante as quatro décadas do regime democrático em Portugal: em quinze eleições legislativas, sete foram eleições antecipadas por intervenção do Presidente da República. Para além destas regulações extraordinárias, houve sempre a regulação corrente que é exercida pelo Presidente da República nas suas relações com a Assembleia da República, com o Tribunal Constitucional, com as Forças Armadas, com as instituições da Igreja, com o Governo (na promulgação de diplomas e nas reuniões regulares com o primeiro-ministro para informação do Presidente da República), com os partidos e organizações representativas de grupos sociais, com a sociedade através de discursos e entrevistas. A opção constitucional por um sistema de governo de modelo parlamentar (na formação do Governo – sobretudo depois da revisão de 1982, quando o Governo deixou de depender da confiança política do Presidente da República – e na produção legislativa) racionalizado pelos poderes de regulação exercidos pelo Presidente da República, viu confirmada a sua relevância com a frequência com que estes poderes presidenciais foram usados para responder a dificuldades e crises que não encontravam resolução no quadro parlamentar.

Apesar desta utilização intensiva dos poderes presidenciais, a evolução do regime político não conseguiu corrigir a distância entre as propostas dos partidos e as concretizações que obtiveram quando exerceram o poder executivo. A história do regime, nas suas primeiras quatro décadas, foi dominada por uma longa série de crises, até se chegar a uma crise extrema

de endividamento que sinaliza a incapacidade do sistema político para manter a trajectória da sociedade portuguesa dentro do seu campo de possibilidades efectivo. Compreende-se que sejam retomados os contrastes entre a opção parlamentar e a opção presidencial quando a articulação complementar destas duas opções, estabelecida na Constituição e mantida nas suas revisões, não se mostrou eficaz – nem corrigiu os antagonismos entre os partidos parlamentares, nem permitiu a afirmação de uma função presidencial com efectiva autoridade de regulação.

No entanto, alterar o sistema de governo não seria uma resposta eficaz para a crise das relações entre partidos e para a crise da resolução dos problemas políticos num intervalo temporal curto – como teria de ser para responder a um contexto de emergência criado por uma crise extrema. O sistema de governo é apenas um conjunto de dispositivos instrumentais, não escolhe nem determina o conteúdo das relações entre as entidades com relevância política, como também não decide qual é a qualidade das respostas aos problemas políticos – e são os conteúdos das relações entre os partidos e a qualidade das respostas que apresentam para os problemas políticos que, de facto, determinam as tendências para a formação de crises, as condições para as suas resoluções e o poder de regeneração de um regime político.

Não podendo alterar os conteúdos das relações entre os partidos e a qualidade das suas propostas, a decisão de reformular o sistema de governo para anular a função presidencial e instituir um sistema parlamentar puro não teria potência suficiente para abrir novos campos de possibilidade que permitissem corrigir a evolução do regime, muito menos quando este está bloqueado numa crise extrema. Pelo contrário, é o modo como as relações entre os partidos e entre as suas propostas conduziu à rigidez de posições antagónicas, em termos de rejeição de consensos estratégicos e em termos de formação de alianças consistentes, que mostra por que é que a opção parlamentarista seria um contributo reforçado para a continuidade da crise extrema em lugar de a superar. Nestes contextos extremos, o exercício da função presidencial aparece como o instrumento que resta neste regime político que ainda tem poder para abrir novas vias para a superação de crises.

Uma segunda dicotomia, mais relevante para a identificação das posições partidárias (em termos das propostas de políticas concretas) do que é a clivagem entre o parlamentarismo e o presidencialismo (que se define em relação aos procedimentos institucionais), é a que opõe as propostas nacionalistas e soberanistas às propostas integracionistas e de partilha de soberania para oferecer acesso à utilização de recursos comuns. Esta dico-

tomia tem conteúdos que variam em função da época histórica considerada, mas ganham relevo especial depois de se ter iniciado a época da globalização competitiva (onde a mobilidade dos factores e a escala dos mercados passaram a ser condições e constrangimentos estratégicos essenciais, que alteram as condições tradicionais em que se formaram os Estados quando estes tinham fronteiras protecionistas e operavam com moedas próprias).

As posições nacionalistas e soberanistas não respondem à questão da escala para países com dimensões equivalentes à de Portugal se não tiverem especializações ou dotações de matérias-primas que lhe ofereçam uma vantagem competitiva natural. Neste sentido, são posições que apelam a uma memória histórica mas que não têm potencial de desenvolvimento e de modernização na época da globalização competitiva.

Pelo contrário, as posições integracionistas e de partilha de soberania não têm exemplos históricos relevantes que possam oferecer linhas de orientação com base na memória, são caminhos novos que exigem capacidade de inovação e que são prejudicadas, em termos de flexibilidade e de ajustamento rápido a novas oportunidades, quando são rejeitadas em nome de posições tradicionais que já não podem ter agora os resultados que tiveram nas condições do passado. Retomar as posições partidárias do passado não é só inconsequente (porque não têm condições de concretização), tem também efeitos perversos (porque os recursos que se perdem a tentar concretizar o que já não é possível prejudica a concretização do que é possível).

A terceira dicotomia que diferencia as propostas partidárias é a que se estabelece entre as políticas distributivas e as políticas competitivas. É uma clivagem histórica, mas também ela vê alteradas as suas condições e os seus efeitos quando muda o modelo de sociedade (por alteração do sistema de valores ou por alteração da estrutura demográfica) ou quando muda o campo de possibilidades em relação ao que está a ser a evolução da economia mundial no contexto da globalização competitiva

Compreende-se que se argumente que uma sociedade que tenha políticas distributivas que compensem as desigualdades esteja mais motivada para melhorar os seus indicadores de competitividade, conseguindo assim obter taxas de crescimento mais elevadas que, por sua vez, vão permitir financiar políticas distributivas mais generosas. Todavia, esta espiral ascendente será interrompida e transforma-se numa espiral descendente se a segurança oferecida pelas políticas distributivas e o crescimento da despesa

com o financiamento desses dispositivos distributivos prejudicarem os indicadores de competitividade.

Esta inversão da espiral ascendente em espiral descendente pode acontecer porque as políticas distributivas reduzem os incentivos ao crescimento da produtividade ou porque os pesos dos compromissos distributivos, nos orçamentos ou nas contribuições associadas aos rendimentos do trabalho, desviam meios financeiros que são necessários para o investimento das empresas e para a construção de infraestruturas que aumentem a competitividade. O distributivismo no curto prazo prejudica a competitividade no médio e no longo prazo porque a espiral ascendente no prazo imediato passa a ser espiral descendente no médio e longo prazo – e o longo prazo é o que conta em termos históricos para avaliar a qualidade das decisões, pois no longo prazo já estão mortos aqueles que beneficiaram com os continuados desequilíbrios de curto prazo.

As relações entre distribuição e competição estão sujeitas, na sua evolução no tempo, à formação de pontos de viragem que invertem o sentido da espiral na inter-relação entre estas duas opções de políticas, mudando o sentido ascendente em sentido descendente. Em geral, todas as dicotomias políticas incluem estes pontos de viragem quando se perde o equilíbrio entre posições extremas ou quando a nitidez dos ideais deixa de ter em conta a adequação das decisões ao que é a variação do seu campo de possibilidades. Todavia, esta necessidade de preservar o equilíbrio entre posições extremas é imperativa em casos, como é o da polarização entre distribuição e competição, em que as políticas distributivas criam direitos sociais (que são rígidos a movimentos descendentes, o que reduz ou anula a flexibilidade de ajustamento à evolução das circunstâncias) e as políticas competitivas precisam de defender quotas de mercado para que a economia tenha acesso a uma escala que seja superior à do seu mercado interno (o que exige que tenham rapidez de ajustamento às flutuações das conjunturas). Nestes casos, passar o ponto de viragem implica criar efeitos irreversíveis que invertem o sentido da espiral, passando a ser descendente o que se pretendia que fosse sustentadamente ascendente.

A quarta dicotomia que se encontra no vértice das propostas partidárias é a que se estabelece entre a opção pela despesa (para estimular o mercado interno) e a opção pelo investimento (para favorecer a competitividade). São duas escolhas estratégicas muito diferentes e que, em termos conjunturais, são alternativas que podem tornar-se convergentes: o aumento da despesa em consumo depois do aumento do rendimento disponível pode

gerar, mais tarde, aumento do investimento; mas também o aumento do investimento pode gerar, mais tarde, aumento da despesa depois do aumento do rendimento disponível. Em prazos curtos, não se pode provar que estas alternativas de política tenham de ser dicotómicas. Todavia, a convergência destas duas escolhas a médio prazo está condicionada pelo que for a escala da economia: a pequena dimensão do mercado interno irá induzir mais o efeito negativo do aumento de importações antes de poder reflectir-se nos efeitos positivos de aumento da escala do mercado interno e de expansão dos sectores que têm relações de complementaridade para que seja possível responder internamente a esse aumento da procura.

O que é uma diferença de opções políticas numa economia que tenha uma grande escala, ou que esteja internacionalizada com acesso a um grande mercado onde possa expandir os seus sectores especializados, torna-se uma dicotomia forte nas economias que tenham uma pequena escala de mercado interno e não tenham investido em especializações no mercado global. Neste caso, escolher a via da despesa prejudica o investimento e a escolha da competitividade implica conseguir promover a acumulação de capital que financie o crescimento da competitividade, o que implica controlar o crescimento das despesas de consumo para promover o investimento interno e satisfazer os critérios de atractividade do investimento externo. Onde existir o constrangimento da pequena escala do mercado interno e das redes de internacionalização existentes, não se pode fazer a transposição directa dos modelos teóricos gerais para as escolhas políticas concretas e quando não se respeitam as precauções de conversão em função dos espaços reais de aplicação das políticas originam-se efeitos perversos que só se corrigem depois de verificadas as suas consequências – de que é mais difícil recuperar nas economias que operam em escalas pequenas.

O terceiro vértice: expectativas sociais

Os grupos sociais relacionam-se com os problemas políticos ao mesmo tempo que se relacionam com os partidos em função do que são as posições dos partidos perante esses mesmos problemas políticos. Em sociedades com evolução estável, estes três vectores formam uma relação triangular estável porque os grupos sociais e os partidos têm respostas semelhantes para os problemas que, numa evolução estável, são problemas de baixa intensidade. Os problemas com que os grupos sociais se confrontam são os mesmos problemas a que os partidos respondem com as propostas que apresentam

aos eleitores, o que justifica que essa relação triangular também seja estável, com as propostas partidárias e as expectativas sociais sobre o que tem de ser feito para resolver os problemas políticos a reforçarem-se mutuamente.

Quando a evolução da sociedade não é estável e, por maioria de razão, quando essa evolução instável conduz a contextos de crise, a relação triangular perde a sua estabilidade. Os grupos sociais identificam os problemas políticos de modos diferentes em função do que são as defesas dos seus interesses nesses contextos instáveis, e os partidos apresentam as suas propostas em função de diagnósticos diferentes sobre o que são os problemas políticos. A relação triangular passa a ser geradora de divisões na sociedade e de conflitualidade entre os partidos, com a consequência última de os problemas políticos se autonomizarem numa dinâmica própria, porque não estão sujeitos a controlo político, nem contribuem para que os comportamentos sociais se adaptem de modo a corrigirem esses problemas políticos.

Quando é perdida a estabilidade das relações entre problemas políticos, propostas partidárias e expectativas sociais, a prioridade deixou de ser a identificação dos problemas para orientar a sociedade para a sua resolução (que deveria ser a primeira responsabilidade dos partidos), e passou a ser convencer os grupos sociais sobre qual é o partido que mais garantias oferece de que satisfará os interesses dos eleitores (que é uma estratégia para a conquista ou conservação do poder). O modo como se articulam os problemas políticos com as propostas partidárias passa a ter como destinatários os grupos sociais e o que são as suas expectativas sobre o que é realizável, sobre o que é o campo de possibilidades, no presente e no futuro imediato

Em geral, os grupos sociais podem fazer a sua própria avaliação do que são os problemas políticos e como tem evoluído o campo de possibilidades, o que lhes permite formar uma opinião sobre o que são as escolhas políticas mais adequadas. Em concreto, porém, a relação dos grupos sociais com os problemas políticos é mediada pelas propostas partidárias, no sentido em que são os partidos, em regime democrático, as entidades especializadas na conversão dos problemas políticos em soluções políticas. Os grupos sociais formam as suas opiniões quanto ao que são as políticas que melhor poderão satisfazer os seus interesses, mas precisam dos partidos políticos para que essas opiniões se traduzam em conteúdos efectivos das políticas.

As escolhas eleitorais são, portanto, o resultado da articulação das expectativas sociais com as propostas partidárias, e só através do que forem as propostas partidárias estão essas escolhas eleitorais referenciadas aos problemas políticos – mas as propostas partidárias são, para os eleitores,

equivalentes ao que está dentro do campo de possibilidades, tal como os partidos o identificam.

Para os grupos sociais, tanto os problemas políticos como o campo de possibilidades que condiciona a evolução da sociedade são mais definidos pelo que forem as propostas partidárias do que estabelecidos por uma avaliação directa e autónoma do que está a ser a evolução da sociedade, da economia e do tipo de recursos que existem para realizar as necessidades e as aspirações desses grupos sociais. Para os eleitores que fizerem uma análise própria do que são os problemas políticos e do que é o campo de possibilidades em cada período, a avaliação pessoal que fazem das propostas partidárias não altera o facto de terem de escolher entre as propostas partidárias que existem, tendo como única alternativa optar pela abstenção. Não são os grupos sociais ou os eleitores que produzem as propostas partidárias mas, em contrapartida, são as propostas partidárias que configuram politicamente os grupos sociais e os eleitores porque é a oferta constituída por essas propostas partidárias que condiciona a procura dos eleitores.

A formação das expectativas sociais não é influenciada apenas pelas propostas partidárias apresentadas em período eleitoral, também é influenciada pelo que tiver sido a evolução anterior e pelo que foram as políticas aprovadas e os direitos sociais que foram sendo atribuídos ao longo do tempo. Estes elementos constituintes da memória histórica e de experiência acumulada têm mais peso na formação das expectativas sociais e das preferências eleitorais do que a avaliação objectiva do que são as efectivas possibilidades de evolução em cada período. As propostas partidárias tendem a ser construídas em função de uma espiral ascendente e só perante evidências muito fortes os partidos aceitam reformular promessas apresentadas em períodos anteriores.

Por seu lado, as expectativas sociais são rígidas à hipótese de perda de direitos que foram concedidos, invocando do princípio da confiança para exigirem a continuidade das decisões políticas anteriores. Ou seja, as expectativas sociais tornam-se insensíveis às mudanças das circunstâncias e dificultam o ajustamento da sociedade a essas alterações, sobretudo quando as propostas partidárias também não reconhecem essas mudanças e persistem nas suas promessas de continuidade ascendente na evolução da sociedade.

Quanto maior for a dependência da sociedade em relação ao que é garantido e distribuído pelos dispositivos das políticas sociais, mais rígidas serão as expectativas sociais, recusando os ajustamentos que a alteração das circunstâncias recomenda. O resultado da imposição do princípio da confiança à evolução das circunstâncias aparece no efeito perverso de

destruir a viabilidade desses dispositivos de políticas públicas quando se passa o ponto de viragem em que o que era a espiral ascendente esperada se transforma numa espiral descendente descontrolada. Evitar passar o ponto de viragem exige que se mantenha a avaliação rigorosa do que é a evolução do campo de possibilidades, porque este não se subordina a qualquer princípio da confiança em relação à produção legislativa anterior.

É porque os partidos, como entidades que operam na esfera política, sabem que o campo de possibilidades é sempre o que realmente determina as condições de satisfação do princípio da confiança que seja imposto pelos constitucionalistas (ou seja, que é da evolução do campo de possibilidades que depende efectivamente a conversão dos direitos atribuídos em direitos adquiridos), que é aos partidos que compete, em primeira instância, fazer a avaliação rigorosa do campo de possibilidades. Quando não o fazem, condenam-se a ser arrastados pelas preferências dos grupos sociais e perdem o controlo sobre as suas decisões políticas, ficando eleitores e eleitos presos na espiral descendente que conduz todos para os contextos de crise.

Os responsáveis partidários conhecem as preferências sociais latentes ou espontâneas na sociedade portuguesa e sabem que, se não as corrigirem em tempo oportuno, depressa chegam a situações de desequilíbrio e de inviabilidade que irão impedir a satisfação dessas preferências. Quando se acumulam desequilíbrios no financiamento dos dispositivos que satisfazem as preferências sociais, porque não são cobradas contribuições ou taxas em valor adequado, geram-se pressões sobre o orçamento e abre-se um paradoxo: o modo de financiar a satisfação dessas expectativas ameaça a continuidade dos direitos sociais que estão associados a essas políticas e a esses dispositivos. Quando se abre este paradoxo – a oferta de políticas públicas faz crescer a procura social, mas esta vai destruir a oferta se não for possível financiar esses serviços ou essas prestações – aparece uma defesa que é perversa nas suas consequências: invoca-se o princípio da confiança, que seria constitucionalmente protegido, para assegurar a continuidade desses direitos que passam a ser financiados com transferências orçamentais e com recurso ao endividamento.

Se a satisfação desses direitos não é assegurada por excedentes acumulados ou pelas contribuições e taxas, o seu financiamento com recurso ao endividamento vai encontrar o limite da tolerância dos credores – primeiro pela via da taxa de juro, depois pela via da impossibilidade de colocar novas emissões de dívida. Nestas novas condições, a garantia de direitos sociais atribuídos, quando se torna necessário reduzir o endividamento, pode justificar a invocação do princípio da confiança para proteger esses direitos, mas

não resolve a dificuldade de que a satisfação desses direito exige que se continue a emitir nova dívida. É neste ponto que aparece a perversidade da defesa dos direitos sociais que seja feita com base no princípio da confiança, mesmo que constitucionalmente protegido, porque ele não assegura a emissão de dívida que é necessária para satisfazer esses direitos sociais.

Se os responsáveis partidários optarem por formular as suas propostas partidárias de modo a reforçarem as preferências latentes ou espontâneas da sociedade, estão a limitar a sua liberdade de decisão política e a permitir que os grupos sociais e os grupos eleitorais considerem que é mais importante responder às necessidades sociais do que respeitar os limites impostos pelo que é o campo de possibilidades. Quando é assim, os responsáveis partidários poderão satisfazer as expectativas sociais no curto prazo, mas estarão a conduzir a sociedade para um contexto de crise, pois esse modo artificial de satisfazer as expectativas sociais só seria sustentável se fosse possível recorrer ilimitadamente, e por tempo indefinido, à emissão de dívida.

No que deve ser a sua função de configuradores das preferências sociais para que estas se mantenham dentro do campo de possibilidades em cada época, os partidos políticos não podem apresentar aos eleitores propostas partidárias em que a dívida possa aparecer como sendo idêntica a receita, nem podem querer corrigir as desigualdades sociais sem considerarem as assimetrias sociais que, só por si, são geradoras de diferenciações de rendimentos e dessas desigualdades sociais que se pretende controlar.

Por um lado, a dívida nunca é uma receita, é uma apropriação de recursos financeiros que têm de ser aplicados onde possam gerar resultados que permitam pagar os encargos financeiros e amortizar a dívida. Quando a aplicação desses recursos é feita em dispositivos distributivos, não se vai receber dividendos que se traduzam em receita, apenas se está a obter satisfação de necessidades sociais – muitas vezes tornadas necessidades sociais reais só porque foram instalados esses dispositivos distributivos. É o tipo de decisão que gera efeitos perversos, porque agrava o constrangimento associado à dívida e vai pôr em causa a continuidade desses dispositivos distributivos, transformando a satisfação em frustração.

Por outro lado, a desigualdade que se encontra nos níveis de rendimentos dos diferentes grupos sociais, dos diferentes grupos etários e nas diferentes regiões não é independente da estrutura da sociedade, variando com o grau de assimetria que se encontra nas diferenças de competências, de competitividade e de valor acrescentado nas diversas categorias de actividade, de histórias pessoais e familiares. Numa sociedade homogénea, a

desigualdade pode ser corrigida com políticas distributivas e com investimentos na qualificação profissional e nas competências mais adequadas ao crescimento da economia. Nas sociedades assimétricas, pelo contrário, as políticas distributivas de compensação das desigualdades não alteram o efeito das assimetrias na formação dessas desigualdades. Neste caso, as políticas distributivas não asseguram aos grupos sociais com menor competitividade a obtenção das competências que lhes permitam melhorar o seu nível de rendimentos de modo sustentado e implicam, pela via da extracção fiscal, que os grupos sociais mais competitivos e com rendimentos superiores sejam penalizados para financiarem essas políticas distributivas, com a consequência última de ser diminuído o potencial de crescimento da economia onde estas assimetrias existirem e persistirem.

Se a acumulação de dívida para financiar políticas públicas distributivas prejudica o crescimento futuro sem resolver a origem das desigualdades de rendimentos porque apenas as compensa temporariamente, a aplicação de políticas distributivas em que há assimetrias pronunciadas também prejudica o crescimento futuro e reproduz a desigualdade inicial porque não pode corrigir as diferenciações de competências e de competitividades que geram essa desigualdade. É uma dinâmica que se torna interminável e sempre sem sucesso, até se chegar a um contexto extremo em que o processo da crise destrua essas assimetrias pela condenação a um empobrecimento generalizado: desaparecem os rendimentos superiores sem se ter feito crescer os rendimentos inferiores.

Nestes dois casos, no processo de endividamento e no processo de interpretação das assimetrias, as posições partidárias são fundamentais para influenciar as expectativas sociais, na medida em que a formação das expectativas sociais é condicionada e estruturada pelo que são as posições dos partidos nestas questões centrais das estratégias de coesão e de desenvolvimento.

Onde as posições partidárias privilegiarem a interpretação das desigualdades como sendo o resultado inevitável do antagonismo entre grupos sociais, as expectativas sociais serão orientadas para favorecer as intervenções dos responsáveis políticos que compensem os desfavorecidos e penalizem os que têm rendimentos superiores, pela via das políticas distributivas financiadas por receitas fiscais ou, se estas forem insuficientes, com recurso à emissão de dívida. A lógica do antagonismo implica que os mais fracos sejam beneficiados e os mais fortes sejam penalizados. O resultado da lógica do antagonismo é a sua reprodução por tempo indefinido, porque as

desigualdades vão persistir, confirmando assim essa lógica do antagonismo – que se torna a interpretação única das desigualdades, sobretudo quando uma tendência de fraco crescimento económico contribuir para acentuar essas desigualdades.

Onde as posições partidárias reconhecerem que na origem das desigualdades estão assimetrias de competências e de competitividades, as expectativas sociais estarão orientadas para preferirem as políticas públicas que corrigem as assimetrias e só depois terá sentido útil a aplicação de políticas distributivas para os casos em que não são superadas as desigualdades de competências e de capacidade competitiva. As desigualdades deixam de ser analisadas em função de um modelo geral aplicado a toda a sociedade para passarem a ser observadas como o resultado de circunstâncias específicas que devem ser tratadas em função da sua singularidade.

Se a formação das expectativas sociais é influenciada pelo modo como as propostas partidárias formulam as respostas aos problemas políticos, também as condições de exercício do poder político com base nas propostas partidárias que vencem as eleições serão condicionadas pelo modo como essas propostas partidárias tiverem configurado a formação das expectativas sociais ao estabelecerem o que consideram ser o campo de possibilidades. Quem exerce o poder encontra as condições e objectivos que apresentou ao eleitorado e, neste sentido, o seu sucesso no exercício do poder depende do que foram as expectativas sociais que estruturaram com as suas propostas.

Dispositivos de regulação

No interior da relação triangular que se estabelece entre os problemas políticos, as propostas partidárias e as expectativas sociais, estão os dispositivos de regulação, que têm a função de corrigir os desequilíbrios que ponham em causa os padrões de viabilidade e de sustentabilidade dessas relações. A viabilidade consiste na manutenção dessas relações dentro do campo de possibilidades e a sustentabilidade consiste no ajustamento dessas relações ao que for a evolução do campo de possibilidades, que alarga as condições de viabilidade se a sociedade estiver em processo de expansão ou limita as condições de viabilidade se a sociedade estiver numa tendência de contracção. Porque as funções dos dispositivos de regulação estão articuladas com o que for a evolução do campo de possibilidades, os modos como são corrigidos os desequilíbrios em relação às condições de viabilidade e de sustentabilidade alteram-se quando mudam os campos de possibilidades.

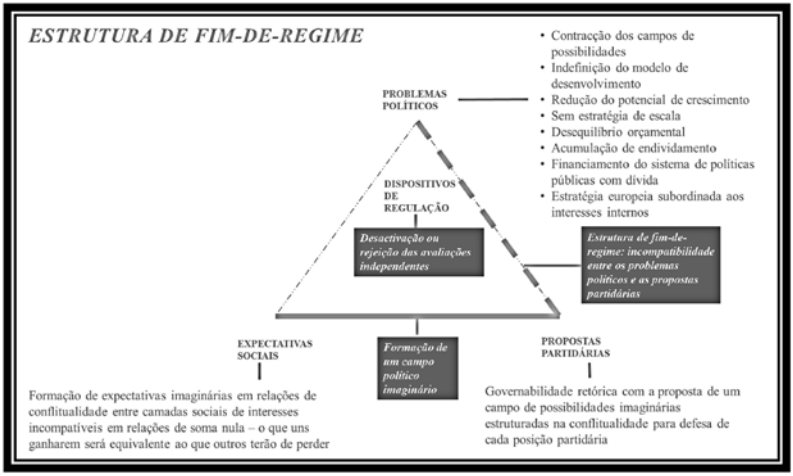
Da forma canónica à forma real da decisão política

Quando se compara esta forma canónica com a configuração efectiva que se encontra no contexto actual da política portuguesa aparecem os factores que estabelecem a estrutura de fim-de-regime, que tanto se pode ilustrar com acontecimentos e relações actuais como se pode comparar com o que foi a estrutura de fim-de-regime entre 1971 e 1974.

Nos dois casos, a estrutura de fim-de-regime é gerada pela incompatibilidade entre os problemas políticos (crise do império ou correcção do endividamento num contexto de baixo potencial de crescimento e de aumento continuado de necessidades de financiamento das políticas públicas distributivas) e as posições políticas (rejeição da negociação da descolonização e da legalização de partidos ou rejeição do ajustamento do sistema de políticas públicas às novas condições da globalização competitiva e da remoção das barreiras proteccionistas). A história não se repete, muito menos o que foi tragédia se reproduz como farsa, mas as estruturas repetem-se quando se permite que os factores formem configurações idênticas.

Esta repetição de estruturas de fim-de-regime sublinha um ponto comum: a desactivação dos dispositivos de regulação ou a indiferença perante as suas indicações. Neste aspecto, o contexto actual revela uma diferenciação importante em relação ao que se encontrou no passado: foram desactivados dois factores de regulação que eram determinantes no passado, a Igreja e as Forças Armadas. Estes tradicionais factores de correcção da trajectória política perderam o seu poder de influência e deixaram de ter poder de intervenção. Em contrapartida, novos factores de regulação, designadamente as instituições europeias e os mercados financeiros, passaram a ter um papel central na determinação do que é o campo de possibilidades, sobretudo sempre que os desequilíbrios internos agravarem as vulnerabilidades desse campo de possibilidades.

Todavia, estes novos factores de regulação ainda são percepcionados na sociedade como poderes externos, a que seria possível resistir se houvesse suficiente determinação nacionalista e protecionista, o que cria um desfasamento entre as indicações de regulação produzidas por estas entidades externas e a resposta interna a esses sinais que apontam para a necessidade de correcção dos desequilíbrios e das trajectórias. Aceitar essas indicações seria renunciar à soberania, como se os desequilíbrios desaparecessem se não houvesse observadores externos.



O factor crítico que desarticula o triângulo formado pelos problemas políticos, propostas partidárias e expectativas sociais é a neutralização dos dispositivos de regulação, cuja primeira responsabilidade é assegurar que as decisões são consistentes e sustentáveis no tempo. Quando essas avaliações independentes são silenciadas ou rejeitadas, estabelecem-se as condições para que o processo de decisão seja capturado por interesses particulares e para que as propostas partidárias se autonomizem em relação à interpretação objectiva do que são os problemas políticos. Estes ficam sem correcção e até sem diagnóstico, o que significa que o sistema de problemas políticos vai evoluir de modo automático, que não é reconhecido nas propostas partidárias e que não encontra reflexo nas expectativas sociais.

A consequência desta desarticulação dos problemas políticos em relação às propostas partidárias é o reforço da base do triângulo, com a relação entre as propostas partidárias e as expectativas sociais a formar um campo político imaginário, onde as posições partidárias dão prioridade à diferenciação competitiva entre partidos e escondem a análise dos problemas de governabilidade, ao mesmo tempo que as expectativas sociais são formadas em função das propostas partidárias e num padrão de dependência das políticas públicas e de conflitualidade entre grupos sociais que procuram obter as melhores vantagens em contextos de recursos escassos – e essa conflitualidade será tanto mais intensa quanto maior for a dependência social das políticas públicas e quanto mais escassos forem os recursos que financiam as políticas distributivas.

Este campo político imaginário tem na sua base uma distorção da responsabilidade política, na medida em que as propostas partidárias procuram fazer uma ligação directa com as preferências sociais porque a sua finalidade prioritária é eleitoral, não é a resolução dos problemas políticos. E estes têm de ser ocultados e ignorados porque a sua existência e o seu reconhecimento estariam a pôr em causa tanto as propostas partidárias como as preferências sociais, umas e outras articuladas em justificação circular – o que significa que partidos e grupos sociais têm de impedir que os problemas políticos, tal como realmente existem, ponham em causa as propostas partidárias e as preferências sociais.

Sabe-se quando começa um tempo de interregno, mas não se pode saber quando acaba. Mas sabe-se que a distorção da responsabilidade política que conduziu à desactivação dos dispositivos de regulação implica que o que determina o fim-de-regime será o próprio regime, será o normal funcionamento das suas instituições, até se chegar a um ponto de saturação, que também será um ponto de exaustão dos recursos. Nem mesmo a repetição de eleições permitirá evitar este destino, pois não é possível afastar do poder os que fracassam porque todos estão condenados a fracassar quando os problemas políticos se desligaram do eixo que é formado pelos programas partidários com as expectativas sociais, que produzem o espaço político imaginário que se autonomizou dos problemas políticos reais.

A configuração da crise do regime político

A crise do regime democrático português não é um acidente nem um mistério inexplicável. Pelo contrário, a trajectória iniciada há quatro décadas é consistente, mesmo que tenha conduzido a uma situação muito diferente da que estava anunciada – mas foi o anunciado que nunca conseguiu reunir as condições para a sua concretização. É porque essa trajectória foi e é consistente que a crise do presente deve ser analisada como o resultado natural do regular funcionamento das instituições democráticas – não é um acidente nem é um mistério, é o que se quis que fosse.

A acção política desenvolve-se na articulação de três esferas – a política, a económica e a social – integradas numa esfera externa envolvente, e condicionadas a um específico campo de possibilidades (que em certas épocas foi expansionista, noutras épocas foi contraccionista e hoje está subordinado a uma tendência de estagnação secular que reduz o cresci-

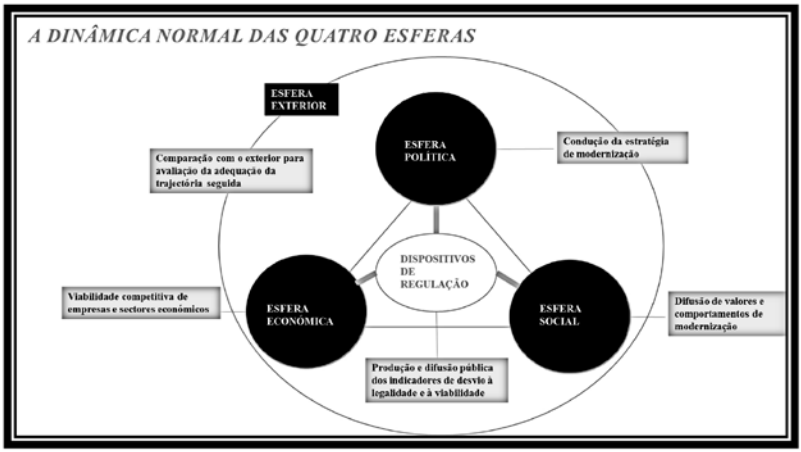
mento potencial, o que é um constrangimento importante para os programas políticos que se formulam nestas circunstâncias específicas). A finalidade da acção política é assegurar que haja harmonia nos movimentos destas esferas, para que não se formem desequilíbrios e para que, quando estes existirem, seja possível corrigi-los antes de eles se interrelacionarem e gerarem uma dinâmica própria que escape ao controlo da acção política.

Uma sociedade organizada é constituída por uma rede de entidades que se regulam mutuamente, de modo a que a diferenciação e conflitualidade de interesses e de racionalizações (modelos de sociedade, objectivos de cada grupo social, interpretações dos acontecimentos e das respectivas linhas de tendência) não originem desequilíbrios e trajectórias de evolução das sociedades que as coloquem fora do seu campo de possibilidades – porque se isso acontecer entra-se num tempo de crise em que a sociedade perde o controlo sobre a sua evolução, que passa a ser conduzida mais por força da crise do que pelo exercício da vontade dos que operam nessa sociedade. É o que se pode designar como o regular funcionamento das instituições.

Nenhuma dessas instituições e entidades tem uma racionalização exclusiva que se sobreponha a todas as outras, mas todas reconhecem que não é sustentável, numa sociedade pluralista democrática, pretender impor uma racionalização exclusiva que rejeite todas as outras. Mais importante do que a procura de entendimento entre diferentes posições e racionalizações será conseguir manter a harmonia das esferas com o seu equilíbrio autorregulado. Quando é preciso recorrer a procedimentos de negociação entre posições e racionalizações divergentes, já se está num contexto de emergência e de crise porque se permitiu, ou se promoveu, o desvio em relação à trajectória de equilíbrio sustentado.

Quanto mais complexa é a sociedade, mais elevado será o risco de que inter-relações imprevistas venham a gerar desequilíbrios, que produzem efeitos não intencionais ou consequências indesejadas. A harmonia das esferas não é apenas uma questão estética e o regular funcionamento das instituições democráticas não é apenas uma questão formal de equilíbrio de poderes. Ambas são questões com implicações práticas de que dependem a estabilidade ou a crise do regime político.

A forma canónica do equilíbrio das esferas ilustra-se no gráfico seguinte.



Em condições de regular funcionamento das instituições, a esfera política conduz a estratégia de modernização, a esfera económica assegura a viabilidade das empresas e dos sectores económicos, estabelecendo as suas estratégias de investimento de modo a obter condições competitivas, e a esfera social difunde os valores e comportamentos de modernização que amplificam a estratégia política e a estratégia económica. Este processo era duplamente regulado: em termos internos, pelos dispositivos de regulação instalados na sociedade e, em termos externos, pelas instituições europeias e pelos mercados financeiros, mas também pela análise comparada do que está a ser a evolução nas outras sociedades de referência. Esta rede de dispositivos de regulação, internos e externos, oferece indicadores suficientes para que se possa conhecer as condições de uma trajectória de equilíbrio, desde que não se ocultem e não se desrespeitem essas indicações. Nestas condições de regular funcionamento das instituições, não é provável que se manifestem crises de grande intensidade, mesmo que haja choques externos imprevistos, na medida em que esta diversidade de agências de regulação assegura que haja suficiente flexibilidade para se conseguir fazer o ajustamento a esses factores de perturbação das relações estabelecidas.

Com base nesta forma canónica, a manifestação de uma crise de grande intensidade tem como pressuposto da sua formação que haja deficiências de regulação e que estas se generalizem a toda a sociedade, que fica desprovida de defesas contra os factores de desequilíbrio. Esta é uma configuração em que a crise conduz a crise, no sentido em que são os factores que geram ou

promovem a crise que impedem que haja uma resposta consistente para a resolução, ou para o controlo, da crise. É esta forma anómala, como deformação da forma canónica, que se ilustra na figura seguinte.



Embora seja uma forma anómala e distorcida, é uma configuração internamente consistente e satisfazendo as preferências dos grupos sociais e dos centros de interesses que operam em cada uma das esferas. Mas para que estas deformações nas esferas possa acontecer e manter-se por um período longo é necessário desactivar os dispositivos de regulação, que perdem a sua operacionalidade – e isso não acontece porque sejam proibidos ou encerrados, mas simplesmente porque se tornam irrelevantes quando os protagonistas centrais, em cada uma das esferas, não reconhecem nem mostram conhecer as suas indicações, ou porque se tornam inconsequentes quando interpretam os textos formais sem terem em conta as alterações das circunstâncias que os desequilíbrios e as deformações das esferas produziram.

A crise de grande intensidade que não pode acontecer na forma canónica da articulação entre as três esferas aparece como o resultado natural da forma anómala e distorcida dessa articulação. O sistema das três esferas deformadas, duas em expansão e uma em contracção, saiu do seu campo de possibilidades e só se mantém em funcionamento porque obtém recursos adicionais pela via do endividamento – mas onde a dívida contraída não

se destina a investimentos produtivos que originem dividendos suficientes para pagar esse endividamento, mas é aplicada para continuar o sistema de relações que provocou a necessidade de recorrer ao endividamento.

A formação desta configuração da crise do regime político tem uma ilustração elementar e linear no caso português, com decisões e datas bem definidas, e com cada passo desse processo de formação da crise do regime político a ser assumido como a consequência natural dos passos anteriores – apesar de, em cada um desses passos, haver a intenção de evitar a crise e não de a prolongar e agravar.

A primeira expansão da esfera social, com a universalização de políticas públicas (oferecendo funções sociais sem custos para o utilizador ou estabelecendo contribuições muito inferiores aos valores dos direitos individuais formados com essas políticas públicas), e a primeira contracção da esfera económica (com as nacionalizações e a apropriação do capital empresarial pela esfera política), tiveram como consequência o recurso a dois programas de auxílio financeiro do Fundo Monetário Internacional, em 1978 e em 1983, depois de esgotada a capacidade de colocação da dívida pública portuguesa nos mercados financeiros. Pela primeira vez desde a bancarrota de 1891, perdeu-se o controlo da esfera política sobre a esfera económica, quando a estratégia seguida era a de a esfera política dominar a esfera económica ao mesmo tempo que se satisfaziam as expectativas induzidas na esfera social. Foi um programa político que operou fora do seu campo de possibilidades, mas daí não decorreu nem a correcção do discurso político, nem a reformulação das expectativas sociais.

A abertura de negociações para a adesão à Comunidade Económica Europeia teve como finalidade compensar a perda de escala e a destruição de capital que eram inerentes ao fim do império colonial, sendo o grande mercado europeu e o acesso a fundos comunitários os equivalentes possíveis para os mercados coloniais que desapareciam e para a perda total dos investimentos feitos nas economias coloniais. Durante algum tempo (de 1986 a 1992), este novo campo de possibilidades permitiu atrair investimento externo (essencial para uma economia que tinha destruído capital e tinha desmantelado os seus centros de acumulação de capital) e promoveu a integração de sectores da economia portuguesa no espaço económico europeu, oferecendo o benefício da maior escala e aumentando o seu potencial de crescimento.

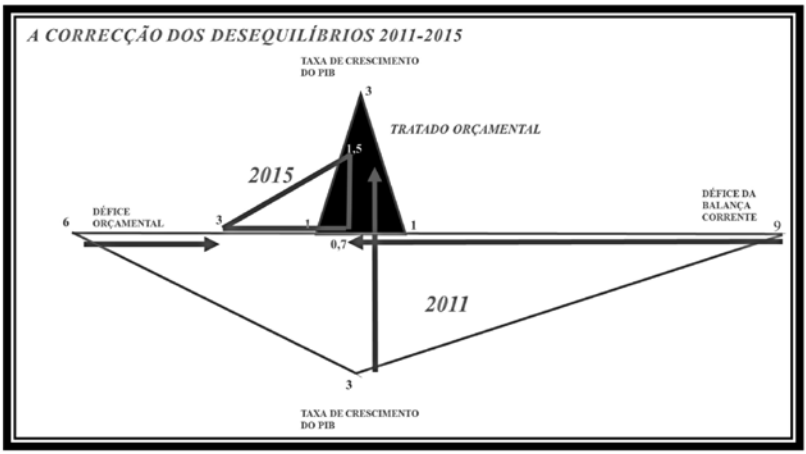
A desagregação da União Soviética, a unificação da Alemanha e a decisão de criação da moeda única europeia (com a definição dos critérios

de adesão ao euro) alteraram a questão da escala para Portugal (mostrando que o fim do império não tinha resolução automática na integração europeia) e estabeleceram um novo constrangimento para a articulação em Portugal das esferas política, económica e social (que passava a estar condicionada à disciplina do euro, ainda antes de a moeda comum estar em vigor e sem que o modo de formação das expectativas sociais ou os dispositivos de políticas públicas se tivessem ajustado a este novo constrangimento).

Passaram a coexistir dois campos de possibilidades incongruentes, um imaginário e referenciado a um passado que já não existia, outro realista, mas que era incompatível com o nível de despesa associado ao financiamento dos dispositivos instalados das políticas públicas. A resolução desta incongruência de dois campos de possibilidades coexistentes, mas incongruentes foi obtida com o recurso ao endividamento, tanto público (para cobrir os défices orçamentais provocados pelas políticas públicas e os défices de competitividade que se reflectem nos desequilíbrios da balança corrente), como privado (por efeito da destruição de capital agravada pela acumulação de imparidades nos balanços das empresas e dos bancos).

É a partir de 1995 que estas diversas linhas de tendência, coexistentes mas incongruentes, provocam a divergência crescente entre o que é anunciado e o que é obtido, o que se traduz no crescimento continuado do endividamento, quando se pretendia que houvesse crescimento da economia, e no crescimento continuado das expectativas distributivas, quando se pretendia que houvesse crescimento da competitividade. A crise do regime fica evidenciada nos resultados obtidos, sobretudo quando comparados com o que foram os objectivos anunciados. Porém, o modo como foram obtidos esses resultados não deve ser analisado na perspectiva da violação das promessas, mas sim como a consequência inevitável da desactivação dos dispositivos de regulação – quando estes estão operacionais não será preciso chegar à evidência dos resultados negativos porque serão aplicadas medidas de correcção antes de se chegar ao ponto de impossibilidade.

O resultado acumulado destes desvios torna-se evidente em 2011, quando se tornou necessário recorrer a ajuda externa para se poder voltar a uma configuração de equilíbrio, obrigando a uma correcção brusca das tendências anteriores, como se pode recordar no gráfico seguinte, que regista a evolução durante o período de ajuda externa em relação a três indicadores fundamentais.



Desequilíbrios com esta amplitude não se formam em prazos curtos, nem podem acontecer sem ter havido sinais de aviso que deveriam ter motivado reformulações de programas políticos, de estratégias económicas e de expectativas sociais. O silêncio dos reguladores aparece, assim, como um dos factores relevantes na formação da estrutura de fim-de-regime: as crises políticas acontecem e agravam-se cumulativamente porque o processo de decisão política não reconstitui o triângulo que articula os problemas políticos com as propostas partidárias e com as expectativas sociais, mas estabelece um triângulo de cumplicidades que faz desaparecer a responsabilidade política no confronto com os resultados obtidos, em que o anunciado não corresponde ao realizado.

O silêncio do regulador democrático: as eleições

O regime actual é um regime político democrático, o que tem a implicação decisiva de que o seu regulador central, o regulador em última instância, é o eleitorado. É a escolha eleitoral em sucessivas eleições, quando os eleitores escolhem entre as diversas posições partidárias que se apresentam com os seus programas de resolução dos problemas políticos, que determina o que são as configurações possíveis do poder e o que são as avaliações feitas, em cada oportunidade eleitoral, sobre o que foi o último segmento da trajectória seguida. Quando se integram esses diversos segmentos de trajectória e se observa o que foi a evolução do eleitorado no prazo longo

obtém-se informação relevante sobre o que foram os sucessivos campos de possibilidade e sobre o que foi a avaliação feita pelos eleitores.

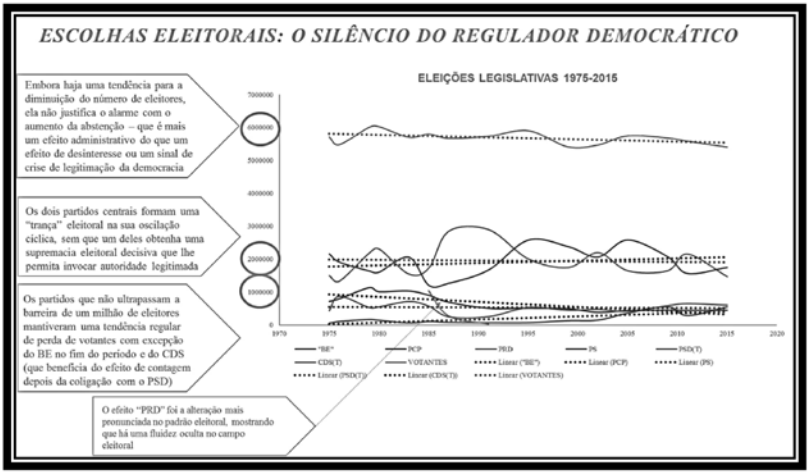
As eleições legislativas têm sido acontecimentos de elevada frequência na democracia portuguesa: em quinze eleições, sete foram antecipadas. Em princípio, este é um sinal de elevada instabilidade da esfera política. Todavia, a observação dos resultados eleitorais revela uma significativa estabilidade das escolhas do eleitorado, onde as variações mais acentuadas, quando ocorrem, são corrigidas na eleição seguinte, mesmo quando esta é antecipada. Há instabilidade na esfera política, mas é mais provocada pela instabilidade dos partidos do que por mudanças no eleitorado.

É o que se pode ver no gráfico seguinte, onde se registam todas as eleições legislativas (e onde a distribuição de votos entre partidos que concorreram coligados numa ou duas eleições é feita na proporção do que tinha sido a sua votação separada na eleição anterior ou, quando houve coligação por mais do que uma eleição, na proporção do que for a primeira eleição em que esses partidos concorrem separados, antes da primeira eleição e depois da segunda eleição).

Esta estabilidade do campo eleitoral só teve um episódio de perturbação, em 1985, com a formação de um novo partido, que praticamente desapareceu nas eleições seguintes, apesar de se realizarem apenas dois anos depois. Durante quatro décadas, passando por muitas crises políticas e económicas, nenhum dos dois partidos dominantes conseguiu obter uma legitimação que lhe assegurasse uma posição de autoridade na condução dos assuntos políticos. Apesar desta insuficiência de legitimação dos partidos, a formação de coligações, pequenas ou grandes, para estabelecer maioria de Governo (Pequena Coligação) ou maioria de reforma (Grande Coligação), não é apresentada pelos protagonistas partidários como a solução que seria normal numa história eleitoral como a que é registada nesta sequência de quinze eleições.

O resultado é perverso, no sentido em que esta defesa da identidade de cada partido, que por isso recusa aliar-se com outros, reflecte-se na insuficiência das condições de governabilidade para os que vão exercer o poder, pois cada partido que atinge os lugares do poder apresenta-se como não tendo nenhuma responsabilidade no que foi a evolução nos períodos anteriores e formulando projectos para o futuro como se as crises anteriores não tivessem destruído recursos e não tivessem feito perder oportunidades, contraindo e degradando o campo de possibilidades para o período seguinte. Não tendo obtido uma votação suficiente para terem autoridade política legitimada que lhes permitisse abrir novos horizontes para o futuro, procuram compensar essa lacuna mostrando-se descomprometidos com o

passado e não se considerando obrigados a interpretar o que impediu que o que então foi anunciado se tivesse realizado. O problema não está nos resultados eleitorais – que são o que são –, mas sim no modo como esses resultados são instrumentalizados para conseguir o acesso aos lugares do poder, partindo para o exercício do poder sem as condições adequadas para realizarem o que voltaram a anunciar.



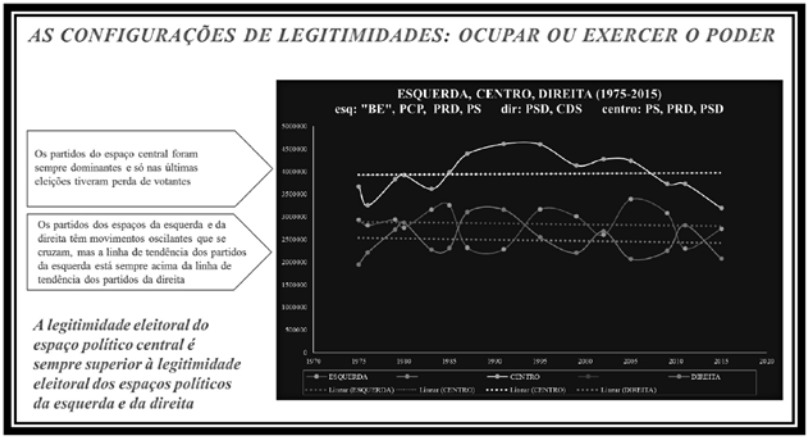
Esta concepção instrumental dos resultados eleitorais, que são interpretados e utilizados como veículos para o poder mais do que como expressões da vontade do eleitorado, teve duas ilustrações relevantes nas eleições realizadas em Junho de 2011 e em Outubro de 2015. Ambas se disputaram em contextos muito específicos que condicionaram o que são as suas possibilidades de evolução.

As eleições de 2011 foram eleições antecipadas (as anteriores foram realizadas em Setembro de 2009) e tornaram-se inevitáveis em consequência de uma grave degradação dos indicadores económicos que conduziu a uma impossibilidade de financiamento da dívida pública nos mercados financeiros, internos e externos. Os resultados eleitorais mantiveram-se dentro da tendência histórica, mas a maior queda relativa dos eleitores do PS, responsável pelo Governo que conduziu à expressão extrema da crise, permitiu que se formasse uma coligação maioritária com o PSD e o CDS. No entanto, o campo de possibilidades político estava condicionado pela

necessidade de se cumprir um programa elaborado pelas instituições internacionais credoras, como condição para que concedessem um empréstimo de emergência, a que ficaram vinculados três partidos (PS, PSD e CDS) por assinatura de um memorando de entendimento, que impunha o compromisso de correcção dos défices orçamentais e da balança corrente no período dessa nova legislatura. Era clara a preferência dos credores internacionais pela formação de um governo com os três partidos que assinaram o memorando de entendimento, mas essa fórmula não foi aceite por um dos partidos (e continuou a não ser aceite quando, em 2014, o Presidente da República tomou a iniciativa de organizar encontros entre os três partidos com esse mesmo objectivo).

Em abstracto, todos os votos são iguais, pelo que qualquer combinação de votos dos diversos partidos pode ser usada para formar um apoio maioritário a um governo, seja na forma de coligação ou na forma de acordos de incidência parlamentar. Em concreto, porém, os votos de cada partido devem ser ponderados pelas posições políticas desse partido e, neste sentido, os votos não são todos iguais quando são usados para formar um governo ou o apoio parlamentar a um governo. E se é assim em qualquer sistema político, será ainda mais importante ter em conta esta ponderação dos votos pelas posições partidárias no sistema político português, onde nenhum partido pode invocar uma legitimidade nacional que lhe permita ser o intérprete autorizado do que é o interesse público.

Neste contexto, é útil analisar a questão da legitimação eleitoral por blocos de partidos durante quatro décadas, que se pode ver no gráfico seguinte.



Em termos de legitimação do exercício do poder, a formação de blocos de coligação ou de apoio parlamentar com os partidos do centro será sempre superior a blocos de direita ou de esquerda e, por maioria de razão, será sempre superior a qualquer fórmula de governo minoritário. Poderá ser uma Pequena Coligação (se ainda for possível a continuidade da trajectória anterior, oferecendo maior estabilidade e segurança na condução política) ou uma Grande Coligação (quando se enfrenta um processo de descontinuidade e se torna necessário mudar a trajectória que estava a ser seguida). Mas qualquer destas fórmulas será sempre a que melhor satisfaz a cláusula da legitimidade que está expressa no registo eleitoral da democracia portuguesa.

Se este resultado está bem definido em termos de legitimação do poder, também é esse o resultado a que se chega quando se analisa o que é o padrão programático que tem melhores condições para continuar o programa de ajustamento que foi executado de 2011 a 2015 – que não chegou ainda a uma fase estável e segura, que precisa de ser prosseguido com determinação e que não é compatível com uma polarização retórica entre um programa imaginário (para o qual não há recursos) e um programa real (que tenha em conta aquela que é a questão crítica da Terceira República, o endividamento). O que significa, agora em termos prospectivos, que este também será o padrão inevitável de formação de governo, que se revelará como a solução necessária para a formação do governo logo que a execução do programa de ajustamento se afastar do seu alvo – e se essa fórmula de Grande Coligação não for assumida voluntariamente será inevitável ter de recorrer a um novo programa de resgate, que já não se limitará a exigir a assinatura de três partidos mas exigirá o seu compromisso conjunto na formação do governo.

Tendo sido os resultados eleitorais estáveis num período muito longo, o que poderá explicar que as estratégias dos partidos se afastem do que seria a interpretação mais elementar do que é a vontade do eleitorado e prefiram construir interpretações imaginárias e propor fórmulas assimétricas (como a que está agora em vigor, que tem a originalidade negocial de um partido de 30% oferecer a dois partidos de 10% a oportunidade de terem acesso a uma plataforma de decisão que é superior a 50%) que não se ajustam ao que são as escolhas efectivas dos eleitores mas que terão de ser apreciadas como instrumentais de interesses partidários que não são expressos?

A formação da vontade eleitoral

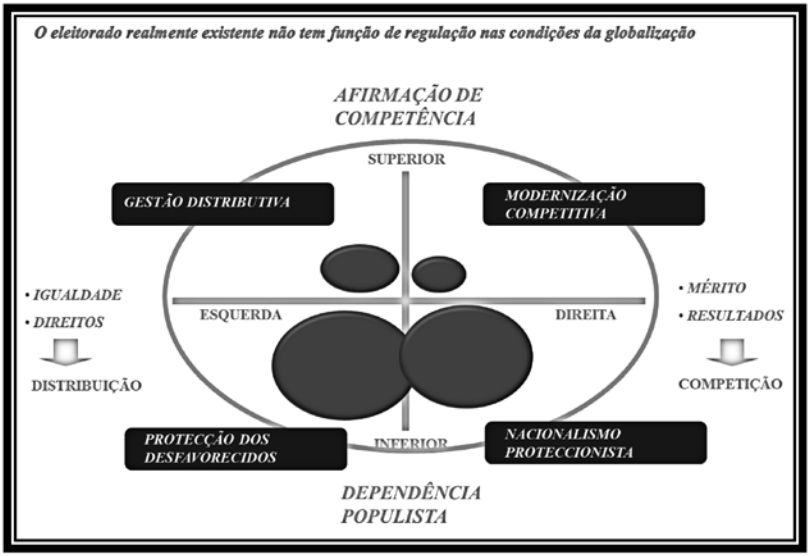
Os resultados eleitorais podem manter-se estáveis por muito tempo porque os eleitores não encontram razão para alterar o seu voto habitual ou porque não têm oportunidade de votar porque não há outros partidos e outras propostas partidárias onde possam votar e a que possam aderir. No primeiro caso, o regime político continuará estável, mesmo que esteja a evoluir para uma estrutura de fim-de-regime: é o que habitualmente acontece nos regimes autoritários, sempre estáveis até à queda (descobrindo-se, depois da queda, que nunca tinha tido apoiantes). No segundo caso, a estabilidade dos resultados eleitorais oculta uma fluidez oculta, que começa por se manifestar na abstenção, mas que pode ser explorada por quem oferecer uma proposta nova (como aconteceu nas eleições presidenciais e legislativas em França em 2017). É recomendável, por isso, complementar a análise dos resultados eleitorais com a identificação do processo de formação da vontade eleitoral em função das posições que os diversos grupos de eleitores ocupam no espaço político.

A primeira, e mais comum, referenciação é a que se estabelece em termos de direita e de esquerda, num eixo horizontal. Os eleitores que se situam no segmento da direita têm como valores de referência a valorização do mérito e usam os resultados como critério da decisão política, tanto para a formulação das políticas como para a avaliação da sua qualidade, e mesmo quando mostram tolerância para com as políticas protecionistas, a sua preferência geral é para o valor estratégico da competição. Os eleitores que se situam no segmento da esquerda têm como valores de referência a promoção da igualdade e a atribuição de direitos, com uma clara preferência pelas políticas distributivas, que favorecem a igualdade e asseguram o respeito dos direitos. Esta referenciação horizontal era significativa nas sociedades fechadas e de desenvolvimento lento, em que as convicções de podiam manter estáveis porque as circunstâncias não tinham mudanças relevantes. A escolha eleitoral no espaço político controlado pelo Estado nacional e nas sociedades fechadas pelas fronteiras, o que permitia aos agentes políticos criarem condições artificiais dentro desses espaços fechados que administravam, era uma escolha entre direita e esquerda, entre competição (a vitória dos mais eficientes) e distribuição (a protecção dos mais fracos).

Nas sociedades abertas, nos contextos políticos determinados pela crise do Estado nacional e nos campos estratégicos configurados pela dinâmica da globalização, este eixo horizontal já não é suficiente para se identificar e interpretar as escolhas dos eleitores. É necessário considerar também

um eixo vertical que represente a distância entre as posições sociais superiores (baseadas na competência e na autonomia que ela confere aos seus detentores) e as posições sociais inferiores (que conduzem a situações de dependência que conduzem a posições políticas populistas).

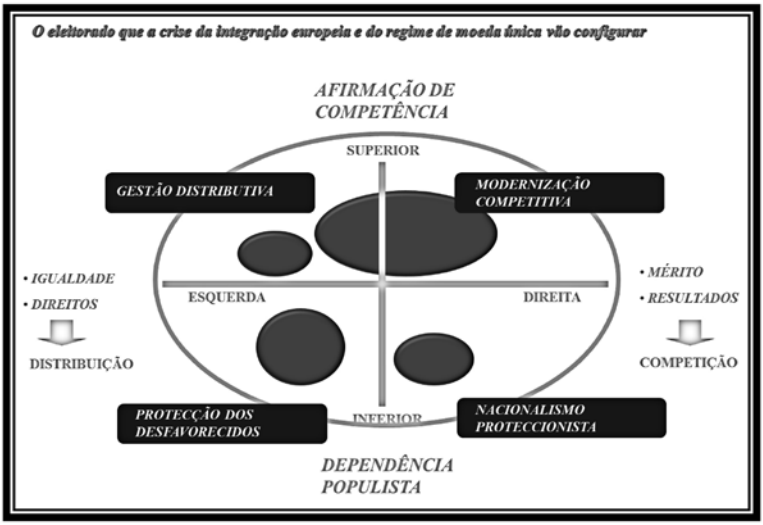
Articulando os dois eixos, obtêm-se quatro quadrantes a que correspondem posições políticas diferenciadas. No quadrante direita/superior a preferência é por políticas de modernização competitiva. No quadrante direita/inferior, as políticas preferidas são as que valorizam o nacionalismo protecionista. No quadrante esquerda/superior, a preferência política é a gestão distributiva. No quadrante esquerda/inferior, a preferência define-se na protecção dos desfavorecidos. A interpretação dos resultados eleitorais terá de ser feita tendo em conta a distribuição do eleitorado por estes quatro quadrantes. Com a distribuição do eleitorado português no formato que se apresenta na figura seguinte, compreende-se que o eleitorado realmente existente não tenha podido exercer uma função de regulação que evitasse a acumulação de desequilíbrios na economia e na sociedade – até se chegar ao ponto de ter de recorrer a um programa de auxílio externo. Mas mesmo depois desta evidência, o eleitorado português continuou a recusar fazer o diagnóstico dessa acumulação de desequilíbrios.



É fácil considerar, analisandos os resultados das decisões políticas nas funções governamentais, que os responsáveis políticos cometeram erros, de gestão e de estratégia. Mas já não é fácil manter essa avaliação negativa quando se considera que esses erros não foram denunciados pelos eleitores em sucessivas (e frequentes) eleições e quando se verifica que a composição do eleitorado realmente existente apoiou as decisões que continham esses erros – ainda que, depois, se mostre descontente com os resultados e inocente ou ingénuo no apoio que deu aos decisores. De facto, os eleitores não exerceram o seu poder de regulação porque não quiseram – e se estivessem no lugar dos decisores, teriam escolhido as mesmas decisões, com os mesmos erros e os mesmos resultados.

Já houve quem, descontente com os resultados de eleições, propusesse que se mudasse de povo. Mas para que o eleitorado português possa exercer o seu poder de regulação da evolução política, será necessário que a sua composição se altere, para que possa e saiba aplicar os critérios de avaliação da política nas actuais condições da crise do Estado nacional, da crise do Estado Providência, da crise fiscal do Estado e da crise de orientação estratégica. Não se trata de mudar de povo, mas sim de informar os eleitores do que são os critérios de avaliação da política – sendo certo que a alternativa será desistir de modernizar a sociedade e a economia.

O eleitorado que vai ser formado pelas crises – em especial, a crise da integração europeia e a crise da moeda única – é o que se representa na figura seguinte.



O referencial é o mesmo, o que muda é o peso dos grupos eleitorais. O crescimento do eleitorado da modernização competitiva significa que diminui o grupo do eleitorado nacionalista protecionista, que já só pode existir nas actividades de mercado interno local ou nos sectores de bens não transacionáveis. O grupo eleitoral que defende as funções do Estado distributivo não terá de diminuir com a modernização da sociedade, mas o grupo eleitoral que tem preferência pela protecção dos desfavorecidos diminui de peso numérico, na medida em que a modernização da economia e a maior mobilidade em condições de liberdade de circulação permitirá retirar os desfavorecidos da dependência de programas de assistência e incorporá-los em actividades geradoras de rendimentos.

A função de legitimação da política que é exercida pelo eleitorado estabelece uma circularidade entre as preferências dos eleitores e o campo de possibilidades em que se forma a decisão política. Os detentores do poder precisam do eleitorado para chegarem aos lugares do poder, e continuarão a precisar do eleitorado para permanecerem no poder. Mas os eleitores precisam dos agentes políticos para que estes satisfaçam as suas preferências e continuarão a precisar dos candidatos ao poder que lhes prometam as políticas que esses eleitores preferem. É uma circularidade que não favorece o sentido crítico, indispensável para que haja efectiva regulação.

E pode chegar a uma configuração perversa, em que um eleitorado dividido em partes praticamente iguais, por efeito de uma bipolarização radical, bloqueia o eleitorado (que não pode mudar o voto porque não pode passar para o outro lado) e a decisão política (que não pode estabilizar as linhas de orientação política, porque a maioria é demasiado pequena para apoiar as decisões políticas e a minoria é demasiado grande para se submeter a decisões políticas com que não concorda). É a crise terminal de um regime político: o poder político reproduz-se e não muda, repete e não inova nem corrige.

Nas sociedades divididas, como são hoje os Estados Unidos, a Inglaterra, a França, a Itália ou a Holanda, o regime político continua a ser a democracia, mas os partidos que formam os sistemas partidários perderam o controlo da decisão política, estão a operar fora do campo de possibilidades. Para que haja regeneração da política, será necessário que haja refundação dos partidos – e isso trará consigo a refundação dos regimes, permitindo aos eleitores a revisão das suas preferências em função do que foi a experiência negativa da sociedade dividida com polarização radical na política.

As narrativas fundadoras e a estrutura de fim-de-regime

Quando se chega aos dias do fim de um regime é possível voltar aos tempos da sua fundação para analisar em que medida a sua estrutura do fim estava inscrita nas suas propostas iniciais.

No caso português, as narrativas fundadoras estabeleceram quatro visões programáticas, quatro linhas de orientação estratégica, que foram pretextos para conflitualidade intensa, mas que nunca encontraram uma resolução definitiva, o que significa que ainda continuam activas quando se chega à estrutura de fim-de-regime.

A narrativa heroica militar, protagonizada pelos agentes da mudança de regime, estabelecia os militares como reguladores em última instância da política, legitimando a sua acção fundadora na necessidade de terminar um regime autoritário que tinha perdido a sua capacidade de regeneração.

A narrativa revolucionária popular competia directamente com a narrativa militar, ao reivindicar a função detonadora da destruição do regime anterior por efeito das acções de resistência das bases populares organizadas por forças partidárias clandestinas.

O Conselho da Revolução foi, nesses tempos da fundação do regime, a instituição que fazia a ligação entre estas duas primeiras narrativas, mas a sua composição exclusivamente militar significava que a narrativa militar não aceitava transferir o protagonismo da mudança política para os que afirmavam a narrativa revolucionária popular.

A narrativa democrática legitimista competia com as duas narrativas revolucionárias, considerando que só a legitimação eleitoral poderia ser fundadora do novo regime político.

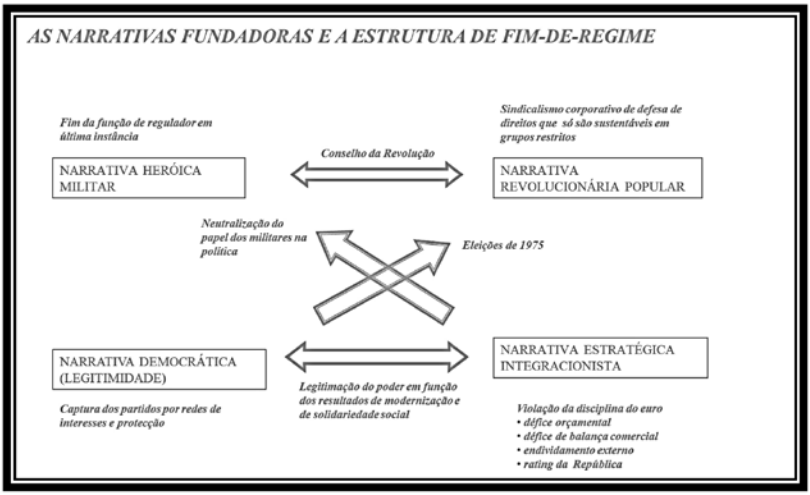
A narrativa estratégica integracionista era apresentada como prolongamento da narrativa democrática legitimista, acrescentando à sua perspectiva interna e nacionalista uma dimensão externa assente no programa da integração europeia.

Estas duas últimas narrativas tinham como elemento de ligação a exigência da legitimação eleitoral, e ambas incluíam no processo de legitimação a demonstração de resultados com a modernização da economia e a formulação de políticas de segurança social.

A narrativa democrática legitimista encontrou a sua confirmação decisiva nas eleições de 1975, que lhe permitiram neutralizar (mas não destruir) a narrativa revolucionária popular, ao mesmo tempo que a narrativa estratégica integracionista conseguiu neutralizar a narrativa heroica militar com o argumento de que a integração europeia não seria compatível com um excessivo protagonismo da instituição militar.

A evolução destas quatro narrativas foi esbatendo as suas características iniciais, adaptando-as à evolução das circunstâncias e dos sucessivos campos de possibilidades.

A narrativa heroica militar evoluiu para o fim da função de regulador em última instância que historicamente estava atribuída à instituição militar. A narrativa revolucionária popular perdeu a sua versão revolucionária e internacionalista para se consolidar num sindicalismo corporativo e nacionalista de defesa de direitos que só são sustentáveis em grupos sociais restritos e protegidos pelo poder político nacional. A narrativa democrática legitimista foi distorcida pela captura dos partidos por redes de interesses e protecção, que se serviam da legitimidade obtida pelos partidos para defesa de privilégios e de carreiras. E a narrativa estratégica integracionista ficou prejudicada, ou mesmo desmentida, com a violação da disciplina do euro, de que resultou a acumulação de défices orçamentais e de balança comercial, o endividamento externo e a degradação do rating da República.



Apesar destes desvios às formulações iniciais, estas quatro narrativas continuam activas como eixos estruturantes das propostas políticas actuais, o que confirma que a estrutura do fim-de-regime está contida na estrutura de fundação-de-regime.


Justitia et pax osculatae sunt

A utopia[1]

Prof. Adriano Moreira[2]

Senhora Professora Ana Paula Harfouche:

Em primeiro lugar, quero agradecer a oportunidade de vir – há tantos anos que não vinha – a Caldas da Rainha, e sobretudo para este ato, em que participo com prazer, e até com um certo orgulho, na apresentação do seu livro *Políticas de Saúde – Fundamentação, Prioridades, Opções e Resultados*.

Não vou naturalmente acrescentar nada ao que já foi dito sobre a descrição e conteúdo do livro, mas gostava de acrescentar o seguinte: nós tivemos na evolução da nossa vida universitária um período importante, que durou pelo menos até ao começo do século XIX, que era a autonomia das disciplinas de regra incomunicantes. Passámos o século passado a discutir a interdisciplina, mas no século passado aquilo que nós estivemos a tentar introduzir na universidade foi a transdisciplina. E é isso que foi aqui referido no livro, quando refere a formação e informação da autora, com a sua especialização em ciências sociais, o seu atrevimento de especialização matemática, que é uma coisa que embaraça o Ministério da Educação nos resultados, como sabem. E finalmente na gestão, justamente um grande problema da universidade neste século de crise financeira.

Temos agora um livro importante do antigo reitor da Universidade de Coimbra, o Doutor Seabra, que se chama justamente "A quarta dimensão da universidade", e é dessa quarta dimensão que estamos a tratar, e é nessa quarta dimensão que este livro já se inscreve. A descrição que ele faz torna evidente para toda a gente o que é que procuramos, os passos que vamos

[1] Apresentação do livro da Prof.ª Ana Paula Harfouche – "*Políticas de Saúde – Fundamentação, Prioridades, Opções e Resultados*" – nas Caldas da Rainha, em 14JUL2016.

[2] Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa. Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa e Membro Honorário da Academia de Marinha.

dando, e como esses passos são extremamente importantes nesse sentido. E por isso, eu considerei este livro como uma grande contribuição da autora, e sobretudo um grande orgulho para a Escola, onde ela obteve o seu Doutoramento.

E quanto ao tema, gostava de não esconder aquilo que são as preocupações essenciais para o desenvolvimento desta atitude: compreensão, descoberta de métodos, definição da transdisciplina, e sobretudo a sobrevivência do Estado Social, de que depende a eficácia nesta área.

E lembraria, por isso, que o Estado Português tem uma grande tradição de preocupação com a saúde, designadamente no extinto Império. E teve um grande instrumento de intervenção, que foi o Instituto de Medicina Tropical.

A maior parte da população ignora, por exemplo, que esse instituto conseguiu o domínio da lepra na Guiné. Custou fortunas ao Estado Português, porque quando isso foi conseguido naturalmente as populações dos territórios vizinhos vinham procurar ajuda, que nunca era negada. Conseguiu dominar a doença do sono, o que era fundamental. Tinha adiantadíssima a investigação da bilharziose, que era uma doença gravíssima naqueles territórios. E tudo isso foi feito com êxito, com dedicação, com prestígio para a nossa capacidade científica, e infelizmente eu julgo que foi um instrumento que fomos deixando desaparecer na nossa gestão atual. Mas isso não pode fazer esquecer a importância que esta matéria tem no problema geral que está em crise, que é o estado social.

E devo dizer-vos que as notícias que temos, e que as investigações feitas, são um passo de solução, mas há enormes dificuldades a ultrapassar porque a conclusão numa época em que estamos de um avanço extraordinário e até imprevisível da investigação científica, da tecnologia, a conclusão, nesta matéria, que os analistas nos trazem é que os pobres morrem mais cedo. E isto é uma questão social fundamental. É natural que a ética profissional leve a procurar enfrentar isto com os poucos - em relação às necessidades - recursos, que o Estado tem à sua disposição, mas aquilo que pesa na nossa consciência de ocidentais é: os pobres morrem mais cedo. Porque eles não têm capacidade para pagar os avanços da ciência, da técnica, da ética e da dedicação dos profissionais desta área. E convinha, por isso, meditarmos sobre essa crise do estado social, e lembrar-nos que tem antecedentes muito grandes, que não são apenas derivados das intervenções da Igreja Católica há séculos, sofrendo agora os vícios previstos da industrialização, também com contribuições do próprio Marxismo, nas divisões internas que teve e em que se filiaram o trabalhismo e a social-democracia. E recordo que para

isso houve a intervenção também de uma mulher, e é importante dizer isto hoje que estamos aqui a apreciar a intervenção importante de uma mulher, e foi a Beatrice Webb.

Ela foi uma das organizadoras do movimento dos fabianos que depois originaram os trabalhistas britânicos. E segundo o diretor do primeiro grupo que organizaram, ela decidiu que o futuro marido estava numa boa altura de se casar, e assim formaram uma equipa que deu origem aos fabianos, que definiram as intervenções de ordem social que o trabalhismo assumiu, e que é, se quisermos, um marxismo reformista. E também convinha lembrar, a intervenção do Bismark, inesperadamente de onde talvez não se esperasse, deu origem a uma dimensão importante na organização do estado social. E por outro lado, um homem inesquecível, que é o presidente Roosevelt. Eu não estou a fazer esta enumeração por acaso – já vou explicar porquê – o presidente Roosevelt era um homem que tinha, entre outros amigos e conselheiros, o economista Keynes que tem muita importância para avaliar a crise que estamos a atravessar hoje. Mas era estadista e por muito que ele soubesse do neoliberalismo e dos desenvolvimentos desse neoliberalismo, ele o que definiu foi o *New Deal*. E criou, no fundo, o Estado Social na América. E fez isso com severidade, que por causa da guerra, chegou a cobrar 80% de impostos nos escalões mais altos dos rendimentos.

Por outro lado, a aplicação das declarações de direitos – e aqui começamos a chegar ao nosso ponto – tiveram uma evolução que, com a crise que estamos a enfrentar, precisa de ser muito meditada, por todos (não são só os portugueses, não só os europeus, naturalmente temos que começar pelo portugueses, é natural que nos interessem mais). Mas a criação de uma definição de direitos fundamentais, como todos sabem, tem sempre indicada na sua origem a Magna Carta, como é natural, depois a Declaração de Direitos Americana, que é muito louvada por isso - e confidencialmente digo-lhes - eles da Magna Carta só aproveitaram que os impostos precisavam de ser votados, o resto não lhes interessou muito, na Magna Carta. E declararam pela voz e pena de Jefferson estas palavras gravadas na história: "todos os homens nascem livres e iguais, com igual direito à felicidade". E esquecemo-nos todos que isto tinha uma vírgula: mas as mulheres não, mas os escravos não, mas os nativos não, mas os trabalhadores que não pagam imposto suficiente não. Esta teoria dos nãos, levou a conflitos enormes, em vários países, porque foi preciso apagar cada "não" para que realmente todos fossem iguais e com igual direito à felicidade. E é nesta "frasezinha" que, de facto, vem encontrar fundamento aquilo que foi o Estado Social nosso. Porque se todos nascem com igual direito à felicidade

é preciso que o ponto de partida seja aproximado e como nem todos nascem com as capacidades necessárias para que tenham igual direito à felicidade, a evolução social, as lutas políticas, acabaram por criar aquilo que os franceses chamam *Les droits prestation*, quer dizer: a ajuda àqueles que, para poderem ser iguais no igual direito à felicidade, precisam que o ponto de partida tenha alguma contribuição. Isso em Portugal, com a concorrência católica e dos socialistas – uma obra convergente das duas tendências e com alguns destaques importantes, não me posso esquecer por exemplo do Dr. Arnaut com a reforma dos serviços de saúde. Portugal, adotou o Estado Social.

E como é que aconteceu que, neste momento, o Estado Social seja não apenas diminuído, mas objeto de uma tentativa de ser desacreditado? Julgo que alguns factos são importantes: primeiro, quando caiu o Muro de Berlim – eu julgo que a história começa aí – não foi o conflito ideológico que acabou. Devia ter ficado em vigor o conceito ocidental da democracia, o de tais direitos iguais, o igual direito à felicidade… Não, subitamente nasceu o neoriquismo, e esse neoriquismo foi-nos levando a uma situação que é de falência, que é aquela em que estamos a viver.

É claro que, como é muito difícil na área política fazer aceitar culpas e é mais fácil imaginar triunfos, isto não é frequentemente posto em evidência: que esse neoriquismo, que implicou o esbanjamento de tantos recursos em coisas que eram perfeitamente dispensáveis, foi esgotando as capacidades do Estado. E isso teve reflexos em Portugal, em toda a Europa, mas em Portugal teve reflexos tremendos: em primeiro lugar – e é uma luta que os cientistas, o que acontece à nossa homenageada de hoje, procuram combater e vão ter, com certeza, alguma recompensa ao seu esforço, mas isso exige tempo, devoção, capacidade de sacrifício e resistência às desilusões: o país ficou muito exógeno. E com isto quero dizer, que sofre consequências de decisões em que não tomou parte. Depois, ficou exíguo, não tem recursos para os objetivos que mantém.

E isso traduz-se na tal dívida social, que segundo os que sacralizam o liberalismo, guiado pelo código de mercado, e não pelo código de valores, põem sempre em muita evidência e fazendo, naturalmente, da liberdade sem limitações étnicas do ponto de vista económico e financeiro, o seu modelo de vida. E isso aconteceu em toda a Europa e aconteceu em Portugal, de tal maneira que, se os senhores repararem um pouco, se ainda lhes restar paciência, para a fadiga tributária a que fomos todos condenados, repararão que quem manda ou são organismos que não têm cobertura legal como o G20, de que todos constantemente recebemos notícias: o G20 estabelece orientações, a população obedece, embora não haja nenhum tratado a cobrir o G20. Ou, o

que não é melhor, centros de poder de que, sendo ignorados, vamos sabendo as decisões, mas de onde é que vêm? Os jornalistas agora parece que andam a cometer com coragem algum abuso a descobrir onde é que estão esses centros de decisão, mas é nesta anarquia que nós estamos a viver.

E isso também teve outra consequência para Portugal, que estamos a viver nesta semana, e que foi a de o país ficar como que em situação de protetorado. Alguns senhores, que têm uma ciência que é exata - são os únicos, não conheço nenhuma ciência que seja exata, não tenham dúvidas, mas eles não têm, e possuem caminhos únicos também - e não sabem que em todas as orientações, e é uma frase muito expressiva de Popper, de repente, aparece um cisne preto e os poetas deixam de poder dizer que todos os cisnes são brancos. E portanto, talvez esquecer isto engane os partidários do caminho único: não há caminho único.

Mas há princípios e esses princípios é que são invioláveis. E quando, neste momento, por causa desta situação degradada, o Estado social foi sendo diminuído, posto em causa pelo neoliberalismo sem limitações, substituindo o credo de valores pelo credo de mercado, e nos dizem que o Estado não tem recursos para o Estado Social, o Estado tem que consentir que os pobres morram mais cedo, porque o Estado não recolhe de impostos o suficiente para os socorrer. Tenho uma pergunta: os contribuintes não têm dinheiro, importam-se de dizer se ainda têm princípios? Porque este é o problema fundamental, é a recuperação que tem de ser feita. E isso é uma grande questão que a Universidade está a assumir, em que a nossa autora está a participar nesse esforço fantástico, que a sua geração vai receber como legado da minha, que é bastante responsável pela circunstância, porque consentimos que chegássemos a este ponto.

E devo dizer que – chamo a atenção para isto – numa semana que eu considero das mais problemáticas que apareceram: como sabem, estamos, neste momento, a ser objeto de exame dos tais infalíveis eurocratas que têm ciências exatas, para saber se vamos ser ou não punidos com uma multa. E a multa, ainda por cima, anda à volta de duas décimas, eu acho que isto pelo menos vai enriquecer a história do século XXI, porque vai ficar na história como "A Época das Décimas".

E por quê? Porque nestas décimas, que tanto ocupa os estadistas, os de Bruxelas não têm gorduras para cortar, nós temos, eles não têm nenhuma gordura para cortar nos recursos. Estas décimas são exigidas numa semana em que aconteceu o seguinte – e estão aqui responsáveis das Forças Armadas, a quem os senhores podem depois pedir esclarecimentos, eles também têm que contribuir para o esclarecimento disto – e que é o seguinte: a NATO

reuniu, no Norte, e resolveu reforçar a presença militar, primeiro ponto; segundo ponto, a Europa tem uma responsabilidade que é a autonomia da segurança e defesa, e a responsável – que é uma senhora, parece que felizmente estão a chegar ao poder em toda a parte –, pode ser que isto melhore, não é? Pode ser que isto melhore – a responsável, no mesmo dia declarou, uma declaração muito bem feita, que a Europa precisa de um exército; e finalmente, que a Inglaterra saiu da Europa.

Ora, eu gostava que me explicassem se estes três acontecimentos – e já vou dizer porquê – consentem que o problema que ocupa toda esta gigantesca organização europeia, são as duas décimas; e porquê? porque quando Inglaterra sair, saiu o maior exército e esquadra da União Europeia. Eu gostava de saber onde é que estão os recursos orçamentais para cobrir o buraco que resulta da saída da Inglaterra, que fica apenas na NATO. Em segundo lugar, a reunião da NATO, teve como motivo a evolução da atitude da Rússia – e isto tudo é na mesma semana – e o que é que aconteceu? Nós tivemos na presidência da Rússia, o Putin número três, porque o primeiro Putin era europeísta, o segundo Putin era europeísta, o terceiro Putin reparou numa coisa: é que a Europa estava a fazer projetos, que mexiam nos interesses deles e transformavam-nos naquilo que nós próprios somos, país exógeno, a sofrer as consequências. E claro que fez aquele discurso famoso, em que pintou a águia bicéfala no cenário, rodeou-se de generais largamente condecorados, e deu este aviso: "a minha fronteira de interesses é maior que a minha fronteira geográfica". E com isto, ele proclamou-se o Presidente do Império do Meio e Euro- Asiático. E por isso, a NATO foi a correr redefinir o dispositivo, no Norte. Mas os nossos responsáveis estão a pensar nas duas décimas, incluindo a Comissão Europeia, o Ministro das Finanças da Alemanha anda aflitíssimo com as duas décimas.

Com esta situação, nós próprios, portugueses, precisamos de pensar o que é que vai acontecer com a nossa contribuição, para responder a isto? Porque nos acontece uma coisa, é que pela situação geográfica estamos envolvidos por todas estas ameaças. O Atlântico Sul tem que ser reorganizado, a criminalidade é muito grande, os riscos aumentam, os nossos arquipélagos têm que ver se lhes acontece o mesmo que no Ultimato da última Grande Guerra, em que os americanos agora se afastaram e não pagam os prejuízos que causaram. Mas nós estamos na linha, está a Madeira, estão os Açores, está Cabo Verde, até os rochedos de S. Pedro e S. Paulo lá estão, alguma coisa nos pode acontecer.

Portanto, neste momento, há alguma coisa que é fundamental: é que a Europa tenha conceito estratégico e que Portugal também tenha conceito estratégico. Eu sei que as nossas Forças Armadas já descobriram e praticam

a "Estratégia do saber": tenham meios ou não tenham meios, elas acompanham o movimento universitário. Eles sabem o que é que é necessário, eles sabem o que é que lhes faz falta, eles sabem ajudar a responder à 4.ª dimensão da Universidade, mas precisam de meios. Em todo o caso, está ali o capital da inteligência que já é alguma coisa para nós, mas temos que ver em que medida é que a própria unidade da Europa não está a ser afetada, neste momento. Porque já temos uma divisão da Europa entre rica e pobre, os senhores reparem que na área de pobreza estão: Chipre, a Grécia, a Itália, a Espanha, Portugal. Talvez lhes lembre o tempo em que se aprendia história na instrução primária, a fronteira do Império Romano, agora pobre. E pelos caminhos por onde desceram os bárbaros para tomar conta do Império, agora sobem os nossos pobres à procura de futuro. Mas não estamos livres do crescimento da descrença na Europa, das tentativas de nova visão dos Estados, é o caso da Espanha, é o caso da Bélgica, já foi o da Checoslováquia, a França está com problemas na Ilha onde nasceu o Napoleão, também está com movimentos populistas, partidos que querem regressar ao passado. E toda a Europa está a entrar em crise. A minha pergunta continua a ser: "ainda que não conheçam todas estas contingências e desafios, os senhores responsáveis têm princípios?".

E o problema é esse, não pode responder-se a esta situação, incluindo o serviço social, se não tivermos um conceito estratégico nacional, se a Europa, ela própria, não tiver um conceito estratégico europeu e ocidental. Porque se isso não acontecer, e o projeto europeu se dissolver, eu julgo que começou o Outono Ocidental. E não gostaria que a geração mais nova recebesse essa herança.

Aqui há tempos, uma jornalista perguntou-me "o senhor arrepende-se de alguma coisa da sua vida?": respondi, "arrependo, e a minha geração tem muito que se arrepender, porque deixámos que as coisas chegassem a este ponto, nós somos os responsáveis da situação que os jovens vão receber". E acrescento, pelo menos nós temos ainda algumas janelas de liberdade. Primeiro, os Impérios Coloniais desapareceram, mas há um que conseguiu fazer uma coisa, a CPLP, não há mais nenhum que tenha conseguido. Alguma coisa importante fizemos no mundo, a olhos atentos, alguma coisa fizemos que permitiu que se juntassem estes países todos, numa organização que mais ninguém tem.

Por outro lado, temos a língua: quando nós saímos de Macau – foi o último sítio de onde saímos – deixamos uma escola de português, e neste momento a China tem quinze escolas de português. O *site* das Nações Unidas, foi reformulado no ano passado, adotou oito línguas, a língua portu-

guesa é uma das oito. E também temos outra coisa para a qual eu chamo constantemente a atenção – que é a plataforma continental.

A nossa plataforma continental pode ser a maior do mundo, espera pelo reconhecimento das Nações Unidas. Acontece que o Sr. Presidente da Comissão Europeia cessante quer, e começou um processo, definir o mar europeu. Ele foi feito *Doutor Honoris Causa* pela Universidade Técnica, eu nesse tempo era Presidente do Conselho Geral e fui encarregado de fazer o elogio. O elogio do novo Doutor faz-se de acordo com as regras e temos lá os adjetivos que se devem usar, acho que disse todos. Mas acrescentei um "já agora". Disse. "olhe, já agora, que o Sr. Presidente está aqui, queria chamar-lhe a atenção para que o seu projeto do mar europeu significa que, se for aprovado, Portugal fica sem plataforma continental, de maneira que agradecia alguma atenção para não fechar esta janela do futuro de Portugal."

Até hoje, não tem havido nenhuma reação a esse respeito - mas queria dizer-lhes novamente – que há algumas entidades que estão preocupadas. Uma é a Universidade de Aveiro, a outra é a Universidade do Algarve e a outra é a Universidade dos Açores, além dos serviços da Marinha. O nosso património de saber, com dificuldade de meios, está a aumentar mas quem tem meios para a investigação científica é por exemplo a Alemanha, que anda por lá a fazer investigações e a registar as patentes. Esta é uma das situações importantes que nós temos de vigiar. É evidente que isto exige meditar sobre os recursos.

E para terminar – não vos quero maçar mais – eu aqui há uns meses, fui convidado para ir à Assembleia da República, à Comissão dos Negócios Estrangeiros, para falar desta questão da plataforma continental. Porque acho que falo tantas vezes nisso, que acharam "vá a ver se o calamos, venha cá falar disto". E eu disse aquilo que acabei de lhes dizer e houve uma deputada, aliás muito simpática, comunista e muito simpática, que me perguntou o seguinte: "Senhor Professor: e depois se nós tivermos a plataforma continental, onde é que temos meios para desenvolver isso?" E respondi: "Senhora Deputada, o sujeito que inventou o alfabeto era analfabeto e começou com a letra "A"; eu venho cá sugerir que vamos começar com a letra "A" e vai ver que a nossa gente acaba por inventar o abecedário. Deixamos este encargo à geração que se segue e espero bem que consiga encontrar uma resposta".

Muito obrigado.

Utopia e distopia na épica e na lírica camoniana – o episódio da 'Ilha dos Amores' e as 'Oitavas a D. António de Noronha', sobre o *desconcerto do mundo*[1]

Dr. João Abel da Fonseca[2]

A Adriano Moreira,
Eminente Confrade e Camonista

Em recente artigo de opinião[3], Anselmo Borges sintetiza: "Foi Thomas More que cunhou o termo utopia, com a publicação, há 500 anos, da *Utopia*, cujo título em latim é mais longo: *De Optimo Reipublicae Statu Deque Nova Insula Utopia* (sobre o melhor estado de uma República e sobre a nova ilha da Utopia). Ele sabia do que falava, concretamente do poder, pois foi chanceler. A Igreja canonizou-o em 1935. A Utopia é uma

[1] O presente estudo resulta da adaptação ao novo título da comunicação por nós apresentada na Academia das Ciências de Lisboa, em 8 de Novembro de 2016, intitulada "Utopias e distopias – entre o preço da dignidade e o sentido da vida. Casos portugueses", oportunamente publicada pela Academia de Marinha. Nesta mesma versão foi apresentado na Sociedade de Geografia de Lisboa, numa sessão promovida pela Secção Luís de Camões, em 18 de Novembro de 2016.

[2] Membro Associado do IDJC, Membro Emérito da Academia de Marinha, Académico Correspondente da Academia Portuguesa da História, Sócio efectivo da SGL e da SHIP, Presidente do Conselho Superior do ICEA.

[3] Cf. Anselmo Borges, "Utopias, distopias, retrotopia" in *Diário de Notícias*, de 22 OUT 2016. Consultado em 2016 NOV 16 http://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/anselmo-borges/interior/utopias-distopias-retrotopia-5456732.html

ilha imaginada lá longe no oceano (utopia tem o seu étimo no grego: *ou*, que se lê u, que significa não e *tópos*, com o significado de lugar). Portanto, utopia é um não lugar; de qualquer forma, um ideal que indica o caminho. A utopia supõe a distopia (também do grego: *dys*, que significa mau, duro: portanto, um mau lugar, o oposto a utopia). Assim, na primeira parte, More critica os males que atravessavam a sociedade inglesa, do despotismo e venalidade dos cargos públicos à sede de luxo por parte dos privilegiados e à injustiça e opressão que provocam. Na segunda parte, descreve uma sociedade ideal, que imaginariamente já se encontra realizada na ilha da Utopia. Neste sentido, embora haja vários tipos de utopias, a utopia nasce como eutopia (mais uma vez, do grego: *eu* - bom, feliz, e *tópos*, um lugar bom e felicitante, como na palavra Evangelho: eu+angelion, notícia boa, feliz, felicitante). […] As utopias têm duas funções fundamentais: por um lado, são crítica da situação presente e, por outro, impulso para transformá-lo, olhando para um futuro outro, numa sociedade livre e justa, de bem-estar para todos. Parte-se do princípio de que o ser humano é constitutivamente utópico, porque é um ser desejante e esperante, que aspira à felicidade. Por outro lado, se a utopia não há-de cair no mero escapismo, na ilusão ou no *wishful thinking*, é necessário estudar as possibilidades de transformação da realidade. A utopia é constituinte do ser humano, porque ele deseja mais e melhor, a perfeição, e, por outro, há condições objectivas na realidade para a concretização do desejo. É toda a dinâmica entre 'o que é' de facto e o que 'pode e deve ser'".

O presente bosquejo pretende, em breves apontamentos, reflectir sobre o que o título sugere. Escutemos, assim, Luís de Camões:

27
E vê do mundo todo os principais
Que nenhum no bem púbrico imagina;
Vê neles que não têm amor a mais
Que a si somente, e a quem Filáucia ensina;
Vê que esses que frequentam os reais
Paços, por verdadeira e sã doutrina
Vendem adulação, que mal consente
Mondar-se o novo trigo florecente.

28
Vê que aqueles que devem à pobreza
Amor divino, e ao povo caridade,
Amam somente mandos e riqueza,
Simulando justiça e integridade;

Da feia tirania e de aspereza
Fazem direito e vã severidade;
Leis em favor do Rei se estabelecem,
As em favor do povo só perecem.

29
Vê, enfim, que ninguém ama o que deve,
Senão o que somente mal deseja. […]

93
E ponde na cobiça um freio duro,
E na ambição também, que indignamente
Tomais mil vezes, e no torpe e escuro
Vício da tirania infame e urgente;
Porque essas honras vãs, esse ouro puro,
Verdadeiro valor não dão à gente:
Milhor é merecê-los sem os ter,
Que possuí-los sem os merecer.

94
Ou dai na paz as leis iguais, constantes,
Que aos grandes não dêem o dos pequenos,
[…]
E todos tereis mais e nenhum menos:
Possuireis riquezas merecidas,
Com as honras que ilustram tanto as vidas.

Os Lusíadas, Canto IX

Escutámos algumas estâncias do conhecido episódio da 'Ilha dos Amores', n'Os Lusíadas. "A ilha ideal, sociedade utópica, funciona como contraponto ao mundo de injustiças, contemporâneo a Camões. Essa criação alegórica tem uma função pedagógica e política e visa um porvir. Digamos que se trata de uma utopia para ser realizada, para um futuro outro, melhor e, posto isto, comunga da profecia, independentemente da efectivação real desta ou da veracidade do discurso do profeta. A Ilha dos Amores é utopia com profecia, porquanto é forma abstracta de realização de um desejo e traduz um propósito de preenchimento da esperança, gerado a partir de um mundo corrupto"[4]. A apontada função pedagógica e política pode mesmo

[4] Cf. Maria Luísa de Castro Soares, *Profetismo e Espiritualidade de Camões a Pascoaes*, Coimbra, IUC, 2007, p. 145.

entender-se, ao longo de toda a obra, como «um manifesto que, por isso mesmo, não vem trazer a paz»[5], mas «toma partido em relação ao futuro», no entendimento de Adriano Moreira.

Um outro apontamento que pensamos ser importante realçar, no caso d'Os Lusíadas, tem a ver com a exaltação dos Portugueses como um povo distinto dos demais, onde qualidades como a fidelidade, a lealdade e a obediência são características da pessoa do herói, vista sempre como um «servidor» de «um rei justo», na linha de pensamento de Jorge Borges de Macedo[6]. Aqui poderá entroncar a escolha de Tomás Moro no que se refere a Rafael Hitlodeu.

Uma outra consideração, já sem comentar a forma circular da ilha, prende-se com a relação entre a governabilidade e o tamanho do espaço. Recorramos ainda a Adriano Moreira: "[…] a dimensão da polis foi também uma preocupação constante dos Gregos, e que Hipódamos de Mileto, por exemplo, de quem Aristóteles disse que foi o primeiro dentre as pessoas sem função pública que teve a ideia de definir uma constituição excelente, considerava que a cidade ideal deveria andar pelos dez mil habitantes"[7]. O que tal advertência suscita «é uma maneira, entre outras, de tornar evidente a falta de coincidência entre a extensão da comunidade cultural e a extensão do poder político, porque aquela ficava dividida entre várias cidades».

Justino Mendes de Almeida alertava para a necessidade de se ler o episódio da Ilha dos Amores, tendo atenção ao significado de sentido da vida. De qualquer modo, comentava: "Nunca fecho as minhas frequentes leituras de Os Lusíadas sem reler a apóstrofe final do Canto VII, de que pouco se fala, verdadeiramente heróica e definidora dos objectivos de um Poema que dá primazia no lugar aos Justos. Crítica social oportuna que nunca será de mais reler, porque, segundo penso, muito terá contribuído para a projecção multissecular de Os Lusíadas e até para a sua [permanente] actualidade"[8]. O trecho que segue é um manifesto distópico:

---

[5] Cf. Adriano Moreira, "O manifesto d'*Os Lusíadas*", Sep. do *Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, nº 8, Lisboa, AICP, 1972, p. 3.

[6] Cf. Jorge Borges de Macedo, "História e Doutrina do Poder n'*Os Lusíadas*", Sep. de *Garcia de Orta*, Lisboa, 1972, p. 18 [349-376].

[7] Cf. Adriano Moreira, "Os Grandes Espaços", Sep. do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, SGL, 1963, p.7.

[8] Cf. Justino Mendes de Almeida, "A contribuição da Marinha para os Estudos Camonianos", Sep. das *Memórias 1997*, Lisboa, Academia de Marinha, 1997, pp. V-20 e 21.

Nem creiais, Ninfas, não, que a fama desse
A quem ao bem comum e do seu Rei
Antepuser seu próprio interesse,
Imigo da divina e humana Lei.
Nenhum ambicioso, que quisesse
Subir a grandes cargos, cantarei,
Só por poder com torpes exercícios
Usar mais largamente de seus vícios;

Nenhum que use de seu poder bastante
Pera servir a seu desejo feio,
E que, por comprazer ao vulgo errante
Se muda em mais figuras que Proteio.
Nem, Camenas, também cuideis que cante
Quem, com hábito honesto e grave, veio,
Por contentar ao Rei no ofício novo,
A despir e roubar o pobre povo!

Nem quem acha que é justo e que é direito
Guardar-se a lei do Rei severamente,
E não acha que é justo e bom respeito,
Que se pague o suor da servil gente;
Nem quem sempre, com pouco experto peito,
Razões aprende, e cuida que é prudente,
Para taxar, com mão rapace e escassa,
Os trabalhos alheios, que não passa.

Aqueles sós direi que aventuraram
Por seu Deus, por seu Rei, a amada vida,
Onde, perdendo-a, em fama a dilataram,
Tão bem de suas obras merecida.
Apolo e as Musas, que me acompanharam,
Me dobrarão a fúria concedida,
Enquanto eu tomo alento descansado,
Por tornar ao trabalho, mais folgado.

Como bem aponta Maria Luísa de Castro Soares: "A Ilha dos Amores [é] uma forma utópica de ultrapassar o real decepcionante. […] Este ideal utópico ou prefiguração de uma sociedade ideal encerra um anseio profético

de mudança, que é recusa de todos os males que corroem a sociedade do tempo"[9].

"Kant distinguiu entre o que tem preço e o que tem dignidade. Têm preço aquelas coisas que podem ser substituídas por algo equivalente, enquanto aquilo que transcende todo o preço e não admite equivalente, isso tem dignidade. Só o homem possui com pleno direito, incondicionalmente, essa qualidade de irresgatável, fim em si mesmo e nunca meio. […] Poderia definir-se a dignidade precisamente como aquele bem inexpropriável que torna o indivíduo resistente a tudo, incluindo o interesse geral e o bem comum: o princípio que até se opõe à razão de Estado; protege as minorias frente à tirania da maioria e nega ao utilitarismo a sua lei da felicidade do maior número. A dignidade é uma ideia de longa genealogia intelectual, mas só na Ilustração se configura como propriedade imanente do humano, sem mais fundamento que o da própria humanidade, à luz do convencimento, expressado por Tocqueville, de que agora «nada sustem já o homem por decima de si mesmo». São os homens que reconhecem, uns aos outros, a dignidade; o que significa que mutuamente, concedem, entre si, por convenção, um valor incondicional… não sujeito a convenções. […] Esta dignidade é única, universal, anónima e abstracta, pelo que prescinde das determinações (berço, sexo, pátria, religião, cultura ou raça) em que se fundamentavam as diferentes formas das antigas dignidades. É, por assim dizer, uma dignidade cosmopolita, a mesma por igual para todos os homens e mulheres do planeta"[10].

Tanto quanto nos quer parecer, esta ideia já está presente na organização da cidade na ilha, mas limitada, não por convenções, mas por direitos que são deveres. A ilha será um «não lugar», mas tem nome e essa é a expressão mais apurada de que se pretende transmitir: a da viabilidade do projecto. "Esses lugares imaginários ganham uma dimensão temporal, porque se projectam no futuro, e há aproximação da ucronia à cronia ou da utopia à profecia. É o caso da *Ilha dos Amores* camoniana, cuja dimensão cívica (contida, por exemplo, na noção de *prémio* e *estímulo* para os heróis) é evidente"[11]. A nova ordem que o poeta pretende estabelecer, instituindo-se como «profeta legislador e doutrinal», aponta para um conjunto de leis, regras de conduta e mensagem de interesse colectivo, dirigida ao

[9] Cf. Maria Luísa de Castro Soares, *Profetismo e Espiritualidade de Camões a Pascoaes*, Coimbra, IUC, 2007, p. 146.

[10] Cf. Javier Gomá, "Qué es la dignidade" in *ELPAIS*, n.º 14 270, Sábado 30 julio de 2016, p. 11.

[11] Cf. Maria Luísa de Castro Soares, *Profetismo e Espiritualidade de Camões a Pascoaes*, Coimbra, IUC, 2007, p. 146.

povo português, «a quem a Providência bafejou para instaurar um possível Quinto Império.

Leodegário A. de Azevedo Filho publicou, em 1995, o livro *Camões, o desconcerto do mundo e a estética da utopia*[12], e volvidos dez anos, numa colectânea, "Camões e a poética da utopia na *Ilha dos Amores*"[13]. Não cabe aqui determo-nos em pormenores que o autor estuda, mas considera que «o conceito de utopia apresenta indispensável carácter político, pois remete a uma concepção de Estado Ideal»[14]. No episódio camoniano, em apreço, identifica a utopia amorosa, mas também uma «utopia negativista, de possível inspiração pós-hegeliana, pelo menos na forma como o marxismo alemão leu a teoria da alienação. Cria-se, assim, a suposição de uma sociedade capaz de atender às necessidades humanas, por ser reparadora do passado, na medida em que projecta e se instala no futuro. Trata-se de uma concepção que altera a melancolia (pois se propõe no presente, a partir da negatividade histórica deste) com a parusia, ou seja, com o mundo das necessidades humanas a ser instalado ou instaurado teleologicamente»[15]. Em concreto, admite uma utopia de cunho político e económico, se bem que afirme: " […] cremos que apenas se deve falar em utopia na obra camoniana (épica, lírica ou dramática) sempre em função das alterações semânticas sofridas pelo termo ao longo do tempo, nunca em sentido morusiano estrito"[16]. Ao debruçar-se nos textos da lírica, alude às famosas oitavas dirigidas a D. António de Noronha, e remete o contraponto ao *desconcerto do mundo* no presente histórico, para o sonho «com um *locus amoenus*, que se projecta no futuro, com visão de idílio paradisíaco para configurar a sua utopia desejante e afirmativa, proposta como acronia».

O período histórico a que corresponde o reinado de D. Sebastião é um tempo de horizontes de incerteza, com o agravar de grandes dificuldades para a grande parte da população, a par da vida ainda fácil para uma minoria de privilegiados, não raro dissolutos e corruptos. As desigualdades suscitam o desejo de Justiça, a revolta instala-se no espírito dos mais hábeis mas impotentes para travarem o desvario de uma sociedade decadente. Para estes, como o poeta, desperta um sentimento de perplexidade pela sua existência. Na redondilha 'Ao desconcerto do Mundo' Camões, ao reflectir

[12] Vd. Leodegário A. de Azevedo Filho, *Camões, o desconcerto do mundo e a estética da utopia*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1995.

[13] Vd. Leodegário A. de Azevedo Filho, "Camões e a poética da utopia na *Ilha dos Amores*" in *Estudos Camonianos*, H.P. Comunicação, 2005, pp. 87-89.

[14] Cf. Idem, *ibidem*, p. 87.

[15] Cf. Idem, *ibidem*, p. 88.

[16] Cf. Idem, *ibidem*, p. 88.

sobre o desacerto pela injustiça flagrante, aponta um mundo que não faz sentido, evidenciando um nítido cariz distópico:

Os bons vi sempre passar
No Mundo graves tormentos;
E pera mais me espantar,
Os maus vi sempre nadar
Em mar de contentamentos.
Cuidando alcançar assim
O bem tão mal ordenado,
Fui mau, mas fui castigado.
Assim que, só pera mim,
Anda o Mundo concertado.

O que aborda nas já referidas oitavas é esse mesmo desconcerto e, logo a abrir, interroga-se:

Quem pode ser no mundo tão quieto,
Ou quem terá tão livre o pensamento,
Quem tão exprimentado e tão discreto,
Tão fora, enfim, de humano entendimento
Que ou com público efeito, ou com secreto,
Lhe não revolva e espante o sentimento,
Deixando-lhe o juízo quase incerto,
Ver e notar do mundo o desconcerto?

Quem há que veja aquele que vivia
De latrocínios, mortes e adultérios,
Que ao juízo das gentes merecia
Perpétua pena, imensos vitupérios,
Se a Fortuna em contrário o leva e guia,
Mostrando, enfim, que tudo são mistérios,
Em alteza d'estados triunfante
Que, por livre que seja, não se espante?

Quem há que veja aquele que tão clara
Teve a vida que em tudo por perfeito
O próprio Momo às gentes o julgara,
Ainda que lhe vira aberto o peito,
Se a má Fortuna, ao bem somente avara,
O reprime e lhe nega seu direito,
Que lhe não fique o peito congelado,
Por mais e mais que seja exprimentado?

O imortal vate faz intercalar, em forma interrogada, já a sua circunstância pessoal, em perplexidade, já a interpelação do mundo, por entre juízos morais que o encaminham até ao amor, com que termina as vinte e nove oitavas, como que diluindo utopia em distopia:

Mas para onde me leva a fantasia?
Porque imagino em bem-aventuranças,
Se tão longe a Fortuna me desvia
Que inda me não consente as esperanças?
Se um novo pensamento Amor me cria
Onde o lugar, o tempo, as esquivanças
Do bem me fazem tão desamparado
Que não pode ser mais que imaginado?

Fortuna, enfim, co'o Amor se conjurou
Contra mim, por que mais me magoasse;
Amor a um vão desejo me obrigou,
Só para que a Fortuna mo negasse.
A este estado o tempo me achegou,
E nele quis que a vida se acabasse;
Se há em mim acabar-se, que eu não creio;
Que até da muita vida me receio.

"O lírico pratica aqui a *utopia sem profecia*. […] a história de Trasilau, aquele louco feliz em seu mundo, constitui genericamente utopia. É-o, porque tal louco e tal mundo são produto da imaginação e do desejo, resultado do inconformismo e da revolta. É-o, porque funciona como forma de evasão, busca de solução para uma realidade desordenada ou em absoluto caos. É-o, porque encerra a capacidade de recriar «mundos» pela acção conjugada da imaginação e da razão. É-o, ainda – e nisto distingue-se da profecia – porque dá maior relevo à categoria da possibilidade do que à necessidade e representa a vontade de ruptura com o presente"[17]. Maria Luísa de Castro Soares prossegue: "É por isso que, uma vez tornado ao seu estado anterior de sanidade mental:

Sesudo, Trasilau ao caro irmão
Agradece a vontade, a obra não[18]

[17] Cf. Maria Luísa de Castro Soares, *Profetismo e Espiritualidade de Camões a Pascoaes*, Coimbra, IUC, 2007, p. 142.

[18] Cf. Luís de Camões, *Rimas*, Coimbra, Atlântida, 1973, p. 290

O mundo irrealista de Trasilau corresponde a um modelo ideal de vida, uma caminhada ao encontro da felicidade, pilares da utopia:

Por que rei, por que duque me trocara?
Por que senhor de grande fortaleza?
Que me dava que o mundo se acabara,
ou que a ordem mudasse a Natureza?
Agora é-me pesada a vida cara;
sei que cousa é trabalho e que tristeza.
Torna-me a meu estado, que eu te aviso
que na doudice se consiste o siso[19].

Quanto à possibilidade de leitura do episódio da *Ilha dos Amores* à luz da teoria moderna de Bloch e de Manheim, Leodegário A. de Azevedo Filho remete para a sua obra maior e ainda para um texto de Vítor Manuel Aguiar e Silva, "Imaginação e pensamento utópico no episódio da Ilha dos Amores"[20], sendo que dele destaca um breve trecho deste autor: "Ora bem, o conceito blochiano de *utopia* ajusta-se sem dificuldade ao episódio da Ilha dos Amores. […] O desejo e o amor abrem o horizonte da esperança e semeiam o futuro. A *progênie forte e bela*, anunciada por Vénus, será a encarnação da utopia como energia transformadora do ser"[21].

Jacinto do Prado Coelho diz-nos que «a literatura é o espaço por excelência da Utopia»[22] «e esta esteve na base da transformação do mundo. Lembramos Fernando Pessoa, para quem o herói colabora com Deus e "Deus quer, o homem sonha, a obra nasce"[23] . Lembramos igualmente Camões n'*Os Lusíadas*, onde a utopia, seja do império universal, seja da Ilha dos Amores se conjuga com a acção, que tem como objectivo a transformação da sociedade e do mundo»[24].

A VI Reunião Internacional de Camonistas, de 2008, realizada em Coimbra, reuniu um considerável número de consagrados especialistas. Das 12 sessões plenárias, cujos textos das respectivas comunicações podem ler-se nas *Actas*, oportunamente publicadas, escolhemos Luís de Sousa

[19] Cf. Idem, *ibidem*, p. 290.

[20] Vd. Vítor Manuel Aguiar e Silva, "Imaginação e pensamento utópico no episódio da Ilha dos Amores" in *Biblos*, vol. LXIV, 1988, pp. 81-90.

[21] Cf. Idem, *ibidem*, p. 90.

[22] Cf. Jacinto do Prado Coelho, *Camões e Pessoa – poetas da utopia*, Mem Martins, PEA, 1983, p. 19.

[23] Cf. Fernando Pessoa, *Mensagem*, lisboa, Ática, 1979, p. 57.

[24] Cf. Maria Luísa de Castro Soares, *Profetismo e Espiritualidade de Camões a Pascoaes*, Coimbra, IUC, 2007, p. 141.

Rebelo porque falou sobre "A Ilha dos Amores e o imaginário da utopia"[25]. Permitam-nos destacar: "[…] se a crítica está hoje mais interessada em estudar o protagonismo de Camões n'*Os Lusíadas*, verdade é que o desejo do poeta não se exprime com o amoralismo de Álvaro de Campos e a vontade de transfiguração manifesta na *Ode Marítima*, mas, sim, com o voto colectivo de transformação moral, que tem na 'Ilha dos Amores' a sua metaforização utópica. […] A 'Ilha dos Amores' transporta-nos a um espaço de possibilidade futurante, dando forma a anseios que são tão antigos quanto a consciência da própria humanidade.

Esta concepção da utopia, tal como foi definida por Ernst Bloch[26] [nessa magnífica obra *Das Prinzip Hoffnung*], permite reconhecer que a 'Ilha dos Amores' não é apenas uma alegoria, mas uma utopia por direito próprio, o lugar onde culminam desejos e aspirações que se encontram disseminados ao longo do poema. A 'ínsula divina' oferece uma paisagem idílica, representando o prémio, o galardão concedido aos nautas. O seu simbolismo mítico compreende o aparecimento de uma nova humanidade, como é expressamente sublinhado por Vénus. O conúbio de homens e deidades anuncia um novo ciclo na história da humanidade ao produzir uma «*progénie forte e bela*»; prenuncia a esperança de uma nova ordem que pusesse fim à perversão da justiça e do amor – o advento de um mundo que configurasse tanto quanto possível um ideal utópico"[27]. "A presença da utopia no poema épico pressupõe uma crítica do tempo vivido e evidencia o desejo de um futuro que corresponda à altura da empresa realizada.

O descontentamento e a reflexão crítica expressos no poema, a consciência do conflito ético e o pessimismo do poeta, cansado de falar «*a gente surda endurecida*» (X.145), encontram sem dúvida no leitor d'*Os Lusíadas* do nosso tempo uma forte receptividade. […] A Cidade Ideal, miragem perseguida no que se tornou um processo de expiação dos erros pós-imperiais do Ocidente e das suas ideias, continua a furtar-se, no entanto, a aspirações colectivas que se confundem com as brumas da utopia"[28]. Seria ainda oportuno revisitar a obra *A utopia do poderoso império*[29], de Maria de

[25] Vd. Luís de Sousa Rebelo, "A Ilha dos Amores e o imaginário da utopia" in *Actas da VI Reunião Internacional de Camonistas*, Coimbra, IUC, 2012, pp. 63-72.

[26] Vd. Ernst Bloch, *The Principle of Hope*, Cambridge, Massachusetts, 3 vols., 1986.

[27] Cf. Luís de Sousa Rebelo, "A Ilha dos Amores e o imaginário da utopia" in *Actas da VI Reunião Internacional de Camonistas*, Coimbra, IUC, 2012, pp. 69-70.

[28] Cf. Idem, *ibidem*, p. 72.

[29] Vd. Maria de Lourdes Viana Lyra, *A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política.1798-1822*, Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994.

Lourdes Viana Lyra, texto de leitura obrigatória, que conta uma história do Brasil que a memória do «facto independência» ocultou.

A pretendida reflexão sobre utopia e distopia em textos de Luís de Camões, tal foi a nossa proposta, merece, mesmo que o tempo nos não permita avançar muito mais, uma consideração sobre a evolução do conceito de utopia e até o, bem mais recente, de distopia, não para aqui os explicitar nos seus mais conhecidos significados, pela voz de autores consagrados, mas antes para sublinhar, à partida, a feição anacrónica de alguns pressupostos. Frederico Lourenço, ao dissertar no âmbito da X Semana Cultural da Universidade de Coimbra, em 2008, afirmava: "Refiro-me, em concreto, ao termo 'utopia' aplicado à sociedade dos Feaces, que se tornou usual nos Estudos Clássicos ao longo do século XX. Por exemplo em 1919, num interessante artigo sobre a Esquéria da *Odisseia*, A. Shewan recorre ao termo 'utopia' num contexto que não pode deixar de encantar o leitor português, dado que a analogia estabelecida pelo helenista britânico é a Ilha dos Amores de Camões. As palavras exactas são «*Utopia as unreal as Camoens'Isle of Loves*»"[30].

Fernando de Mello Moser realizou uma conferência na SGL, em 6 de Fevereiro de 1979, intitulada "Tomás Moro e o seu heterónimo português", que nos parece ser pouco conhecida, pese o facto de ter sido prontamente publicado o texto, no *Boletim* e em Separata[31]. A propósito das comemorações, um pouco por todo o mundo, do V Centenário do nascimento de Tomás Moro, refere que, em Portugal, uma das instituições que acolheu uma sessão solene foi a ACL, precisamente a 22 de Junho de 1978, durante a qual foram oradores os académicos Padre Mário Martins[32] e Doutor José Vitorino de Pina Martins[33], cujos textos foram oportunamente publicados, não esquecendo de fazer referência à Exposição Bibliográfica promovida em Paris, por este último, na qualidade de Director do Centro Cultural Português da FCG, cujo alcance foi acrescido pelo valioso catálogo[34] dado

[30] Cf. Frederico Lourenço, "Utopia e distopia no imaginário homérico" in *Utopias & Distopias*, Coimbra, IUC, 2009, p. 21 [21-25].

[31] Vd. Fernando de Mello Moser, "Tomás Moro e o seu heterónimo português", Sep. do *Boletim da SGL*, Lisboa, SGL, 1979, pp. 71-88.

[32] Vd. Mário Martins, "Evolução de Tomás More" in *Didaskalia*, vol. VIII, n.º 1, Lisboa, 1978.

[33] Vd. J. V. de Pina Martins, "L'Utopie de Thomas More et l'humanisme" in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XIII, Paris, FCG, 1978, pp. 3-39.

[34] Vd. *Utopie – Catalogue de l'Exposition Bibliographique au Centre Culturel Portugais*, introduction, choix bibliographique et notes par José V. de Pina Martins, Paris, FCG-CCP, 1977.

ao prelo. Dos estudos que não foram contemplados na colectânea *Dilecta Britannia*[35], destacamos: em 1968, "Tomás More: um homem para o nosso tempo"[36]; em 1975, "O ideal comunitário de Tomás More"[37]e, em 1978, "Fases e expressões da catolicidade na vida e obra de Thomas More"[38]. Em 1982, os *Arquivos do Centro Cultural Português* da FCG, acolhem dois novos trabalhos na rubrica *Thomas More au* Portugal: de José V. de Pina Martins, "L'Utopie de Thomas More au Portugal (XVIe et début du XVIIe siècle)"[39] e "La très ancienne renomée de More au Portugal"[40], de Fernando de Mello Moser.

"À procura de fontes e de modelos" é o tema tratado num dos capítulos do trabalho, atrás citado, da autoria de Mello Moser e que consubstanciou a conferência na SGL. Um dos assuntos abordados tem a ver com a rota seguida na obra moriana. "Convém recordar que, de acordo com o seu relato, Rafael Hitlodeu acompanhou Vespúcio na sua terceira viagem, mas fazia parte do grupo que desembarcou no Brasil, de onde, após viagens descritas de modo impreciso, descobriu a Utopia, onde viveu seis anos; de novo por caminhos imprecisos atingiu a Taprobana, daí passando a Calecute, de onde regressou a Portugal. À primeira vista, o que Hitlodeu descreve assemelha-se a uma viagem de circum-navegação, antes de Magalhães, o que colocaria a Utopia a Ocidente, na rota seguida"[41]. Posição diametralmente oposta foi sempre defendida por Luís de Matos[42], que sempre pretendeu encontrar a rota na tradicional, contornando a África, sendo que a Utopia seria no Oriente.

---

[35] Vd. Fernando de Mello Moser, *Dilecta Britannia. Estudos de cultura inglesa*, Lisboa, FCG, 2004.

[36] Vd. Idem, "Tomás More: um homem para o nosso tempo" in *Rumo*, n.º 133, Lisboa, Março de 1968.

[37] Vd. Idem, "O ideal comunitário de Tomás More" in *Broteria*, Lisboa, Dezembro de 1975.

[38] Vd. Idem, "Fases e expressões da catolicidade na vida e obra de Thomas More" in *Didaskalia*, vol. VIII, n.º 1, Lisboa, 1978.

[39] Vd. José V. de Pina Martins, "L'Utopie de Thomas More au Portugal (XVIe et début du XVIIe siècle) in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XVII, Paris, FCG, 1982, pp. 453-489.

[40] Vd. Fernando de Mello Moser, "La très ancienne renomée de More au Portugal" in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XVII, Paris, FCG, 1982, pp. 447-452.

[41] Cf. Fernando de Mello Moser, "Tomás Moro e o seu heterónimo português", Sep. do *Boletim da SGL*, Lisboa, SGL, 1979, p. 81.

[42] Vd. Luís de Matos, "A *Utopia* de Tomás More e a expansão portuguesa" in *Estudos Políticos e Sociais*, vol. IV, n.º 3, Lisboa, 1966; Idem, *L'Expansion Portugaise dans la litterature latine de la Renaissance*, Lisboa, FCG, 1991, p. 386.

Já na nossa comunicação, apresentada ao VII Simpósio de História Marítima da Academia de Marinha, dedicado a *Fernão de Magalhães e a sua viagem no Pacífico*, em 2001, chamávamos a atenção para uma necessária revisitação do tema, já que a hipótese da viagem como a viria a fazer Magalhães vai ao encontro do que escreve Pigafetta: "*Sapea di dever navigare per uno stretto molto nascoto, avendo ció veduto in una carta serbatta nella tesoreria del Re di Portogallo, e fatta da Martino di Boemia, uomo eccelentissimo*[43]. Ora, Behaim morreu em Lisboa a 29 de Julho de 1507 e, por conseguinte, pelo menos já nesta data, a ser verdade o que escreve Pigafetta, sem que aparentemente haja algum motivo para se duvidar desta informação, D. Manuel seria conhecedor da existência da famigerada passagem entre o Atlântico e o Pacífico. Tomás Moro que publica a *Utopia*, em 1516, tal como muito provavelmente Fernão de Magalhães, muitos anos antes, já seriam conhecedores do que Martim da Boémia escrevera na Carta que D. Manuel guardava. Seria assim admissível ter já um outro português realizado a viagem que une o Atlântico ao Pacífico, como aventa Tomás Moro na *Utopia*.

Importantes também para o melhor apuramento do conhecimento das possíveis fontes utilizadas por Tomás Moro, são os estudos de W. G. L. Randles[44] e de António Alberto Banha de Andrade[45]. Seja ou não Rafael Hitlodeu uma personagem real, um português que Moro conheceu e com quem até possa ter dialogado, certo é que na *Utopia* é essa a sua origem: nascido em Portugal, conhecedor do latim e sabedor do grego na perfeição, «cedo abandonou a fortuna paterna aos irmãos, levado pela "intensa paixão de conhecer mundo"»[46] Interrogam-se alguns autores sobre se Moro teria escolhido ainda um português para dar *novos mundos ao mundo*, se tivesse escrito a obra 50 anos mais tarde[47], já depois de instalado em Portugal o Tribunal do Santo Ofício, vulgo, a Inquisição. Sinceramente, nunca nos deixámos seduzir por história prospectiva, mas há pertinência na questão.

---

[43] Cf. João Abel da Fonseca, "Cristóvão de Mendonça. De perseguidor de Fernão de Magalhães a descobridor da Austrália?", in *Actas do VII Simpósio de História Marítima da Academia de Marinha. Fernão de Magalhães e a sua viagem no Pacífico. Antecedentes e Consequentes*, Lisboa, AM, 2002, p. 282 [277-290].

[44] Vd. W. G. L. Randles, *The sources of Sir Thomas More's Utopia*, 1955.

[45] Vd. António Alberto Banha de Andrade, *Mundos Novos do Mundo*, vol. 2, Lisboa, JIU, 1972, pp. 737-743.

[46] Cf. Guilherme d'Oliveira Martins, "Utopia e sentido humano" in *JL*, N.º 1 182 de 20 jan-2 fev de 2016, p. 31.

[47] Cf. Paulo Mendes Pinto, "500 anos depois. A *Utopia* como odisseia" in *JL*, N.º 1 197 de 17 a 30 de ago de 2016, p. 25.

Aires Augusto Nascimento conclui, no 'Resumo' de um seu trabalho recente intitulado "Utopia: quando a Terra se contrai, é urgente que o sonho desperte": "Tomás Moro adiantou-se a Camões no entender de uma gesta que, sendo de façanhas, traz consigo uma proposta de renovação a uma Europa atravessada por contradições: não saberei dizer se o nosso épico leu a *Utopia*, mas a alegoria da *Ilha dos Amores* tem de ser lida como modo de transfiguração humana, num processo que supõe aspirar à Sabedoria maior, e pode ser sublimado no esforço por encontrar complemento humano noutros Povos, e com eles formar um Mundo Novo"[48]. "Nas edições de 1518, More inclui uma sextilha em que *Anemólio (o vão, o vaidoso)*, sobrinho de Hitlodeu e o poeta da ilha, defende que a Utopia se deveria chamar Eutopia, precisamente por ela superar a cidade que Platão retrata na *República*"[49].

Antes de passarmos a terminar ainda daremos conta de um estudo a que se entregou Marcello Caetano para proferir o seu último discurso, no Grémio Literário e Recreativo Português de Belém do Pará, em 10 de Junho de 1980, escassos quatro meses antes de falecer, a propósito da "Evocação de Camões no IV Centenário da sua Morte"[50]. Atentemos nesta passagem: "O que é extraordinário e mostra a invulgar inteligência e cultura do poeta, é que estudado o poema por botânicos, zoólogos, astrónomos, médicos, militares, marinheiros, filólogos, latinistas… que sei eu? cada um sob o prisma da sua especialidade, todos, sem excepção, verificaram que tudo n'*Os Lusíadas* está certo, não havendo, em relação ao saber do seu tempo, erros a assinalar. Tão rica é a obra camoniana em ensinamentos e sugestões, que um ilustre brasileiro, Afrânio Peixoto, propôs que se criasse uma ciência que a tivesse por objectivo – a *camonologia* – e tomou a iniciativa de promover a instituição na Universidade de Lisboa, em 1925, de uma cadeira de Estudos Camonianos financiada pelo benemérito português do Brasil Zeferino de Oliveira e em cuja regência se ilustraram sábios como José Maria Rodrigues e Hernâni Cidade"[51]. Especialista não é o nosso caso, seria pesporrência insolente e atrevimento ingrato para com quem nos honrou pelo convite, sabendo-nos só um curioso chamado a partilhar um bosquejo singelo, entre sábios consagrados de tão sublime disciplina. Servirá, contudo, para

[48] Cf. Aires A. Nascimento, "*Utopia*: quando a terra se contrai é urgente que o sonho desperte". Sessão da ACL, em 8 de Novembro de 2016 (a editar oportunamente).

[49] Cf. Joaquim Machado, "Utopia, Terra de Felicidade" in *THEOLOGICA*, 2.ª Série, 47, 2 (2012), pp. 699-712.

[50] Vd. *Marcello Caetano no exílio. Estudos. Conferências. Comunicações*, Pref. de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, Verbo, 2006.

[51] Cf. *Ibidem*, p. 198.

se evidenciar mais um campo em que Luís de Camões deixou assinalável testemunho, já tratado com acribia por autores de vulto que aqui trouxemos.

Sigamos só, um pouco mais: "Em Yale, onde falou em 1908, Joaquim Nabuco fez, no dia seguinte à sua conferência camoniana, uma outra sobre «o espírito da nacionalidade na História do Brasil» que começa assim: «Parece-me natural sequência falar do Brasil depois de me haver ocupado d'*Os Lusíadas* uma vez que o Brasil e *Os Lusíadas* são as duas grandes obras de Portugal». E esse Camões que morria desconsolado com a pouca atenção que lhe era dispensada pelo seu Rei,

(*Mas eu que falo, humilde, baxo e rudo*
De vós não conhecido nem sonhado)

como havia de adivinhar que *Os Lusíadas* seriam tão estimados por um soberano do Brasil que este, na hora amarga de exílio em que nobremente abandonava quanto tinha de seu e rejeitava o que lhe queriam dar, levava consigo, como tesouro de incalculável valor, para o acompanhar nos passos da sua paixão, o exemplar da 1ª edição do poema em cuja portada está escrito, como marca de posse, que talvez tivesse sido: «Luís de Camões seu dono». Este foi, porém, o procedimento do Imperador D. Pedro II que notificado da deposição do trono e do banimento da Pátria, só teve a preocupação de mandar do Rio a Petrópolis buscar o livro velhinho que para ele representava o génio da língua e, através da língua, a alma do Brasil"[52].

Quase a concluir, o autor que seguimos ainda nos brinda com um trecho de análise subtil e percuciente: "Só Camões nos reconduz ao passado sem nos reter nele porque toda a sua epopeia se não limita a exaltar o que está feito, incita ao prosseguimento, preconizando que se proceda com o mesmo desprezo da vida, o mesmo espírito de renúncia e sacrifício que levam os homens a lutar por uma causa nobre e um povo a marcar o seu lugar na História:

[…] *As cousas árduas e lustrosas*
Se alcançam com trabalho e com fadiga;
Faz as pessoas altas e famosas
A vida que se perde e que periga;
Que, quando ao medo infame não se rende,
Então, se menos dura, mais se estende."[53]

[52] Cf. *Ibidem*, p. 202.
[53] Cf. *Ibidem*, pp. 204-205.

Quanto a Tomás Moro, pela sentença, o réu era condenado «a ser suspenso pelo pescoço» e cair em terra ainda vivo. Depois seria esquartejado e decapitado. Em atenção à importância da personagem, o rei, «por clemência», reduziu a pena a «simples decapitação». Ao tomar conhecimento disto, Moro comentou: "*Não permita Deus que o rei tenha semelhantes clemências com os meus amigos*". No momento da execução suplicou aos presentes que orassem pelo monarca e disse que "*morria como bom servidor do rei, mas de Deus primeiro*".

A sua cabeça foi exposta na ponte de Londres durante um mês e, posteriormente, recolhida por sua filha mais velha, Margaret Roper. A execução de Tomás Moro na Torre de Londres, no dia 6 de Julho de 1535 «antes das nove horas», ordenada por Henrique VIII, foi considerada uma das mais graves e injustas sentenças aplicadas por um Estado contra um homem de honra, consequência de uma atitude despótica e de vingança pessoal do rei. "Numa carta datada de Silves, em 15 de Dezembro de 1575, dirigida ao rei D. Sebastião contra o juiz da coroa Jorge da Cunha, fala Osório [D. Jerónimo] do 'grande Thomas More', aludindo à sua morte injusta e violenta"[54].

A trágica morte de Moro – condenado a pena capital, em boa verdade por se ter negado a reconhecer o rei como cabeça da Igreja da Inglaterra –, foi e é considerada pela Igreja Católica como modelo de fidelidade à Igreja e à própria consciência, e representa a luta da liberdade individual contra o poder arbitrário. Devido à sua rectidão e exemplo de vida cristã, foi reconhecido como mártir, declarado beato em 29 de Dezembro de 1886 por decreto do Papa Leão XIII e canonizado, conjuntamente com São João Fisher, em 19 de Maio de 1935 pelo Papa Pio XI. O dia festivo de São Tomás Moro é 22 de Junho.

Em 2000, São Tomás Moro foi declarado *Patrono dos Estadistas e dos Políticos* (ou dos governantes e dos parlamentares, como prefere Adriano Moreira[55]) pelo Papa João Paulo II: "*Esta harmonia do natural com o sobrenatural é talvez o elemento que melhor define a personalidade do grande estadista inglês: viveu a sua intensa vida pública com humildade simples, caracterizada pelo proverbial «bom humor» que sempre manteve, mesmo na iminência da morte.*

[54] Cf. D. Jerónimo Osório, *Cartas Portuguesas*, Paris, Veríssimo Alvares da Silva, 1819, p. 67. Citado em Thomas Morus, *VTOPIA ou A MELHOR FORMA DE GOVERNO*. Tradução, com prefácio e notas de comentário de Aires A. Nascimento. Estudo introdutório de José V. de Pina Martins. Lisboa, FCG, 2015, 3ª ed. [2006], p. 107.

[55] Cf. Adriano Moreira, "Utopia" in *Roteiros. Boletim do Instituto D. João de Castro*, Nova Série, Ano 2016, N.º 10, Lisboa, IDJC, 2017, p. 9.

Esta foi a meta a que o levou a sua paixão pela verdade. O homem não pode separar-se de Deus, nem a política da moral: eis a luz que iluminou a sua consciência. Como disse uma vez, "o homem é criatura de Deus, e por isso os direitos humanos têm a sua origem n'Ele, baseiam-se no desígnio da criação e entram no plano da Redenção. Poder-se-ia dizer, com uma expressão audaz, que os direitos do homem são também direitos de Deus" (Discurso, 7 de Abril de 1998). É precisamente na defesa dos direitos da consciência que brilha com luz mais intensa o exemplo de Tomás Moro. Pode-se dizer que viveu de modo singular o valor de uma consciência moral que é "testemunho do próprio Deus, cuja voz e juízo penetram no íntimo do homem até às raízes da sua alma" (Carta enc. Veritatis splendor*,* 58*), embora, no âmbito da acção contra os hereges, tenha sofrido dos limites da cultura de então*"[56].

Convém nunca esquecer, contudo, que a sentença foi proferida em tribunal, depois de um julgamento por juízes em exercício regular de funções. As últimas palavras que Tomás Moro dirigiu aos seus julgadores já foram recordadas numa recente comunicação apresentada na Academia das Ciências de Lisboa[57]. Permitam-nos salientar o trecho final: "[…] *eu firmemente acredito e assim rezo no íntimo do coração que, sem embargo de Vossas Senhorias terem agora aqui na Terra sentenciado a minha condenação, nos possamos todos encontrar cheios de alegria no Céu, para nossa salvação eterna*". Mesmo saídas da boca de um santo que assegura firmemente acreditar no que diz, convenhamos que a ironia bem se pode acolher a uma imagem utópica de invocar um encontro no Céu com gente destinada à fogueira do Inferno. Adriano Moreira, o autor da supracitada comunicação, vem a concluir que «a Utopia não é deste mundo, e o nosso problema continua a ser não apenas conciliar o Estado com a Ética, mas conciliar o mundo»[58]

Utopias e distopias – entre o preço da dignidade e o sentido da vida. Em Tomás Moro e em Luís de Camões. Ontem, como hoje!

[56] Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas_More#Canoniza.C3.A7.C3.A3o Consultado em 2016 NOV 08.

[57] Cf. Nota 54, acima, Idem, *ibidem*, pp. 11-12.

[58] Cf. Idem, *ibidem*, p. 12.

Goa contemporânea e a herança cultural Portuguesa (1961-2017)[1]

CMG Adelino Rodrigues da Costa[2]

No panorama global da história de Portugal que se aproxima dos nove séculos, há locais e palavras que, sob um ponto de vista simbólico, nos evocam os percursos mais ou menos acidentados que definiram a nossa identidade, as nossas fronteiras culturais e a nossa forma de estar no mundo.

Goa é, certamente, uma dessas palavras.

A relação estabelecida entre Portugal e Goa durante 451 anos foi bruscamente interrompida em 1961, mas veio a ser retomada depois de 1974. Do longo período de história comum ficaram muitas marcas, sobretudo no património construído e na língua, mas também em muitas práticas culturais e, até, no imaginário de largos sectores da população, que fazem de Goa o mais ocidentalizado território da Índia. No texto seguinte procuraremos fazer uma breve análise histórica da presença portuguesa em Goa e perceber até que ponto será possível ali preservar a sua memória cultural.

Goa e Portugal: 451 anos de história comum

A cidade de Goa foi conquistada em 1510 por Afonso de Albuquerque ao sultão muçulmano de Bijapur e depressa substituiu a cidade de Cochim como residência de um vice-rei e como capital do Estado Português da Índia, mas também como centro de poder e de um intenso comércio na orla marítima do oceano Índico. Numa carta enviada ao rei D. João III em 1539,

[1] Texto-suporte da Conferência realizada no Instituto Dom João de Castro, em 23 de Fevereiro de 2017.

[2] CMG na situação de Reforma; Antigo Delegado da Fundação Oriente na Índia (1998-2000 e 2009-2010).

o vice-rei D. João de Castro referia "*que he grande o número de portugueses que nestas partes andam, porque de Sofala até China, nam há cousa que deles nam seja trilhada*"[3].

Nessa altura as ordens religiosas começaram a instalar-se em Goa e foram elas que, através da evangelização e das conversões em massa, se tornaram os maiores difusores da língua e da cultura portuguesas. Em 1560 foi estabelecida a Inquisição de Goa que, durante mais de dois séculos, cometeu excessos e fez perseguições religiosas que persistem no imaginário da população goesa de religião hindu.

O progresso e o esplendor da cidade de Goa durou pouco mais de meio século e o cronista Diogo do Couto foi um dos primeiros portugueses que, ainda no século XVI e antes do desastre de Alcácer-Quibir, denunciou os "fumos da Índia" e teve a premonição do declínio que se aproximava.

Depois, com o país integrado na União Ibérica, o território de Goa e as outras praças do Estado Português da Índia entraram num período de regressão acentuado pelos sucessivos bloqueios navais impostos pelos holandeses da VOC a partir de Batávia e pela perda de algumas praças importantes da ilha de Ceilão e da costa do Malabar.

Quando em finais do século XVII foi descoberto o ouro no Brasil, o centro dos interesses ultramarinos portugueses passou definitivamente de Goa para a cidade brasileira de São Salvador da Bahia de Todos os Santos e os territórios portugueses da costa ocidental indiana perderam importância comercial e nunca mais a recuperaram. A perda das praças de Bassaim e Chaul ocorridas em 1739 alarmaram o Reino, porque a Província do Norte era o celeiro do Estado da Índia. Foram então enviados alguns meios navais e tropas para recuperar essas praças, mas essas forças acabaram por ser empenhadas numa campanha que alargou o território de Goa, nuns casos por acção militar e noutros por negociação. Assim se criou uma cintura territorial defensiva ou de protecção que alargou o território de Goa e que às Velhas Conquistas (786 km^2) ocupadas desde o século XVI, se acrescentaram novos territórios que passaram a ser designados por Novas Conquistas (2825 km^2).

Em meados do século XVIII o Marquês de Pombal governava Portugal e as suas qualidades governativas não deixaram de se interessar pelo Estado da Índia e de promover muitas reformas, nomeadamente aquela que garantia aos naturais do Estado da Índia as "Honras, Dignidades, Empregos, Postos, Officios, e juridições delles", assim como a liberdade religiosa e o reconhecimento ao direito consuetudinário aos hindus das Novas Conquistas.

[3] D. João de Castro, *Obras Completas de D. João de Castro*, Volume III, Coimbra, 1976, p. 22.



Extracto da *Discripsão chorographica do destricto das terras de Goa por Emmanuel Godinho de Eredia, cosmographo, Anno 1610*
(Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro)

"*Eu El-Rei. Faço saber aos que este Alvará com força de Lei virem [...]; Ordenando, que todos os Meus Vassallos nascidos na India Oriental, e Dominios que Tenho na Azia Portugueza, sendo Christãos baptisados, e não tendo outra inhabilidade de Direito, gozem das mesmas honras, preeminencias, prerogativas, e privilegios de que gozam os naturaes destes Reinos, sem a menor differença; havendo-os desde logo não só por habilitados para todas as Honras, Dignidades, Empregos, Postos, Officios, e juridições delles, mas recommendando muito seriamente aos Vice-Areis do mesmo Estado, e Ministros, e Officiaes delle, que para as sobreditas Honras, Dignidades, Empregos, Postos, e Officios, attendam sempre nos concursos, com preferencia, os Naturaes das respectivas terras, mostrando-se capazes, sob pena de que do contrario Me Darei por muito mal servido, e lho Estranharei como achar justo, conforme a exigencia dos casos*"[4].

[4] Alvará de 2 de Abril de 1761. In Cláudio Lagrange Monteiro de Barbuda, *Instrucções com que El-Rei D. José I mandou passar ao Estado da India o Governador, e Capitão General, e o Arcebispo Primaz do Oriente, no Anno de 1774*, Pangim-Goa, 1841.

Estas medidas emancipadoras foram pioneiras e, de certo modo, anteciparam os anunciados valores da igualdade que mais tarde inspiraram a Revolução Francesa. Nesse mesmo ano de 1761 verificou-se a expulsão dos Jesuítas e "dois bispos e duzentos e vinte e oito padres tiveram que abandonar o então Estado Português da Índia"[5], o que veio a revelar-se catastrófico relativamente à evangelização e à aculturação dos territórios das Novas Conquistas, onde a influência portuguesa foi sempre pouco mais que residual.

O Estado da Índia continuava adormecido, estagnado, ameaçado em terra pelas forças maratas e enfraquecido no mar pelo superior poder de ingleses, de franceses e de holandeses, enquanto o Brasil prosperava e atraia gente, capitais e iniciativa. Perante esse quadro, o Marquês de Pombal tomou medidas e instruiu as autoridades de Goa no sentido de se proceder à reforma do governo do Estado da Índia.

> "[…] *não mando socorrer o mesmo Estado no modo ordinario, mas sim restaura-lo, e funda-lo de novo; arrancando as raizes dos vicios que até agora o contaminaram; e plantando nos terrenos, que ellas haviam inficionado, virtudes Christãs, Politicas, e Militares, que façam renascer na Azia a reputação, e a gloria do nome Portuguez*"[6].

As reformas pombalinas não tiveram os resultados esperados em Goa, até porque o território veio a ser ocupado por forças militares inglesas durante mais de uma dezena de anos no contexto da guerra anglo-francesa pela hegemonia mundial, tendo também sido afectado pelas consequências das lutas liberais em Portugal.

Quando o movimento liberal triunfou em Portugal e a estabilidade chegou a Goa, o território ressurgiu e a sociedade dinamizou-se com a realização de muitas reformas e de muitas obras públicas, incluindo edifícios urbanos e estradas, enquanto algumas dezenas de estudantes vieram estudar para Portugal[7].

Em 1843 a capital do Estado da índia foi transferida para Pangim, então denominada Nova Goa, que substituiu a cidade de Goa que Albuquerque conquistara em 1510 e que, desde então, ficou conhecida por Velha Goa.

---

[5] Luis Filipe Thomaz, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, 1998, p. 262.

[6] Carta Regia escripta em Salvaterra de Magos, em dez de Fevereiro de 1774. In Cláudio Lagrange Monteiro de Barbuda, *op. cit.*

[7] Luís Filipe Thomaz, *op. cit*., p. 283.

Depois de 1910 o novo regime republicano prosseguiu com a possível modernização do território e atenuou a discriminação social ainda existente que afectava a comunidade hindu e beneficiava claramente os católicos, sobretudo os chamados luso-descendentes, enquanto a Igreja foi substituída pelo Estado em múltiplas actividades de natureza social.

Com o regime do Estado Novo que se instalou em Portugal em 1926, foi adoptado o Acto Colonial que consagrou uma orientação centralista e imperial, que veio a ser integrado na Constituição de 1933 e se tornou o eixo central da política colonial. O Estado da Índia passou a ser considerado uma colónia e esse facto causou grande descontentamento nas elites goesas e gerou muitos protestos, embora também tivessem sido adoptadas políticas desenvolvimentistas em vários sectores de actividade, fosse intensificada a instrução pública e houvesse uma firme vontade de recuperar o tempo perdido.

Quando o geógrafo Orlando Ribeiro visitou Goa entre Outubro de 1955 e Fevereiro de 1956 dirigindo uma missão científica, tratou de registar as suas impressões num relatório que dirigiu ao governo em Agosto de 1956, tendo-se mostrado surpreendido e salientado que "a reduzida influência cultural que exercemos em Goa foi um dos aspectos que mais dolorosamente feriram o meu sentimento de português[8].

Nesse relatório, Orlando Ribeiro revela muitas das suas observações de natureza política e sociológica sobre o que vira no Estado da Índia, mas também sobre o perfil cultural da população goesa e das suas aspirações quanto ao seu enquadramento político.

> "*Pátria para o goês é Goa, é nela que desejam gozar liberdades e proeminências; entre os partidários da integração – e os hindus são-no em geral pelas razões de sentimento e cultura apontadas – e os partidários da união com Portugal (parece que mais ou menos convictos consoante sopram os ventos!), situa-se grande número de goeses cristãos, que acima de tudo desejariam íntimas relações com a Índia e a autonomia da sua terra*"[9].

Esta passagem do relatório mostra claramente que a sociedade goesa estava dividida entre os partidários da integração na União Indiana e os partidários da união com Portugal. Além disso, o relatório revela que existia um afastamento entre Goa e Portugal por razões políticas e, também, muita discriminação no acesso ou no desempenho de certas funções, havendo a

[8] Orlando Ribeiro, *Goa em 1956 - Relatório ao Governo*, Lisboa, 1999, p. 102.

[9] *Id., ibid.,* p. 119.

convicção de que os goeses tinham mais facilidades e sucesso profissionais na Metrópole do que na sua própria terra.

> "*O afastamento de Goa e Portugal resultou da desfavorável conjugação de dois factos, o movimento de Gandhi e o advento de um regime de autoridade na Metrópole. Os cristãos, não obstante o afastamento em que viveram da sua origem indiana, sentiram-se como que abater-se a barreira dos Gates e olharam com deslumbramento para aquela figura moral, para os seus propósitos e processos*"[10].

Estas informações de Orlando Ribeiro mostravam que a segmentação da população goesa era feita essencialmente por critérios culturais e, sobretudo, de ordem religiosa, para além de outros, enquanto a figura de Gandhi era assumida como uma referência das aspirações goesas por largos estratos da população. Porém, o condicionamento da imprensa goesa imposto pelo regime político à escala nacional nunca permitiu que fosse revelado este posicionamento pró-indiano de uma parte significativa da população goesa e que, pelo contrário, fosse passada uma imagem incorrecta de uma generalizada fidelidade a Portugal. Além disso, o afastamento entre Goa e Portugal era especialmente evidente na escassa difusão da língua portuguesa que nunca se impôs como língua de comunicação no seio da população goesa.

Quando em 1958 o General Vassalo e Silva assumiu as funções de Governador-Geral do Estado da Índia, havia uma clara intenção de alterar o quadro político-cultural percebido por Orlando Ribeiro e de contrariar o movimento pró-integração na União Indiana que se vinha acentuando. Porém, o desempenho governativo do General Vassalo e Silva, que foi considerado excepcional e que ainda é recordado em Goa como exemplar, não foi suficiente para corrigir os erros acumulados ao longo de muitos anos pela administração portuguesa.

A influência da vizinhança inglesa

Os ingleses chegaram à Índia cerca de um século depois dos portugueses e em 1600 criaram a East India Company para fazer comércio com as Índias Orientais. Instalaram-se em Surat, um porto da costa ocidental da peninsula hindustânica, mas foi a partir do estabelecimento de Bombaim, que em 1661 lhe foi cedido pelos portugueses, que na segunda metade do

[10] *Id., ibid.,* p. 120.

século XVIII e na primeira metade do século XIX alargaram os seus interesses a todo o subcontinente indiano através das suas forças militares que resistiram à hostilidade de alguns exércitos locais e que derrotaram os franceses que também se pretendiam instalar no mesmo território.

Só em meados do século XIX é que os direitos da East India Company e os seus poderes militares e administrativos foram transferidos para a Coroa Britânica e foi então que a Rainha Victoria se auto-proclamou como a Imperatriz da Índia.

Nessa altura e depois de um período de instabilidade associado às lutas liberais, Goa entrou num ciclo de organização administrativa, de dinamismo cultural e de progresso económico, tendo-se acentuado as relações com os ingleses que construiram o porto de Mormugão e o caminho-de-ferro que ligava aquele porto aos territórios da Índia Inglesa.

> "*Este impulso cultural foi acompanhado por uma tomada de consciência da individualidade goesa e por um desejo de guardar distância em relação aos modelos metropolitanos […]. Não tardou que a elite goesa se abrisse também à cultura inglesa, então dominante na Índia. Foram numerosos os que fizeram os seus estudos na Índia inglesa ou memo na Inglaterra*"[11].

Com a crescente hegemonia inglesa na península industânica e com as novas escalas de produção proporcionadas pela economia colonial e pela industrialização, o território português de Goa passou a fornecer emigrantes goeses ocidentalizados para os territórios coloniais britânicos da área de Bombaim, para a costa oriental africana e para a região do Golfo, o que se traduziu numa relação que nunca mais foi perdida entre goeses residentes e goeses expatriados.

Quando o movimento contra o colonialismo inglês e pela defesa da independência indiana, que tinha como principal ideólogo Mahatma Gandhi, intensificou a sua acção, não deixou indiferentes os goeses, sobretudo os que se encontravam em Bombaim. Foi exactamente nessa cidade situada a 600 quilómetros de Goa que, no ano de 1928 e por iniciativa de Tristão Bragança da Cunha, um engenheiro de origem goesa formado em Paris, que ficou conhecido por T. B. Cunha e que é considerado o pai do nacionalismo goês, foi criado o Goa National Congress, destinado a lutar pela expulsão dos portugueses de Goa, de forma semelhante à luta conduzida por Gandhi para expulsar os ingleses da India Inglesa.

[11] Luís Filipe Thomaz, *op. cit*., p. 268.

O movimento pela libertação de Goa intensificou-se a partir de 1940 inspirado pelo que acontecia na Índia inglesa, mas a acção desenvolvida em Goa não foi significativa até às vésperas da independência da India proclamada à meia-noite de 14 de Agosto de 1947, num famoso discurso proferido pelo novo primeiro-ministro Jawaharlal Nehru, que foi entusiasticamente recebido pela população e a que não foram indiferentes os goeses residentes na Índia.

Gandhi tinha-se referido a Goa e escrevera:

> "[…] *It is ridiculous to write to Portugal as the motherland of Indians of Goa. Their mother country is as much India as mine. Goa is outside British India but it is within geographical India as a whole. And there is very little, if anything, in common between the Portuguese and the Indians of Goa*"[12].

Nenhuma frase, nem nenhuma pessoa, poderiam então ser tão estimulantes para o discurso anti-colonial indiano relativo a Goa e para os sentimentos autonomistas goeses.

Por isso, após a proclamação da independência, o governo indiano instalou uma Legação em Lisboa e requereu formalmente o início de negociações para a entrega de Goa, Damão e Diu, mas o governo português negou esse pedido com o argumento de que esses territórios eram parte integrante de Portugal e que os seus habitantes estavam perfeitamente integrados e dispunham dos mesmos direitos e obrigações de todos os outros portugueses desde há mais de quatro séculos.

Perante a intransigência portuguesa, o governo indiano encerrou a sua Legação e, como reacção e com o apoio da polícia indiana, alguns grupos de *satyagrahas*, ou lutadores da liberdade, que incluiam militantes dos movimentos nacionalistas goeses, ocuparam em 1954 os territórios de Dadrá e Nagar-Aveli, no distrito de Damão, enquanto o governo indiano decidia impor um bloqueio económico aos territórios portugueses.

Nessa altura já se haviam formado vários partidos nacionalistas goeses, alguns dos quais com actividades clandestinas em Goa, onde se começaram a verificar sabotagens e assaltos a postos policiais mais ou menos isolados. Então, após ter passado oito anos na prisão de Peniche, o engenheiro T. B. Cunha que já tinha regressado a Bombaim, criou o Goa Action Committee destinado a coordenar a acção dos diversos grupos anti-portugueses formados em Bombaim e noutras cidades indianas.

[12] Arthur Rubinoff*, India's Use of Force in Goa*, Bombay, 1971, p. 36.

Nessa altura, num discurso pronunciado em Nova Delhi no dia 20 de Junho de 1955 no Lok Sabha, o parlamento indiano, o primeiro-ministro Nehru afirmou que "a ocupação de Goa pelos portugueses é o caso mais escandaloso que existe, política, étnica, geográfica e religiosamente, porque histórica, política, económica e mesmo religiosamente, Goa faz parte da Índia"[13].

Por fim, decorridos 14 anos sobre a independência da India, Nehru decidiu-se por uma acção militar sobre Goa, Damão e Diu que, em certa medida, apanhou de surpresa Salazar e o governo português, que terão pensado que esse passo não seria dado.

Os acontecimentos de 1961

No quadro internacional que se desenvolveu depois da 2ª Guerra Mundial em que se constituíram dois blocos envolvidos na chamada "guerra fria", também surgiu o movimento dos países não-alinhados, de que a India era um destacado dinamizador, a apoiar os sentimentos independentistas e anticolonialistas dos povos e dos territórios não autónomos

A Conferência de Bandung reunira em 1955 e tinha elaborado a chamada "carta do anticolonialismo", inspirando a formação de um bloco afro-asiático nas Nações Unidas que, a partir de então, passou a ter uma atitude hostil em relação a Portugal, que tinha sido admitido na organização nesse mesmo ano.

Porém, foi a Resolução 1542 (XV) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 15 de Dezembro de 1960, que declarou "não autónomos" os territórios ultramarinos portugueses, incluindo "Goa e as dependências, chamadas Estado da Índia", que acelerou o processo de contestação à política ultramarina portuguesa e estimulou as decisões indianas[14].

No Verão de 1961 já se acentuara em Lisboa a convicção de que o governo indiano encarava ou preparava o uso da força contra o Estado da India, mas o governo português ainda confiava que Nehru não queria manchar a sua imagem de pacifista, nem criar tensões com os aliados de Portugal. Muitos dirigentes mundiais ainda apelaram para que as duas partes negociassem, mas Salazar e Nehru estiveram irredutíveis.

[13] Botelho da Silva, *"Dossier" Goa: Vassalo e Silva, a recusa do sacrifício inútil*, Lisboa, 1975, p. 50.

[14] Franco Nogueira, *História de Portugal*, II Suplemento (1933-1974), Porto, 1981, p. 259.

Na madrugada de 18 de Dezembro de 1961 as Forças Armadas Indianas iniciaram uma acção militar sobre os territórios de Goa, Damão e Diu com forças de terra, mar e ar. Era a operação Vijay, sobre a qual existe abundante documentação publicada.

No dia 19 de Dezembro de 1961, pelas 19 horas e 30 minutos, o Governador-Geral do Estado da India, General Vassalo e Silva, assinou em Chicalim o termo da rendição portuguesa perante o Major-general K. P. Candeth.

O caso de Goa ou a queda da Índia Portuguesa interessou a opinião pública, mobilizou muitas atenções e despertou emoções, quer em Goa quer em Portugal, e teve, também, grande repercussão internacional.

Para a União Indiana, a ocupação de Goa representou o fim da ocupação colonial e o culminar de um longo processo reivindicativo, mas para Portugal significou a perda da sua parcela ultramarina mais simbólica do ponto de vista cultural e, num discurso lido na Assembleia Nacional, Salazar considerou-a um dos maiores desastres da nossa História.

O dia seguinte

Após a tomada do poder pelas Forças Armadas Indianas e do internamento dos militares portugueses, o Governo Militar de Goa, Damão e Diu, então constituído, declarou que todas as leis promulgadas antes de 20 de Dezembro de 1961 que incluíssem palavras ou frases como "nacionais portugueses", cidadãos portugueses", "bandeira portuguesa" ou quaisquer outras referindo a soberania portuguesa, deveriam passar a ser lidas como se as palavras "Portugal e Portugueses" tivessem sido substituidas pelas palavras "India e Indianos".

Aparentemente, a mudança de poderes foi feita sem sobressaltos nem perseguições relevantes, mas o quotidiano trouxe muitos problemas porque os militares indianos e os burocratas entretanto enviados pelo governo da India, se consideraram como libertadores e se comportaram muitas vezes como forças de ocupação.

O Governo Militar foi surpreendido por não ter o apoio popular que esperava, por verificar que alguns sectores da população goesa dedicavam muita afectividade aos militares portugueses retidos nos campos de prisioneiros e por ter encontrado uma sociedade melhor organizada do que a própria India, contrariamente ao que a propaganda fizera crer.

A nova administração não conhecia a realidade goesa, nem o sistema administrativo português e não se preparara, enquanto os funcionários goeses que tinham servido a administração portuguesa também não conheciam o sistema indiano. O choque de culturas, de linguas e de procedimentos foi enorme. Nas repartições públicas e nos tribunais cruzavam-se indianos que não sabiam português com goeses que não sabiam inglês. A arrogância de muitos dos novos funcionários indianos e a falta de vontade dos mais antigos funcionários goeses para aprender inglês empurrou muitos para a emigração, até porque o governo português garantia o seu emprego e salário. Então, com o argumento de que não havia goeses qualificados, foi promovida a deslocação de muitos indianos para Goa para ocupar os lugares mais destacados da administração pública, o que provocou a sua desgoanização e a acelerada adopção da língua inglesa.

Na linguagem oficial, o território de Goa tinha sido libertado, mas para muitos goeses a sua terra tinha sido invadida militarmente[15]. *Liberation* ou *invasion* passaram a ser as palavras que designavam duas diferentes visões dos acontecimentos de Dezembro de 1961, mas também duas concepções distintas da realidade geopolítica e duas diferentes perspectivas históricas de Goa.

Surpreendentemente, num comício realizado em Panjim durante a sua primeira visita a Goa em Maio de 1963, Nehru disse:

> "*Goa has a distinct personality and we have recognised it. It will be a pity to destroy that individuality and we have decided to maintain it. With the influx of time, a change might come. But it will be gradual and will be made by Goans themselves. We have decided to preserve the separate identity of Goa in the Union of India and we hold to it firmly*"[16].

Esta declaração de Nehru surpreendeu aqueles que defendiam a integração de Goa no vizinho estado de Maharashtra e estimulou aqueles que defendiam a criação do estado de Goa, isto é, o mesmo homem que decidira a integração de Goa na União Indiana, tornava-se o defensor da identidade e da especificidade de Goa devido ao seu longo contacto com os portugueses.

Num referendo realizado em 1967 os goeses votaram contra a integração de Goa no estado de Maharashtra e a favor da criação de uma região autómona. Depois, o concanim foi reconhecido como uma língua literária da Índia em 1975 e, com base no resultado do referendo e do reconhecimento

[15] O Supremo Tribunal da India declarou qure a anexação de Goa foi uma "conquest by invasion" das Forças Armadas Indianas.

[16] Arun Sinha, *Goa Indica – A critical portrait of postcolonial Goa*, New Delhi, 2002, p. 41

do concanim como língua nacional, o primeiro-ministro Rajiv Gandhi aceitou Goa como o 25º estado da União Indiana, separado dos poderosos estados de Maharashtra e Karnataka, cumprindo dessa forma a implícita promessa feita aos goeses por Jawarharlal Nehru, o seu avô materno.

A criação do Estado de Goa foi uma vitória política dos goeses e foi o reconhecimento de um historial e de uma identidade que se consolidaram desde o século XVI, ao contrário da generalidade dos estados indianos que foram arquitectados pelos ingleses a partir do século XIX ou mesmo nas vésperas da independência da Índia.

Os territórios de Damão e Diu que juntamente com Goa constituíam o Estado Português da Índia não foram incluídos no novo Estado de Goa, mas também não foram integrados nos estados vizinhos, ficando na dependência directa de Nova Delhi com o estatuto de *Union territories*, em reconhecimento da sua especificidade histórica e cultural.

A herança cultural portuguesa em Goa

Salientamos anteriormente a opinião de Orlando Ribeiro quando se referiu à reduzida influência cultural que os portugueses exerceram em Goa. Na realidade e de acordo com o censo demográfico realizado em 1960, havia 8.130 pessoas em Goa cuja língua-mãe era o português, o que correspondia a 1,46% da população[17]. Embora houvesse situações de bilinguismo, sobretudo de falantes de concanim e de português que ao serem interrogados terão escolhido o concanim como língua-mãe, o facto é que os resultados apurados davam razão ao comentário de Orlando Ribeiro.

Depois de 1961, com a saída de funcionários públicos que regressaram a Portugal e com a adopção do inglês como língua oficial, a língua portuguesa caiu em desuso por não ter utilidade prática e o seu uso chegou a ser hostilizado, sendo apenas utilizado por algumas famílias tradicionais, sobretudo das elites católicas goesas. Embora não existam estudos sobre o assunto, tudo indica que o número total de falantes de português tem diminuido nos últimos anos, até porque os novos falantes de português apenas o utilizam como segunda ou terceira língua e não como língua de conversação.

Significa, portanto, que a língua portuguesa está em acentuado declínio em Goa apesar de todos os esforços das várias instituições portuguesas e goesas, cuja actividade cultural também promove o seu ensino.

[17] R. N. Saksena, *Goa: into the mainstream*, New Delhi, 1974, p. 36.

Porém, a herança cultural portuguesa em Goa não é apenas a língua, pois inclui também um conjunto de *bens culturais materiais* e *imateriais* de reconhecido valor histórico, artístico e arqueológico.

No que respeita aos *bens materiais* destacam-se os *bens imóveis*, sobretudo o vasto património religioso em que se destaca o espaço arqueológico de Velha Goa que a UNESCO classificou em 1986 como Património da Humanidade e o património militar constituído por várias fortificações disseminadas por todo o território, assim como a arquitectura civil e religiosa goesa que incorporou muitos elementos ornamentais de origem portuguesa, designadamente nos balcões e nas janelas, nos altares e nos púlpitos, nos retábulos e nas colunas. Quanto aos *bens móveis*, a influência portuguesa é mais discreta e limita-se a livros publicados em Goa a partir do século XVI, algumas pinturas religiosas e profanas, mobiliário, imagens religiosas e peças de ourivesaria, por vezes conhecidas genericamente como arte indo-portuguesa.

Quanto aos *bens imateriais*, o património goês de origem portuguesa reconhece-se na gastronomia e no vestuário habitual dos católicos, na música e no teatro, na língua nacional que é o concanim que, quando falado pelos católicos, incorpora centenas de palavras portuguesas e, ainda, na paixão pelo futebol num subcontinente onde o *cricket* é o desporto das multidões, e nos festejos do Carnaval ressuscitados do entrudo português.

Outro aspecto importante da herança cultural portuguesa em Goa é a continuação do uso do Código Civil de 1870, validado pela Constituição indiana. Ao contrário do que sucede em Goa, no resto da índia as leis não são iguais para todos e a sua aplicação depende de uma complexa teia de disposições relativas à religião e género de cada pessoa, pelo que há muitos especialistas que defendem a aplicação do código português de 1870 a toda a Índia.

Finalmente, a herança cultural portuguesa observa-se na toponímia que resistiu à indianização de Goa e na adopção de apelidos portugueses nas famílias católicas.

Nas cerca de quatro mil palavras antes escritas procuramos traçar um breve retrato de Goa e da sua evolução histórica, política e cultural, que não é mais do que um contributo para a compreensão da especificidade cultural de Goa no contexto dos espaços do "império português" e dos acontecimentos de 1961.

No prefácio de uma obra de investigação histórica e a propósito da profusão de escritos que sobre Goa se escreveram, o historiador Luís Filipe Thomaz refere que é, "em boa parte, fruto da pujança intelectual do próprio

território, que, dentro do nosso espaço cultural, quiçá apenas nos Açores encontra paralelo"[18].

O conhecimento dessas circunstâncias é essencial para ajudar a perspectivar o que poderão ser as relações culturais entre Portugal e Goa.

Uma lenta reaproximação

A presença soberana portuguesa em Goa durou 451 anos e terminou na sequência dos acontecimentos de Dezembro de 1961, que tantos traumas causaram em Portugal mas também em alguns sectores da sociedade goesa.

Os dois países cortaram todo o tipo de relações, fazendo com que muitas famílias que estavam repartidas por Goa e por Portugal ficassem separadas e, muitas vezes, incomunicáveis.

Durante alguns anos o governo português ainda cultivou a utopia de procurar soluções no Direito Internacional para que a União Indiana abandonasse os territórios ocupados do Estado da Índia e, simbolicamente, manteve em vigor o seu estatuto político-administrativo.

Porém, na sequência do movimento do 25 de Abril de 1974 e do restabelecimento do regime democrático em Portugal, as relações diplomáticas com a União Indiana foram restabelecidas no dia 31 de Dezembro desse mesmo ano, através de um tratado em que Portugal reconheceu que os territórios do Estado da Índia se tornaram parte da União Indiana e em que os dois países acordaram no desenvolvimento de contactos no campo cultural e, em particular, na promoção da língua e da cultura portuguesas e na conservação de monumentos históricos e religiosos de origem portuguesa existentes naqueles territórios[19].

Muitos goeses fixados em Portugal puderam então voar para Goa para reencontrar os seus familiares e alguns turistas portugueses também começaram a viajar para Goa. Em Junho de 1975 foi aberta a Embaixada da Índia em Lisboa e em Julho desse mesmo ano abriu a Embaixada de Portugal em Nova Delhi, mas os conturbados tempos políticos que se viviam em Portugal não terão permitido o aprofundamento das relações diplomáticas estabelecidas, pelo que só no dia 7 de Abril de 1980 foi assinado um Acordo

[18] Luís Filipe F. R. Thomaz, "Prefácio". In SANTOS, Catarina Madeira, *"Goa é a chave de toda a Índia" – Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*, Lisboa, 1999, p.11.

[19] Decreto nº 206/75 – *Tratado entre a Índia e Portugal relativo ao reconhecimento da soberania da Índia sobre Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar Aveli e Assuntos Correlativos* – aprovado para ratificação em 5 de Abril de 1975.

de Cooperação Cultural entre Portugal e a Índia cujos efeitos práticos foram muito limitados[20].

O grande impulso dado ao estreitamento das relações entre Portugal e a Índia só aconteceu em 1992, com a viagem presidencial de Mário Soares à Índia e as suas visitas a Goa, Damão e Diu. Um ano antes, o governo português tinha devolvido o ouro e as jóias que estavam à guarda do Banco Nacional Ultramarino e que nos primeiros dias de Dezembro de 1961 tinham sido retiradas para Lisboa devido à eminência de uma invasão, tendo esse facto sido altamente elogiado pelas autoridades e pela opinião pública goesa. Portanto, o ambiente era muito favorável para o reencontro de Portugal com Goa e dele resultou, de facto, o arranque de muitas iniciativas de natureza cultural protagonizadas pela Fundação Gulbenkian, pela Fundação Oriente e pela Fundação Cidade de Lisboa, mas também pela instalação de um Consulado-Geral em Goa.

Em 1999 as relações entre os dois países deram mais um passo em frente ao ser assinado um Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica[21], de que resultou a assinatura de um Memorando de Entendimento para a Cooperação no domínio das Ciências e Tecnologias do Mar, que envolve o National Institute of Oceanography que está baseado em Goa e algumas instituições científicas ou académicas portuguesas.

Mais recentemente e na sequência da visita à Índia do Primeiro-Ministro António Costa realizada em 2017, os governos de Portugal e da Índia assinaram 11 acordos para desenvolver relações comerciais, científicas e tecnológicas.

Aparentemente não faltam instrumentos de cooperação entre Portugal e Goa, mas o facto é que a preservação da língua e da cultura portuguesas não está assegurada na actual moldura jurídica, ao contrário do que sucede na antiga possessão francesa de Pondichery onde o francês é uma das línguas oficiais daquele território e onde existe o Lycée Français de Pondichery, o Musée de Pondichery e outras instituições culturais francesas.

A língua e a cultura portuguesas ainda estão vivas em Goa, mas estão em declínio e nem estão isentas de alguma hostilização pontual, protagonizada por sectores sociais minoritários mas muito activos. Além disso, porque o seu interesse prático é cada vez menor, a língua portuguesa corre o risco de se tornar numa língua morta em Goa, segundo os critérios dos

[20] Decreto nº 35/80 de 30 de Maio.

[21] Decreto nº 15/99 de 21 de Maio.

etnólogos, isto é, deixar definitivamente de ser utilizada pelos goeses como língua de conversação.

Um tempo de desafio

Quando se verificou a queda da Índia Portuguesa já tinham sido divulgados os resultados do recenseamento da população feito pelas autoridades portuguesas em 1960, verificando-se que Goa tinha 590.319 habitantes, dos quais cerca de 60% eram hindus e 38% eram católicos[22]. Em 2017, segundo as estimativas, a população de Goa será de 3,1 milhões de habitantes[23], o que significa que o panorama demográfico e cultural de Goa se alterou substancialmente, sobretudo pela entrada de muitos milhares de pessoas que foram atraidas pela "Europa da Índia" e onde "a qualquer hora do dia, a percentagem de pessoas usando *T-shirt* é provavelmente a mais alta de toda a Índia"[24].

Nessas circunstâncias de crescente e rápida indianização de Goa, a preservação da língua e da cultura portuguesas é um desafio cada vez mais complexo, até porque o imaginário dos hindus, mas também de alguns católicos, recorda a Inquisição dos tempos mais antigos e a segregação mais recente do Estado Novo, desconfiando das iniciativas portuguesas e da sua eventual natureza neo-colonial.

Escreveu-se que "metade da nossa História foi feita em Goa"[25] e, de facto, Goa faz parte da história de Portugal, mas Portugal também faz parte da história de Goa. Qualquer português que visite Goa constata essa realidade quando percorre as ruas de Pangim e encontra a Casa Lusitana, a Farmácia Salcete, o Café Central, o Hotel Fidalgo, a Barbearia Real, a Casa Coimbra, o Hotel República ou o Clube Nacional. Da mesma forma, o mesmo visitante poderá percorrer a Rua de Ourém, a Rua de Natal, a Rua Povo de Lisboa, a Rua Cruzador Rafael ou a Travessa dos Majores e, ainda, o Bairro Alto dos Pilotos Road ou a Governador Pestana Road.

Em alguns locais, como por exemplo no Restaurante Alfama, o visitante até pode ouvir artistas goeses a cantar o *fado* ou a dançar o *corridinho* e, um pouco por toda a cidade, podem ser observados inúmeros painéis de azulejos de inspiração portuguesa, utilizados na decoração de residências,

[22] R. N. Saksena, *op. cit.*, p. 6.

[23] http://indiapopulation2017.in/population-of-goa-2017.html (Acedido em Outubro de 2017).

[24] Arun Sinha, *A different country*, Panjim-Goa, 1999, p. 18.

[25] Orlando Ribeiro, *op. cit*.,p. 36.







Goa – Algumas das iniciativas de promoção da cultura portuguesa são o Vem Cantar - Portuguese Singing Competition (desde 1999), *o Monte Music Festival* (desde 201) *e a Semana da Cultura Portuguesa* (desde 2008).

de igrejas e de hotéis, em murais e na sinalética urbana, que ressuscitam palavras portuguesas como vivenda, residência, rua, travessa, moradia e outras. Trata-se de uma prática que se iniciou nos últimos anos do século passado, que foi dinamizada por instituições portuguesas e que teve a colaboração de profissionais e artistas que foram recrutados em Portugal.

Se o visitante sair de Pangim, pode dirigir-se a Vasco da Gama, Reis Magos, Aguada, Dona Paula, S. José do Areal ou Salvador do Mundo e, continua a encontrar incontáveis palavras ou expressões portuguesas na sinalética das casas comerciais ou nas instalações hoteleiras, sobretudo nas Velhas Conquistas.

Em alguns estabelecimentos comerciais de Pangim e de Margão por vezes ainda se encontram pessoas que falam português, mas isso é cada vez mais raro, porque o português apenas é utilizado pelos mais velhos e, sobretudo, em ambiente familiar.

As instituições portuguesas presentes em Goa têm desenvolvido actividades culturais de diferente natureza, destacando-se o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua e a Fundação Oriente.

O Camões – Instituto da Cooperação e da Língua tem a missão de promover o ensino da língua portuguesa através de cursos realizados quer nas suas instalações, quer no âmbito da sua ligação à Universidade de Goa,

mas também de outras actividades, entre as quais o Portuguese Film Festival que se realiza todos os anos.

A Fundação Oriente mantém uma actividade cultural diversificada, com intervenção na recuperação do património arquitectónico de origem portuguesa, quando e se solicitado pelas autoridades goesas, na concessão de bolsas, no apoio à edição e na apresentação de espectáculos com artistas portugueses. Desde 2001 que realiza anualmente um festival de música no recinto da Capela de Nossa Senhora do Monte em Velha Goa (*Monte Music Festival*) e, desde 1999, um festival da canção portuguesa (Vem Cantar - *Portuguese Singing Competition*).

A partir de 2008 e por iniciativa da Portuguese Friendship Society e do Consulado-Geral vem-se realizando anualmente a Semana da Cultura Portuguesa, que tem despertado muito interesse em Goa.

Apesar de todas estas meritórias iniciativas e do empenhamento por vezes entusiástico dos agentes culturais nelas envolvidos desde há mais de duas dezenas de anos, verifica-se que, por vezes, as actividades culturais desenvolvidas parecem ser observadas com suspeição neo-colonial pelas autoridades goesas e por alguns grupos de pressão locais, incluindo os influentes *freedom fighters*. Essa circunstância terá que ser ultrapassada porque pode limitar ou perturbar as actividades culturais desenvolvidas e, consequentemente, a preservação da memória portuguesa em Goa.

Afigura-se ser necessária a revisão do Acordo de Cooperação Cultural actualmente em vigor para que, a partir dele, seja criado um Centro Cultural Português em Pangim, já anteriormente previsto para ser instalado em 1993, devidamente integrado na hierarquia e na acção do Consulado-Geral, que seja um centro dinamizador da imagem de Portugal, um suporte para a divulgação da cultura portuguesa e um garante da preservação da memória cultural portuguesa, devendo estar apetrechado com os recursos necessários para o cumprimento da sua missão.

A sua inexistência tem sido uma lacuna da presença cultural portuguesa em Goa e tem sido um sinal que não prestigia Portugal, que não atrai nem estimula o interesse dos goeses pela cultura portuguesa. Por enquanto, o Centro de Língua Portuguesa – Instituto Camões, mas também a Fundação Oriente, vão colmatando lacunas e promovendo a língua portuguesa, directa ou indirectamente, através do sistema escolar secundário e universitário.

Nesse sentido, o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua deverá ser reforçado nos seus recursos, de forma a ter uma maior presença no sistema educativo goês embora o seu desafio seja enorme, porque a













Goa – Muitas palavras portuguesas continuam a ser utilizadas para identificar restaurantes e outras casas comerciais, um pouco por todo o território de Goa (Fotos de A.R.C.).












Goa – A sinalética urbana ainda conserva muitas das suas antigas designações e, muitas delas, passaram recentemente a ter suporte no azulejo português, sobretudo no Bairro das Fontainhas em Pangim (Fotos de A.R.C.).

língua portuguesa nem no tempo colonial teve uma grande difusão, como observou Orlando Ribeiro e mostram as estatísticas desse tempo.

É necessário, também, uma acção de conscencialização cultural junto da comunidade goesa que se afirma portadora de uma herança cultural diferenciada, designadamente de raiz portuguesa, quanto à necessidade de se assumirem e preservarem as diferentes vertentes dessa herança que lhes confere identidade e prestígio social próprios, no contexto do futuro de Goa, reconhecida como a "Europa da Índia", como já antes referimos.

O princípio económico que nos lembra que as necessidades são ilimitadas e que os recursos são escassos, tem absoluta aplicação no que respeita à preservação da memória portuguesa em Goa.

Haja quem avalie e decida sobre esta questão: só depende da definição de um plano estratégico e da consequente racionalização de recursos humanos e materiais.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, José Freire, *Kennedy e Salazar, o leão e a raposa*, 9ª edição, Lisboa, Difusão Cultural, 1991.
- BARBUDA, Cláudio Lagrange Monteiro de, *Instrucções com que El-Rei D. José I mandou passar ao Estado da India o Governador, e Capitão General, e o Arcebispo Primaz do Oriente, no Anno de 1774*, Pangim-Goa, Typographia Nacional, 1841.
- BORGES, Charles e FELDMAN (org.), Helmut, *Goa and Portugal: Their cultural links*, XCHR Studies Series No. 7, New Delhi, Concept Publishing Company, 1997.
- CASTRO, D. João de, *Obras Completas de D. João de Castro*, volume III, edição crítica por Armando Cortesão e Luís de Albuquerque, Coimbra, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1976.
- COSTA, Adelino Rodrigues da, "Goa contemporânea e a herança cultural portuguesa (1961-2010)", in *Memórias 2010*, volume XL, Lisboa, Academia de Marinha, 2014, pp. 561-619.
- COSTA, Adelino Rodrigues da (coord.), *Estado Português da Índia – Memória sobre os acontecimentos de Dezembro de 1961*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2011.

- COUTINHO, João da Veiga, *Uma espécie de ausência – Viver na sombra da História*, Lisboa, Edições Cotovia e Fundação Oriente, 2000.
- COUTO, Diogo do, *O Primeiro Soldado Prático*, Introdução e edição por António Coimbra Martins, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- CUNHA, T. B., *The Denationalisation of Goans*, Panaji-Goa, Goa Gazetteer Department, Government of Goa, s.d..
- DANTAS, Norman (ed.), *The transforming of Goa*, Mapusa-Goa, The Other India Press, 1999.
- DESAI, Nishtha, "The Denationalisation of Goans: An Insight into the Construction of Cultural Identity". In *Lusotopie*, Paris, Revue Lusotopie et Lusotopie Collection chez Karthala, 2000, pp. 469-476.
- GRACIAS, Fátima da Silva, "The impact of Portuguese Culture on Goa – A myth or a reality". In BORGES, Charles e FELDMAN (org.), Helmut, *Goa and Portugal: Their cultural links*, XCHR Studies Series No. 7, New Delhi, Concept Publishing Company, 1997.
- LAPIERRE, Dominique e COLLINS, Larry, *Freedom at Midnight*, New edition, New Delhi, Vikas Publishing House Pvt Ltd, 2000.
- NEWMAN, Robert S., "Traditional Colonial to Bourgeois Capitalist", in DANTAS, Norman, *The transforming of Goa*, Mapusa-Goa, The Other India Press, 1999.
- NEWMAN, Robert S., *Of umbrellas, goddesses & dreams: Essays on Goan culture and society*, Mapusa-Goa, The Other India Press, 2001.
- NOGUEIRA, Franco, *História de Portugal*, II Suplemento (1933-1974), Porto, Livraria Civilização, 1981, pp. 233-364.
- NOGUEIRA, Franco, *Salazar*, Volume V – A Resistência (1958-1964), Porto, Livraria Civilização Editora, 1984, pp. 311-388.
- NORONHA, Alberto de, T*he Third Culture – Some Aspects of the Indo-Portuguese Cultural Encounter*, Panjim-Goa, The Third Millenium, 2006.
- NORONHA, Frederick, *Another Goa*, Panjim-Goa, Broadway Book Centre, 2009.
- RIBEIRO, Orlando, *Goa em 1956 - Relatório ao Governo*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

- RUBINOFF, Arthur G., *India's Use of Force in Goa*, Bombay, Popular Prakashan, 1971.
- SAKSENA, R. N., *Goa into the mainstream*, New Delhi, Abhinav Publications, 1974.
- SANTOS, Catarina Madeira, *"Goa é a chave de toda a Índia" – Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.
- SHASTRY, B. S. (ed.), *Goan Society Through the Ages*, New Delhi, Asian Publication Services, 1993.
- SHIRODKAR, P. P., *Goa's struggle for Freedom*, Revised Edition, Alto Porvorim-Goa, 1999.
- SILVA, Botelho da (coord.), *"Dossier" Goa: Vassalo e Silva, a recusa do sacrifício inútil*, Lisboa, Liber, 1975.
- SINHA, Arun, "A different country". In *Govapuri*, Bulletin of Institute Menezes Braganza, Panjim-Goa, Abril-June, 1999
- SINHA, Arun, *Goa Indica – A critical portrait of postcolonial Goa*, New Delhi, Bibliophile South Asia and Promilla & Co, 2002.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R., "Goa: uma sociedade luso-indiana". In THOMAZ, Luís Filipe F. R., *De Ceuta a Timor*, 2ª Edição, Lisboa, Difel – Difusão Editorial, 1998, pp. 245-289.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R., *"Prefácio"*. In SANTOS, Catarina Madeira, *"Goa é a chave de toda a Índia" – Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*, Lisboa, 1999, pp. 11-14.
- VIEGAS, Valentino, *Goa – O preço da Identidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2012.



Das explorações africanas ao *ultimatum* inglês[1]

Prof. Rui Costa Pinto[2]

Aventureiros, missionários, comerciantes, militares, degredados e naturais realizam as aspirações da coroa e delimitam os primeiros traços de fronteira no território. Entre 1511 e 1513, António Fernandes, em troca de perdão realiza ao serviço da coroa duas viagens onde sobe o Zambeze e se dirige à corte do Monomotapa. Aí obtém o respeito entre os chefes locais e recebe preciosas informações acerca da navegação nos rios, feiras e comércio local.

Outros o seguiram como Baltazar Gramacho, António Caiado e o mártir Pe. Gonçalo da Silveira.

À semelhança do que havia acontecido com as minas de prata no México, também os portugueses esperavam encontrar prata no Zambeze e Cambambe.

Entre 1569 e 1572 Francisco Barreto conduz cerca de mil homens numa importante missão ao Monomotapa. Todavia, o clima e a malária acabam por dizimar grande parte do seu exército. Este, num acesso de raiva responsabiliza os locais islamizados pela tragédia e ordena o seu massacre. Por ironia do destino também ele viria a adoecer e a morrer tal e qual os seus homens.

Substituído por Vasco Fernandes Homem, que já o acompanhara na malograda expedição, penetra algures no sertão e chega a Manica onde sobe o Zambeze e segue para Sena.

[1] Conferência realizada no IDJC em 26 de Outubro de 2017.

[2] Prof. Doutor Rui Costa Pinto, investigador e docente de História dos Descobrimentos e Expansão na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Estas incursões no terreno permitiam o conhecimento gradual desta área geográfica, abrindo aos cartógrafos novas perspectivas.

O papel das feiras foi decisivo na circulação de bens e pessoas, já para não falar da implementação de um sistema de trocas que viria a beneficiar o regime de monopólio dos capitães.

No "Sumário e Descrição do Reino de Angola" de 1592, Domingos de Abreu e Brito calcula a distância de 405 léguas entre Luanda e a ilha de Moçambique (quando na verdade era de 495 léguas), de que ainda faltariam percorrer 100 léguas desde o Alto Lucala até ao Monomotapa.

Em 1607, o governador angolano Manuel Pereira Forjaz atribui a missão de atingir o Monomotapa ao intrépido capitão Baltazar Rebelo de Aragão que já havia acompanhado D. Francisco de Almeida em viagem a Angola. Este penetra no terreno cerca de 133 léguas e não de 140 léguas, contrariamente ao que tinha sido afirmado, mostrando estar já muito perto do Monomotapa.

Luís Mendes de Vasconcelos antes de tomar posse como novo governador angolano propõe a criação de um vice-reino que ligaria Angola a Moçambique. Para o efeito dispõe-se a conquistar o Monomotapa, partindo de Angola.

Dominicanos e Jesuítas envolvidos no plano evangelizador da Santa Sé deixam obra escrita, como foi o caso de Frei João dos Santos, Pe. António Gomes. Pe. Manuel Godinho, Pe. Manuel Barreto, Sisnando Dias Baião e António Lobo da Silva.

Após o movimento restauracionista nas *conquistas ultramarinas,* um antigo piloto das naus da Índia e soldado de Angola apresenta, em 1646, um plano de travessia que consistia no envio de duas mil praças oriundas do Brasil com destino a África, com o objectivo de atingirem Urpande.

José Pinto Pereira, em 1656, enquanto capitão-mor dos rios de Cuama, referencia a feira de Uropande a 50 léguas do Cabo Negro ao sul de Angola[3]. Todavia o atlas de João Teixeira Albernaz, de 1630, marca essa mesma distância em 80 léguas.

[3] A.H.U.. *Moçambique*. Caixa 2 in PINTO, Rui Miguel da Costa - **Sobre a Presença dos Portugueses na Conta Oriental Africana (1640-1668).** Vol. III, Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1994. pp. 354-356

Confiante na proximidade de Angola, José Pinto Pereira e Salvador Correia de Sá e Benevides[4] estudam a fixação no Zambeze de 500 casais de colonos, provenientes das ilhas junto à costa (Luabo e Querimbas) e de 400 soldados.

Não existe qualquer dúvida de que o plano era arrojado para não dizer impossível, numa região tão deficitária de homens, mesmo que para isso se recorresse à cafraria.

O certo é que o velho conselheiro não desiste justificando a sua posição com as minas de ouro e prata que, segundo ele, estavam ainda por descobrir no sertão africano.

Na sequência dos acontecimentos, o Conselho Ultramarino propõe ao rei que em havendo o cabedal necessário a tal empresa, se preparassem três embarcações, cada uma com 200 casais de voluntários a bordo vindos das regiões de Entre Douro e Minho e Ilhas para o povoamento dos rios. E que de Angola partissem de encontro às primeiras, duas outras embarcações com 400 infantes e naturais para as nascentes do Zambeze. Na viagem de regresso a expedição, acrescida de 50 cavaleiros, procuraria construir, no decurso do caminho, vários fortes.[5]

Para chefiar a expedição o Conselho Ultramarino escolhe André Vidal de Negreiros, natural da Paraíba, famoso no combate contra os holandeses que tinha acumulado diversos cargos de governação: Maranhão (1656-1666) Pernambuco (1657-1661 e 1667) e Angola (1661-1666). É essa a razão que leva o rei a não prescindir dos seus serviços e a substituí-lo por José Pinto Pereira.

O financiamento da expedição era calculado em cerca de 100 cruzados a serem adquiridos, em todo ou em parte, quer através de capital régio quer por intermédio de capital privado.

---

[4] Salvador Correia de Sá e Benevides, também ele do Conselho Ultramarino desde 1643 e general das frotas no Brasil em 1645. Em 1648 parte para Luanda para tomar posse como governador de Angola onde está até 1651. Responsável por muitas das derrotas dos holandeses e pela reconquista do território angolano e da ilha de São Tomé. Mais do que qualquer outro, este homem tinha bem presente as necessidades dos Engenhos do açúcar, de mão-de-obra escrava e das possibilidades que Moçambique oferecia como novo canal de abastecimento. Criou dificuldades aos holandeses ao impedir a saída de escravos para o Brasil aquando da sua permanência no território. Nos últimos anos da sua vida oferece-se para liderar uma outra expedição de Angola a Patê para conter a insurreição do seu sultão. O que era curioso, uma vez que já linha 76 anos de idade.

[5] A.H.U.. *Moçambique*. Caixa 2 in PINTO, Rui Miguel da Costa - **Op. Cit**.. pp. 357-360 e 365-368.

D. João IV morre antes de se pôr em prática o projecto, o que terá levado sem grande margem para dúvidas à interrupção do mesmo. Em 1661, António Alvares Pereira, capitão de Dambarare, escreve ao rei informando-o de que a distância a percorrer até atingir Angola não ultrapassava as 100 léguas. Pelo menos eram essas as informações de que dispunha, prestadas por naturais, viajantes e pilotos.

Manuel César Pereira, no seu *Discurso sobre a Conquista das Minas de Monomotapa*, diz que "...pellas noticias que se tem alcançado e alguns indícios e a altura se tem por certo não estar muito longe aquella nossa conquista de Angola, e que será fácil unir-se o que até agora não se há conseguido por ser a gente barbara e que não se comunica de huns lugares a outros, mas a experiência que tem facilitado em occasioens de perdas de nossas naus outros caminhos que parecião impossíveis usando por terra do instrumento do astrolábio, e carta de marear, nos assegura que poderá conseguir-se o mesmo em estas partes".[6]

Em 1663, o padre Manuel Godinho dá conta do caminho que ainda faltava percorrer para chegar à Índia partindo de Angola. Segundo este, tornava-se indispensável atingir o lago Niassa que ficava a uma distância de menos de 250 léguas de Angola, para em seguida proceder à descida dos rios com destino a Sena e Tete. A partir daqui seria fácil, bastando que para tal se deslocassem a Quelimane e daí tomassem a direcção da ilha de Moçambique, por mar ou por terra.

Em 1665, o capitão-mor de Benguela José da Rosa tenta encontrar, embora sem êxito, a foz e grande parte do rio Cunene que erroneamente acreditava ser a extensão e o prolongamento do rio Zambeze. Anos mais tarde procura completar a travessia saindo de Massangano, mas é impedido pelos sobas de prosseguir a viagem.[7]

Tentativas no Séc. XVIII

Entre 1666 e 1667, o governador angolano Tristão da Cunha procura obter notícias dos rios de Cuama, e envia Cosme de Carvalho (capitão-mor de Ambaca) e Manuel Rebelo de Brito. No séc. XVIII, o geógrafo francês ao serviço de D. João V, Bourguignon d'Anville, convencido da facilidade

[6] PEREIRA, Manuel César - "Discurso sobre a Conquista das Minas de Monomotapa" in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa.* 8ª série. nos 9-10, 1888-1889, p. 540

[7] Só em 1754 é que Fernando Leal, governador de Moçâmedes descobre a foz do rio Cunene.

da travessia do continente defende a partida de dois grupos, em simultâneo, de Angola e Moçambique, de forma a se encontrarem.

O governador angolano D. António Alvares da Cunha quis subir o Cuanza e seguir para o rio Cuango, mas os riscos eram demasiado elevados por pôr em perigo a vida do sertanejo Manuel Correia Leitão[8] que consegue, no entanto, registar em comum com o piloto António Francisco Grizante, dados que permitiam agora orientar futuras expedições a partir do Sul.

Um dos homens que mais insistiu no projecto de travessia foi o governador de Angola D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, que teve o apoio dos sertanejos. A morte impediu-o de concluir a sua obra.

Em 1787, o Barão de Moçâmedes aposta na continuação das viagens para sul, à semelhança dos seus antecessores.

Alguns, como é o caso de Brant Pontes defendem que a travessia se devia executar, não por via militar, mas por via da exploração comercial.

Pombeiros de Angola e Mussambazes da costa oriental[9] têm importante papel no avanço dos portugueses no terreno.

Em 1797, o ministro Rodrigo de Sousa Coutinho encarrega o recém-nomeado capitão de Sena, Francisco José de Lacerda e Almeida, de recolher o maior número possível de informações que levassem os portugueses a completar a travessia.

Silva Porto, com a ajuda dos pombeiros,[10] viria a protagonizar a terceira viagem para a costa oriental africana. Aqui contacta pela primeira vez com Livingstone o qual põe em causa os seus limitados conhecimentos científicos.



Responde-lhe Silva Porto em 1868, em trabalho encontrado no seu espólio publicado após a sua morte pela Sociedade de Geografia de Lisboa em 1891:

"O reverendo dr. David Livingstone mereceu, sem duvida, a corôa que seus concidadãos lhe votaram pelos serviços prestados n'estas partes de Africa; no entretanto, força é

[8] O Jaga Caçange que controlava o rio Cuango.

[9] Negros ao serviço dos portugueses.

[10] A primeira viagem realizou-se entre 1802-1811, com os pombeiros Pedro João Baptista e Amaro José. Ver anexo

confessal-o, ella foi desfeita pelo illustre viajante, visto havel-a manchado com a peçonha da calumnia.

Quiz chegar aos fins importando-se pouco com os meios.

Em abril ou maio de 1853, no dia em que teve noticias minhas, um raio que lhe cahisse proximo não causaria a impressão que lhe produziu semelhante nova, porque, necessariamente havia de comprehender que, mais cedo ou tarde, teria de se achar em face de um competidor, obscuro pelo seu fraco talento, sim, mas testemunho vivo de prioridade nos mesmos logares em que o dr. se julgava com direito a chamar-se o primeiro europeu que os visitou. Ella não me perteninteiramente, é certo, visto que outras pessoas percorreram esses mesmos logares antes de mim e muito antes do illustre viajante, mas pertence-me de facto, pois que essas pessoas eram enviadas por mim, existiam, e existem ainda, presentemente, no maior numero, ao meu serviço: umas naturaes de Loanda, outras de Golungo-alto, outras de Ambaca, outras de Pungo-andongo,outras, finalmente, do Bihé.

O illustre auctor do Exame não tem porventura provado até á evidencia que ella pertence desde epocha remota aos portuguezes?"[11]

Com o apoio do caminho-de-ferro e sob a direcção de Andrade Corvo, ministro do Ultramar, planos de desenvolvimento do corredor africano são estudados e preparados cuidadosamente promovendo-se um conjunto de expedições que marcariam decididamente a futura postura política face ao continente africano.

Séc. XIX: As Viagens de Capelo e Ivens

Após as viagens de exploração entre Angola e Moçambique por Hermenegildo de Brito Capelo e Roberto Ivens, de 1877 a 1880, a Sociedade de Geografia de Lisboa publica um mapa onde grande parte de África Central aparece agora sob domínio português abrindo inclusive uma subscrição pública para o estabelecimento de *estações civilizadoras* ao longo do território africano. Projecto cujo governo português não viria a apoiar publicamente.

"A Commissão Nacional Portugueza de exploração e civilisação d'Africa, da Sociedade de Greographia de Lisboa, abre uma subscripção

[11] PORTO, António Francisco Ferreira da Silva - Silva Porto e Livingstone**.** [Manuscrito de Silva Porto encontrado no seu espólio]. Acessível na Sociedade de Geographia de Lisboa. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1891. p.7

permanente, cujo producto constituirá um *Fundo africano,* destinado a auxiliar a exploração scientifica, commercial e agrícola da Africa equatorial e austral, de Angola a Moçambique, a promover a educação moral e religiosa, e a desenvolver o habito do trabalho nas raças indígenas d'aquellas vastas regiões, procurando principalmente alcançar estes resultados pelo estabelecimento de estações civilisadoras.

§ único. Quando á mesma Commissão pareça opportuno poderá esta acção civilisadora estender-se a outros pontos do domínio portuguez em Africa."[12]

Henrique Augusto Dias de Carvalho durante a sua campanha (apoiada pelo governo português, e pela Sociedade de Geografia de Lisboa) à região da Luanda[13], no Leste de Angola, entre 1884 e 1888, edificou *estações civilizadoras*, e a Congregação do Espírito Santo criou missões católicas junto do litoral, encetando alguma penetração no seu interior.

Henrique de Carvalho não conseguiu que houvesse uma ocupação efectiva com o objectivo de definir a fronteira nordeste de Angola, por falta de apoio quer do governo da metrópole quer do da colónia. Defendia o caminho-de-ferro de Ambaca até Malanje e a navegação no Cuango.

"O que a Congregação do Espírito Santo iria propor ao governo português e que começava a ser compreendido pelos "africanistas" era que, através das missões, se podia colonizar a África com africanos e dar-lhe a mesma validade, a nível do direito internacional, que auferiam os estabelecimentos europeus. Esta foi a grande proposta inovadora que viria permitir uma conciliação de interesses, sem necessidade de cedências, quer da parte da Igreja quer da parte do Estado."[14]

A segunda expedição de Capelo e Ivens (1884-85), desta vez promovida pelo próprio Governo e pela Sociedade de Geografia de Lisboa leva-os a completar a travessia, o mais rapidamente possível, pelo receio que outras potências europeias reclamassem o território que mediava as duas costas.

---

[12] "Ao povo portuguez em nome da honra, do direito, do interesse e do futuro da Patria: a commissão do fundo africano creada pela Sociedade de Geographia de Lisboa para promover uma subscripção nacional permanente destinada ao estabelecimento de estações civilisadoras nos territórios sujeitos e adjacentes ao dominio portuguez em Africa" - *Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. p. 16

[13] CARVALHO, Henrique Augusto Dias de - **Ethnographia e historia tradicional dos povos da Luanda**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890

[14] SANTOS, Maria Emília Madeira e TORRÃO, Maria Manuel Ferraz - **Missões Religiosas e Poder Colonial no Século XIX**. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga - Instituto de Investigação Cientifica e Tropical, 1993

Quase em simultâneo, o major Serpa Pinto e o guarda-marinha Augusto Cardoso avançam em direcção ao Norte de Moçambique.

A luta diplomática iniciava-se pela posse da terra. Britânicos e alemães reclamavam a sua fatia do bolo baseados em pressupostos considerados inaceitáveis para Portugal.

Quando em 1870 se julgava desaparecido Livingstone, o jornalista americano Stanley encontra-o e divulga os resultados das expedições do missionário britânico, de tal forma que o "New York Herald" e o "Daily Telegraph" entusiasmados pelos resultados financiam o mesmo para se deslocar a África em 1874.

Os belgas entram na corrida, quando Leopoldo II, em face do crescimento demográfico do seu país, resolve disputar os mercados africanos, chegando a convocar uma Conferência Internacional de Geografia em 1876 sem que Portugal fosse convidado, que deu origem à *Associação Internacional Africana,* supostamente uma agremiação de carácter científico e humanitário com o fim de fomentar a exploração e a civilização da África Central mas que na prática tinha também objectivos políticos. Chama a si o jornalista americano Stanley para dar visibilidade à causa da *Associação Internacional do Congo.*

"O rei Leopoldo surgiu como uma espécie de árbitro na cobiça e na rivalidade das grandes potências e na Bélgica como um competidor inofensivo mas útil entre a Inglaterra, a Alemanha e a França."[15]

França envia o Conde Savorgnam de Brazza, em viagem de exploração à costa ocidental africana.

Os alemães pareciam agora dispostos a entrar na corrida com o lançamento de uma conferência em Berlim, onde o princípio da ocupação efectiva do litoral do continente africano se sobrepôs aos direitos históricos, tão incansavelmente defendidos pelo Governo português, apesar da teimosia britânica para que o pressuposto fosse extensível a todo o continente.[16]

Organizada pelo "chanceler de ferro" Otto von Bismarck, os trabalhos estenderam-se entre Novembro de 1884 e Fevereiro de 1885 com a presença de catorze países, entre os quais Portugal — representado por Luciano Cordeiro, António Serpa Pimentel e António José da Serra Gomes (Marquês de Penafiel). Acompanharam ainda esta missão Carlos Roma du

[15] MARQUES, A. H. de Oliveira - **Historia de Portugal Das Revoluções aos Nossos Dias**. Volume III. Lisboa: Editorial Presença, 1998. pp. 219-229

[16] TEIXEIRA, Nuno Severiano - "O Ultimatum Inglês - Política Externa e Política Interna no Portugal de 1890" in *Análise Social.* nº 98. Lisboa, 1987, p. 692



Bocage (adido militar), José P. Ferreira Felício (adido) e Manuel M. de Sousa Coutinho (segundo secretário).

" (...) O País, cansado da espoliação inglesa e tendo por novos vizinhos na África Ocidental e Oriental, depois da solene declaração imperial de 18 de Outubro de 1884, a poderosa Alemanha, que se afigurava ser o império do futuro, procurou ir ao encontro dessa nova corrente afervorando relações até aí normais, fazendo que o Rei D. Luis visitasse Berlim. Ali foi primorosamente recebido, tendo-se então trocado palavras de expressiva cordialidade entre os dois soberanos, palavras que as agências da Europa se apressaram a transmitir e a valorizar, atitude que o país aceitou bem, com particular relevo da imprensa governamental. (…)"[17]

Era muito difícil a Portugal, em período de crise financeira e num curto espaço de tempo colocar militares e uma rede de funcionários administrativos em todas as possessões sob a nossa soberania.

"Antes da Conferência de Berlim, a presença portuguesa nas colónias oriental e ocidental limitava-se à administração e ocupação de áreas estratégicas ao longo da costa e de pouca profundidade para o interior. (…) a situação deficitária e política não permitiu dispensar os meios para uma

[17] MARTINS, F. A. Oliveira - **O "ultimatum" visto por Antonio Enes**. Com um estudo biográfico por... Parceria A. M. Pereira. Lisboa. 1946. pp. XXXII -XXXIII

mais larga colonização efectiva, em particular da vasta área entre Angola e Moçambique que havia sido objecto apenas de viagens de exploração. Amputado o império, a burguesia saída da Revolução de 1822 continuou a tirar proveito dos negócios brasileiros e viraram-se as costas a África. (…) Em Angola e Moçambique, por sua vez, a população branca não ultrapassaria 25 mil pessoas."[18]

Apesar da fundação da Empresa Nacional de Navegação em 1881 para operar regularmente entre Lisboa e Moçâmedes[19], da ligação por cabo submarino de todas as colónias a Lisboa, da abertura de estradas para o interior, do desenvolvimento do caminho-de-ferro entre Lourenço Marques e a fronteira com o Transvaal (tinha-se chegado à fronteira de Ressano Garcia) e do começo dos trabalhos da Beira para a ex Rodésia bem como de Luanda para o interior, isto não será o suficiente para convencer as potências rivais.

As Sociedades de Geografias europeias acolhiam com grande pompa os seus exploradores recompensando-os com homenagens e condecorações. Assim se justificou, muito pela iniciativa de Luciano Cordeiro a criação em 1875 da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Do Tratado do Zaire ao Ultimatum

No Tratado do Zaire, de 26 de Fevereiro de 1884, a Inglaterra reconhece a hegemonia portuguesa na foz do rio Zaire "da costa ocidental africana entre 5º 12' e 8º de latitude sul e que se prolongava pelo interior do rio Zaire até Noqui e daí até aos limites das possessões das tribos da costa e marginais"[20], retirando, como contrapartidas, a liberdade de comércio e navegação no Zaire, Zambeze e afluentes e de comércio livre de impostos no reino do Congo, ficando Portugal em desvantagem para poder competir comercialmente. Mas a oposição dos governos francês e alemão, e do rei Leopoldo da Bélgica, pelos interesses que tinham sobre o território impediram a sua concretização. "O acordo encontrava igualmente resistências em Portugal, vindas do nacionalismo imperial, a que neste caso se somavam as das empresas da praça de Lisboa especializadas no comércio com Angola,

[18] [consultado em 10/12/2017]. Disponível em http://www.soberaniadopovo.pt/portal/index.php?news=13083

[19] [consultado em 10/12/2017]. Disponível em http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=1639

[20] Tratado do Zaire em Negócios Externos. 1885 — A Questão do Zaire II. p. 183



que viam com maus olhos a baixa nas tarifas alfandegárias coloniais nele estipuladas."[21]

Para penetrar mais facilmente no mercado os ingleses defendem a causa abolicionista em África.

As potências europeias inglesa, francesa, alemã, holandesa e espanhola e os próprios Estados Unidos descontentes com os resultados protestam exigindo a anulação do tratado por " (...) serem desprezíveis os direitos históricos e antiquíssimos de Portugal naquela área (...)"[22], e a Inglaterra vê-se obrigada assim a renunciar ao mesmo. O Ministro dos Negócios Estrangeiros Português, José Vicente Barbosa du Bocage (Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa entre 1877-1883[23]), sugeriu ao Governo Inglês a realização de uma Conferência Internacional, visando a resolução do problema.

[21] ALEXANDRE, Valentim - **O Império Africano. Séculos XIX e XX**. Lisboa: Edições Colibri e Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2000. pp. 17-18

[22] A.V. - **Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)**. Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1º volume. Lisboa: Estado-Maior do Exército, 1989. p. 33

[23] AIRES - BARROS, Luís - "Breve evocação dos presidentes da sociedade de geografia de Lisboa: cento e trinta anos ao serviço da nação" in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa, 2005. pp. 9-80



Contudo a Conferência de Berlim não foi a consequência directa do plano português dum "corredor" africano ou mesmo da questão do Zaire. A conferência pretendia demarcar "a "bacia convencional" do Congo ou Zaire, a estabelecer as regras da concorrência imperialista nessa região, a deliberar sobre a liberdade de navegação no Níger, a estatuir sobre o tráfico de escravos e a fazer uma "declaração que introduz nas relações internacionais regras uniformes relativamente às ocupações que poderão realizar-se no futuro nas costas do continente africano"."[24] (ver Capítulo VI da Acta Geral de Berlim em anexo)

Thomas Pakenham considerava que "In the years ahead people would come to believe that this [General] Act [and Conference] had had a decisive effect. It was Berlin that precipitated the Scramble. It was Berlin that set the rules of the game. It was Berlin that carved up Africa. So the myths would run. It was really the other way round. The Scramble had precipitated Berlin. The race to grab a slice of the African cake had started long before the first day of the conference. And none of the thirty-eight clauses of the

[24] GUIMARÃES, Maria Ângela - **Uma Corrente do Colonialismo Português**. Lisboa: Livros Horizonte, 1984. p. 22

General Act had any teeth. It had set no rules for dividing, let alone eating, the cake."[25]

Da Conferência de Berlim ficou definido a permissão de negociação na bacia do Zaire e sua foz; a utilização das regras do Congresso de Viena sobre as viagem pelos rios internacionais; a determinação de princípios comuns em futuras ocupações do território, deliberando também sobre o comércio de escravos.[26]

Portugal confirmou o embargo ao estabelecimento da "Associação Internacional Africana" na margem direita do Zaire no alto Zaire que em conformidade com o tratado com a Inglaterra, a 26 de Fevereiro de 1884, restaurou a nossa autoridade no Zambeze, cedendo-nos o Chire e na região a Oriente do que admitira na África Ocidental. Portugal conseguiu ainda a rejeição da inserção no Acto Geral da menção britânica à universalização do Zambeze.

A 7 de Junho de 1884, o Chanceler Otto von Bismarck recusa o Tratado do Zaire. Da Conferência de Berlim escapara a vontade para os cursos do interland e da firmeza de jurisdições de intervenção, política a que prontamente se sujeitaram os processos diplomáticos e de desempenho dos governos da chefia de Fontes Pereira de Melo e de José Luciano de Castro.

Outras nações, como França, Holanda e EUA, debateram este pacto que terminou por nunca ser homologado. Na continuação deste acontecimento, o Ministro dos Negócios Estrangeiros português, José Vicente Barbosa du Bocage, propõe uma conferência internacional com o propósito de solucionar as divergências.

António Maria de Fontes Pereira de Melo, diligenciando do ponto de vista diplomático com a França o tratado de limites (17-5-1886) da Guiné e do Congo (enclave de Cabinda), dava território em troca da qual a França aceitava que Portugal cumprisse o seu predomínio absoluto sobre os territórios entre Angola e Moçambique, tendo em consideração os direitos previamente conseguidos por outras potentados, prometendo, não exercer qualquer domínio.[27]

---

[25] PAKENHAM, Thomas - "The Scramble for Africa, 1876-1912". Londres: Abacus, 1992. p. 254 in *A Questão Colonial na Política Externa Portuguesa: 1926-1975* in ALEXANDRE, Valentim - **O Império Africano. Séculos XIX e XX**. Lisboa: Edições Colibri e Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2000. pp. 137-165

[26] [consultado em 10/12/2017]. Disponível em https://idi.mne.pt/pt/relacoesdiplomaticas/2-uncategorised/703-conferencia-de-berlim.html

[27] MARTINS, F. A. Oliveira – **Op.Cit..** p. XXX

O homem por detrás do projecto era Cecil Rhodes (primeiro-ministro da Colónia do Cabo) que apoiado pela Grã-Bretanha pretendia levar a cabo o projecto megalómano da ligação Cabo-Cairo. Procura por todos os meios impedir as negociações e inviabilizar qualquer acordo entre Portugal e a Grã-Bretanha, inclusive a venda de espingardas Martini e munições aos régulos matabeles. Era também conhecido por "Colosso de Rhodes" ou "Napoleão do Cabo", entrando também em conflito com os alemães, holandeses, boers e com Paul Kruger, que foi o fundador e Presidente do Transval que liderava o movimento de resistência ao domínio britânico.



A diplomacia britânica acaba pois por se tornar refém dos interesses económicos da poderosa e majestática "British South African Company" fundada em 1899 por Cecil Rhodes[28] para se opor aos portugueses e alemães. Era-lhe permitido explorar todos os territórios a norte do Transval, com possibilidades de instalar caminhos-de-ferro, telégrafos, manter tribunais e força pública.[29]

[28] A 15 de Outubro de 1889 recebe os privilégios majestáticos da coroa britânica que lhe possibilitava exercer a superintendência administrativa sobre os territórios, cobrando impostos, assegurando o policiamento mas também criar forças militarizadas e justiça privadas. O pendão da companhia mais parecia uma bandeira nacional.

[29] GAIVÃO, António Mascarenhas - **Gazeta d'Orey** [em linha]. Apêndice. nº21. Dezembro, 2009 [consultado em 10/12/2017]. Disponível em http://www.dorey.pt/gazetas/apend_gazeta21.pdf

A Portugal ser-lhe-iam reconhecidos os territórios da margem esquerda do rio Congo, até Noqui, Cabinda e Molembo a norte do mesmo rio, mas é forçado a reconhecer o princípio da livre navegação dos rios internacionais.

À parte das reuniões formais, as diversas potências negociaram a ratificação do Estado Livre do Congo, sob a autoridade do rei Leopoldo da Bélgica, que viria a consagrar uma vasta superfície na África Central.

Pressionado pelo governo inglês, em 1885, Portugal assina a convenção com a Associação Internacional do Congo, onde reconhece a delimitação de fronteiras encontradas pelos seus pares europeus.

No ano seguinte, são assinados com "a França e com a Alemanha dois tratados que definiam os limites fronteiriços na Guiné, no sul de Angola e no norte de Moçambique. Segundo o primeiro destes acordos, Portugal perdia vários territórios na bacia do Casamansa, compensados em parte pelo facto de a França[30] reconhecer a fronteira norte de Cabinda. Pelo tratado com a Alemanha, a fronteira meridional de Angola era fixada no rio Cunene e a de Moçambique no curso do rio Rovuma. Ambas estas linhas de fronteira sacrificavam os interesses e as pretensões tradicionais de Portugal — nomeadamente a costa angolana até ao Cabo Frio"[31]

A Alemanha persistia no termo pelo rumo do Cunene, Portugal lutava pela permanência da linha de Cabo Frio. O Governo concedia território em oposição ao espírito do acordo de forma a acautelar, a franca ligação através dos domínios lusos das duas costas[32]

Nas "Colónias Portuguesas" de Janeiro de 1886 podia ler-se com o título *As Terras d'Além-Mar em Grande Perigo,* o seguinte:

"Oprimem-nos a França e a Inglaterra na Guiné, a Bélgica e a Alemanha na província de Angola, os Bóeres e os Ingleses em Moçambique, e assim se acumulam os perigos. ..." [33]

Em Março de 1887 o capitão Alfredo Augusto Caldas Xavier prontificou-se a realizar uma nova travessia, no que foi apoiado pela Comissão Africana da Sociedade de Geografia de Lisboa.

---

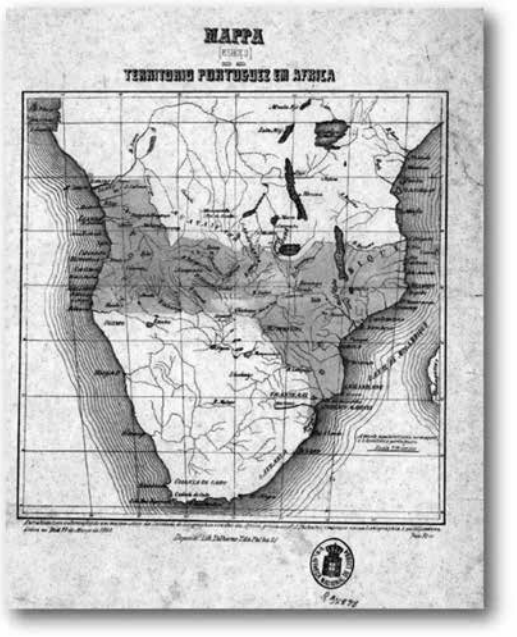
[30] "O governo da República Francesa reconhece a Sua Majestade Fidelíssima o direito de exercer a sua influência soberana c civilizadora nos territórios que separam as possessões portuguesas de Angola e de Moçambique, sob reserva dos direitos anteriormente adquiridos por outras potências, e obriga-se pela sua parte a abster-se ali de qualquer ocupação."

[31] MARQUES, A. H. de Oliveira - **Op. Cit..** pp. 219-229

[32] MARTINS, F. A. Oliveira – **Op.Cit..** p. XXXV

[33] "As Terras d'Além-Mar em Grande Perigo" in *As Colónias Portuguesas,* nº 1. Lisboa. Ano IV. Jan., 1886 in SANTOS, Maria Emília Madeira - **Viagens de Exploração Terrestre dos Portugueses em África**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988. p. 363

Com a subida ao poder do governo progressista de José Luciano de Castro, o germanófilo Henrique Barros Gomes primeiro enquanto ministro da Marinha e Ultramar depois como ministro dos Negócios Estrangeiros do governo progressista apresentou à Câmara dos Deputados em 1887 um mapa da África meridional portuguesa conhecido por Mapa Cor-de-Rosa[34] (datado de 1886). Apoiava as intenções da Sociedade de Geografia de Lisboa, da qual também era sócio, no sentido de promover as expedições que pudessem assegurar tal projecto.



A 13 de Agosto de 1887 o governo britânico protestava formalmente contra toda e qualquer ocupação territorial que não fosse efectiva. Portugal recusava as alegações e a correspondência diplomática intensificava-se entre as chancelarias de Londres e Lisboa.

[34] Compreendia as regiões a sul do paralelo 11° S e até ao paralelo 18,5° S. Do meridiano 26° (oeste de Greenwich) para nascente continuando para sueste até ao distrito de Gaza. Ou seja quase toda a Zâmbia, o Malawi e o Zimbabwe.

A Expedição ao Niassa

Em 9 de Junho de 1888 largavam da barra do Tejo, António Maria Cardoso, Vitor Cordon e Paiva de Andrade. O capitão-tenente António Maria Cardoso ia sondar o Norte do Zambeze e o Niassa, o tenente Vitor Cordon , os territórios da orla direita do respectivo rio e o coronel Paiva de Andrada as regiões de Manica.[35]

A incumbência de Serpa Pinto fundava-se em ajudar António Maria Cardoso ou a Paiva de Andrade com homens que constituiria na possessão.

A 8 de Novembro de 1889[36], Serpa Pinto após a ocupação de Tungue é atacado pelos Macololos e Machonas, que aproveitam o facto para se queixarem dos acontecimentos passados no Chire[37] junto da Inglaterra que não hesitou em protestar formalmente ao governo português através do embaixador inglês em Lisboa, Mr. Petre.

Francisco de Assis de Oliveira Martins explicava que o "caso era enervante e insólito. Portugal não podia dar um passo em África, no pleno exercício dos seus direitos, que não encontrasse pela frente o inglês, a querer e não querer, a entravar e a intrigar. A paciência dos governantes esgotava-se sem que tivessem forças para actuar segundo esse estado de espírito. Realmente os governos de Portugal haviam tido culpas na situação criada pela incúria e desleixo a que haviam chegado os problemas de África, domínios distantes, que a política de guerra civil do liberalismo esquecera no seu saracoteio de todos os dias."[38]

António Enes deputado e jornalista atestara: "Estamos de acordo em não exagerar as nossas pretensões coloniais. Estamos de acordo em limitar, assegurar e fazer prosperar o que temos, até à custa de desistências do que poderíamos vir a ter. Outra regra de execução constante será transigir com os direitos e interesses alheios até onde a transigência não prejudique os nossos.

Podemos, portanto, renunciar ambições, não abdicar direitos; devemo-nos abster de maiores dilatações coloniais, mas sacrificaríamos o futuro se deixássemos de ser uma potência colonial. Cederemos o supérfluo até ao

[35] MARTINS, F. A. Oliveira - **Op.Cit**.. p. LXIV

[36] Entre 1898 e 1899 sucedeu o designado Incidente de Fachoda que colocou a França e Inglaterra à beira de uma guerra.

[37] Actual Zimbabwe.

[38] MARTINS F. A. Oliveira – **Op. Cit..** p. LXXIV

útil: - nunca o necessário. Porque, se o cedessemos a bem, nada lucraríamos em não ser espoliados violentamente; se por tal preço houvéssemos de comprar a amizade da Inglaterra, nada arriscaríamos com a sua inimizade. Apenas lhe pouparíamos a ela uma violência que talvez lhe viesse a ser funesta, pois, mortos nós, seriamos vingados nas contendas que se abririam na partilha do rico espólio".[39]

Na portaria de 30 de Março de1889 foi escolhida a missão específica para a observação do procedimento mais barato de constituir uma passagem, adequada e célere, entre Chibisa e Matope, região em que o Chire se encontra cortado por rápidos e cascatas que lhe dificultam o trajecto. Demandava-se, por este método, constituir a união simples entre o alto Chire e o Litoral estabelecendo com os nativos acordos comerciais.

Foram indicados para liderar uma campanha cientifica o engenheiro Álvaro de Castro Cardoso Pereira Ferraz e o engenheiro José Rodrigues do Amaral Temudo com a ajuda do major Serpa Pinto[40].

O Governo português decidiu a fundação do distrito de Zumbo (Dec. De 9-11-89), para não permitir à interferência britânica, dissociando, em duas chefias militares a nova cisão governativa, de que os termos ocidentais; iam confinar com Angola, onde a jornada de Paiva Couceiro avançava, com o apoio de Silva Porto.[41]

Cecil Rhodes foi convocado a Londres para conversar com o primeiro-ministro Salisbury a questão africana. Rhodes esclareceu não conseguir conter a saída de cinco mil sujeitos, do Cabo para Manica, tentando convencer que a empresa não era da sua lavra. Áspero e desusado diante dos obstáculos que Salisbury arvorou, afoitou-se a explicar que se não o atendessem nos seus objectivos de expansão territorial, cortaria com a Inglaterra. As relações deterioraram-se entre a futura União Sul Africana e a Grã-Bretanha.[42]

Para combater as iniciativas da política da South Africa, que cativara Paiva da Andrade e Manuel António de Sousa, quando se encaminhavam ao régulo de Mutassa, vassalo de Portugal, para verificar porque tinham trocado a bandeira portuguesa pela inglesa, e também porque Cecil Rhodes dera instruções para o transporte de novos contingentes reforçando os que

[39] Idem – **Ibidem**. p. LXXVI
[40] MARTINS F. A. Oliveira – **Op. Cit..** pp. XC- XCI
[41] Idem - **Ibidem**. p. CIII
[42] Idem - **Ibidem.** p. CLXII (nota de roda pé)

se situavam no nosso território, António Enes incentivou a criação do corpo de voluntários de Lourenço Marques, ordenando também, o envio, para aquela província, duma campanha da liderança do coronel Azevedo Coutinho. As afirmações de Salisbury possibilitaram ao ministro, com à vontade, mover o contingente português enfrentando a resistência às movimentações da África do Sul. [43]

No vale do Chire, Serpa Pinto tinha-se deparado com a bandeira inglesa hasteada a qual mandou arriar de imediato, e com os Macololos insubmissos. Quando a 20 de Abril de 1890 o Major Serpa Pinto regressou a Lisboa, o rei quis recebê-lo de imediato, tendo solicitado ao ministro da Marinha que "me mande ele dizer o dia e a hora em que aqui poderá vir" "desejo muito vê-lo".[44]

O tenente de marinha João de Azevedo Coutinho acaba por conquistar a região e obriga os chefes africanos à rendição. Os ingleses consideraram estar perante uma situação de confronto.

"O Governo de Sua Majestade recebeu notícias baseadas na autoridade do bispo anglicano Smithies, bem como dum viajante francês, que os Macololos foram atacados pelo major Serpa Pinto depois do cônsul Bucham lhe ter declarado que eles estavam sob protecção de Inglaterra... O Governo de Sua Majestade lembra a V. Exa. que o ataque dirigido contra os Macololos depois de o representante britânico ter anunciado que estavam sob protecção de Sua Majestade é uma grave infracção dos direitos duma potência amiga... Tenho a honra de solicitar a V. Exa. uma resposta com a brevidade possível."[45]

Lisboa apenas respondeu à nota inglesa em Dezembro de 1889, mas a imprensa inglesa começa então uma campanha contra Portugal. Artur Paiva explora os territórios entre o Cubango e o Cunene e Paiva Couceiro, em 1890, chega à zona do Bié. [46]

"Mapa Cor-de-Rosa, que mais não é do que um mapa ilustrativo que acompanha dois tratados que Portugal realiza em 1886 com a França (Maio) e com a Alemanha (Dezembro), na sequência da Conferência de Berlim e

[43] Idem - **Ibidem.** p. CLXIV

[44] RAMOS, Rui - **D. Carlos.** Lisboa: Círculo de Leitores, 2006. p. 61

[45] TEIXEIRA, Nuno Severiano - **O Ultimatum Inglês Política Externa e Política Interna no Portugal de 1890**. Lisboa: Edições Alfa, 1990

[46] SANTOS, Maria Emília Madeira - **Op. Cit..** p. 358

pelos quais define ias suas pretensões à zona de influência no interior das suas possessões."[47]

No acordo luso-alemão são reconhecidas as fronteiras a Norte de Moçambique e a Sul de Angola comprometendo-se Portugal a abrir mão da margem esquerda do rio Cunene, local onde se negociava o marfim com o interior de Moçâmedes.

Mas os ingleses opuseram-se a ambos os tratados, pois segundo eles aquelas potências nunca tiveram interesses nos territórios em questão, acabando os tratados por não passarem de uma simples declaração de princípios.

Em finais de 1889 o primeiro-ministro inglês, Lord Salisbury, afirmava que Portugal era "uma pequena potência muito irritante"(…) só reage a ameaças"[48]. Ainda pensou em ocupar Goa, mas teve na oposição o governo colonial da índia.

A Sociedade de Geografia de Lisboa considerava que a melhor forma de fazer valer os nossos direitos em África seria a construção de caminhos-de-ferro e do alargamento das linhas telegráficas que permitiam o desenvolvimento comercial da região, nomeadamente o da exploração mineira.

Assim apresentou em Novembro de 1889 uma proposta de criação de uma rede telegráfica entre Quelimane, Niassa, Tete, Zuiribo, Manica, Beira, Sofala, Inhambane e Lourenço Marques; de um projecto de construção de linhas de caminhos-de-ferro de Inhambane ao Transval, da Beira ao Alto Sanhate e de Lourenço Marques até à fronteira do Mussate; de uma forma de atrair emigrantes para se fixarem no Zambeze e em Lourenço Marques, de preferência no distrito de Inhambane e na Maxona.[49]

A 11 de Janeiro de 1890 o embaixador inglês em Lisboa, Georges Petre entrega a Henrique Barros Gomes e ao Ministro da Marinha e do Ultramar Frederico Ressano Garcia, um ultimatum (ver anexo). Barro Gomes solicitou ao ministro britânico que escrevesse uma comunicação para a poder

[47] GUIMARÃES, Maria Ângela – **Op. Cit.**. pp.145-146

[48] SALISBURY, Andrew Roberts – "Victorian Titan". Londres: Phoenix, 1999. pp.520-522 in RAMOS, Rui - **Op. Cit**.. p.58

[49] *Actas das Sessões da Sociedade de Geografia de Lisboa.* vol. IX. Lisboa, 11 de Novembro de 1889. pp. 95-105

Actas das Sessões da Sociedade de Geografia de Lisboa. vol. X, Lisboa, Novembro de 1890. pp. 17-18 (Novembro de 1889) in SANTOS, Maria Emília Madeira – **Op. Cit.** p. 363

comunicar de forma correcta aos seus colegas de governo.[50] Com este memorando, Lorde Salisbury procurava intimidar Portugal para se retirar da África Austral e pôr fim às ambições portuguesas. O não cumprimento acarretava a interrupção de quaisquer relações diplomáticas e o confronto bélico em África. A esquadra de Gibraltar levava instruções para se dirigir a África Austral e a esquadra do Índico para ocupar Moçambique.

Nessa noite reúne o Conselho de Estado dirigido pelo rei D. Carlos, com Serpa Pimentel, J. Luciano de Castro, Augusto César Barjona de Freitas, Barros Gomes, Abreu e Sousa e o conde de S. Januário.

O major Serpa Pimentel numa atitude fleumática preconiza a insatisfação face a uma possível rendição.

O ministro Henrique Barros Gomes declarava:

"Em presença duma ruptura iminente das relações com a Grã-Bretanha e todas as consequências que poderiam dela derivar, o governo resolve "ceder" às exigências recentemente formuladas nos dois últimos memorandos, ressalvando por todas as formas os direitos da Coroa de Portugal nas regiões africanas de que se trata, protestando bem assim pelo direito que lhe confere o artigo 12.° do Acto Geral de Berlim de ser resolvido o assunto em litígio por mediação ou arbitragem. O Governo vai expedir para o Governo-Geral de Moçambique as ordens exigidas pela Grã-Bretanha." [51]

Era a tentativa algo desesperada, de salvar a face para uma possível mediação efectuada por terceiros, só que a recusa não tardou por o governo inglês considerar que " aquele artigo só pode ter execução no caso de as duas partes litigantes estarem de acordo em recorrer quer a uma mediação, quer a uma arbitragem".

Conquanto o tratado houvesse sido assinado já quando a gerência da pasta dos negócios Estrangeiros estava a cargo de Barros Gomes, o alvitre da inclusão da referida cláusula é da responsabilidade do ministro cessante, Roma du Bocage, o que prova que a política de ocupação do interland não foi da autoria de Barros Gomes, seu continuador, dando-se até o caso de o primeiro mapa cor-de-rosa ser aquele que está apenso ao Livro Branco,

[50] MAGALHÃES, José Calvet de - **Portugal e Inglaterra: de D. Fernando ao mapa cor-de-rosa (II)** [em linha]. [consultado em 10/12/2017]. Disponível em http://www.janusonline.pt

[51] TEIXEIRA, Nuno Severiano - **O Ultimatum Inglês Política Externa e Política Interna no Portugal de 1890**. Lisboa: Edições Alfa, 1990

relativo áquele tratado. E o caso não levantou – que disso tenhamos notícia – qualquer reclamação.[52]

A 13 de Janeiro o deputado progressista Dr. Eduardo de Abreu entra no *Martinho da Arcada* e incita os populares que ali se encontravam à contestação nas ruas:

"Meus senhores: a manifestação de hoje deve ser a ultima, até novos acontecimentos visto que já temos governo constituído. Por isso proponho que vamos todos cobrir de crepe a estátua do grande poeta nacional que simbolisa a alma da pátria. Coroamos, assim, brilhantemente as nobres afirmações do nosso patriotismo".

Liderando a turba desloca-se ao Largo de Camões onde "Em torno do monumento foram collocados cartazes em que se lia o seguinte: Estes crepes que envolvem a alma da pátria são entregues ao respeito e guarda do povo, da mocidade académica, do exercito e da armada portuguesa. Quem os arrancar ou mandar arrancar é o ultimo dos covardes vendido à Inglaterra"[53]

No parlamento Eduardo Abreu sugere, de forma irónica, que os deputados fossem autorizados a deslocarem-se ao Castelo de S. Jorge canhonear a estátua de Camões, que fosse entregue a Lord Fife o mosteiro da Batalha e à Rainha Vitória o mosteiro dos Jerónimos para depósito de carvão e gás.[54]

No primeiro Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa de 1890 é lavrado um protesto da mesma a *todas as academias, sociedades, institutos e jornaes das suas relações.*

Em resposta ao apelo, para além de inúmeras instituições e particulares nacionais a Sociedade de Geografia de Madrid solidariza-se com a sua congénere portuguesa, enviando um telegrama aderindo aos "protestos de geográfica Lisboa contra conducta Inglaterra invitando sociedades geográficas dei mundo tomen igual resolución en nombre ciência geográfica y derechos históricos"[55]

A Sociedade de Geografia de Madrid enviou a todas as agremiações congéneres europeias, uma mensagem em favor dos direitos portugueses. (ver anexo).

---

[52] MARTINS F. A. Oliveira – **Op.Cit..**p. XXXI

[53] FORJAZ, Jorge Pamplona - **Correspondência para o Dr. Eduardo Abreu. Do Ultimato à Assembleia Constituinte (1890-1911)**. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2002. p. 40

[54] Idem – **Ibidem**. p. 41

[55] **Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa**, 9ª série, nº 1. Imprensa Nacional, 1890. p. 24

Idem – **Ibidem.** p. 41

Idem – **Ibidem**. p. 24

Consequências da política interna não se fizeram esperar e o Partido Regenerador por intermédio da Gazeta de Portugal incitava à oposição ao Partido Progressista então no governo com expressões insurreccionistas *"*esses traidores e cobardes que deveriam ter o seu castigo neste mundo" ou "Que se faça justiça a essa gente e que não haja demoras nem delongas."

A 20 de Janeiro de 1890, o Secretário Perpétuo da Direcção da Sociedade de Geografia de Lisboa, Luciano Cordeiro, comunicava aos sócios o seguinte:

"Resolveu ainda a direcção depor opportunamente, perante os poderes públicos da nação, a renovação do voto, tantas vezes e por varias maneiras formulado pela Sociedade de Geographia de Lisboa, durante os quatorze annos da sua vida de persistente trabalho, propaganda c consulta, de que uma remodelação da politica e da administração colonial, imprimindo a uma e a outra um movimento disciplinado e pratico, as ajuste firmemente em todos os seus termos, ás necessidades o aos interesses o tradições da economia da nação."[56]

A Sociedade de Geografia de Lisboa "centraliza um amplo movimento de protesto antibritânico, formulando várias moções que dirige aos órgãos do poder político assim como a diversas instituições nacionais e estrangeiras"[57]

Criou-se então uma " Subscrição Nacional para a Defeza do Paiz " cujo " patriotismo posto em prova, encheu litteralmente o salão do theatro da Trindade de cidadãos de todas as classes sociais, accudindo ao chamamento d'um punhado de patriotas, na memoravel noite de 23 de Janeiro de 1890, onde se nomeou uma grande Commissão para se promover uma subscrição afim de se adquirirem todos os possíveis elementos maritimos de defeza para a Metropole e Colonias. "[58]

A comissão de subscrição nacional era constituída por 259 vogais de todas as convicções e partidos tendo como figura mais conservadora o Cardeal Patriarca e a mais radical o republicano Manuel de Arriaga. O presidente da sua comissão executiva era o Marquês de Pomares e seu vice-presidente o Duque de Palmela. Como vogais foram eleitos: Eduardo Abreu; Teófilo Braga; Marquês da Praia e Monforte; Rosa Araújo, Latino Coelho; Sousa Martins; Fernando Palha; Salgado Zenha; Bordalo Pinheiro; Roberto Ivens; Luciano Cordeiro e António Enes.

[56] Idem – **Ibidem**. pp. 54-55

[57] GUIMARÃES, Maria Ângela - **Op. Cit..** p. 189

[58] [consultado em 10/12/2017]. Disponível em http://digitarq.dgarq.gov.pt/?ID=4187670

A 1.ª sessão da Comissão Executiva foi realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa, tendo Eduardo Abreu sido eleito seu secretário.[59]

Teve como objectivo subvencionar a aquisição de embarcações de guerra, como foi o caso do cruzador Adamastor construído em Itália. Realizaram-se festas e saraus com este propósito.

D. Carlos contribuiu com 40 contos, as rainhas com 20 contos cada uma e o infante D. Afonso com 5 contos.

O duque de Palmela foi o primeiro nobre a insurgir-se contra o ultimatum restituindo as condecorações britânicas que tinha desde a Guerra da Crimeia e resolve conceder um ano de receita da sua casa para a Grande Subscrição Nacional. O conde de Porto Covo e o duque de Cadaval associam-se a esta iniciativa.

Também o marquês de Pomares (futuro presidente da Subscrição Nacional) cujo património imobiliário estava segurado a uma companhia seguradora inglesa transfere o mesmo para companhias seguradoras portuguesas seguido pelo marquês de Rio Maior. O conde Burnay que tinha dois filhos a estudar em Londres, ordena o seu regresso a Portugal.

Segundo a própria imprensa Republicana, D. Carlos "teria feito notar a inoportunidade de ser na presente conjuntura investido na Ordem da Jarreteira" e a imprensa monárquica dizia que este "resignou à comenda da Ordem Inglesa do Banho que lhe fora conferida quando era príncipe real e declarou à rainha Vitória que rejeitava a Ordem da Jarreteira que lhe fora conferida e em que havia de ser investido".

O Século indicava que "apenas teria feito notar a inoportunidade de ser na presente conjuntura investido na Ordem da Jarreteira"[60]

D. Amélia reagiu ao ultimatum de forma um pouco romântica "devíamos cair de armas na mão em vez de aceitar tal ultimato". Só depois "compreendi que os reis não têm o direito de jogar com a existência do seu povo".

O apelo ao sentimento nacional revestia agora algumas formas quase caricatas que levavam a atitudes de algum chauvinismo, vejamos pois algumas dessas expressões:

"Morra a Inglaterra"; "Abaixo os piratas"; "Guerra, guerra sem tréguas ao comércio e às indústrias inglesas."; "Não se compra e nem se vende a Ingleses."; "Morte aos Ingleses".

[59] FORJAZ, Jorge Pamplona - **Op. Cit..** p. 42

[60] TEIXEIRA, Nuno Severiano - **O Ultimatum Inglês Política Externa e Política Interna no Portugal de 1890**. Lisboa: Edições Alfa, 1990

"...povo ferozmente egoísta e descaroàvelmente ingrato"; "... só é forte com os fracos : diante dos fortes cai de rastos!"; "... se fossemos fortes, a Inglaterra beijar-nos-ia os pés".[61]

Na toponímia a população alfacinha muda o nome da "Travessa dos Inglesinhos" para "Travessa dos Ladrões", o da "Travessa do Enviado de Inglaterra" para "Travessa do Diabo Que o Carregue".

Uma "libra" passa a designar-se por uma "ladra", um *"beef",* por um "patife", uma "inglesada" por "um roubo", a "prisão dum inglês" por "prisão dum ladrão" ou "preso por inglesar".

Nomes anglófonos acabam por ser aportuguesados como a revista *High-Life* e o jornal *O Repórter,* que passaram a intitular-se de *Alta Sociedade* e *O Português*. O mesmo se passa com inúmeros estabelecimentos comerciais.

Por todo o lado recitava-se em lágrimas o poema *Finis Patriae* de Guerra Junqueiro*:*

> "Ó cínica Inglaterra, ó bêbeda impudente,
> Que tens levado, tu, ao negro e à escravidão?
> Chitas e hipocrisia, evangelho e aguardente,
> Repartindo por todo o escuro continente
> A mortalha de Cristo em tangas d'algodão."

A residência de Henrique Barros Gomes é apedrejada por manifestantes. Já não era possível o governo progressista manter-se em funções acabando por lhe suceder, a 14 de Janeiro de 1890, um novo governo regenerador chefiado por Alberto de Serpa Pimentel.

"Dir-se-hia e assim era, com effeito, que o governo não via com bons olhos as demontrações populares, não porque ellas pozessem em perigo serio o socego das ruas, mas porque não eram de molde a chamar a Inglaterra a sentimentos conciliadores. Effectivamente, o gabinete Serpa Pimentel e o seu ministro dos estrangeiros, Hintze Ribeiro, não tinham então outro objectivo que não fosse o de chegar com o governo britannico, a um accordo, que

[61] MARQUES, Oliveira - Os caminhos históricos das fronteiras de Angola. Jornal de Angola. [em linha]. [consultado em 10/12/2017]. Disponível em http://jornaldeangola.sapo.ao/20/0/os_caminhos_historicos_das_fronteiras_de_angola_2

pozesse termo á situação instavel em que haviam ficado as relações entre os dois paizes, depois da especie de rompimento do *ultimatum.*"[62]

O governo proíbe um comício no Coliseu, bem como uma manifestação patriótica onde se desejava depor uma coroa de flores na estátua de Camões. Manuel de Arriaga e Jacinto Nunes, entre outros cidadãos, são transportados para bordo de vasos de guerra. O governo impede alguns espectáculos, confisca jornais, desmembra a Câmara Municipal e a Associação Académica, acabando por dificultar o trabalho da Comissão da Subscrição Nacional.



Rafael Bordalo Pinheiro no jornal "Pontos nos ii" procede a uma crítica corrosiva e avassaladora sobre o Ultimatum e a politica portuguesa na qual D. Carlos ("traição dos Braganças") e o Governo são alvos privilegiados, salvando-se o major Serpa Pinto apelidado de "heroico explorador

[62] Correio da Extremadura. Correio do Ribatejo [em linha] Sexta, 19 Fevereiro 2010 [consultado em 10/12/2017]. Disponível em http://www.correiodoribatejo.com/index.php?option=-com_content&view=article&id=874:o-31-de-janeiro-a-revolta-do-porto-conclusao&catid=50:noticias-de-topo

que atravessou a África no meio de triumphos, e é elle só, a verdadeira e única encarnação do espírito nacional, isempto de toda e qualquer macula partidária"[63] (falta qualquer coisa, não?) e através da emblemática figura do Zé Povinho do caricato John Bull figura representativa dos interesses britânicos. Os periódicos Punch, Times e o Standard são reduzidos à imagem de galinhas.

"Dos jornais ingleses, o conservador Standard declarava, acirrando a opinião contra nós, estar a Inglaterra farta de encontrar Portugal em toda a África a cortar-lhe o passo e a embaraçar-lhe os planos de império, pelo que o gabinete de St. James nos não devia tratar como nação amiga nem mesmo obstar a que nos absorvesse a Espanha. Se assim fosse, uma lacuna poderia ficar na história, mas que não seria sentida pela civilização. Era esta a linguagem dura do Standard, que se dizia sintomatizar a opinião pública na Grã-Bretanha."[64]

"Não hão-de ser demonstrações rethoricas e indignadas que farão sentir ___ _____caverna de bandidos que se chama Inglaterra, a violencia da infâmia que nos fez. Explosões de palavras, o vento as leva, sem outra memoria deixarem de si a mais do que cançaços inúteis e anedoctas. A guerra de Portugal à Inglaterra deve concentrar-se agora, na GUERRA DE PORTUGAL AO INGLEZ??? . E essa, inicial e por todas as formas, sem afrouxamento, nem treguas. Não ha em Portugal fabrica ou industria onde o inglez não esteja a viver do nosso dinheiro – Expulsemol-o! Não ha armazém de mercadorias onde o fornecimento mais grande não seja inglez – Substituamol-o! Navio que não venha d'Inglaterra, machina que não venha d'Inglaterra, dinheiro que não venha d'Inglaterra! Eliminemos p'ra sempre esse traiçoeiro paiz das nossas relações commerciaes, tão rapido quanto possivel seja, e imponhamo-n'os todos o dever não vêr fim a esta campanha d'odio, de sangue mesmo e de vingança, ensinando-a nas escolas aos nossos filhos, e fazendo-a valer em factos, de que o esforço de homem para homem não seja mesmo eliminado."[65], mas cedo Rafael perceberia a inutilidade do discurso patriótico, o Zé Povinho do "Comité da Subscrição Nacional" é agora uma figura teatral com as actas na mão cuja legenda refere "Até agora, as reuniões só teem sido amostras da loquella publica, onde o Hamlet diria com sobeja razão-Palavras e mais palavras, só palavras!"[66]

---

[63] Pontos nos ii, 9 de Janeiro de 1890

[64] MARTINS F. A. Oliveira – **Op. Cit..** p. LXXV

[65] Pontos nos ii, 9 de Janeiro de 1890

[66] SERRA, João B. - O Ultimatum visto por Rafael Bordalo Pinheiro. Publico. Publico-Magazine, Abril de 1990

A 20 de Agosto de 1890 é assinado em Londres pelo primeiro-ministro inglês, Lord Salisbury, e o conselheiro português Augusto César Barjona de Freitas um tratado em que se reconhece a soberania inglesa sobre toda a região do Chire até ao Zambeze, em troca do reconhecimento do domínio português no planalto de Manica e uma relevante zona de Angola.

Como contrapartida Portugal podia traçar estradas, caminhos-de-ferro e linhas telegráficas nos territórios a norte do Zambeze reservados à autoridade britânica**,** que para além das vinte milhas a norte do Zambeze, ficava dez milhas a sul do Zambeze, desde Tete até à confluência daquele rio com o Chobe. A Grã-Bretanha passava a ter liberdade de navegação e tráfego de mercadorias no Zambeze e no Chire para o porto da Beira, obrigando-se Portugal à edificação dum caminho-de-ferro na respectiva região, prometendo não ceder os territórios que lhe eram ratificados pelo tratado sem o antecipado consentimento do governo inglês.

"O tratado que, nas condições difíceis em que foi negociado, era bastante aceitável, foi violentamente atacado no parlamento, na imprensa e na opinião pública em geral, sendo rejeitado pelo parlamento o que levou à queda do governo em 16 de Setembro de 1890."[67]

Eduardo Abreu, agora deputado pelo Partido Republicano, insurge-se contra o tratado**,** e remete uma carta contundente ao líder do partido progressista, José Luciano de Castro. (ver anexo)

D. Carlos escreve ao seu tio Príncipe Eduardo VII "escreveu ao seu "querido tio", o filho da rainha Vitória, a explicar, com "toda a franqueza", que o que lhe interessava era poder conseguir da Inglaterra não muito, mas apenas o suficiente para dar "satisfação ao chauvinismo de muitas pessoas". Era tudo uma questão de aparências. Infelizmente, a questão era a mesma do lado inglês, como o príncipe de Gales notou: "é preciso que entendas que nós também temos de lidar com uma opinião pública que, apesar de melhor instruída, é igualmente exigente.

(…) No Outono de 1890, ainda insistia em explicar à sua "querida tia", a rainha Vitória, que "a nossa situação aqui é extremamente grave". Sem a benevolência inglesa, estaria "comprometida" a "tranquilidade interior" do país, e também a de Espanha, "porque qualquer movimento republicano aqui provocaria imediatamente outro em Espanha-. Por isso, pedia à tia para "influenciar o vosso governo, de modo que desta vez ao menos as

[67] MAGALHÃES, José Calvet de - **Breve História Diplomática de Portugal**. Lisboa: Europa-América, 1990. p. 202

nossas modestas pretensões sejam escutadas", e para "se lembrar que quem vos pede isso é o vosso sobrinho muito devotado".[68]



"A leitura do parecer da comissão e do relatório motivou acesa polémica, sobretudo por parte de José de Azevedo Castelo Branco e de Serpa Pinto. O primeiro criticava o Governo de ter cedido direitos territoriais contra vagos reconhecimentos de direitos no centro da África, para cuja efetivação a Alemanha não seria capaz de dar um passo ou arriscar uma posição. Serpa Pinto – o explorador que reconhecera e pisara aquele terreno – argumentou ser erróneo supor que eram vagos os direitos portugueses às regiões perdidas por Portugal, sacrificadas a um pensamento político, entendendo ser de temer que o tratado com a Alemanha viesse fechar a porta a úteis negociações com a Inglaterra. Defendia ter sido melhor para os destinos de Portugal estabelecer um tratado de comércio com a Inglaterra para a exploração da linha de ligação do mar pelo Zambeze e o Chire até ao lago Tanganica."[69]

"A luta estava aberta e aberto também o primeiro ciclo da campanha ferida por António Enes a favor dos interesses nacionais. O Times ia publicando artigos sobre artigos, acerca do que a Imprensa inglesa assentara chamar a intrusão portuguesa em África, atacando de frente o tratado português com a Alemanha e convidando os alemães a um entendimento para a partilha da África central, constituindo esta atitude nova fase da intriga

[68] D. Carlos, carta à rainha Vitória, 23.10.1890, ms., em RAW, RAJ — 66/68. In RAMOS, Rui - **Op. Cit..** p. 61

[69] MARTINS F. A. Oliveira – **Op. Cit..** pp. XXXVI-XXXVII

política conducente ao nosso isolamento – nem apoio inglês, nem apoio alemão."[70]

" (…) actos de prudente energia e de cordata firmeza com que pretendesse salvaguardar a dignidade, os direitos e os créditos de Portugal. E dogmatizava: "O brio é uma força moral que não raro consegue no mundo civilizado impor deferências à força material". (…)[71]

Os ingleses aproximaram-se de Lourenço Marques, desejada saída do almejado Transvaal; os britânicos apareciam na Suazilândia, estabelecendo termos territoriais; ingleses apareciam comerciando com os monarcas do país dos Matabeles e dos Machona, nas margens do Chire e do Niassa e também nas ilhas do Cabo Norte. Portugal apresentava-se perante uma investida global e totalmente desprotegida no plano internacional. Na Câmara, Serpa Pinto contestava recorrendo para a resolução das grandes potências como para o caso preconizavam as cedências de Berlim.[72]

António Enes acautelava: - "Da luzida recepção feita em Berlim ao Rei D. Luís não nos devemos ensoberbecer: as alianças só valem quando ditadas pela comunidade dos interesses e nós não os temos com a Alemanha. Não troquemos, portanto, amores velhos por novos amores". [73]

" (…) O ministro Barros Gomes rebatia por esta forma eloquente as acusações injustas que a propósito da nossa política corriam mundo, acusações de exclusivismo e intransigência e de dificultarmos o comércio do mundo. (…)"[74]

António Enes marca posição: - "O Governo português não quer impor à Inglaterra a sua opinião sobre uma tese de direito, o que o leva a invocar ser do interesse de todas as potências com domínios em África, que a tese suscitada seja objecto de debate numa conferência internacional que complete a obra da Conferência de Berlim, regulando-se, por esta forma, as aquisições territoriais no interior do continente africano".[75]

"Que o governo britânico não reconheça a Portugal direitos ilimitados no interior de África, bem está; os nossos governos nunca reivindicaram semelhante ilimitação, e é uma ridícula calúnia o dizer-se lá fora, como se

[70] Idem - **Ibidem**. p. XLV
[71] Idem - **Ibidem**. p. XLVI
[72] MARTINS F. A. Oliveira – **Op. Cit..** p. XLVII
[73] Idem - **Ibidem**. p. LX
[74] Idem - **Ibidem**. p. LXIII
[75] Idem - **Ibidem.** p. CXIX

diz amiude, que os portugueses consideram-se soberanos de toda a África Central e pretendem excluir os outros povos da sua imensidade."[76]

Esta insistência manifestava o interesse do rei pela evolução dos acontecimentos no continente africano. Mas o Ultimatum provocou danos irreparáveis na monarquia portuguesa com a sucessão de governos e com o enfraquecimento da já débil economia nacional. Os défices aumentavam e caminhava-se para a falência. Apenas ficavam reforçados os ideais republicanos.

Lord Salisbury, responsável pelo Ultimatum e pelo alerta para a mobilização da frota inglesa, é, na opinião de Malyn Newitt[77], o principal culpado por uma das maiores imprudências diplomáticas da política britânica do século passado.

O embaixador de Portugal junto da Santa Sé, Martens Ferrão, conselheiro de Barros Gomes no saber rigoroso dos factos, surpreende-se com a audácia do Lord de Salisbury colocando em interrogação a existência de um documento comprovativo das transacções do rei de Portugal com o Monomotapa. Acha o problema delicado. Contudo, escorando-se no parecer do ministro inglês em Roma, expressa o afigurar-se-lhe que a contenda terminará positivamente.[78]

Os próprios ingleses reconheciam a imprudência de lord Salisbury. O *Star* de Gladstone, dizia "Se Portugal fosse um covil de piratas chinezes, habituados a torturar os seus prisioneiros, em vez de ser como é tradicional alliado europeu da Grã-Bretanha, não seria decerto tratado por esta, com mais summario processo, nem com mais arbitraria brutalidade". O *Bradford Observer* fala em "atropello de que Portugal tinha sido victima". Durante a assembleia anual da Greater Manchester Camera, um dos assistentes, M. Rasdex, considerou que o Governo de sua Majestade tinha sido "violento, deshonesto e arbitrario" para com o seu velho aliado.

O Ministro dos Negócios da Fazenda, dos Negócios Estrangeiros Barros Gomes lê um apontamento pessoal: "o governo de S.M. Britânica insistia em que se devessem ao governador de Moçambique instruções telegráficas imediatas para que todas e quaisquer forças militares portuguesas estacionadas no Chire e nos países dos macololos e machonas se retirassem.

[76] Idem - **Ibidem.** Portugal e a Inglaterra em África. p. 4

[77] NEWITT, Malyn - **A Historv of Mozambique**. London: Hurst & Company, 1995. p. 347

[78] MARTINS, F.A. Oliveira – **Op.Cit..** p. CXXI

Aquele governo entendia que sem isso as seguranças dadas pelo Governo português seriam ilusórias. (…)"[79]

"(…) A cidade agitava-se; as ruas eram percorridas por uma multidão imprecante e ameaçadora. Todavia, às justas atitudes de indignação juntaram-se actos de brutal injustiça, filhos da incompreensão dos acontecimentos e da baixa política. A cidade agitava-se em revolta crescente. António Enes, no conhecimento de que os manifestantes se dirigiam a casa de Barros Gomes na intenção de o desfeitear, corre ao encontro deste a preveni-lo. No caminho, a multidão que o descobre, saúda-o, vitoria-o, mas António Enes não encontra meio de desviar as gentes desvairadas que, seguem, aos gritos de viva a Pátria!, a apedrejar as janelas da habitação de Barros Gomes, como se o ministro tivesse ofendido a Pátria!. (…)"[80]

A instabilidade do governo foi depressa resolvida. Ao ministério da presidência de José Luciano de Castro decorria um ministério regenerador da presidência do Presidente do Conselho de Ministros António[81] de Serpa Pimentel.[82]

Dos media internacionais havia o apoio da Áustria e da Rússia.[83]

Os periódicos franceses nomeadamente o Journal des Dabats e o Temps apelidavam o governo inglês de "descarado, brutal e cynico". O Imparcial de Madrid questionava: "Expiará a Grã-Bretanha algum dia este feito e outros analogos?" [84]

A *Gazeta de Portugal* publicava no dia 11 de Janeiro incentivos à rebelião popular contra o Partido Progressista e os Britânicos com chavões nomeadamente:

"Mas os traidores e os cobardes teem o seu castigo n'este mundo"; "As circumstancias são graves"; "Não é possível esperar, ou contemporisar por mais um instante"; "Portugal difficilmente pode recuperar a sua situação antiga, depois do que se passou; mas ao menos, que o mundo inteiro saiba que se fez justiça a essa gente sem brio e sem sentimentos, que assim destruiu e enfraqueceu a sua pátria";" Que se faça justiça a essa gente e que

[79] MARTINS F. A. Oliveira – **Op. Cit..** p. CXXV

[80] Idem – **Ibidem.** pp. CXXVI -CXXVII

[81] Idem – **Ibidem.** p. CXXVII

[82] Idem - **Ibidem.** p. CXXVIII

[83] Idem – **Ibidem.** P. CXXX

[84] "Correio da Extremadura. Correio do Ribatejo [Em linha]. Sexta, 19 Fevereiro 2010 [consultado em 10/12/2017]. Disponível em http://www.correiodoribatejo.com/index.php?option=-com_content&view=article&id=874:o-31-de-janeiro-a-revolta-do-porto-conclusao&catid=50:noticias-de-topo

não haja demoras, nem delongas"; "A parte britannica das negociações foi tratada com um espirito, que se tivesse sido usado para com uma grande potencia, haver-nos-hia envolvido infallivelmente n'uma guerra, e n'uma guerra em que, demais, os observadores neutraes teriam sido compellidos a considerar-nos como aggressores de proposito deliberado"[85]

Segundo o *Star* tinham sido entregues, em Madrid, 6.000 bilhetes de apoio à posição lusa.

Os italianos, austríacos e alemães procuraram exercer alguma influência junto de Lord Salisbury para que não fosse tão radical para com o governo português.

O deputado republicano Raphael Maria de Labra defendia a posição portuguesa no parlamento espanhol. No parlamento italiano o deputado Mazzlein perguntava ao Primeiro Ministro Francesco Crispi como tencionava proceder. O mesmo acontecia em França com o deputado republicano Jules Gallard em relação ao ministro dos negócios estrangeiros Eugène Spuller.

O Governo, investido a 15 de Setembro de 1890, no seu depoimento governamental explicou à nação que não se relacionaria com a Inglaterra sem que a mesma justificasse porque é que as suas canhoneiras entraram no Zambeze. (…)[86]

" (...) O Sr. Pinheiro Chagas deixou-se seduzir pela glória de obter uma via férrea de graça, e não viu que a gratuitidade era uma aventura."[87]

Marcello Caetano, anos mais tarde, viria a considerar ter sido um erro político não se ter nesta última fase negociado simultaneamente com Inglaterra, reconhecendo que *dormíramos demasiado sobre a certeza da posse.*[88]

O facto é que tais acontecimentos precipitaram Portugal para uma das derrotas diplomáticas mais humilhantes da nossa História. Os ingleses pareciam não estar dispostos a abdicar do seu papel preponderante em África como potência colonizadora.

---

[85] "Correio da Extremadura. Correio do Ribatejo [Em linha]. Sexta, 19 Fevereiro 2010 [consultado em 10/12/2017]. Disponível em http://www.correiodoribatejo.com/index.php?option=-com_content&view=article&id=874:o-31-de-janeiro-a-revolta-do-porto-conclusao&catid=50:noticias-de-topo

[86] MARTINS F. A. Oliveira - **Op. Cit..** p. CLVI

[87] Idem - **Ibidem**. A questão do caminho de ferro de Lourenço Marques. p. 71

[88] CAETANO, Marcello - **Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos**. 4.ª edição. Lisboa: Edições Ática, 1971. p. 138

Anexo

Capítulo VI da Acta Geral de Berlim

"Cap. VI — Declaração relativa às condições essenciais a preencher para que as novas ocupações nas costas do continente africano sejam consideradas efectivas".

Art.° 34 — A Potência que de futuro tomar posse de um território nas costas do continente africano situado para além das suas possessões actuais, ou que, não as tendo tido até então, vier a adquiridas, ou do mesmo modo a Potência que vier a adquirir um Protectorado, acompanhará o respectivo Acto de uma notificação dirigida às outras potências signatárias da presente Acta, a fim de as habilitar a apresentar, se houver fundamento para tal, as suas reclamações".

Art.º 35 — As Potências signatárias da presente Acta reconhecem a obrigação de assegurar, nos territórios por elas ocupados, nas costas do Continente africano, a existência de uma autoridade suficiente para fazer respeitar os direitos adquiridos e, caso haja lugar, a liberdade de comércio e de trânsito nas condições em que vier a ser estipulada"

***

Ofício do Capitão-general de Angola José de Oliveira Barbosa para o marquês de Aguiar

"Ill.mo e Ex.mo Sr.

Tenho a honra de levar à Respeitável Presença de V. Ex.ª as Cartas que me foram remetidas de Tete pelo Governador dos Rios de Sena vindas por terra em consequências da descoberta da comunicação das duas Costas Oriental e Ocidental de África tanto desejada; e nesta ocasião vão, embarcados na Fragata Príncipe Dom Pedro os Pombeiros Pedro João Baptista e Amaro José, do Tenente Coronel Director da Feira do Mucary Francisco Honorato da Costa, a cujas diligências e fadigas se deve o êxito deste trabalho. e levam os Roteiros da jornada para serem apresentados na Secretaria de Estado desta Repartição.

Deus Guarde a V. Ex.ª
São Paulo de Assunção de Luanda, 25 de Janeiro de 1815
José de Oliveira Barbosa.

Ofício de Constantino Pereira de Azevedo, Governador dos Rios de Sena para o conde das Galveias

"Ill.mo e Ex.mo Sr. Conde das Galveias.

Tendo Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor determinado no ano de 1799 ver se conseguia a abertura do caminho de Sua Capital de Angola para estes Rios de Sena, a fim de que os seus Povos tanto da África Ocidental como da Oriental, pudessem girar com o seu comércio com mais vantajosos lucros do que até agora o podiam fazer: assim como também puderem circular as noticias de uma Costa a outra com mais brevidade, do que se pudessem fazer pelos Navios, e tendo encarregado a dita abertura por este lado Oriental ao Governador que foi destes Rios Francisco José de Lacerda e pelo lado Ocidental ao Ex.mo D. Fernando de Noronha Capitão General de Angola, encarregando este ao Tenente Coronel Comandante e Director da Feira de Casange Francisco Honorato da Costa, sucedeu que desta parte Oriental faleceu o dito Governador Lacerda no sitio de Cazembe, tendo feito o seu descobrimento até o sitio donde faleceu, e da outra parte Ocidental, com efeito conseguiram os Escravos do dito Tenente Coronel acima mencionado, a dita abertura até o Cazembe; cujos Escravos tem estado ha quatro anos ano dito sitio sem que tivessem meios de se conduzirem a esta Vila para darem as referidas noticias, e vendo eu que esta Vila se achava um pouco destituída de comércio por má inteligência que tem havido com alguns Régulos que a cercam; e querendo eu de alguma forma ampliar esta falta chamei ao Quartel da minha Residência em Maio de 1810 a Gonçalo Caetano Pereira homem muito antigo, e muito prático destes Sertões, e tratando com ele sobre o aumento que desejava que esta Capitania tivesse no seu comércio lhe pedi me descobrisse algum lugar para onde pudesse com vantagem comerciar; este me respondeu que antigamente vinham a esta Vila negociar os Vassalos do Rei de Cazembe, e que desde o tempo em que intentamos a abertura do caminho nunca mais aqui tinham vindo e que ignorava, o motivo; uns diziam ser pela desordens que os nossos fizeram no dito Cazembe depois da morte do Governador Lacerda, e outros diziam era por que aquela Nação andava em Guerra desde esse tempo com a Nação Muizes, e pedindo eu ao dito Gonçalo Caetano Pereira me desse três Escravos seus para eu mandar de Embaixada ao dito Rei Cazembe para ver se movia aquela Nação a tornar outra vez a esta Vila com o seu comércio como dantes faziam , este me facultou os seus Escravos, cujos mandei de Enviados ao dito Rei Cazembe, e vendo este lá chegar os ditos Escravos tomou a deliberação de me mandar uma Embaixada composta de um

grande, e cinquenta homens seus vassalos, na qual me manda dizer que no seu Reino existiam há quatro anos aquelas duas Pessoas que tinham vindo da parta de Angola, cujos mandava entregar; os quais chegaram a esta Vila em 2 de Fevereiro do presente anho, trazendo-me uma Carta de seu Amo, cuja Carta tenho a honra de remeter a V. Ex.ª a Cópia, e perguntando eu aos sobreditos, se queriam voltar voluntariamente pelo mesmo caminho por onde tinham vindo, me responderam que sim, porém que era preciso eu dar-lhes as providências necessárias para o sobredito transporte, aos quais mandei dar setecentos panos de valor de duzentos e cinquenta reis fortes cada um, e dando de tudo parta ao meu Capitão General, assim como também saber dele se à Real Junta daquela Capital me levava em conta a. sobredita despesa, e quando não a pagaria dos meus soldos, de cujo ofício ainda não coube no tempo receber resposta.

Eu deveria fazer alguma ponderação a V. Ex.ª sobre este descobrimento, por que não acho maior inteligência nos ditos Descobridores, porém ao mesmo tempo conheço segundo a sua capacidade fizeram muito, e como estes agora tornam pelo mesmo caminho vão insinuados por mim o modo como devem fazer a sua derrota, e as averiguações que devem fazer, a inteligência em que acham aqueles Régulos; se com efeito nos deixarão. passar francamente por aqueles caminhos, e quais os mimos que lhes deveremos oferecer; de tudo vão industriados por mim; e estes prometem dar um exacto cumprimento aos , referidos objectos com todas as clarezas necessárias, entregando ao Ex.mo Capitão General de Angola tudo quanto acharem tendente à dita abertura; o que tudo participo a V. Ex.ª para que V. Ex.ª se sirva de o pôr na presença de S. A. Real o Príncipe Regente Nosso Senhor.

Tenho também a honra de remeter a V. Ex.ª a Derrota que me ofereceram os Descobridores, a qual é N.º 1, assim como também um papel das perguntas que fiz aos referidos o qual é N.º 2, e a Carta que me dirigiu o Tenente Coronel Amo dos referidos Descobridores, a qual é N.º 3.

A Ilustríssima e Excelentíssima Pessoa de V. Ex.ª Deus Guarde por, muitos anos.

Quartel da Residência da Vila de Tete 20 de Maio de 1811.[89]

***

[89] [consultado em 10/12/2017]. Disponível em http://www.arqnet.pt/portal/pessoais/pombeiros1.html

Ill.mo e Ex.mo Sr. Conde das Galveias, do Conselho de S. A. Real, Ministro e Secretário dos. Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos.

Constantino Pereira de Azevedo, Governador dos rios de Sena

O Governo de Sua Majestade Britânica não pode aceitar, como satisfatórias ou suficientes, as seguranças dadas pelo Governo Português, tais como as interpreta.

O Cônsul interino de Sua Majestade em Moçambique telegrafou, citando o próprio major Serpa Pinto, que a expedição estava ainda ocupando o Chire, e que Katunga e outros lugares mais no território dos Makololos iam ser fortificados e receberiam guarnições. O que o Governo de Sua Majestade deseja e em que mais insiste é no seguinte:

Que se enviem ao governador de Moçambique instruções telegráficas imediatas para que todas e quaisquer forças militares portuguesas actualmente no Chire e nos países dos Makololos e Mashonas se retirem.

O Governo de Sua Majestade entende que, sem isto, as seguranças dadas pelo Governo Português são ilusórias.

Mr. Petre ver-se-á obrigado, à vista das suas instruções, a deixar imediatamente Lisboa, com todos os membros da sua legação, se uma resposta satisfatória à precedente intimação não for por ele recebida esta tarde; e o navio de Sua Majestade, Enchantress, está em Vigo esperando as suas ordens.

Legação Britânica, 11 de Janeiro de 1890.

***

"Illustrissimo e Excelentíssimo Senhor Conselheiro José Luciano de Castro, digníssimo chefe do partido progressista - A convenção assignada em Londres em nome do Rei de Portugal com o fim, dizem os frios personagens signatários d'aquelle papel de estreitar os vínculos de amisade que unem as duas nações não é só um abysmo de perfídias e subtilezas jurídicas à altura de doutores chicaneiros, é também torpíssimo libello que infama e escravisa para sempre toda a terra portuguesa.

Não morrem as nações só quando as fere em cheio o génio da guerra servido pela espada victoriosa, gravando na pedra ou no bronze que vai esconder a Pátria moribunda - finis Poloniae. Uma nação também morre e deshonrada quando os que sentem, os que pensam e podem, assistem impassíveis em nome da ordem a que se vote e ratifique um convénio que é a própria desordem, pois que colloca essa nação, perante o mundo, em estado de quebra fraudulenta de brios e de bens - finis Lusitaniae.

Na desgraçada convenção de 20 de Agosto, desde o artigo em que Portugal se obriga a não ceder a qualquer potencia terra portugueza, sem o consentimento da Gran Bretanha, até ao artigo em que Portugal é obrigado a construir um caminho de ferro, partindo de uma bahia portugueza, avançando por territórios portugueses, tudo isto porém, terra, estudos, engenheiros e capitães, vigiados e fiscalizados por um membro da variada policia ingleza - um engenheiro nomeado pelo governo britannico (artigo XIV) - é tudo uma vileza. Tudo aspira e respira num traiçoeiro e criminoso ambiente de erros e de baixezas. Como é que o plenipotenciário portuguez foi descendo tanto, sempre de concessão em concessão, até admitir que num tratado de limites se escrevesse e publicasse que engenheiros portuguezes estudando em campo portuguez fossem sempre assistidos por um espião inglez? No parlamento qual será o engenheiro civil com voz para approvar o tratado? E fora do parlamento, n'outros que a nação deve reunir, qual será o engenheiro militar que, sem tremer de justa cholera e de altiva indignação., queira desabainhar a sua espada para defender o tratado à ordem de um poder executivo transformado em servo, sócio e advogado da espionagem britannica?

Não ha uma só clausula do tratado simplesmente consoladora. Em todas, absolutamente em todas, vê se a guerra adunca do tal cavalheiro da mais nobre Ordem da Jarrateira, rasgando fibra a fibra os lombos do enviado extraordinário de Sua Magestade Fidelíssima. Em todas se vê, e é isto o que fere, Portugal escarnecido, espoliado, submettido para sempre ao protectorado da Gran-Bretanha, sujeito enfim a arrastar-se como um pedinte pelos tribunaes de arbitragem sempre que convier à Inglaterra, directamente pelo missionário ou indirectamente pelo indígena, faltar como costuma à fé dos tratados. A Inglaterra, vendo na sua frente um negociador de capa à hespanhola, discursando brilhantemente em portuguez vernáculo e soffrivelmente em francez de littoral, sabendo de cór vários códigos e podendo interpretar os seus artigos de mil maneiras todas dífferentes, sempre com o mesmo timbre na voz, sempre com a mesma compostura de corpo, amenisando a conversa com as historias alegres d'esta terra, de cinco em cinco minutos collocando gravemente a mão direita sobre a região cardíaca para fallar de responsabilidades, sacrifícios, dôr, patriotismo, etc. - a Inglaterra, repito, em frente de tal negociador, avaliou o estofo dos collegas que o enviavam.

Portanto, não hesitou só minuto. Do Oriente salta para o Occidente e negoceia Angola, com a mesma facilidade com que negociara Moçambique. E assim embrulham num mesmo tratado a pátria africana! Está, pois, aberto conflicto de morte, não entre partidos, pois todos parecem mesqui-

nhos perante a magnitude da questão, - mas entre o estrangeiro senhor dos mares, e esta nossa velha, fraca, mas muito estremecida pátria.

Portugal está ameaçado na sua integridade, no seu commercio, na industria e navegação, na sua honra e autoridade, não por um acto positivo de força - até hoje tem sido só e sempre assim que as nações costumam ceder terreno pátrio, - mas por um tratado imposto calculada e friamente, com todas as cerimonias, praxes e facilidades, como se se tratasse de um simples convénio de extradicção. D'esse conflicto Portugal ha-de sahir necessariamente morto e deshonrado, ou digno e vivo. No primeiro caso acceitando o tratado; no segundo, rejeitando-o. A nação, e com a nação a justiça universal, o apoio e a sympathia das raças latinas, estará com aquelles que poderem e souberem luetar, de reducto em reducto, até ao ponto de ser impossivel a votação ou a ratificação de similhante convénio. A opposição parlamentar, onde o sentimento patriótico vibra por igual, terá força, todavia, dentro e fora do parlamento para conseguir a rejeição do tratado? O problema é de uma excepcional gravidade: eis porque tenho a subida honra de me dirigir a V. Exa, solicitando a convocação das minorias progressistas de ambas as casas do parlamento.

Certamente que é V. Exa o primeiro a conhecer e a saber pesar as responsabilidades da questão, e por isso V. Exa já terá decidido como e quando convocará as minorias. Portanto, V. Exa far-me-há justiça, crendo que estas imperfeitas linhas nem de leve conteem uma qualquer indicação política.

São apenas um desabafo, por me sentir vexado, como todos os bons e leaes portuguezes, pelas ultrajantes disposições do tratado. Exprimem também o desejo de sacrificar as minhas pobres forças pela Pátria, cuja honra e existência estão em perigo.

Sou com a maior consideração - De V. Exa, muito att.°, ven. am.° obrg. -Lisboa, 31 de Agosto de 1890-Eduardo Abreu, deputado pela Ilha Terceira".[90]

***

"A ocasião não é propriamente para chorarmos as nossas desventuras, nem para discussões estéreis e inúteis. No momento em que esta gloriosa nação atravessa uma crise assustadora, acerquemo-nos todos da bandeira portuguesa para a defendermos corajosamente das brutalidades do aris-

[90] FORJAZ, Jorge Pamplona - **Op. Cit.** pp. 45-47

tocrático marquês de Salisbury, que só pensa em nos roubar, confiado na superioridade das forças britânicas e na indiferença das outras nações do mundo. Esqueçamos por um instante as divergências políticas e unam--se todos os partidos em derredor da mesma bandeira, que é a da Pátria, aquela que outrora tremulou desassombrada nas cinco partes do mundo e que Serpa Pinto ainda hoje empunha briosamente nos pontos mais arriscados do continente africano. O momento não é azado para retaliações, nem para a propaganda revolucionária dos republicanos. Não nos descuidemos porque amanhã pode ser tarde. Abatam-se as bandeiras partidárias para se içar bem alto a bandeira nacional. O governo deve ser o primeiro a ensarilhar as armas. Inspirando confiança aos adversários, eles não recearão seguir-lhe o exemplo. (...) A intimação do governo de S. James melindrou-nos nos nossos sentimentos patrióticos porque não estávamos acostumados a humilhações; e Salisbury atreveu-se a tanto porque dormíamos há 70 anos e não estávamos precavidos. Ouvimos ornear o aristocrático marquês e tivemos a imprudência de adormecer novamente sem nos munirmos de um vergalho.

Suportámos por isso os couces do sendeiro quando outrora não temíamos os rompantes do leão que tantas vezes se rojou humilde a nossos pés. Oxalá que a lição nos aproveite e que o desforço se não faça esperar. A guerra que promovemos às mercadorias da Grã-Bretanha, e que, infelizmente, ainda não é geral, merece o

apoio de todos e é a única que lhe poderíamos fazer com vantagem nas circunstâncias actuais. Portugal, porém, necessita de se desforçar energicamente logo que se lhe ofereça ensejo. (...) Armemo-nos também até que venham melhores dias; e sem perda de tempo, corramos a pontapés os que se embebedam com o nosso vinho e vão depois vomitar no Times as infâmias mais grosseiras. Vamos! Não percamos um momento.

Acerquemo-nos da bandeira nacional e icemo-la bem alto onde não cheguem as afrontas brutais do marquês de Salisbury e da cáfila de bandoleiros que o aplaude nas suas aventuras atrevidas e desonestas (...)".

Timor 1973/78: recordações de um marinheiro[1]

Alm. Leiria Pinto[2]

O propósito desta comunicação é dar a conhecer o que foi a minha comissão de serviço em Timor, a qual decorreu de Outubro de 1973 a Outubro de 1975, isto é nos dois últimos anos da presença portuguesa.

Destacarei, fundamentalmente, a actuação da Marinha durante aquele período, pois entendo que já vai sendo tempo de se saber como realmente a Marinha se comportou no *Quentíssimo Verão de 1975* em Timor.

1. Dados Geográficos, Climáticos e Populacionais. Ligações com o Exterior

a) Timor é a ilha mais a Sul do Arquipélago das Pequenas Sundas.
15.882 km^2 - Área de Timor–Leste, enclave do Oé-Cussi, ilha de Ataúro e ilhéu do Jaco.

Distâncias de Díli (milhas):

Lisboa (Suez)	8.629
I. Jaco	120
(Cabo)	11.112
Oé-Cussi	100
Macau	2.300
Ataúro	12
Singapura	1.300
Darwin	450

[1] Conferência realizada no Instituto Dom João de Castro em 25MAI2017;

[2] Licenciado em História Marítima. Membro Emérito da Classe de História Marítima da Academia de Marinha;

O Estreito Ombai-Wetter é uma passagem de águas profundas que permite ligação entre o Índico e o Pacífico por submarinos nucleares em imersão.

b) Clima:

A "Monção do Mar" (de noroeste) de Novembro a Maio. À precipitação 90% do total anual e a temperatura média acima dos 25ºC. A "Monção de Terra" (de sudoeste) de Junho a Outubro. Ventos moderados baixam á temperatura. Pouca chuva.

c) População (Outubro 1973)

600.000 Timorenses	95,5%
21.000 Chineses	3,3%
6.000 Europeus e Mestiços	0,9%
1.000 Árabes	0,2%

d) Existiam as seguintes ligações com o exterior:

(1) Radiotelefónicas e radiotelegráficas
Rádio Marconi

(2) Aéreas
Darwin – Baucau. Bissemanal com aviões fretados a uma Companhia australiana.
Díli – Kupang. Bissemanal alternadamente em aviões indonésios e do Timor Português.

(3) Marítimas
Díli – Lisboa – N/M "Índia" e "Timor". Semestral
Díli – Singapura – N/M "Musi". Mensal.
O último navio da Armada a escalar Díli tinha sido a fragata "João Belo" em Abril de 1970.

2. Cargos assumidos em Outubro de 1973. Pessoal da Marinha

Cheguei a Timor em 1 de Outubro de 1973, com o posto de capitão-tenente, para exercer os cargos de Comandante da Defesa Marítima, de Chefe da Repartição Provincial dos Serviços de Marinha e por inerência Capitão dos Portos de Timor, de Presidente da Comissão Administrativa do Serviço de Transportes Marítimos e de Presidente da Junta Autónoma do Porto de

Díli. Mais tarde, após o 25 de Abril de 1974, também desempenhei durante um breve período de três meses o cargo de Chefe de Serviço de Transportes Aéreos de Timor.

Assim, todas as actividades relacionados com o mar estavam sob uma única autoridade, situação altamente vantajosa para a eficácia e prontidão da missão, principalmente em períodos de crise como mais tarde viria acontecer.

A Estação R/N assegurava todas as comunicações radiotelegráficas da Marinha com o exterior e por vezes do Exército e da Defesa Marítima de Macau, através de circuitos que mantinha com as Estações Radionavais de Algés, Lourenço Marques e Macau. Após o incidente com o navio "Angoche" em águas de Moçambique, tornou-se necessário, por questões de segurança, que os petroleiros portugueses, que iam reabastecer aos portos do Golfo Pérsico dessem o respectivo ponto ao meio dia. Devido às limitações de propagação com Lourenço Marques passaram a transmitir para Lisboa a sua posição, através da Radionaval de Díli.

A Radionaval também mantinha escuta permanente nas frequências de socorro, a pedido nas bandas do serviço móvel marítimo e garantia ainda as comunicações com a lancha de fiscalização e com as embarcações do Serviço de Transportes Marítimos.

Como unidade naval existia uma pequena lancha de fiscalização, a "Tibar" (ex- NRP "Albufeira"). Tinha chegado a Díli, a bordo de um cargueiro, em Abril de 1973, pintada de branco e sem a peça Oerlinkon de 30 mm. Como armamento apenas dispunha de meia dúzia de espingardas G3. O Comandante da Defesa Marítima era por inerência o comandante de lancha mas esta saía habitualmente para o mar com o mestre, sargento de manobra e quatro praças europeias.

Díli possuía um bom porto, inaugurado em 1966, com modernas instalações e onde podiam atracar com segurança navios das dimensões de uma fragata.

As embarcações atribuídas ao Serviço de Transportes Marítimos (STM) eram duas barcaças do tipo lancha de desembarque média, a "Lóios" e a "Comoro", (nomes de duas ribeiras timorenses. Em Timor não existem rios, apenas cursos de água que descem das montanhas, a maioria únicamente alimentada por água das chuvas) de 50 toneladas e 24 metros de comprimento, construídas nas Oficinas Navais de Macau em 1967 e 1968 respectivamente. Estas embarcações operavam principalmente entre os portos de Timor situados na Costa Norte, já que o estado do mar na Costa Sul não lhes permitia uma navegação segura. As calmas águas da Costa Norte levava a que esta fosse conhecida de "Mar Mulher" enquanto as

agitadas do sul localizavam-se no "Mar Homem". Posteriormente o Serviço seria dotado com mais duas embarcações.

O pessoal da Marinha era constituído por 29 homens (2 oficiais, 8 sargentos e 19 praças) da distribuídos da seguinte forma.

Defesa Marítima	2 oficiais	6 sargentos	13 praças
Lancha "Tibar"		1 sargento	4 praças
Serviços de Marinha	1 oficial	2 sargentos	

3. Da chegada a Timor ao 25 de Abril de 1974

Encontrei a cidade de Díli num ambiente totalmente calmo e rotineiro onde ainda se recordava e especulava sobre o trágico desaparecimento do "Arbiru**"** e a consequente perda de vidas humanas. Igualmente existiam testemunhos vivos da ocupação japonesa, podendo ser observados na praia, perto do porto de Díli, destroços de lanchas de desembarque dos invasores.

Tinha pertencido ao STM o navio de cabotagem "Arbiru" construído em 1962, deslocando 485 toneladas e com uma tripulação de 19 homens, sendo o capitão e o chefe das máquinas sargentos de Marinha. Fazia a ligação de Díli com outras povoações costeiras, especialmente Oé-Cussi e esporadicamente deslocava-se a portos de países vizinhos. Afundou-se em 29 de Abril de 1973 no Mar das Flores quando navegava de Díli para Bangueco-que, presume-se que devido às más condições meteorológicas provocadas por um tornado. Além da tripulação seguiam a bordo cinco passageiros: um homem e quatro senhoras, uma das quais era a esposa do então capitão--tenente Pacheco Medeiros, oficial que fui render. Com a excepção de um tripulante timorense todos os outros embarcados pereceram.

Timor foi a única parcela do Ultramar Português que sentiu directamente os efeitos da II Guerra Mundial. Assim, em 17 de Dezembro de 1941 desembarcaram em Díli tropas holandesas e australianas, sob forte protesto do Governo Português, a que se seguiu a ocupação japonesa, que chegou a ser constituída por 30.000 homens, iniciada pelo seu desembarque a 19 de Fevereiro de 1942 e terminada em 11 de Setembro de 1945, data da rendição japonesa. De destacar que durante quase três anos e meio (de 31 de Maio de 1942 até 13 de Setembro de 45), o Governador, que sempre se manteve no território, não teve possibilidades de estabelecer quaisquer comunicações com Lisboa, encontrando-se praticamente isolado do Mundo.

Em 27 de Setembro de 1945 demandaram o porto de Díli os avisos "Bartolomeu Dias" e "Gonçalves Zarco", no dia 29 o paquete "Angola",

a 3 de Outubro o aviso "Afonso de Albuquerque" e mais tarde os paquetes "Sofala" e "Quanza", que à semelhança do "Angola" transportavam forças do Exército e abastecimentos. Foi assim reassumida a soberania portuguesa de Timor. Tinham durante a ocupação japonesa morrido um quarto (cerca de 90) dos europeus e milhares de timorenses, ficando cidade de Díli praticamente destruída, vítima de sucessivos ataques aéreos.

O Exército tinha em Outubro de 1973, o seu Comando Militar em Díli e unidades distribuídas em quadrícula pelo território, a maioria constituída por timorenses enquadrados por oficiais e sargentos europeus. Existiam também tropas de 2ª linha (constituídas integralmente por indígenas) e dispostas, prioritariamente, junto à fronteira. Quando surgiam problemas fronteiriços com os indonésios normalmente estas tropas é que resolviam as questões e se a situação se complicava entrava então em acção o Exército com os seus Destacamentos de Cavalaria. Os últimos incidentes tinham sucedido em 1959, provocados por refugiados indonésios originários das Molucas do Sul e de Ambon, lugares onde haviam eclodido revoltas, e em 1971 por roubos de gado na fronteira do Oé-Cussi. Estes acontecimentos já estavam, em 1973, totalmente esquecidos.

A lancha "Tibar", apesar de algumas vezes ficar por breves períodos inoperativa, visto não existir qualquer apoio oficinal significativo em terra, além de reforçar a presença militar no enclave do Oé-Cussi e na ilha de Ataúro, localidades cujo acesso apenas era feito por via aérea, efectuava o patrulhamento e a fiscalização costeira, tendo mais de uma vez socorrido pequenas embarcações de transporte e de pesca indonésios.

A actividade portuária decorria com algum trabalho mas sem problemas de maior e era no Serviço de Transportes Marítimos que a atenção se tornava mais necessária, não só devido ao preocupante estado da conservação das duas barcaças, que mais tarde com os meios locais e o apoio da Marinha se conseguiram beneficiar, mas principalmente à inexistência de um navio do Governo disponível para ir à Costa Sul e a portos estrangeiros vizinhos. Fui então encarregado de estudar o tipo de embarcação apropriada para substituir o "Arbiru" e proceder à sua aquisição.

Nos primeiros meses da minha comissão visitei o enclave do Oé-Cussi, a ilha de Ataúro e as principais povoações da Costa Norte. A habitual agitação marítima na Costa Sul, sem qualquer fundeadouro minimamente abrigado, só em circunstâncias excepcionais possibilitaram a ida da "Tibar".

Iniciei então a actualização da publicação "Subsídios para o Roteiro de Timor" da autoria do Chefe do Serviço de Navegação, 2º tenente Pereira Germano, do aviso "Gonçalves Zarco" quando da sua estadia em 1961

naquelas águas. No que respeita à hidrografia, além deste estudo, apenas exista um levantamento do porto de Díli na escala 1/3.000, executado no último trimestre de 1945 por uma equipa de oficiais e guardas-marinhas do aviso "Bartolomeu Dias" , chegado a Timor após a capitulação japonesa.

A actualização do Roteiro foi um trabalho a que muito me dediquei e em inícios de Abril de 1975 estava praticamente concluído. Lamentavelmente, com muitos outros pertences pessoais, ficaria abandonado em Díli quando da saída inopinada para o Ataúro.

Entretanto, após demorados trabalhos e utilizando a mão-de-obra local foi montada e posta em funcionamento uma antena logarítmica de grandes dimensões, que muito melhorou as comunicações com Radionaval de Algés.

No âmbito das infraestruturas, em Março, de 1974 foram inauguradas as "Casas da Marinha", um bloco de seis residências para pessoal militar com família. A concretização deste projecto, da iniciativa do meu antecessor, permitiu que a família naval ficasse condignamente alojada. O apoio sanitário estava igualmente garantido já que, além do sargento enfermeiro de Marinha, tinha sido contratado um oficial médico do Exército. Ainda na área do apoio social uma viatura da Marinha transportava habitualmente as crianças para a escola.

Em Abril, um Engenheiro da Direcção de Construções Navais e o Chefe das Oficinas Navais de Macau estiveram em Díli, ficando então decidido que o rebocador para Timor seria adquirido em Hong - Kong e uma barcaça de 300 toneladas, tipo lancha de desembarque grande, construída nas Oficinas Navais de Macau. A ideia era a barcaça, quando a operar na Costa Sul, tivesse o apoio próximo do rebocador.

Sendo o objectivo prioritário deste meu relato dar a conhecer a actuação da Marinha, não me irei referir à sucessão de factos de âmbito político que, após o 25 de Abril, alteraram profundamente a ordem e a estabilidade social e por consequência originaram, mais tarde, a guerra civil e a invasão indonésia. Apenas citarei, muito sumariamente, alguns desses acontecimentos para um melhor entendimento do evoluir da situação no contexto da época.

4. Do 25 de Abril a inícios de Agosto de 1975

Nas primeiras horas não se teve em Timor qualquer noção do que realmente sucedera em 25 de Abril e quais as consequências imediatas. É de salientar, no entanto, que o Comandante da Defesa Marítima foi a primeira

autoridade militar ou civil de Timor que tomou conhecimento oficial da situação e do nome do seu novo superior hierárquico, já que na madrugada de 25 para 26 de Abril recebi uma mensagem nesse sentido, directamente do Gabinete do Almirante Chefe do Estado Maior da Armada. Assim, a Marinha devidamente esclarecida continuou a cumprir a sua missão sem terem surgido no seu pessoal quaisquer dúvidas ou posições políticas que pudessem levar a actos de indisciplina, situação esta que se manteve inalterável mesmo quando, mais tarde, a instabilidade e o caos emergiram.

A criação de partidos políticos que, não passavam de meras associações partidárias, foi a primeira novidade. Em 11 de Maio surgiu a União Democrata Timorense (UDT) que propunha uma autonomia, mas mantendo fortes ligações com Portugal, inicialmente era o partido maioritário. A 20 foi a vez da Associação Social Democrata Timorense (ASDT), advogava uma autonomia progressiva com vista a futura independência. Partido que por influências internas e externas se foi radicalizando para uma extrema-esquerda activa vindo a aumentar o número de seguidores. Um terceiro partido, a Associação Popular Democrática Timorense (APODETI), criada em 27 de Maio, defendia pura e simplesmente a integração de Timor na Indonésia. Tinha reduzido número de adeptos mas um forte apoio do país vizinho.

Na ocasião a prioridade era adquirir, conforme atrás citado, um navio para o Governo de Timor já que todos os outros assuntos sob minha responsabilidade decorriam sem quaisquer entraves, em perfeita "velocidade de cruzeiro".

Em inícios de Maio de 1974 acompanhado de dois sargentos, um de manobra e outro de máquinas, um marinheiro telegrafista e seis timorenses da Repartição dos Serviços da Marinha, parti para Macau por via aérea. Foi então concretizada a compra de um rebocador, acabado de construir em Hong-Kong, a que foi atribuído o nome de "Lifau", nome da primeira capital do Timor Português, povoação situada no enclave do Oé-Cussi. Seguidamente durante cerca de um mês procedeu-se, com o inestimável apoio das Oficinas Navais de Macau, ao aprontamento de um simples rebocador costeiro de modo a poder nele efectuar uma longa viagem oceânica. Tive então a oportunidade de conhecer um pouco da mentalidade chinesa, acima de tudo pragmática com uma noção de tempo muito diferente da ocidental.

O "Lifau" largou de Macau em 17 de Junho, escalou Manila a 21 e demandou o porto de Díli em 31 de Junho, após ter atravessado os mares da China, de Sulu, das Celebes, de Cerem, das Molucas e de Banda. Foi uma navegação essencialmente estimada e astronómica, já que possuía apenas uma simples agulha magnética, um odómetro rudimentar e um pequeno

radar com cerca de 5 milhas de alcance efectivo, com uma guarnição inexperiente, só treinada no trajecto de Hong-Kong a Macau, na época dos tufões e perante alguns faróis indonésios apagados ou com as características alteradas. Tal era a ausência e o deficiente assinalamento marítimo das costas indonésias que muita navegação na área passava propositadamente ao alcance do farol de Díli, a fim de poder obter uma posição digna de confiança. Apenas durante os dois primeiros dias se conseguiram contactos com a Estação Radionaval de Macau, no resto da viagem o silêncio da rádio imperou o que levou, em Díli, a pensar-se que o "Lifau", à semelhança do "Arbiru ", tinha, naufragado. Se além de todas estas situações se podia pôr ainda a hipótese do aparecimento de piratas, habituais naqueles mares, é de considerar que foi uma aventura náutica de 2.300 milhas que decorreu satisfatoriamente.

Encontrei a Marinha cumprindo a sua missão sem terem entretanto surgido factos dignos de registo, ao contrário do que acontecera com outros Serviços do Estado. No meu primeiro despacho com o Governador, que me pôs a par da situação, fui nomeado, em acumulação, Chefe do Serviço de Transportes Aéreos de Timor, já que o Serviço tinha entrado em greve e o seu responsável, o único piloto que existia em Timor, seguido para Lisboa. Os Serviços possuíam dois aviões: um quadrimotor De Haviland Heron e um bimotor De Haviland Dove. Com o contrato na Austrália de um piloto civil ficaram assegurados os voos internos e a ligação semanal a Kupang. Durante os meses de Julho, Agosto e Setembro desempenhei este novo cargo. Foi um tempo de muito trabalho mas aliciante, já que tive de aprender como funcionava uma Companhia Aérea, tratar de todos os assuntos relacionados com o fretamento do avião australiano que mantinha a ligação de Baucau com Darwin e da parceria com a Indonésia na carreira do Kupang.

No meio militar e civil sucederam-se mudanças nas chefias. Em 15 de Julho deixou definitivamente Timor o Governador Coronel Alves Aldeia, com quem mantive sempre as melhores relações e que seria anos mais tarde homenageado pelo primeiro Governo timorense quando este deu o seu nome a uma avenida fronteira ao porto de Díli. É curioso como um país recém independente incluiu o nome de um dos últimos governadores coloniais na toponímia da sua capital.

Passou então a desempenhar o cargo de Encarregado do Governo, o Tenente-coronel Níveo Herdade que tinha chegado em 5 de Julho para substituir o Comandante Militar.

A 11 de Agosto foi inaugurado no Oé-Cussi, em Lifau, no local onde no ano de 1515 se considera desembarcaram pela primeira vez os portugueses, um monumento comemorativo da efeméride. Foi a última construção erigida no território para perpetuar a ligação de Timor a Portugal, tendo tido origem numa sugestão que apresentei ao Administrador do enclave e por ele plenamente concretizada. A cerimónia, presidida pelo Encarregado do Governo, incluiu uma missa celebrada pelo Padre Parada, sacerdote há longos anos ali radicado e que tinha vivido os difíceis tempos da ocupação japonesa. Festa memorável em que a Marinha esteve representada pela "Tibar" e naturalmente pelo rebocador "Lifau", fundeados frente ao local do monumento.

De assinalar, também em Agosto, o êxito do 1ª. Regata Darwin – Díli, da iniciativa do Darwin Sailing Club, em que participaram 26 iates australianos. Foi constituída uma comissão a que presidi e de que faziam parte o Presidente da Câmara e o responsável pelo turismo. Os concorrentes estiveram em Díli de 22 a 26 de Agosto, tendo a Marinha dado um valioso apoio à prova que trouxe à cidade mais de duzentas pessoas, esgotando a capacidade hoteleira local. O sucesso da regata teve grande divulgação na Austrália tendo ficado decidido que passaria a efectuar-se anualmente, o que perspectivava um desenvolvimento promissor do turismo local.

Em fins de Agosto as reservas de combustível em Díli estavam praticamente esgotadas, visto o reabastecimento ser efectuado a partir de Darwin e este porto encontrar-se em greve. O problema resolveu-se, temporariamente, com uma "operação coberta" do "Lifau", que se deslocou a Darwin, tendo demandado o porto em ocultação de luzes e, com prévio conluio de comerciantes locais, conseguiu embarcar o combustível necessário para que Díli não ficasse privada da energia eléctrica. Foi uma missão que me ajudou a quebrar a rotina.

A 21 de Setembro na qualidade de Chefe do Serviço de Transportes Aéreos desloquei-me a Atambua, fazendo parte da comitiva que acompanhou a visita do Encarregado do Governo àquela cidade indonésia. Recepção simpática em que foi reiterada a posição oficial da Indonésia-. Não tinha qualquer pretensão em relação ao Timor Português desde que este não constituísse ameaça para a sua segurança. O aviso era perfeitamente claro – Atenção aos radicalismos esquerdistas por parte dos partidos políticos timorenses.

Chegaram em Setembro estudantes timorenses que frequentavam o ensino universitário em Lisboa e em Outubro uma Companhia da Policia Militar, apelidada pela Indonésia de "Companhia vermelha". Os estudan-

tes radicalizaram a ASDT e os militares constituíram um enorme foco de indisciplina. Ambos muito contribuíram para um aumento significativo da instabilidade politica e social.

Em Díli a situação deteriorava-se, a ASDT, por influência dos ideários da FRELIMO moçambicana, do PAIGC guineense e de apoios internos, em Setembro passou e denominar-se Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN). Igualmente surgiram graves divergências entre o Encarregado do Governo e o Chefe do Estado Maior do Comando Militar, Major Arnão Metelo, representante local do Movimento das Forças Armadas, que mantinha ligações directas com Lisboa e com as unidades militares de Timor, sem conhecimento do seu superior hierárquico, comunicações essas que por vezes não só deturpavam a verdade sobre a situação interna como também eram susceptivéis de provocar instabilidade no meio militar timorense.

Por questões de confiança, o Tenente-coronel Niveo Herdade, Encarregado do Governo e Comandante Militar, que cada vez era mais questionado e isolado pelas estruturas locais do MFA, passou a comunicar com as autoridades da Metrópole através da Estação Radionaval. Felizmente o problema ficou resolvido quando o General Costa Gomes na qualidade de Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas deu por finda a comissão do Major Arnão Metelo e determinou o seu imediato regresso a Lisboa. Na ocasião o Encarregado do Governo em carta pessoal ao Presidente da República alertou-o para a instabilidade crescente que se vivia em Timor onde *o "apoio" à Revolução foi transformado em apoio à subversão*, tendo recusado repetidamente o convite para o cargo de Governador e afirmado que perante a política então seguida a tragédia seria inevitável. A sua previsão estava certa!

Em 18 de Novembro chegou finalmente o Governador e Comandante-Chefe, Coronel graduado Lemos Pires com a sua equipa que incluía um novo Comandante Militar. Uma semana depois regressou a Lisboa o Tenente-coronel Niveo Herdade que, em "mar agitado" governou de um modo correcto e imparcial.

Formalizou-se a 21 de Janeiro o acto público da coligação FRETILIN/UDT que teve curta duração pois dar- se- ia a sua ruptura em 27 de Maio.

Com o novo ano aumentou a agitação nos meios civis e militares, multiplicando-se incidentes de crescente gravidade que não foram devidamente reprimidos. Em 7 de Abril chegou um pelotão de paraquedistas, militares disciplinados e operacionais que mais tarde teriam um papel decisivo e altamente meritório perante o completo desmoronar do Exército em Timor.

Partindo do princípio que a Marinha continuava imune às agitações e movimentações políticas, cumprindo normalmente as suas missões e se tornava necessário ir buscar a barcaça a Macau, cuja construção estava prestes a ficar concluída nas Oficinas Navais, após votar para a Assembleia Constituinte, larguei de Díli, no "Lifau", em 25 de Abril de 1975.

Escalei Manila e cheguei a Macau a 9 de Maio. Uma viagem sem história. Como planeado o "Lifau" teve pequenos fabricos e foi terminada a construção da nova barcaça de 300 toneladas, a "Laleia", nome da uma das principais ribeiras timorenses e realizadas as respectivas provas de mar, que decorreram com êxito. Seguiu-se então o indispensável treino da guarnição da barcaça e a aquisição do material para a seu reboque até Díli.

Entretanto, o tempo ia passando e as notícias vindas de Timor eram cada vez mais inquietantes. A agitação de aumentava e os incidentes provocados pelos partidos sucediam-se. Em 26 de Junho realizou-se, com a ausência da FRETILIN, a "Cimeira de Macau", reunião politica que nada resolveu.

Com um mínimo aceitável de condições de segurança e treino da guarnição o "Lifau" com a "Laleia" a reboque, que trazia a bordo a "Laga", uma pequena lancha destinada aos pilotos do porto de Díli, largou de Macau, em 27 de Julho, e após uma viagem sem escalas demandou o porto Díli a 6 de Agosto.

A urgência do regresso a Timor era claramente justificada, pois a instabilidade tinha atingido níveis preocupantes devido às exigências e confrontos partidários, perante um Governo que, receando ser acusado de parcialidade, não tomava medidas no sentido de reprimir os infractores e repor a ordem. Constatei, com satisfação, que durante a minha ausência a Marinha, apesar dos mares revoltos, tinha continuado a cumprir plenamente a sua missão.

Outra notícia positiva foi que o Destacamento de paraquedistas tinha sido reforçado com mais um pelotão, chegado a Díli em 25 de Julho.

5. De 11 a 26 de Agosto. Os últimos dias em Díli

Para uma melhor apresentação dos acontecimentos que se sucederam são apresentados seguidamente relatos diários.

11 de Agosto

Cerca das 3 horas da manhã recebi na residência um telefonema da Radionaval solicitando a minha presença com urgência. Ainda pouco conhecedor da verdadeira situação política parti do princípio que a razão da

chamada seria, provavelmente, um navio em perigo na zona. A realidade era bem diferente. Iniciara-se mais um capítulo histórico da já tão martirizada terra timorense.

A UDT assumira o controlo dos pontos vitais de Díli: Aeroporto, Porto, Emissora Oficial de Radiodifusão, Central Telefónica, Rádio Marconi, Central Eléctrica e Reservatório da Água, impondo, simultaneamente, uma greve do funcionalismo público. A partir desta data a Radionaval de Díli passou a ser a única "Voz de Timor" para o exterior.

Logo que foi possível entrei em contacto com os chefes da UDT e comuniquei-lhes que não admitia qualquer interferência nas missões da Marinha, nomeadamente a entrada não autorizada, quer na Radionaval quer nas embarcações sob minha responsabilidade e limitações ao trânsito do meu pessoal em Díli. Cumpriram esta exigência permitindo assim a Marinha actuar sem entraves de maior. Mais tarde, constatou-se que a Estação Radionaval de Díli tinha estado incluída na relação dos pontos vitais a serem ocupados pelo UDT. Caso esse objectivo tivesse sido conseguido o Governo local teria ficado impossibilitado de comunicar com Lisboa.

Foram atestadas de combustível a lancha de fiscalização "Tibar", o rebocador "Lifau" e as barcaças "Laleia" e "Comoro" que se encontravam atracados no porto. A barcaça "Lóis" mantinha-se, imobilizada, em fabricos, enquanto a lancha "Laga", recém chegada de Macau, estava no cais em seco. Fundeados ao largo os navios mercantes: "Mac-Díli", na sua primeira viagem da carreira Macau-Díli e o "Musi" vindo de Singapura. No que respeita às embarcações do Serviço de Transportes Marítimos deparei-me com um problema, visto a totalidade das suas guarnições, excepto os dois sargentos do "Lifau", ser timorense, que na ocasião poderiam abandonar Díli refugiando-se na montanha.

Era segunda-feira e efectivamente a greve imposta pela UDT foi cumprida na medida em que as repartições públicas e o comércio mantiveram-se encerrados.

À tarde fui convocado para uma reunião onde o Governador me ordenou que, por intermédio de Macau, fosse solicitado ao armador o fretamento do "Mac-Díli" pelo Governo de Timor. Quando perguntei quais as intenções, a resposta foi clara: *Evacuar o mais rápido possível os familiares dos militares metropolitanos*. Fiquei petrificado, infelizmente este estado de espírito repetiu-se nos dias que se seguiram, e contrapuz: *No momento em que os familiares dos militares abandonarem Timor surgirá o pânico*. *E a segurança dos civis timorenses*? Não obstante a minha forte reacção a ordem manteve-se e claro foi prontamente cumprida.

A partir deste data, diariamente, foi enviada uma mensagem ao Almirante CEMA informando a situação e simultaneamente realizada uma reunião de esclarecimento com o pessoal.

12 de Agosto

O facto das comunicações entre o Governo de Timor e o Governo da República terem deixado de ser efectuadas pela Rádio Marconi fez aumentar significativamente o volume de tráfego na Radionaval.

Foi, entretanto, realizada a distribuição de pessoal de Marinha pelas embarcações do Serviço de Transportes Marítimos, já que as respectivas guarnições timorenses, como previsto, tinham abandonado Díli e se refugiado na montanha.

Se o número de pessoal era em situação normal escasso, a partir desta data acabaram-se praticamente os serviços de escala e as licenças. Às 10 horas da manhã o "Mac-Díli" largou com destino a Darwin transportando 272 pessoas, a maioria familiares de militares e alguns civis, entre eles um grupo de professores chegado na semana anterior, dizia-se para reciclagem de docentes timorenses e cuja partida era uma das exigências da UDT. Da Marinha apenas ficaram em Díli a família do Comandante da Defesa Marítima (coerente com a sua discordância em avançar com evacuações),do sargento patrão do "Lifau" e de dois marinheiros telegrafistas, uma das quais timorense.

Cenas de pânico sucederam-se no cais por ocasião do embarque, vivamente contestado pela UDT que chegou a ameaçar bombardear o "Mac-Díli". Fiz-lhes lembrar o terem acordado quanto à não interferência nas missões da Marinha e o problema ficou resolvido.

A sensação de abandono começou a nascer, aliada à ideia de que o Governo local ia perdendo o controlo da situação.

13 de Agosto

Surgiram notícias de já ter havido no interior do território combates entre grupos, pertencentes à UDT e à FRETILIN, com mortos e feridos. O Governo reassumiu o controlo do porto de Díli e da Estação de Radiodifusão, mas foi-lhe negado a utilização do Aeroporto e da Rádio Marconi. Na ocasião pensei o que seria se não existisse uma Radionaval totalmente operacional, certamente, à semelhança do que tinha sucedido durante a II Guerra Mundial, o Governo de Timor ficaria isolado do Mundo.

O Governador e o seu Estado Maior passaram a residir e a trabalhar numa moradia muito próxima do porto, tendo deixado de utilizar os gabine-

tes do Palácio das Repartições. Continuaram as negociações com os partidos por iniciativa do Governo, que, entretanto, diligenciou no sentido de fazer recolher a Díli e a Baucau familiares de militares e de funcionários públicos metropolitanos, outros metropolitanos civis e estrangeiros que quisessem regressar aos seus países. Se por um lado procurava estabelecer uma plataforma de entendimento entre as forças políticas com vista ao regresso à estabilidade por outro, com o início das evacuações, ia fomentando uma sensação de retirada e por consequência de abandono.

14 de Agosto

Os dois helicópteros da Força Aérea foram retirados do aeroporto que se mantinha sob o domínio de UDT e vieram estacionar no porto. Esta situação só foi possível devido a uma firme e destemida iniciativa dos paraquedistas que chegaram a ameaçar elementos da UDT com o uso da força se fossem impedidos de movimentarem os helicópteros.

O "Musi" mantinha-se fundeado necessitando de efectuar a descarga de material diverso e o embarque do café. Iniciei então diligências junto da UDT e consegui demonstrar-lhe o interesse do navio efectuar a movimentação da carga e por consequência a necessidade de conseguir estivadores para a operação.

15 de Agosto

O "Musi" atracou e após várias diligências conseguiram-se estivadores que iniciaram a descarga.

Através da radionaval, que tinha passado a fazer escuta permanente à Estação de Radiodifusão de Darwin, constatei que esta transmitia notícias falsas sobre a situação em Timor informando que as mesmas tinham tido origem na intercepção de comunicações entre as Radionavais de Díli e de Macau. Foi solicitado ao embaixador Português em Camberra que expressasse um enérgico desmentido.

16 de Agosto

A zona portuária, a única "porta de saída" de Díli não controlada totalmente pela UDT, foi considerada zona neutra tendo sido destacada uma força de paraquedistas para a sua defesa. A partir desta data os únicos militares que ficaram isolados e em autodefesa foram os marinheiros em serviço na Radionaval.

Entretanto, tinha começado a evacuação de militares metropolitanos do interior, cuja saída levou a que as unidades militares ficassem desenqua-

dradas e na sua grande maioria entregues a sargentos timorenses. A desagregação e a partidarização do Exército em Timor era uma questão de dias!

17 de Agosto

Devido a um possível agravamento da situação ordenei que se estabelecessem comunicações permanentes com Macau, o único lugar de onde, na minha opinião, poderia vir algum apoio.

Após autorização superior, os contactos dos cônsules da Indonésia e da China com os respectivos Governos passaram a ser efectuados através da Radionaval. O serviço vindo de Lisboa, devido à diferença horária, era recebido à noite pelo que as comunicações não tinham quebras durante as 24 horas diárias.

Depois de muito esforço o "Musi" terminou a descarga e iniciou o embarque de café mas os estivadores cada vez iam aparecendo em menor número.

Todo o pessoal de Marinha passou a residir na Radionaval excepto os embarcados na "Tibar" e no "Lifau".

Neste dia, por se comemorar o Dia Nacional da Indonésia, fui ao consulado apresentar cumprimentos. Na ocasião o cônsul mostrou-se muito preocupado com a evolução da situação política e reiterou a posição oficial do seu Governo –A Indonésia não tinha quaisquer ambições territoriais mas Timor não poderia jamais constituir uma ameaça para a sua segurança. Comunicou-me também que do seu país viria um avião para evacuar a família e parte do pessoal do consulado e que punha à disposição lugares para que a minha família pudesse ser igualmente retirada de Timor e colocada em segurança. Agradeci-lhe e oferta mas obviamente recusei-a.

18 de Agosto

Teve-se conhecimento que a FRETILIN assumira na véspera o controlo do Centro de Instrução de Aileu, feito prisioneiros os militares metropolitanos ali em serviço e retido um helicóptero que nessa manhã se tinha deslocado ao aquartelamento. Um segundo helicóptero, com o Comandante Militar, em busca do primeiro, foi recebido a tiro mas conseguiu regressar incólume a Díli.

Posteriormente, o Comando do Sector de Maubisse foi ocupado pela FRETILIN após a chegada de uma coluna vinda de Aileu, tendo igualmente sido aprisionados os militares metropolitanos.

A "Tibar", cerca das 18 horas, largou a fim de patrulhar as imediações do porto de Díli, apoiar logísticamente o destacamento do Exército

do Ataúro e evacuar os respectivos militares metropolitanos. Mais uma vez reuni o meu pessoal tendo focado a situação em Aileu e Maubisse, admitindo a possibilidade de surgirem ameaças à Radionaval na medida em que a FRETILIN poderia atacar o acampamento da UDT que se situava num terreno confinante com o da Estação.

19 de Agosto

O "Musi" interrompeu o embarque de café, visto não aparecer pessoal para a estiva**.** Foi acelerada a evacuação para Díli dos militares metropolitanos de unidades do interior. O Quartel General e algumas unidades do Exército em Díli foram ocupados pela FRETILIN ficando por esse facto o Governo impossibilitado de ter contacto com as unidades situadas fora da capital.

A "Tibar" regressou com a missão cumprida e informou que a situação no Atáuro era perfeitamente calma, não tendo sido detectada qualquer novidade ao largo de Díli. Devido à Estação Radionaval de Macau ter interrompido os contactos, foi sugerido, através de Lisboa, que se restabelecessem as comunicações por intermedio da uma estação civil de Macau.

Perante uma situação cada vez mais instável foi reforçada a defesa da Radionaval, com incidência sobre os respectivos acessos e antenas. Praticamente quem não estivesse a operar os circuitos radiotelegráficas encontrava-se de guarda. Durante a noite foram ouvidos alguns disparos.

20 de Agosto

Na madrugada os disparos, se bem que em pequeno número, começaram a manter uma certa continuidade. O comandante do "Musi" informou-me que durante a noite vários projecteis tinham caído junto ao navio. Na medida em que não podia, como Capitão do Porto, garantir-lhe um mínimo de segurança e assegurar o reatamento da operação de carga, após ter informado o Governador, dei o desembaraço ao navio. O "Musi" largou de Díli às 10 horas com destino a Singapura.

No porto ficaram apenas os meios navais locais. Entretanto a Radionaval de Macau voltou a estar operacional assegurando deste modo mais um circuito com o exterior.

Ao anoitecer militares metropolitanos recolheram ao porto, precaríamente defendido pelos paraquedistas, assim como centenas de civis fugidos às lutas entre a UDT e a FRETILIN que se sucediam na cidade. Na Radionaval, a Marinha mantinha-se isolada tendo começado a cair projecteis disparados pela FRETILIN contra o acampamento da UDT. Tornou-se então

muito perigoso o trânsito entre a Central da Recepção e a de Transmissão, distanciados cerca de 300 metros em terreno completamente desprotegido que o pessoal era obrigado a percorrer para efectuar sintonias e reabastecer o gerador.

Como já referido todas as comunicações do Governo com Lisboa, nomeadamente com a Presidência da República, eram feitas através da Radionaval de Díli. Na tarde desse dia foi enviada a seguinte mensagem do Governador que sintetizava a situação.

> ***SITUAÇÃO DILI CONTINUA MUITO CONFUSA E NÃO CONTROLADA POR MIM. PRATICAMENTE EXISTEM DUAS FORÇAS AMBAS COM MILITARES E MAL CONTOLADAS. MANTEVE-SE TIROTEIO DISPERSO DURANTE TODO O DIA. ESTOU CONFINADO ÁREA PORTO E BAIRRO MILITAR NÃO CONTROLANDO QUALQUER UNIDADE DILI EXCEPTO ARMADA E "PÁRAS". DESCONHEÇO SITUAÇÃO INTERIOR POR TER PERDIDO TODO CONTACTO. VIRTUDE OCUPAÇÃO UNIDADES ESPECIALMENTE QUARTEL-GENERAL, MILITARES METROPOLITANOS FORAM RECOLHIDOS ÁREA PORTO QUE TAMBÉM FUNCIONA COMO LOCAL REFUGIADOS CONTANDO LÁ LARGAS CENTENAS CIVIS.***

Esta mensagem e outras que se seguirão, enviadas pelo Governador e Comandante Chefe de Timor, Coronel Lemos Pires, foram, transcritas do seu livro "Descolonização de Timor. Missão Impossível?" Publicações D. Quixote, Lisboa, 1991.

21 de Agosto

Conforme previsto a situação foi-se deteriorando nas últimas horas. Os dos dois partidos confrontavam-se dentro de Díli empregando todo o tipo de armamento, inclusivé morteiros de 81mm, proveniente dos paióis do Exército, já ocupados pela FRETILIN na sua totalidade, que provocaram o aumento de mortos e feridos.

O ambiente de guerra civil originou o pânico entre a população que fugiu para a montanha ou para o porto. A família timorense do marinheiro telegrafista e de um funcionário da Junta dos Portos, preso pela FRETILIN, foram recolhidos na Radionaval. O sargento escriturário que desempenhava o cargo de fiel do Comando da Defesa Marítima foi ferido gravemente por um dos vários projecteis que atingiram a Estação, a qual se manteve operacional apesar de ser quase uma tentativa de suicídio circular entre a Central da Recepção e a de Transmissão.

Muito perto da "Tibar" caiu uma granada de morteiro o que obrigou a lancha a mudar de posição e ter de atracar por fora de barcaça "Lóis", que estava inoperativa no cais.

Pela primeira vez encontrava-me no meio de uma verdadeira guerra civil, tão diferente e psicologicamente muito mais marcante do que aquela que, anos antes, no Comando de um Destacamento de Fuzileiros Especiais, tinha vivido na Guiné. O saque das lojas comerciais começou, perante os incêndios que alumiavam a escuridão de uma cidade que desde as 16 horas se encontrava totalmente privada de energia eléctrica. A partir desta data a Radionaval passou a depender exclusivamente do seu gerador.

22 de Agosto

A situação continuou a agravar-se e a zona do porto, onde aumentou o número de refugiados, foi atingida por granadas de morteiro, sendo nos seus acessos o fogo violentíssimo. Um grande incêndio declarou-se nos estaleiros da empresa que asfaltava a estrada Díli – Baucau. Teve-se conhecimento de morticínios entre as facções políticas rivais e a população civil.

O pessoal da Marinha, atravessando zonas da cidade onde os combates eram mais acesos e confrontando-se com inúmeros riscos, foi buscar víveres de casas comerciais, após autorização dos respectivos proprietários, para os refugiados que no porto lutavam contra a fome. Esta acção humanitária durou até à saída para a Ataúro.

Cerca das 16 horas a "Comoro" largou de Dili para evacuar os militares e civis metropolitanos de Baucau. Ao anoitecer parte dos refugiados no porto, sentindo-se inseguros, pediram auxílio e protecção ao cônsul indonésio.

23 de Agosto

Durante toda a noite não abrandou o tiroteio tendo continuado a cair projecteis dentro da área da Radionaval que se mantinha operacional com um serviço intenso nos circuitos para Lisboa e Macau.

Pelas 10 horas, fui a bordo do navio norueguês "Lloyd Bake" que, fretado através do Governo de Macau, tinha fundeado ao largo de Díli. Estabeleci com o Comandante um plano de evacuação, tendo ficado acordado que, por razões de segurança, o navio não atracaria fazendo-se por barcaça o transbordo do pessoal.

Da parte da tarde começou o transporte dos refugiados na "Laleia" para o "Lloyd Bake" tendo o pessoal da Marinha orientado o embarque, contrariando, dentro do possível, as restrições que no cais os representantes dos partidos políticos tentavam impor e simultaneamente procurando controlar a multidão que aterrorizada queria entrar na barcaça.

À tarde uma secção de paraquedistas abriu fogo de armas ligeiras para afastar da zona portuária elementos da UDT e da FRETILIN que lutavam entre si.

Quando estava praticamente concluído o segundo transbordo uma granada de morteiro caiu muito perto da "Laleia," na ocasião cheia de refugiados. A operação, após o anoitecer, foi efectuada com o farol de Díli e a balizagem do porto totalmente apagados, tendo o seu êxito só sido possível devido ao elevado profissionalismo e abnegação dos marinheiros que, saliente-se, pela primeira vez manobravam a "Laleia".

Os cônsules da Indonésia e da China foram convidados a embarcar no "Lloyd Bake" mas recusaram alegando que só o fariam com ordens dos respectivos Governos. O Bispo declarou que não saía de Díli qualquer que fosse a evolução da situação. Cerca da meia-noite tinham sido transportados para o "Lloyd Bake" 1.155 pessoas encontrando-se o navio sobrelotado, pelo que o mandei largar com destino a Darwin.

24 de Agosto

Reuni mais uma vez o meu pessoal que se encontrava no limiar da resistência física perante uma situação que se ia agravando e assistindo à falta de autoridade do Governo, o que permitia os partidos actuarem sem inibições.

A comunidade chinesa, que até à data se tinha mantido numa atitude neutral e expectante, foi tomada de pânico e refugiou-se na Igreja de Motael, localizada perto da zona portuária. Mais projecteis atingiram a Radionaval aumentando as probabilidades de se tornar inoperativa a qualquer momento. Informei o Governador que se devia admitir poder ficar sem comunicações com o exterior.

Entretanto, o "Mac-Díli", o segundo navio fretado por Macau, ao aproximar-se do porto sofreu um ataque com morteiros, pelo que foi mandado fundear ao largo.

Ao anoitecer a "Tibar" largou a fim de procurar localizar a "Comoro" que se presumia vir de regresso de cumprir a missão em Baucau e tinha interrompido as comunicações com Radionaval.

25 de Agosto

A situação tornou-se caótica tendo aumentado a violência dos combates. A "Laleia" começou a transportar refugiados para o "Mac – Díli". A "Tibar" informou que tinha localizado a "Comoro" de regresso de Baucau onde procedera ao embarque de civis e militares metropolitanos. As duas

embarcações receberam ordens de atracar directamente ao "Mac-Díli", fazerem o transbordo dos evacuados e aguardarem os primeiros alvores do dia seguinte para atracarem ao cais.

Na madrugada foi recebida do Almirante CEMA a seguinte mensagem transmitida de imediato a todo o pessoal.

CEM ARMADA SEGUE ATENTAMENTE SITUACAO TIMOR VENDO COM ORGULHO ACTUACAO REDUZIDAS FORCAS MARINHA PD CEMA PRESTA HOMENAGEM LOUVA ACTUACAO BRAVOS MARINHEIROS.

26 de Agosto

Cerca das 13 horas o Governador e Comandante Chefe comunicou-me que o Governo sairia de Díli para o Ataúro, após estar completada a evacuação de todos os militares metropolitanos no "Mac-Díli" e determinou também que a operação deveria ser preparada de modo a saída ser efectuada de surpresa. Exprimi, na ocasião, as minhas profundas reticências quanto a esta decisão.

Atendendo que o nascimento da lua seria cerca das 22 horas o embarque do pessoal foi marcado para uma hora antes, devendo por questões de sigilo aquela ordem ser dada praticamente na hora da execução. Na Radionaval todo o material de cifra e diversa documentação foram queimados, excepto as mensagens com data posterior a 9 de Agosto que foram embarcadas na "Tibar".

À tarde, durante um violento ataque, caíram duas granadas de morteiro no porto que provocaram mortos e feridos entre os quais dois paraquedistas. De imediato os paraquedistas, por sua inteira iniciativa, irromperam no Quartel-general ocupado pelo FRETILIN e no acampamento de UDT, ameaçando com uma acção punitiva se os combates não terminassem.

Efectivamente a ordem foi prontamente respeitada. Não só o fogo contra o porto cessou, deixando de ser ameaçado o embarque dos refugiados, como também terminaram os confrontos na cidade. Díli, após cerca de uma semana de tiroteio, mergulhou num profundo silêncio, facto que demonstrou, claramente, que ainda existia respeito por parte dos partidos políticos perante uma autoridade exercida com firmeza.

Esta calma total apenas foi interrompida, momentaneamente quando ao anoitecer, cerca das 18.30. o bote da lancha "Tibar" foi atingido por fogo de arma ligeira tendo o motor se incendiado. Os dois marinheiros que estavam a bordo foram recolhidos pela "Laleia" que andava a fazer o transporte de refugiados para o "Mac-Díli".

Às 19 horas o comandante de "Mac-Díli informou-me que tinha recebido cerca de 1.000 refugiados e que, por motivos de segurança devia ser dado por concluído o embarque. Todo o pessoal de Marinha disponível foi guarnecer o "Lifau". Na Radionaval manteve-se apenas o Comandante da Defesa Marítima e o pessoal indispensável para o funcionamento da Estação. De salientar que um marinheiro telegrafista não se apresentou ao embarque. Posteriormente tomou-se conhecimento da sua adesão à UDT tendo sido solicitado à Cruz Vermelha Internacional a respectiva localização. Anos mais tarde, após ter residido na Indonésia e em Díli, regressou a Lisboa.

Às 19.30 a Radionaval enviou a última mensagem do Governador para a Presidência da República:

> ***EMBARCADOS MAC DÍLI REFUGIADOS METROPOLITANOS E CERCA CEM MILITARES. FICAM GRUPO COMANDO EXÉRCITO 12 ELEMENTOS, ARMADA 27 PARA MEIOS NAVAIS E 64 "PÁRAS". VOU TENTAR SAIR ESTA NOITE MEIOS NAVAIS, DESLOCANDO-ME PARA ATAÚRO. AGUARDO, PARA AMANHÃ, 27, CHEGADA DELEGAÇÃO VIA AÉREA EM ATAÚRO OU MEIOS NAVAIS MESMO LOCAL. SOLICITO ENVIO EQUIPAMENTO RÁDIO ATRAVÉS DELEGAÇÃO ME PERMITA LIGAÇÃO MACAU E DARWIN. QUALQUER FORMA TENTAREI LIGAÇÃO DARWIN.***

Às 20.15 foram efectuadas as derradeiras comunicações com Lisboa e Macau e depois de terem sido desligados os equipamentos, desmontadas três válvulas do emissor, a fim de o tornar inoperativo e arriada a Bandeira Nacional, que desde 11 de Agosto se mantivera sempre içada no mastro de honra, a Estação Radionaval de Díli foi abandonada. Durante duas semanas tinha assegurado, ininterruptamente, o único contacto de Timor com o Mundo.

Cheguei ao porto às 21 horas. Na barcaça "Laleia" embarcaram refugiados timorenses e a unidade de paraquedistas, no "Lifau" militares do Exército, e na "Tibar", além do Governador o seu Chefe de Gabinete, o Comandante Militar acompanhado do respectivo Chefe do Estado Maior e por último o Comandante da Defesa Marítima. Às 2140, após a largada da "Laleia" e do "Lifau", a "Tibar" saiu a barra do porto de Díli.

Quatro séculos e meio tinham passado desde a chegada dos Portugueses!

6. De 27 de Agosto a 22 de Outubro. No Ataúro

No dia 27 de Agosto cerca das 6.30, a 6 milhas da ilha de Ataúro, o "Mac-Dili" largou com destino a Darwin enquanto a "Tibar" com o Gover-

nador,os seus Chefes de Gabinete e do Estado Maior e o Comandante da Defesa Marítima, a "Laleia" com o Comandante Militar e o Destacamento de Paraquedistas e a "Comoro" navegaram rumo a Maumeta, a principal povoação do Ataúro e sede da Administração. Ás 13 horas a "Comoro", levando a bordo o Governador, respectivo Estado-Maior e o Comandante da Defesa Marítima abicou na Ilha de Ataúro.

No relato que se segue, referente à estadia na Ilha de Ataúro, continuam a ser mencionados apenas os factos em que a Marinha interveio directamente, deixando de ser descrita a situação diária.

Ás 17.30 horas a "Laleia" desembarcou em Maumeta a unidade de paraquedistas. Ficaram assim abicadas no Ataúro as barcaças "Laleia" e "Comoro" e fundeados ao largo a lancha "Tibar" e o rebocador "Lifau". De notar que devido à forte monção de NE o mar estava bastante agitado tendo as embarcações sentido grande dificuldade em fundear, garrando inúmeras vezes especialmente na altura do virar da maré.

Verificou-se que devido ao estado do mar era impossível os navios fundearem com segurança acontecendo que nos dois primeiros dias tanto a "Tibar" como o "Lifau" tiveram que navegar contínuamente, facto que além de sobecarregar demasiadamente o material afectou as condições físicas das guarnições.

No dia 28 a "Comoro", com um sargento da Marinha e uma secção de paraquedistas embarcada, largou de Maumeta com a missão de evacuar os militares metropolitanos de Pante Makassar (enclave do Oé- Cussi) e da povoação de Batugadé.

No dia 29, cerca das 17 horas, embarquei na "Tibar" e juntamente com o "Lifau" fez-se rumo para o porto de Kupang. As condições meteorológicas, inicialmente adversas, melhoraram durante a noite tendo-se às 13 horas do dia seguinte fundeado a cerca de 100 metros a Oeste do cais do porto de Kupang.

Após vários impasses consegui ser recebido pelo Governador do Timor indonésio, tendo solicitado o embarque de mantimentos e entregue uma carta pessoal do Governador Lemos Pires.

No porto de Kupang encontravam-se cerca de 10 navios mercantes (número muito superior ao normal) descarregando arroz e viaturas pesadas e na cidade foram vistos elementos das "boinas vermelhas", a élite das tropas especiais indonésias, chegados muito recentemente. A "Tibar" e o "Lifau" estiveram seis dias no porto, nos dois últimos não foram permitidas, pelas autoridades locais, licenças a terra às guarnições das duas embarcações.

No dia 3 de Setembro o "Lifau" passou cabos a terra e embarcou combustível e parte dos mantimentos solicitados, tendo eu nesse dia apre-

sentado despedidas ao Governador El Tari o qual me fez a entrega de uma carta particular para o Governador do Timor Português.

Na altura mostrou a sua preocupação pela situação em Díli e a sua estranheza por Portugal não autorizar a Indonésia a pacificar a área onde se desenrolava o conflito. Informalmente disse-me: *Vocês não estão a ver uma coisa. Quando o vizinho saiu de casa e deixou o gaz aberto, para nossa própria segurança, temos que ir lá fechá*-lo. O significado da afirmação era evidente - A Indonésia teria que intervir no Timor Português pois este constituía uma ameaça.

No dia 4 de Setembro pelas 11 horas locais a "Tibar" e o "Lifau" largaram de Kupang rumo ao Ataúro. A viagem foi efectuada sem problemas, excepto as más condições de mar que se agravaram na última parte do trajecto. Às 15 horas do dia 5 debaixo de violenta ondulação as duas embarcações chegaram a Maumeta, tendo sido mandadas amarrar na popa do "Mac-Díli", regressado de Darwin, a única hipótese de se manterem no Ataúro com um mínimo de segurança, embora, com o virar da maré, poderem colidir, sofrendo danos nas superestructuras (facto que posteriormente se veio a verificar).

No "Mac-Díli" embarcou um marinheiro telegrafista que passou a estabelecer as comunicações com Darwin (circuitos comerciais) e em terra foi montado um equipamento que transmitia as mensagens para o navio. As comunicações, apesar deste novo sistema, estavam muito limitadas e as mensagens só podiam ser enviadas em claro.

A "Comoro" tinha entretanto regressado da missão. No enclave de Oé-Cussi conseguiu embarcar os militares metropolitanos e alguns civis, enquanto na povoação de Batugadé, quando se preparava para abicar, foram notados indivíduos apontando as respectivas armas para a barcaça, não tendo na altura aparecido quaisquer europeus na praia preparando-se para embarcar e sido avistada a bandeira da UDT içada no forte. Em virtude dos factos a barcaça afastou-se da praia navegando para o largo. Mais tarde teve-se conhecimento de que a UDT se preparava para capturar a "Comoro".

No dia 8 de Setembro, cerca das 16 horas, a "Laleia", onde embarquei acompanhado de um sargento e duas praças, largou de Maumeta com destino a Díli tendo por missão recuperar os 25 militares metropolitanos até então detidos pela FRETILIN.

Pelas 20 horas, à entrada do porto de Díli, após uma viagem realizada sob más condições meteorológicas, as luzes da cidade foram repentinamente apagadas e os faróis de várias viaturas projectaram-se em direcção à "Laleia". Considerando a dificuldade em atracar ao cais em plena escuridão

e com o estado do mar e do vento com tendências a agravarem-se, decidi pairar ao largo até aos primeiros alvores. Sem qualquer ponto de referência em terra, o farol mantinha-se apagado, a barcaça foi descaíndo para Oeste e por esse facto só de manhã consegui entrar a barra. Quando a embarcação se encontrava a cerca de 50 metros de terra surgiram uma série de elementos armados que rapidamente se distribuíram pelo cais, abrigaram-se e apontaram as armas para a barcaça, numa evidente demonstração de força. Entretanto, apareceu na cena a "Laga", embarcação dos pilotos, a bordo do qual tinha sido montado uma peça de artilharia. Chegaram depois duas viaturas ostentando a bandeira da Cruz Vermelha**.** Apesar de estar sob uma clara ameaça, a "Laleia" atracou perante cerca de 50 elementos pertencentes à FRETILIN que com um ar ofensivo mantinham as armas apontadas recusando-se a dar apoio à atracação, a qual foi efectuada por pessoal da Cruz Vermelha ali presente. Cerca de 40 minutos depois chegou ao cais um timorense, devidamente identificado, que leu um documento assinado por todos os militares detidos no qual declaravam que tinham decidido solicitar apoio à Cruz Vermelha Internacional com vista à sua evacuação para Lisboa e que se encontravam hospedados no Hotel Turismo, em Díli, hóspedes da FRETILIN. Foi exigida e recebida a lista do pessoal detido e entregue uma carta do Governador para os dirigentes da FRETILIN. Durante a permanência da "Laleia" o pessoal disposto no cais e a guarnição da "Laga", sempre a navegar em torno da barcaça, mantiveram uma atitude extremamente hostil. Após uma viagem cujo único facto saliente foi o avistamento de um destroyer indonésio em patrulha entre Díli e o Ataúro , a "Laleia", à abicou a Maumeta.

Em 21 de Setembro foi publicado pelo Comando Chefe a Ordem de Operações "Maumeta 1" na qual estavam definidas as seguintes missões para o Comando da Defesa Marítima:

- *Garante a operacionalidade dos seus meios com prioridade, para o "Lifau" e "Laleia";*
- *Utilizando preferencialmente a "Tibar", efectua patrulhamentos, à ordem;*
- *Utilizando preferencialmente a "Comoro", prepara-se para efectuar cabotagem na região do Ataúro;*
- *Prepara-se para transportar o Governo e as Forças para outro local, à ordem;*
- *Apoia o centro de transmissões do Comando;*

- *Monta um serviço de escuta, orientando o esforço de pesquisa para as emissões de rádio Austrália, BBC, rádio Atambua, emissora da Fretilin e emissões radiofónicas da UDT;*
- *Prepara-se para reforçar o centro de comunicações dos navios de guerra Nacionais que estejam na área.*

Em 4 de Outubro fui para Darwin, por via aérea, tendo no mesmo dia apresentando-me, em diligência, na corveta "Afonso Cerqueira", que entretanto tinha chegado àquela cidade australiana. O Almirante CEMA foi então informado que o Comandante da Defesa Marítima do Timor passava a exercer as respectivas funções embarcado na corveta.

Na manhã do dia 5 o navio largou de Darwin rumo ao ilhéu do Jaco (ponta leste de Timor) tendo a partir dessa posição navegado a cerca de uma milha da costa até ao largo do porto de Díli, verificando-se que a Bandeira Nacional continuava içada no mastro de honra frente ao Palácio do Governo.

No dia 6 de Outubro, pelas 14 horas, a "Afonso Cerqueira", após várias tentativas fundeou frente a Maumeta tendo-se na ocasião confirmado as péssimas condições do fundeadouro. O Governador no seu livro "Descolonização de Timor. Missão Impossível?" refere-se ao acontecimento nos seguintes termos:

> *Em 6 de Outubro chega finalmente a Ataúro a corveta Afonso Cerqueira, o que melhora consideravelmente a situação, por aumentar a segurança e garantir as comunicações com Lisboa, possibilitando também que se fizessem patrulhamentos, que permitiriam uma melhor avaliação do que se estava a passar. Este foi o primeiro apoio militar vindo de Portugal, após quase dois meses passados do início dos acontecimentos e cerca de um ano depois de ter sido solicitado! Lamentável que houvesse sido assim, pois se tivesse chegado mais cedo poderia ter evitado muitas das situações vividas.*

Surgiu entretanto a necessidade da corveta fazer aguada em Maumeta. Após o estudo de várias hipóteses conseguiu-se efectuar a transporte de água pela "Laleia", utilizando uma lona impermeável colocada no respectivo poço, operação que em cada viagem transportava 25 toneladas de água. A barcaça era por sua vez abastecida através de uma vulgar mangueira de jardim ligada a uma torneira da rede pública. A Marinha além dos encargos anteriormente estabelecidos passou a assegurar o abastecimento de água à corveta e a sinalização nocturna em Maumeta, pois a partir das 22 horas locais o gerador em terra era desligado e por consequência tornava-se impe-

riosa a sinalização de pontos em terra, a fim de possibilitar a verificação a bordo da posição real do fundeadouro.

No dia 11 de Outubro o "Mac-Díli" levando a reboque a "Tibar" e o "Lifau" largou com destino a Macau tendo embarcado 4 sargentos e 6 praças (o navio chegou a Macau a 24 de Outubro tendo o pessoal militar seguido via aérea para Lisboa em 2 de Novembro).

Entretanto, embarcado na corveta, baixei à respectiva enfermaria em 13 de Outubro por ter sofrido um grave ferimento devido a queda. Em 22 do mesmo mês fui examinado por uma Junta Médica tendo a mesma sido de opinião que deveria ser evacuado com urgência para o hospital de Darwin, para onde me desloquei, por via aérea, no próprio dia.

Terminavam assim dum modo imprevisto, os dois anos que mais marcaram a minha carreira de oficial da Armada.

Nos primeiros dias de Novembro, após ter sido submetido a uma intervenção cirúrgica, segui para Macau onde entreguei os meus cargos ao Capitão -Tenente Júlio Chagas Torre, que nunca chegaria a desempenhar as funções em Timor devido à invasão indonésia.

7. Síntese das missões cumpridas pela Marinha

Em Díli

- Assegurou a totalidade das comunicações radiotelegráficas com o exterior.
- Deu guarida e apoio a refugiados na Estação Radionaval de Díli.
- Garantiu a operacionalidade do Serviço de Transportes Marítimos.
- Reabasteceu refugiados nas instalações portuárias. Evacuou cerca de 2.700 pessoas para navios mercantes fundeados ao largo de Díli.
- Patrulhou as imediações do porto de Díli e evacuou militares e civis do Ataúro e de Baucau.
- Planeou e efectuou a operação de transporte do Governador, respectivo Estado Maior e dos paraquedistas, em segurança, para o Ataúro.

Em Maumeta

- Evacuou militares e civis do Oé – Cussi
- Foi a Kupang e a Díli cumprindo missões atribuídas pelo Comandante-chefe.

- Reforçou com pessoal as comunicações do N/M "Mac Díli" com o exterior, assegurou as de terra com o navio e montou um serviço de escuta radiofónico.
- Patrulhou as águas da ilha de Ataúro.
- Assegurou o transporte de pessoal de e para os navios fundeados frente a Maumeta.
- Estabeleceu a balizagem do canal de acesso a Maumeta e o seu assinalamento.
- Garantiu a aguada da corveta "Afonso Cerqueira".

Fui o último Comandante da Defesa Marítima e Capitão dos Portos de Timor. Tive a profunda tristeza de assistir aos dois derradeiros anos da secular presença portuguesa na mais longínqua parcela dos seus territórios ultramarinos mas, por outro lado, a grande satisfação e a inesquecível recordação de ter comandado um pequeno grupo de marinheiros que, em situações extremas, se pode afirmar, parafraseando o lema da Marinha, "*Honraram a Pátria*".




Justitia et pax osculatae sunt

Portugal e o futuro[1]

Prof. Adriano Moreira[2]

É um facto basilar de que não há futuro definível sem ter consciência do passado, e que todo o futuro delineado e assumido como projeto tem de estar sempre atento à circunstância inevitável de o imprevisto estar à espreita de uma oportunidade. Este último facto é tanto mais importante quanto mais densa e complexa é a circunstância que rodeia cada homem, cada povo, e cada Estado. Ortega, ocupando-se "Sobre a razão histórica", escreveu estas palavras: "o homem pensa e atravessa todas essas formas de ser, peregrino do ser, vai sendo e não sendo essas formas, ou seja, vai vivendo. O homem não tem natureza, o que tem é história; porque história é o modo de ser de um ente que é constitutivamente, radicalmente, mobilidade e mudança". O homem é hoje o que é porque ontem foi outra coisa. Então, para se entender o que é hoje, basta sabermos o que foi ontem. Basta isso, e o que estamos fazendo hoje aparece e transparece. E essa razão narrativa é a "razão histórica".

Atrevo-me a acrescentar que essa razão histórica não é determinativa do futuro, sem apelo á mudança da linha do passado, é inspiração para o futuro, ensinamento sobre erros que não devem ser repetidos, apoio para enfrentar a circunstância mutável, em cada época, para cada homem, para cada povo. Quando o Rei D. Diniz nomeou, faz agora setecentos anos, o Primeiro Almirante da nossa Esquadra, semeou o Pinhal de Leiria, e dotou-nos de Universidade, foi para enfrentar a defesa da longa costa portuguesa, organizar o saber, e lançar os alicerces que na crise do fim da Primeira Dinastia viu uma Nação em armas para defender a independência e aclamar o Rei escolhido, D. João, Prior do Crato, que seria pai da Ínclita Geração,

[1] Conferência realizada em Faro, Universidade Algarve, em 29NOV2017.

[2] Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa. Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa e Membro Honorário da Academia de Marinha.

a qual iniciaria o processo que levou ao que hoje chamamos "globalismo". Alicerces que inspiraram futuros antes não adivinhados, a comprovar que homens e povos são sobretudo história, que apoia a criatividade de futuros, sem impedir os erros e as cedências á circunstância que os rodeia e que é inevitável. Por isso este pequeno País que deu "mundos ao mundo", teve períodos em que as respostas foram mais ditadas pelas circunstâncias adversas, do que pela história que as viveu diferentes. Nesta data de globalização, para a qual abrimos caminho pelo Mar Salgado pelas lágrimas portuguesas, a circunstância que nos rodeia é a de um "Mundo de Desigualdades", em que a velha Europa da qual partimos se encontra perante o desafio dos chamados Emergentes, que, na nossa história, foram, sobretudo a partir do século XVIII europeus esbulhadores, que desconsideraram os nossos direitos e até liberdades. E nem sempre respondemos baseados nos exemplos do passado, vergados ao excessivo peso das circunstâncias.

Lembremos as sequelas do ultimatum de 1890 da nossa "fiel aliada", a Inglaterra cuja maneira de conduzir a lealdade tinha sido tão severamente verberada pelo Marquês de Pombal, sequelas que, mudado o regime de monarquia para República, levaram António José de Almeida a proferir as seguintes lamentações: "Continuamos influenciados pelos mesmos vícios, dominados pela causa de todas as nossas desgraças, com a honra despedaçada, com o carater arrepanhado… Famintos, ultrajados, vilipendiados, em breve iremos de cabeça descoberta pedir à Inglaterra que nos dê um pedaço de pão. Então a Inglaterra que lá está ao Norte, um pouco afastada da Europa, como do centro das grandes cidades estão afastados os bairros das toleradas, virará a cara na sordidez do seu egoísmo, e há-de escorraçar-nos a pontapés como a um mendigo que a importunasse com as suas choradeiras de esfomeado, e a enojasse com as suas chagas de azarento. Que miseráveis nós somos". Palavras que foram recordadas neste século, pela Fronteira do Caos, editora do livro "Portugal em crise", 2006. De facto, a crise económica e financeira pela qual fomos inevitavelmente atingidos, lembra-nos não só tais palavras, mas também a fraqueza que, em tais circunstância, levaram muitos dos nossos melhores à desistência. Lembremos que os que se chamaram vencidos da vida, que reuniram homens da estatura de Eça de Queirós e do seu amigo e companheiro das terríveis Farpas, sofreram que o seu inspirador, o Santo Antero, se suicidasse, em público, na sua terra natal, desistindo; que o herói da resistência à negação dos direitos históricos portugueses em África, embrulhado na Bandeira Portuguesa, Serpa Pinto, decidisse explodir o barril de pólvora em que tomara assento; que o Cavaleiro da Rainha, Mouzinho de Albuquerque, herói de Moçambique e assim

recebido na Sociedade de Geografia, se suicidasse levando consigo um livro com um "ponto de interrogação" na capa, sem deixar explicações, mas parecendo suficientes as circunstâncias que amarguravam Portugal. E não apenas eles, a também amarga resposta anotada por Augusto Fuschini, justamente no livro "O Presente e o Futuro de Portugal", em 1899, angustiado pela imoralidade dos governantes, pela resignação dos governados, pela mediocridade dos estadistas, a indiferença pelo pensamento dos inquietos com o desafio da circunstância, ou o legado dos que, como Antero, organizaram as frustradas Conferências do Casino, abanando a letargia dos governantes e do povo, pelos consagrados Antero, já lembrado, Augusto Soromenho, Eça de Queirós e Adolfo Coelho; ou, finalmente, Andrade Corvo, com o seu Perigos – Portugal na Europa e no Mundo, já no século XX, diplomata exímio, sabedor dos meandros da circunstância, e apontando, não para a desistência, mas para a resposta, diríamos hoje, para a necessidade de um conceito estratégico. Este último é o que mais me inspira os comentários de hoje. E começarei pela *circunstância* do globalismo que rodeia Portugal, responsável pelo seu começo, e hoje à míngua de resposta para as consequências. E em primeiro lugar, retomando queixas que já foram de Bernardino Machado, Presidente da República, o qual chegou a ponto de admitir a necessidade de "gritar – abaixo as escolas", porque o ensino descuidava a história em particular, as humanidades em geral, tal como hoje acontece, devendo ter-se atenção à festa que acompanhou, neste mês de Novembro de 2017, em Lisboa, a defesa da inteligência artificial, isto é, da ciência sem consciência, que fez adiantar assim a técnica que enriquece os países dotados de complexos militares-industriais que abastecem, pelo mercado, os mais dependentes ainda que solidários, e até os menos fiáveis. De tal modo que atingimos um ponto, pela primeira vez na história da Humanidade, em que governantes irresponsáveis, que não sabem que as guerras mais severas começaram por motivos acidentais como, em 1914, o assassinato de um Príncipe, nesta caso a Presidência dos EUA e a ditadura da Coreia do Norte, detêm o poder de destruir a terra, este pequeno planeta que prometemos, no fim da guerra de 1939-1945, que seria "a casa comum dos homens". Nesta circunstância, como já mais de uma vez tenho escrito, Portugal atingiu a situação de "país exógeno", isto é, vítima dos efeitos de decisões que não dependem da sua intervenção, devendo servir de lição a crise global económica e financeira que verdadeiramente lhe suspendeu parte da soberania, e a submissão à eurocracia europeia, não ao diálogo igual de ministros com ministros, e funcionários com funcionários. Felizmente o povo reagiu, com base não na desistência, mas dos melhores exem-

plo do passado, sofrendo os sacrifícios severos que foram impostos para superar a ofensiva condição. Devendo deduzir-se do seu comportamento que, embora falho de recursos, cultiva o poder da voz para vencer a voz do poder dos mais poderosos, e até dos centros ignorados que detêm grande parte do poder do globalismo. Como efeito da crise, que aumentou o poder do descuido, também se viu na situação de "país exíguo", isto é, com recursos inferiores aos exigidos pelos deveres do Estado, e pela vida aceitável pela dignidade da população, e por isso vítima da divida, que muitos consideram impagável pelos meios habituais dos devedores, e que limita a medida do abrandamento dos sacrifícios exigidos. Finalmente exposto à precaridade da garantia de paz, que tem de ser global como será a guerra se for agravada a imprudência de a causar. A experiência da "neutralidade cooperante" não é fácil que mantenha as exigências que podem ser exigidas pela explosão. Para tanto precisa de alianças fiéis, e por isso tem uma séria política de salvaguarda do projeto da União Europeia, ele próprio envolto em mudanças pela quebra de confiança do eleitorado na gestão política, pelos populismos, pelos "micronacionalismos" como o da Catalunha, pela saída do Reino Unido levando consigo o maior exército e a maior esquadra da União, pelas migrações descontroladas que provocam o conflito entre a segurança e os deveres de humanidade, pelo terrorismo vencedor do fraco contra o forte, de que é certidão o ataque às Torres de Nova York: Portugal tem de responder sabendo que a democracia não é apenas composta de cidadãos eleitores, também o é de instituições como as Universidades, as Misericórdias, e, neste caso, as Forças Armadas, com a sua ética privativa, e que assumem a *Estratégia do Saber*, pelas suas escolas de formação, prontas a dar a colaboração que não pode ser negada, e usar os meios que não tem, por falta de recursos nossos, mas os interessados aliados não poderão deixar de fornecer. Para isto, o ensino não pode deixar de salvaguardar, e consolidar, que a nacionalidade, o ser português, não se recebe a *benefício de inventário*: que não agrada ter expulsado os judeus, nem os excessos da inquisição, nem os abusos cometidos contra etnias e culturas diferentes, porque a contribuição para o património imaterial da Humanidade, hoje de conservação principalmente entregue à UNESCO, dão o direito à gratidão. Não é apenas a herança da chamada Escola Ibérica da Paz, é também o conjunto de exemplos: que foi o Marquês de Pombal quem acabou com a escravatura aqui no continente, que foi Sá da Bandeira que a acabou no Ultramar, e que foi essa corajosa mulher, a Princesa Isabel, que, sabendo que perdia a Coroa, e com acordo do seu pai D. Pedro, que substituía na altura como Regente, quem acabou com ela no Brasil. Não fortalece Portugal para a resposta que

tem de dar à circunstância mundial, desacreditar o passado histórico acentuando os erros que eram de todos, incluindo os nativos das terras descobertas antes e depois do Cabo da Boa Esperança. Melhor será racionalizar o sistema de ensino, preparar-nos seriamente para que os melhores não seja no estrangeiro que procuram futuro, e ter presente o seguinte: o fim do Império Euromundista custou pesadas guerras à França no Oriente e na Argélia, à Holanda na Indonésia, à Inglaterra na India, a Portugal nas colónias; mas Portugal foi o único que conseguiu uma CPLP com intervenção leal do Brasil, o que mostra que "a maneira portuguesa de estar no mundo", tem um valor institucionalizado, não é uma invenção do convertido Gilberto Freire; que, incluindo o valor dos Açores e da Madeira, a Plataforma Continental, agora em discussão na ONU, exige um combate pelo reconhecimento que tem sido preocupação das Universidades do Algarve, de Aveiro, dos Açores, e da persistência da nossa Marinha, pelo que não faltam campos de trabalho e devoção a governantes competentes, e sabedores dos talentos da nossa diplomacia com boa história, para no futuro respondermos com dignidade e êxito, sem arrogância mas com competência, à circunstância em perigosa evolução com que nos defrontamos.




Justitia et pax osculatae sunt

As Relações Transatlânticas e o Regresso da Geopolítica à Europa[1]

Prof. João Carlos Espada[2]

Senhor Professor Adriano Moreira,

Senhor Almirante Rebelo Duarte,

Distintos Membros do Instituto D. João de Castro,

Distintos Convidados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Queria começar por agradecer o amável e honroso convite que me foi dirigido para participar no ciclo de conferências que este Instituto persistentemente — e muito meritoriamente — promove entre nós. É sempre um prazer e um privilégio regressar a esta casa, onde ainda é possível beneficiar de um clima intelectual de abertura e serenidade — bens que parecem tender a escassear no mundo cada vez mais turbulento que nos rodeia.

Quando me dirigiu este honroso convite, o Senhor Almirante Rebelo Duarte propôs o título desta palestra: "As Relações Transatlânticas e o Regresso da Geopolítica à Europa". Aceitei o título como um desafio para uma reflexão interrogativa com os distintos Membros do Instituto D. João de Castro — não como um tema para o qual eu tenha respostas definidas. Não tenho.

Mas creio bem que, perante a turbulência que nos rodeia, o caminho mais seguro reside em observar atentamente o que se está a passar e tentar formular as perguntas pertinentes. Foi aliás com essa atitude interrogativa que, já em Junho de 2014, publiquei na Editora Aletheia um livro sobre

[1] Texto-suporte da Conferência realizada no Instituto Dom João de Castro em 27 de Abril de 2017.

[2] Presidente do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa.

"Portugal, a Europa e o Atlântico" — que contou com um muito amável Prefácio do Professor Manuel Braga da Cruz. Na altura, ambos alertámos para os sinais de turbulência que começavam a ser visíveis na atmosfera euro-atlântica. Receio que a evolução dos acontecimentos na Europa, nos EUA e no mundo desde então tenham tornado essa turbulência demasiado incontornável.

Escrevi na altura, em 2014, que a difícil experiência recente da zona euro, de que Portugal tinha e tem tido conhecimento directo, bem como os preocupantes resultados em vários países das então recentes eleições europeias justificavam largamente que os temas europeus merecessem entre nós uma atenção redobrada.

Mas acrescentei de imediato que o meu argumento não era, contudo, sobre soluções imediatas para as dificuldades actuais do projecto europeu, sobretudo não era sobre a melhor solução imediata. Talvez pudesse ser dito que o meu principal objectivo era na altura tentar contribuir para a definição do quadro global, ou conceptual, no âmbito do qual se processam os debates sobre as soluções imediatas. O quadro global para que o meu argumento pretendia contribuir — argumentei na altura e mantenho hoje — é **um quadro pluralista**. Como tal, o meu argumento pretende ser compatível com várias soluções imediatas aparentemente incompatíveis -- embora, seguramente, não com todas as soluções imediatas.

I

Uma ideia central do quadro pluralista que proponho é que a civilização europeia e ocidental se distinguiu sobretudo pela existência de **uma cultura comum que não foi produto de um plano comum**. A cultura comum europeia emergiu ao longo dos séculos e das gerações, em simbiose com larga variedade de arranjos políticos, larga variedade de pólos de decisão política e larga variedade de instituições intermédias e autónomas, que hoje designamos por sociedade civil. O Cristianismo deu sem dúvida um contributo decisivo para essa unidade cultural europeia fundada na variedade política e societal.

Esta ideia pluralista está no centro do argumento que apresentei em 2014 e que gostaria de retomar hoje aqui. No que respeita ao futuro imediato da União Europeia e ao papel de Portugal na União Europeia, a ideia pluralista tem consequências. Como já referi, essas consequências não dizem prioritariamente respeito às soluções imediatas a adoptar, mas ao quadro

conceptual em que essas soluções imediatas devem ser ponderadas, avaliadas e, desejavelmente, tornadas compatíveis num quadro pluralista. Tentarei em seguida enumerar algumas dessas consequências.

Uma primeira consequência política da ideia pluralista é a recusa dos modelos uniformes de perfeição. Se ensaiarmos uma visão retrospectiva sobre o século XX europeu, creio que é possível argumentar que os totalitarismos nacional-socialista e comunista emergiram e foram expressão extremada de uma atmosfera cultural europeia continental mais ampla -- uma atmosfera que tinha dificuldade em conviver com a liberdade e o pluralismo.

Estas dificuldades daquela atmosfera cultural continental tinham em boa parte origem num entendimento das sociedades como todos uniformes que devem corresponder a um modelo de perfeição a ser alcançado. Este entendimento monista gerou conflitos irredentistas entre modelos de perfeição rivais. Pelo contrário, **o pluralismo vê o legado europeu e ocidental como fruto de uma permanente conversação, não como busca monista de um modelo de perfeição**. Esta ideia de conversação supõe um **espírito de compromisso e moderação** que, por sua vez, permite o **usufruto pacífico e em liberdade de modos de vida diferentes**, muitas vezes rivais.

Esta ideia de **cepticismo pluralista a respeito das políticas monistas de perfeição** deveria em meu entender se aplicada ao projecto da moeda única europeia, o euro. Basicamente, penso que **o projecto do euro não deve ser identificado com o projecto da União Europeia, e que esta deve ser entendida como casa comum das nações europeias.** Entendida desta forma, a União Europeia deve abrir mais espaço para a inclusão de diferentes escolhas dos estados membros -- e diferentes combinações entre essas escolhas.

Isto significa que várias moedas -- quer nacionais, quer de grupos de nações, como o euro -- devem poder coexistir no interior da União Europeia. A adopção de umas ou de outras deve ser livre, embora naturalmente regulada, e a entrada ou saída delas deve ser explicitamente prevista nos tratados. A recusa monista desta perspectiva pluralista acerca do euro pode gerar, ou pode mesmo estar já a gerar, choques irredentistas entre rivais projectos monistas de perfeição.

A experiência do século XX europeu mostrou que este tipo de choques entre monismos rivais constitui uma ameaça à democracia. Nas condições actuais, pode ser uma ameaça à viabilidade da própria União Europeia. Os dramáticos resultados eleitorais que têm ocorrido em vários países, bem

como nas eleições europeias de 25 de Maio de 2014 corroboram vigorosamente o alerta contra as políticas monistas de perfeição. De então para cá, os resultados do referendo britânico de Junho de 2016, das eleições na Holanda em Março de 2017, e das presidenciais francesas de domingo último, todos eles reforçaram, em meu entender, a pertinência deste alerta.

Estes resultados eleitorais remetem-se para um argumento que apresentei em várias ocasiões nos anos já distantes de 1995-97. Trata-se de **um argumento a favor do Estado-nação enquanto lar da democracia parlamentar e constitucional**. Contraria a convicção hoje dominante de que o Estado-nação está obsoleto. E explora as consequências pluralistas de uma visão da União Europeia como associação entre Estados soberanos, não como modelo unitário, supranacional e centralizado.

Por outras palavras, o meu argumento contraria enfaticamente a ideia corrente de que o caminho a seguir pela União Europeia terá de ser, ou deverá ser, sempre o de maior integração supranacional. Esta ideia de sempre maior integração supranacional, frequentemente associada à expressão "Mais Europa", arrisca-se na verdade a produzir como resultado "mais Europa com menos europeus".

Lamento ter de dizer que a vitória do "Leave" no referendo britânico de Junho passado parece ter vindo confirmar largamente — certamente mais do que eu desejaria — os meus alertas de 2014. **É preciso acabar com o dogma de que ser europeísta significa ser a favor de sempre maior integração supra-nacional.** Em democracia, tem de ser possível defender menos integração supranacional sem por isso ter de ser contra a União Europeia. Essa é talvez a principal lição a retirar do referendo britânico — uma lição que sendo tardia, pode ainda evitar desnecessárias crispações contra os nossos amigos e aliados britânicos.

Mas esta lição pluralista ficou em meu entender ainda mais patente na recente primeira volta das eleições presidenciais francesas, realizadas no domingo passado. Os dois partidos centrais da democracia francesa — os Republicanos, ao centro-direita, e os Socialistas, ao centro-esquerda — ficaram em ruínas. Nenhum dos seus candidatos estará na segunda volta. Em conjunto, não terão alcançado 30% dos votos.

Simultaneamente, este apagamento dos partidos centrais em França ocorreu numa campanha eleitoral dominada pelo sentimento nacional. Pelo menos oito, talvez mesmo nove, dos onze candidatos centraram a sua mensagem, de uma maneira ou de outra, na restauração da identidade e da soberania gaulesas. Isso significa, em meu entender, que a democracia libe-

ral não pode nem deve ignorar o sentimento nacional. Os partidos centrais da democracia francesa, agora seriamente enfraquecidos, fariam bem em reflectir sobre este tema. E creio que o mesmo se aplica aos partidos centrais de todos os países da União Europeia — que vêm enfrentando com dificuldades crescentes a exploração do sentimento nacional por partidos populistas de índole radical.

II

Gostaria agora de passar a um segundo tópico que me parece fundamental. Trata-se do tema do **Atlântico e das culturas políticas marítimas.** Argumentei em 2014, e gostaria de reiterar hoje, que na civilização europeia e ocidental existem tradições marítimas e tradições continentais. Nenhuma é perfeita, todas tem imperfeições e nenhuma delas deve aspirar à supremacia. Mas a União Europeia ficaria seriamente empobrecida se excluísse, ou permitisse a auto-exclusão, das culturas políticas marítimas, designadamente as de língua inglesa -- as quais, aliás, salvaram em várias ocasiões cruciais a liberdade na Europa.

O que mais distingue as culturas políticas marítimas, neste caso a atlântica, é **a maior facilidade em lidar com a variedade, com uma certa desarrumação, e com a descentralização.** Por outras palavras, as culturas políticas marítimas favorecem o pluralismo e naturalmente sentem desconforto com atmosferas monistas associadas a modelos centralizadores.

Embora as culturas políticas marítimas e atlânticas tendam sobretudo a ser associadas aos povos de língua inglesa, a verdade é que **Portugal tem também uma fortíssima tradição marítima, expressa aliás na natureza marítima de todos os países de língua portuguesa.** Portugal é ainda signatário do mais antigo sobrevivente tratado internacional -- o **Tratado de Windsor, de 1386, entre duas nações marítimas e atlânticas, Portugal e a Inglaterra.**

Creio que seria importante dedicar mais atenção entre nós à dimensão marítima e atlântica de Portugal, bem como ao enorme potencial cultural, político, económico e geoestratégico que esta dimensão oferece. Creio no entanto, que não devo aventurar-me em águas que outros têm navegado com muito mais engenho e arte -- e com quem tenho simplesmente procurado aprender. Refiro-me, entre outros, aos trabalhos de referencia de Adriano Moreira, Nuno Vieira Matias e Manuel Braga da Cruz, bem como aos do nosso querido Amigo Ernâni Rodrigues Lopes, precocemente falecido.

III

Finalmente, um terceiro tópico que gostaria de referir é o do **lugar do cristianismo na civilização europeia.** O tema é em si mesmo inesgotável. Mas não devem ser silenciadas as presentes tentativas de excluir o cristianismo da praça pública europeia. Essas tentativas são particularmente gravosas para a praça pública democrática, não para o cristianismo -- que nasceu e cresceu sob perseguição.

Uma das consequências da redução da presença cristã no horizonte espiritual e cultural europeu é o **crescimento do relativismo**, a atitude intelectual e moral que acredita na equivalência e arbitrariedade de todos os pontos de vista (com excepção notória do seu próprio ponto de vista relativista). Uma das grandes dificuldades do relativismo, -- que eu costumo apresentar, na linha de Karl Popper, como produto do racionalismo dogmático desapontado -- é que não consegue sustentar por que razão a liberdade e a democracia são melhores do que os seus contrários. **O resultado do crescimento do relativismo será por isso o enfraquecimento das convicções democráticas e o robustecimento da grosseria nas relações sociais** — um traço que se tornou particularmente evidente na deplorável campanha presidencial norte-americana que culminou na eleição de Donald Trump, em Novembro de 2016.

Perante estas ameaças à presença cristã na praça pública, o meu argumento [que desenvolvi na terceira parte do livro de 2014] volta a ser pluralista: aconselha a limitação da esfera de intervenção dos poderes políticos e das regulamentações centrais -- à escala da União Europeia e também à escala nacional. E reitera o espírito pluralista de conversação entre várias vozes e vários modos de vida, aumentando o espaço para a livre respiração das sociedades civis, das famílias e das instituições autónomas -- entre as quais se encontram as igrejas cristãs, com particular destaque para a Igreja católica.

***

Senhor Professor Adriano Moreira,

Senhor Almirante Rebelo Duarte,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Creio ter sugerido alguns dos traços principais do argumento que propus em 2014 e que hoje mantenho. Gostaria ainda de enfatizar brevemente alguns argumentos que aquele meu livro não subscrevia e que ainda hoje também não susbcrevo.

Em primeiro lugar, o meu argumento **não é contra a União Europeia** e não tem qualquer ponto de contacto com argumentos nacionalistas, proteccionistas e xenófobos que circulam hoje pela Europa. A União Europeia tem sido um extraordinário caso de sucesso e tem sido um seguro de vida para a democracia portuguesa, bem como a grega e a espanhola, que seguiram Portugal na inauguração da Terceira Vaga de democratização mundial, em 1974-75. A UE, em associação com a NATO, tem sido igualmente um seguro de vida para a democracia reconquistada nos países da Europa central e de Leste, após a queda do Muro de Berlim, em 1989 -- que Samuel Huntington classificou de segunda fase da Terceira Vaga de democratização iniciada por Portugal. Por outras palavras, o meu argumento é a favor da União Europeia, mas contra um entendimento monista, supranacional, centralista e uniformizador da UE.

Em segundo lugar, o meu argumento **também não é contra a Alemanha** e não tem qualquer ponto de contacto com a demagogia anti-alemã que procura explorar e agravar as tensões entre os países europeus do Sul e os do Norte. Estas tensões não são resultado da política da Alemanha, mas sobretudo da ideia monista de que o euro deve ser a moeda única europeia. No quadro apertado gerado pelo euro, que não foi aliás primeira escolha sua, a Alemanha tem seguido uma política prudente de respeito pelas suas próprias instituições democráticas. Compreensívelmente, o eleitorado alemão não aceita ter de garantir as dívidas de outros países da zona euro, pelas quais não foi responsável. Ao respeitarem estes sentimentos do seu eleitorado nacional, os líderes alemães têm revelado prudência e sabedoria democráticas -- que nem sempre têm distinguido líderes de outros países. Por estas razões, o meu argumento alerta para que uma interpretação centralista e uniformizadora da UE pode colocar a Alemanha numa posição indesejável: a de ser apresentada como culpada de políticas aplicadas noutros países, que na verdade resultam sobretudo da irresponsabilidade despesista desses países e de um entendimento centralista do euro e da União Europeia.

Finalmente, o meu argumento **também não é a favor de uma opção atlântica que seja entendida como oposta à opção europeia. Mas é seguramente contra o entendimento da opção europeia como contrária ou rival da opção atlântica.** Pode talvez ser dito que um dos principais argumentos que procurei apresentar é que as duas opções são compatíveis e devem ser tornadas compatíveis -- não só para Portugal, mas para todos os países membros da União Europeia que assim o desejem. Isso exige um entendimento pluralista, e não monista, do projecto europeu. Foi esse entendimento pluralista que alimentou a aliança euro-atlântica, expressa designadamente na NATO, e que tem permitido o sucesso da União Europeia. Um entendimento pluralista volta aliás a ser urgentemente necessário à escala europeia para permitir enfrentar com serenidade democrática os desafios decorrentes da vitória do "Leave" no referendo britânico.

A preservação da União Europeia, enquanto casa comum das nações europeias, dificilmente será possível sem um entendimento pluralista do projecto europeu, em articulação com a dimensão atlântica. Procurei fornecer um contributo, ainda que modesto, para **preservar e reforçar a articulação entre a opção europeia e a opção atlântica** -- em primeiro lugar no caso de Portugal, mas também de todas as nações europeias que saibam valorizar o pluralismo inerente a essa articulação euro-atlântica. Foi a aliança euro-atlântica que garantiu a paz e a prosperidade na Europa desde o final da II Guerra.

Chegou de novo a altura de recordar e defender o pluralismo euro-atlântico contra os sonhos monistas de uniformização -- quer continental, quer eventualmente insular.

Muito obrigado.

A Permanente Reinvenção da Europa[1]

Prof. Eduardo Lopes Rodrigues[2]



A PERMANENTE RE INVENÇÃO
da EUROPA

INSTITUTO D. JOÃO de CASTRO
LISBOA

30 de novembro de 2017

Eduardo R. Lopes Rodrigues*

* Professor Associado, com agregação, do ISCSP
Coordenador da Escola de Estudos Europeus/ISCSP/ULISBOA

[1] Conferencia realizada no Instituto D. João de Castro em 30 de Novembro de 2017.

[2] Professor Associado, com agregação, do ISCSP- Coordenador da Escola de Estudos Europeus/ISCSP/ULISBOA.

A PERMANENTE RE INVENÇÃO da EUROPA

A. Quais os elementos da nossa **CONTEMPORANEIDADE** suscetíveis de serem os mais **RELEVANTES**, para esta **QUESTÃO**, da **permanente re invenção da EUROPA**

B. As **eleições** na **Holanda** e em **França**

C. As **eleições** na **Alemanha**

D. As próximas **eleições** para o **PARLAMENTO EUROPEU**

E. O fluir e as interrogações das negociações do **BREXIT**

F. A **RE INVENÇÃO da EUROPA**, sempre, **INCOMPLETA**

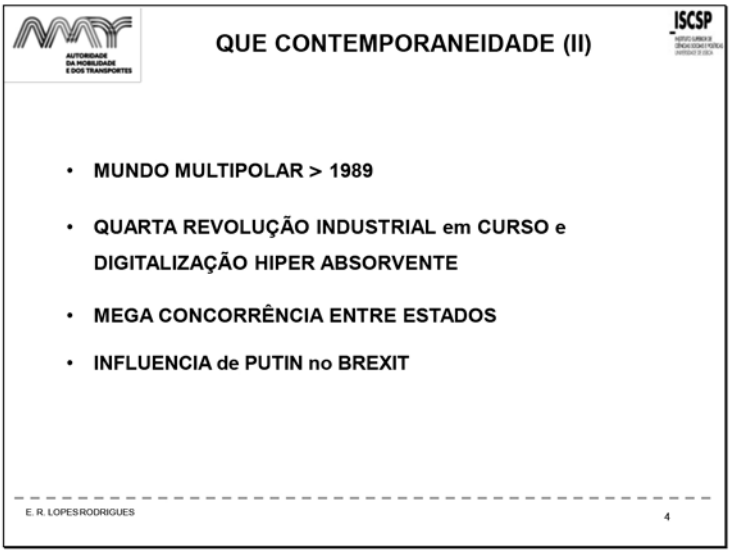
E. R. LOPES RODRIGUES 2

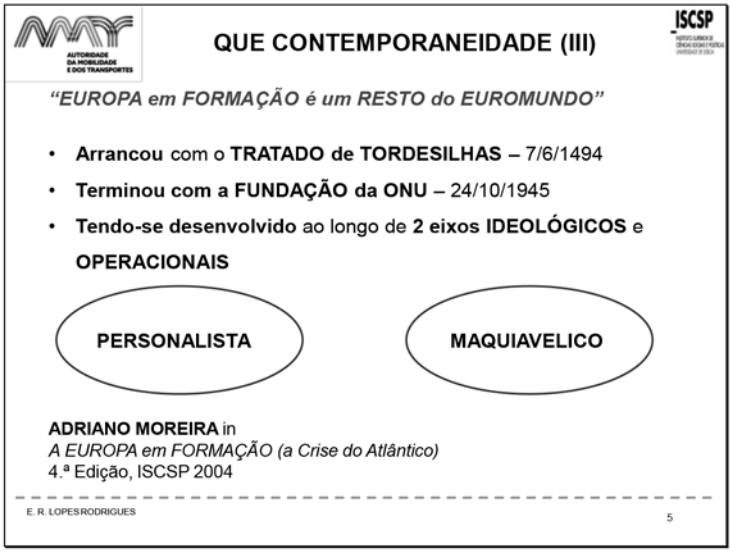
QUE CONTEMPORANEIDADE (I)

- **AS RAIZES da UNIÃO EUROPEIA emergem de IDEIAS MILENARES mas sobretudo dos INTERESSES dos ESTADOS ainda no decorrer da Guerra de 1939/45**

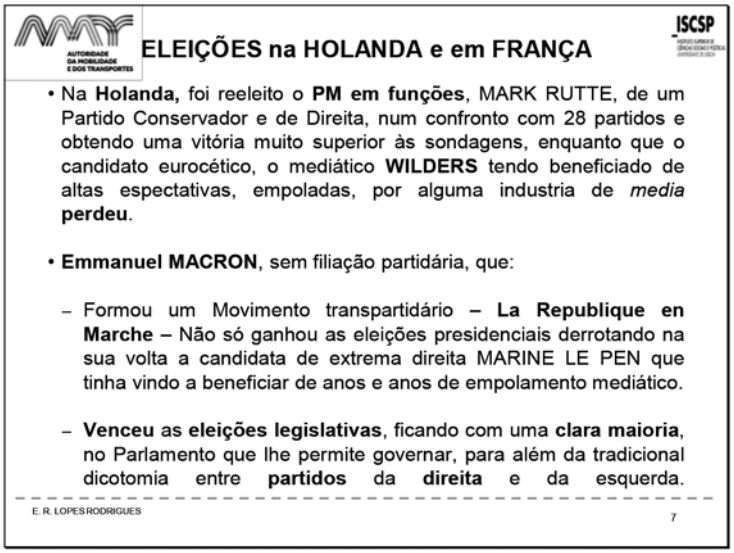
- **UNIÃO EUROPEIA, enquanto expressão da ESTRATÉGIA e da POLÍTICA EXTERNA dos ESTADOS mais RELEVANTES**

E. R. LOPES RODRIGUES 3


AUTORIDADE DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES
ISCSP
QUE CONTEMPORANEIDADE (II)
• MUNDO MULTIPOLAR > 1989
• QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL em CURSO e DIGITALIZAÇÃO HIPER ABSORVENTE
• MEGA CONCORRÊNCIA ENTRE ESTADOS
• INFLUENCIA de PUTIN no BREXIT
E. R. LOPES RODRIGUES
4


AUTORIDADE DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES
ISCSP
QUE CONTEMPORANEIDADE (III)
"EUROPA em FORMAÇÃO é um RESTO do EUROMUNDO"
• Arrancou com o TRATADO de TORDESILHAS – 7/6/1494
• Terminou com a FUNDAÇÃO da ONU – 24/10/1945
• Tendo-se desenvolvido ao longo de 2 eixos IDEOLÓGICOS e OPERACIONAIS
PERSONALISTA
MAQUIAVELICO
ADRIANO MOREIRA in
A EUROPA em FORMAÇÃO (a Crise do Atlântico)
4.ª Edição, ISCSP 2004
E. R. LOPES RODRIGUES
5


AUTORIDADE DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES
ISCSP
As DINÂMICAS da UNIÃO EUROPEIA
OS DESAFIOS SOCIOLÓGICOS DO PODER NO SÉC. XXI
Z
UTOPIA
CONCLUSÃO
Risco de DERIVAS LETAIS
"Fim do Euro Mundo", subsistindo o género humano, que vai ascendendo em UNIDADE segundo "a lei da complexidade crescente" (Adriano Moreira, 1976)
UE
PARADIGMA de CIVILIZAÇÃO
X
ALARGAMENTO
15 + 10 (2004) = 25
+ 2 (2007) = 27
+ 1 (2013) = 28
- 1 (BREXIT, 2016) = 27
+ ??
•ISLÂNDIA, MACEDÓNIA, TURQUIA...
•SÉRVIA, BÓSNIA, MONTENEGRO, KOSOVO...
•ALBÂNIA... ?
Y
APROFUNDAMENTO
POL. RENASCIMENTO INDUSTRIAL, 2014 e segs.
X + Y + Z = "UNIQUE POWER", (poder normativo, com externalidades coercivas) que deixou de ser uma variável exclusivamente dependente dos E.M.s., para se converter numa fonte independente, autónoma, de políticas com impacto externo; na cidadania, nos direitos humanos, na democracia, nas dinâmicas sociológicas, prevalecentes neutras geografias concorrenciais.
E.R. Lopes Rodrigues
E. R. LOPES RODRIGUES
6


AUTORIDADE DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES
ISCSP
ELEIÇÕES na HOLANDA e em FRANÇA
• Na Holanda, foi reeleito o PM em funções, MARK RUTTE, de um Partido Conservador e de Direita, num confronto com 28 partidos e obtendo uma vitória muito superior às sondagens, enquanto que o candidato eurocético, o mediático WILDERS tendo beneficiado de altas espectativas, empoladas, por alguma industria de media perdeu.
• Emmanuel MACRON, sem filiação partidária, que:
– Formou um Movimento transpartidário – La Republique en Marche – Não só ganhou as eleições presidenciais derrotando na sua volta a candidata de extrema direita MARINE LE PEN que tinha vindo a beneficiar de anos e anos de empolamento mediático.
– Venceu as eleições legislativas, ficando com uma clara maioria, no Parlamento que lhe permite governar, para além da tradicional dicotomia entre partidos da direita e da esquerda.
E. R. LOPES RODRIGUES
7

ELEIÇÕES na ALEMANHA

- O último ato eleitoral de 2017, caracterizou-se por um balanço paradoxalmente positivo para **Ângela MERKEL** – na medida em que lhe atribui o **4.º mandato consecutivo** –, mas porque, concomitantemente, viabiliza a entrada no Parlamento Nacional Alemão, o Bundestag, de um **Partido de extrema direita**, que integra uma forte componente nazi, a **Alternativa para a Alemanha, AfD**.

- Acresce que a referida **AfD**, que tinha nascido precisamente em 2013, com 4,7% nas eleições federais, torna-se agora a 3.ª força politica no Bundestag, **triplicando o seu peso** para **13%,** com **94 deputados**.

E. R. LOPES RODRIGUES 8

ELEIÇÕES na ALEMANHA

- Paralelamente o **Partido Social Democrata**, presidido por **Martin SCHULTZE**, e membro da Grande Coligação com a CDU em 2013-2017 teve um **colapso**.

  Apesar de Martin SCHULTZE ter renunciado às funções de Presidente do Parlamento Europeu para se dedicar ao combate eleitoral com Ângela MERKEL, e apesar de em janeiro de 2017 as sondagens lhe terem dado a paridade com a chanceler (com 35%), **teve um resultado frustrante, caindo para 20.8% contra os 25.7% de 2013**

E. R. LOPES RODRIGUES 9

ELEIÇÕES na ALEMANHA

Numa primeira fase, a Chanceler tentou formar governo com

a. Os **Liberais, FDP**, do Chanceler LINDNER
b. Os **Ecologistas de Centro Esquerda**

- **Exigências** dos **liberais**
  - Uma **integração europeia** mais **controlada**, ou, mesmo **restrita**
  - Um sistema de **imigração** de **inspiração canadiano**, ou seja, circunscrito a **imigrantes qualificados**
  - As **funções** de **ministro** de **finanças** – o que é facilitado pela ida de Wolgang SCHÄUBLE para o Parlamento

E. R. LOPES RODRIGUES 10

ELEIÇÕES na ALEMANHA

- Exigências dos **Ecologistas de Esquerda**
  - **Maior integração europeia**
  - **Imigração muito aberta**

- A 19 de novembro os **Liberais de Direita fazem cair as negociações**, e, … a Chanceler Angela MERKEL começou por **rejeitar** um governo minoritário, e, em nome da **estabilidade**, torna mais **provável a realização de eleições antecipadas**.

E. R. LOPES RODRIGUES 11

ELEIÇÕES na ALEMANHA

Todavia, a 27 de novembro, a **Chanceler Angela MERKE**L CONVIDA formalmente o **Presidente do** SPD, **Martin SCHULTLE** para novas negociações renovando a **GRANDE COLIGAÇÃO** que tinha vigorado durante o mandato ANTERIOR

⇨ abre-se uma nova perspetiva de **ESTABILIDADE,**

e, de CREDIBILIDADE para a CONSTRUÇÃO EUROPEIA

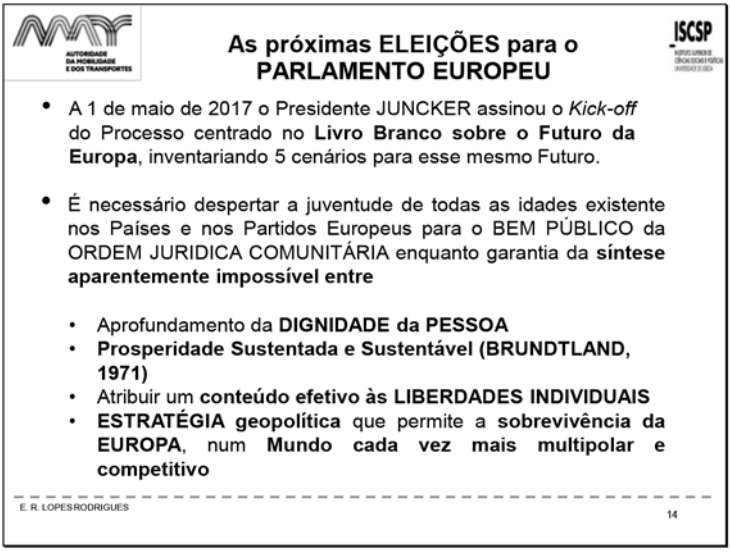
E. R. LOPES RODRIGUES 12

Modelo UERPE – UNIÃO EVOLUTIVA e RESILIENTE de POVOS e de ESTADOS



E.R. Lopes Rodrigues

E. R. LOPES RODRIGUES 13


AUTORIDADE DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES
ISCSP
As próximas ELEIÇÕES para o PARLAMENTO EUROPEU
• A 1 de maio de 2017 o Presidente JUNCKER assinou o *Kick-off* do Processo centrado no **Livro Branco sobre o Futuro da Europa**, inventariando 5 cenários para esse mesmo Futuro.
• É necessário despertar a juventude de todas as idades existente nos Países e nos Partidos Europeus para o BEM PÚBLICO da ORDEM JURIDICA COMUNITÁRIA enquanto garantia da **síntese aparentemente impossível entre**
• Aprofundamento da **DIGNIDADE da PESSOA**
• **Prosperidade Sustentada e Sustentável (BRUNDTLAND, 1971)**
• Atribuir um **conteúdo efetivo às LIBERDADES INDIVIDUAIS**
• **ESTRATÉGIA geopolítica** que permite a **sobrevivência da EUROPA**, num **Mundo cada vez mais multipolar e competitivo**
E. R. LOPES RODRIGUES
14


AUTORIDADE DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES
ISCSP
BREXIT
o fluir das Negociações e das Interrogações
• O BREXIT é um processo que nasceu de uma **decisão política errada** do então PM David CAMERON, que animado por um excesso de ingenuidade infantil **imaginou conseguir resolver um problema interno do seu partido**, com a introdução de um **risco explosivo** numa arquitetura jurídica de 28 Estados.
A ILUSÃO de CONSEGUIR SALAMIZAR o MERCADO INTERNO
– **QUERER os BENEFICIOS do MERCADO ÚNICO INDUSTRIAL e FINANCEIRO**, e, ao mesmo tempo
– **BLOQUEAR A LIVRE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS**
E. R. LOPES RODRIGUES
15

BREXIT

A 30 de novembro de 2017 está a correr uma Ronda negocial que envolve 27 dossiers temáticos, de importância diferenciada, mas atribuindo uma **clara primazia aos DIREITOS dos CIDADÃOS**, dos **nacionais dos restantes 27 Estados**, que residem no Reino Unido e, da situação exatamente recíproca.

Mais difícil será seguramente a **problemática da fronteira com a IRLANDA, tendo em conta o Acordo de Sexta feira Santa,** quando agora ela está integrada na **Pauta EXTERIOR COMUM**

Em contraponto, os **aspetos financeiros** são seguramente **menos difíceis**.

E. R. LOPES RODRIGUES 16

BREXIT. MODELOS POSSIVEIS

1. **Norueguês**, enquanto síntese entre a EFTA da Convenção de Estocolmo e o EEE do Tratado do Porto, o que significa que o Reino Unido tem de continuar a aplicar as Regras do Mercado Interno, e, a contribuir financeiramente para o funcionamento da União.
   Recorde-se que o Reg. (CE) n.º 1/2003 do Conselho, de 16 de dezembro de 2002 relativo à execução das regras de concorrência estabelecida nos artigos 81.º e 82.º do Tratado, e que tem uma influência enorme na vida das **empresas** e no desenrolar dos **negócios** também se aplica ao EEE.

E. R. LOPES RODRIGUES 17

BREXIT. MODELOS POSSIVEIS

2. **Suíço**, enquanto sistema entre a EFTA e Acordos Bilaterais.
   Como se sabe a Suíça é o único membro da EFTA que não aderiu ao EEE.
   Assim é tratado como um País Terceiro que tem determinados Acordos Bilaterais com a União Europeia, que lhe dão acesso a certas áreas do mercado interno.

3. **Acordos de Comércio Bilaterais com Países Terceiros**
   Em regra, proporcionam acesso à livre circulação de mercadorias, acesso parcial à mobilidade dos serviços, e não permitem a mobilidade de pessoas.
   Os Países Terceiros que exportam para a União Europeia devem cumprir as respetivas regras.

E. R. LOPES RODRIGUES 18

BREXIT. MODELOS POSSIVEIS

Membro da Organização Mundial do Comércio
(Tratado de Marraquexe)
O Reino Unido como qualquer outro membro da OMC pode negociar um Acordo Comercial com a União Europeia.
Na sua ausência está obrigado a cumprir as regras gerais da OMC nomeadamente a relativa à da cláusula da nação mais favorecida.
As exportações do Reino Unido para a União Europeia estão naturalmente sujeitas à Pauta Exterior Comum.

E. R. LOPES RODRIGUES 19

A REINVENÇÃO da EUROPA sempre INCOMPLETA

- **FECHAMENTO no seu MICROCOSMOS, qual TORRE de MARFIM**
- **ABERTURA à MUDANÇA BALIZADA no RESPEITO pelos TRATADOS baseados na DIGNIDADE da PESSOA e na longevidade eficaz de soluções**
- **ABERTURA à MUDANÇA sem qualquer ÂNCORA**

E. R. LOPES RODRIGUES 20

A REINVENÇÃO da EUROPA sempre INCOMPLETA

TEOREMA de INCOMPLETUDE
(Kurt GÖDEL)

Se se utilizarem métodos de seguro de raciocínio e fiáveis (i.e., métodos à prova de probabilidades de erro) será inevitável a existência de problemas matemáticos que nunca poderão ser resolvidos.

Este teorema formulado por Kurt GÖDEL contraria a teoria de David HILBERT no segundo Congresso Internacional de Matemática, 1900 onde identificou os 23 problemas existentes e que seriam seguramente resolvidos ao longo do século XXI

E. R. LOPES RODRIGUES 21

AUTORIDADE DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES

ISCSP

MUITO OBRIGADO pela ATENÇÃO

E. R. LOPES RODRIGUES

22



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável *versus* Objetivos de Desenvolvimento do Milénio: o caso de África[1]

Prof.ª Fátima Moura Roque[2]

1. O ano de 2015 ficará na História como a data de definição dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS com 169 metas), fixados na cimeira da Organização das Nações Unidas (ONU) realizada em Nova Iorque (EUA), de 25 a 27 de Setembro.

A nova agenda vigorará até 2030 e baseia-se nos progressos e nas lições aprendidas com os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM com 18 metas), que eram suposto terem sido concretizados na globalidade, entre 2000 e 2015.

Esta definição dos ODS é resultado do trabalho conjunto de governos e da sociedade civil de todo o Mundo, de forma a criar um novo paradigma global, para erradicar a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar (felicidade), proteger o ambiente e combater as alterações climáticas.

Os ODS recomendados pela ONU são:

ODS 1: Erradicar a pobreza

ODS 2: Erradicar a fome

ODS 3: Saúde de qualidade

ODS 4: Educação de qualidade

ODS 5: Igualdade de género

[1] Comunicação apresentada à Classe de Letras na sessão de 12MAI2016.

[2] Professora convidada da UCP. Membro da ACL.

ODS 6: Água potável e Saneamento

ODS 7: Energias renováveis e acessíveis

ODS 8: Trabalho digno e Crescimento económico

ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestruturas

ODS 10: Reduzir as desigualdades

ODS 11: Cidades e Comunidades adaptadas às novas circunstâncias

ODS 12: Produção e Consumo sustentáveis

ODS 13: Alterações Climáticas

ODS 14: Proteger a Vida Marinha

ODS 15: Proteger a Vida Terrestre

ODS 16: Paz, Justiça e Instituições eficazes

ODS 17: Parcerias para a concretização dos Objetivos

Os cinco "P" dos ODS podem ser traduzidos por pessoas, planeta, prosperidade e parceria.

Se compararmos os ODS (2015-2030) com os ODM (2000-2015) verificamos que os ODS são mais completos e atuais, quanto à listagem dos "novos/velhos" problemas do planeta. Todavia, os ODM foram recuperados por não terem sido realizados por todos os países do Mundo, em particular pela maioria dos países Africanos.

Os ODM eram (*The Millenium Development Goals Report, 2015, United Nations*):

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome
2. Alcançar o ensino primário universal
3. Promover a igualdade de género e capacitar as mulheres
4. Reduzir a mortalidade infantil e de crianças
5. Melhorar a saúde materna
6. Combater o HIV/Sida, malária e tuberculose
7. Assegurar a sustentabilidade ambiental
8. Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento

Reforçando esta comparação é fundamental constatar que todos os ODM aparecem nos ODS.

Quadro 1: Comparação entre os ODM e os ODS

8 ODM (2000-2015): 18 Metas
17 ODS (2015-2030): 169 Metas

ODM 1	2 Metas	ODS 1 e 2
ODM 2	1 Meta	ODS 4
ODM 3	1 Meta	ODS 5 e 10
ODM 4	1 Meta	ODS 3
ODM 5	1 Meta	ODS 3
ODM 6	2 Metas	ODS 3 e 6
ODM 7	3 Metas	ODS 6,8,10,14 e 15
ODM 8	7 Metas	ODS 1,3,8,9,12,16 e 17

Fonte: Cálculos da autora

Todavia, há ODM que não foram totalmente realizados, de 2000 a 2015, e não estão explicitamente (ou com o realce necessário) mencionados nos ODS:

A dívida dos PPAE – países pobres altamente endividados; os problemas específicos dos países interiores e insulares; o combate ao HIV/Sida, à malária, à tuberculose, à febre amarela e a outras doenças contagiosas, altamente perigosas, em África e na América Latina, como, por exemplo, a febre de Dengue e o vírus Zika; o papel das farmacêuticas e obtenção de preços comportáveis; o sistema comercial baseado em regras, previsível e não discriminatório; isenção de tarifas e quotas para as exportações dos países menos desenvolvidos (PMD); desenvolvimento sustentável do sector privado e de novas tecnologias de informação e comunicação (TIC).

Também, como seria de esperar, há ODS que não estão contemplados nos ODM:

Energias renováveis e acessíveis; promoção da indústria, inovação e de infraestruturas; desenvolvimento de cidades e comunidades adaptadas às condições iniciais de cada país; produção e consumo sustentáveis; paz, justiça e instituições.

E para terminar, sem ter a pretensão de ser exaustiva, num tema tão recente e vasto (que cobre todo o Planeta), há objetivos que nem os ODM nem os ODS dão a atenção necessária, pelo menos, para a África, apesar da sua importância ser vital para o desenvolvimento sustentável do Continente:

Diversificação das economias; fomento da agricultura; investimento produtivo; investimento direto estrangeiro (IDE); reconstrução pós-con-

flito/pós-crise; políticas sectoriais e regionais; "partilha" da terra e direitos de propriedade; fundo de ajuda pública aos países assolados por crises conjunturais; ajuda na luta pela alteração de mentalidade das elites políticas, económicas, civis, sindicais e culturais; erradicação do terrorismo, da pirataria, da escravatura, do contrabando de órgãos humanos, de armas e de drogas, bem como a criação de um fundo de ajuda ao desenvolvimento dos países de origem para diminuir consideravelmente os números de refugiados e de exilados políticos e económicos.

2.1. As Nações Unidas dedicaram o dia 17 de Outubro, desde o ano de 2000, à consciencialização da erradicação da pobreza, da miséria e da fome em todo o Mundo. Já em Setembro de 2000, a Declaração do Milénio das Nações Unidas tinha reforçado a disponibilidade da Comunidade Internacional para apoiar os esforços em África com o objetivo de resolver os problemas da erradicação da pobreza, da doença e do subdesenvolvimento, bem como o da marginalização do Continente.

"Muito sobre a pobreza é bastante óbvio". Reconhecer o problema, compreender as suas causas e encontrar a solução para a erradicação da fome é suficientemente fácil. Esta é, em linhas gerais, a mensagem de *Amartya Sen* (1981), no seu já clássico **Poverty and Famines**. Será de facto, assim tão óbvio e fácil encontrar a solução para este flagelo que mata milhões de seres humanos em todo o Mundo, particularmente em África? A solução pode ser óbvia, todavia a erradicação da pobreza, e consequentemente da fome, tem provado, na prática e ao longo dos anos, ser um problema muito complexo e dependente de inúmeras variáveis endógenas e exógenas a África, umas de natureza político-institucional e outras de natureza socioeconómica (ver Moura Roque, F., 2012, 2ª edição, **A África, a Nepad e o Futuro**, Texto Editores, Luanda).

A pobreza (e o analfabetismo) persegue África. Em toda a África subsariana, de 1990 a 2010, o número de pessoas que viviam na pobreza ($ 1,25 dólares por dia) subiu de cerca de 300 milhões para quase 425 milhões, enquanto o número de Africanos a viver com menos de 2 dólares por dia cresceu de 390 milhões para cerca de 600 milhões. Ainda assim, a proporção dos que vivem na pobreza decresceu de 57% para 39% neste mesmo período (Joseph Stiglitz, *in* Expresso, 8 de Junho de 2013).

Em 1990, 43% da população dos países em vias de desenvolvimento viviam numa situação de pobreza extrema (na altura definida como limite $ 1 por dia); o número absoluto era de 1.9 mil milhões de pessoas. Por volta de 2000 (dez anos passados) a proporção desceu para um terço. Em 2010,

era somente de 21% (ou 1.2 mil milhões; a linha da pobreza era então de $ 1.25, a média dos 15 países mais pobres, aos preços de 2005, ajustados pela PPC). A taxa global de pobreza tinha, assim, sido "cortada" para metade (ODM 1) em 20 anos.

Todavia, ficam em África 7 das 10 economias mais desiguais do Mundo, no que diz respeito à distribuição da riqueza, do rendimento, das oportunidades e ao acesso dos serviços públicos (coeficiente de Gini). É também estimado que em 2015, 366 milhões de Africanos continuarão a "sobreviver" com menos do que $ 1.25 por dia (Banco Mundial, 2014).

Sem dúvida que de 1990 a 2012, a força motora por detrás da redução mundial da pobreza foi o crescimento. Na última década, os países em vias de desenvolvimento cresceram em média 6% ao ano - 1,5 pontos mais do que de 1960 a 1990. Tudo isto apesar da crise mundial que começou em 2007. A Ásia Oriental cresceu 8% ao ano, a Ásia do Sul 7% e a África 5%. Todavia, sabemos também que o crescimento por si só não garante menos pobreza. A distribuição do rendimento - a média do coeficiente de Gini para África em 2015 foi de 0,529, enquanto a média mundial é abaixo de 0,4 - é também um vetor fundamental. Estima-se que 2/3 da redução da pobreza é resultado do crescimento e 1/3 de uma maior igualdade na distribuição do rendimento, da riqueza e das oportunidades.

Na África subsariana, em particular, continua a haver um elevado número de pessoas a viver abaixo da linha de pobreza. A média de consumo dos mais pobres em África é somente de 70 cêntimos por dia - valor idêntico ao que era há 20 anos. O Continente tem feito um grande esforço, mas nem mesmo os próximos 20 anos de progressos conseguirão tirar os restantes milhões da pobreza. À taxa de crescimento atual e com os existentes coeficientes de Gini (nos principais países africanos), um quarto dos Africanos ainda consumirão menos de $ 1.25 por dia, em 2030.

Em 2030, cerca de 2/3 dos pobres no Mundo encontrar-se-ão nos chamados "estados frágeis", como a República Democrática do Congo, a República Centro-Africana, o Sudão do Sul, o Mali, a Guiné-Bissau e a Somália. Muitos dos restantes estarão em países de rendimento médio. Temos aqui um "duplo dilema" para os doadores: os países de rendimento médio não deviam precisar, de facto, de ajuda, enquanto os estados frágeis não a usam adequadamente. Para que uma descida radical da pobreza se verifique, é preciso repensar no papel da ajuda pública ao desenvolvimento.

Contudo, há medidas de política que devem ser tomadas por cada país africano, com a urgência e a intensidade necessárias para combater estes e outros flagelos em África, tais como: aumentar o investimento público

selecionado e eficaz - que pode estimular o investimento privado adicional (conhecido como *crowding in*); melhorar os estabilizadores automáticos, tais como, os subsídios de desemprego, as despesas com "o estado social", a segurança social e as subvenções do Estado aos governos provinciais e locais; aplicar medidas que invertam a extrema desigualdade e pobreza, que protejam e criem emprego, que melhorem a educação e a saúde de qualidade e expandam o acesso aos sectores-chave, incluindo o microcrédito e a posse da terra. Estas devem constituir uma parte significativa das medidas de política necessárias para aliviar (e mesmo a curto prazo "derrotar") esta preocupante ligação entre a pobreza, a fome, a exclusão social e o analfabetismo.

The African Social Development Index (ASDI) tem por objetivo medir o progresso na redução da exclusão humana nas várias dimensões de bem-estar, tais como, a saúde, a educação, o emprego e o rendimento. Os poucos dados estatísticos que estão disponíveis mostram que na generalidade (exceção para Marrocos e Zâmbia , entre os países analisados) a situação do desenvolvimento social manteve-se praticamente inalterada – providenciando um terreno fácil para a instabilidade socio-política, para o reacender de conflitos e para o avanço do terrorismo, que se verificam um pouco por toda a África, principalmente no Norte de África, na região do Sahel e no Corno de África (ver **Industrializing through trade**, UNECA, 2015, quadro 2.2, p. 57).

Em resumo, os principais (core) desafios que a Africa enfrenta para alcançar um futuro com sucesso continuado podem ser agrupados em cinco categorias essenciais, que em última análise conduziriam o Continente a "quebrar" o elo existente entre a pobreza e o investimento insuficiente na educação. Estes desafios são: a criação e/ou desenvolvimento de **instituições** eficazes, inclusivas e transparentes - com ramificações políticas, sociais, económicas, ambientais, setoriais e regionais. A **educação** e a sua estreita relação com a pobreza, a capacitação das mulheres, a saúde, o índice de desigualdade; a educação é a melhor aliada no combate aos problemas de segurança, de conflitos entre religiões e a uma melhor afetação de recursos. O terceiro desafio está relacionado com o investimento na **diversificação da economia**: acabando com a dependência do sector da exportação num só produto; na política industrial a fomentar de forma a que a cadeia de produção favoreça o Continente; na transformação de África num pólo global de crescimento; no aumento do índice de liberdade económica; e na construção de infraestruturas que favoreçam o desenvolvimento da agricultura, da indústria transformadora, do comércio (inter e intra) e dos serviços. O quarto desafio está ligado à **industrialização**. A industrialização é um

imperativo para a África cumprir os objetivos da agenda 2063 no contexto da economia global, constrangida pelas alterações climáticas e dinâmicas complexas de oferta e procura, bem como, conduzida pela sequência competitiva da oferta a todos os níveis – ver **Greening Africa's Industrialization**, UNECA, 2016. Por último, temos o desafio de dar voz efetiva à **sociedade civil** de forma a desenvolver uma classe média com níveis elevados de empreendedorismo, de investimento produtivo, na atração de IDE e na defesa da legitimidade democrática e de direitos humanos.

2.2 Nas últimas décadas, a África esteve envolvida em mais conflitos, na maioria sangrentos e prolongados, que qualquer outro Continente. Todavia, a determinação da liderança política e da sociedade civil na construção da paz, da segurança e da reconciliação com justiça social numa parte importante do Continente africano, permite-nos concluir que nas duas últimas décadas houve mais países a alcançar uma paz com inclusão em África, mesmo que por vezes ainda instável, do que reacendimento de novos conflitos. Mesmo assim, a pobreza extrema estrutural, a desigualdade social crescente, a criminalidade elevada, o terrorismo, a corrupção generalizada, a instabilidade política e económica, a má distribuição dos recursos, a deficiente governança, bem como a pressão demográfica, constituem os principais fatores geradores de uma paz "instável" com processos frágeis de reconciliação. Por isso, as diferenças étnicas, culturais e religiosas têm, nestes países, tendência a acentuar-se, aumentando o risco de conflitos. A solução está, na generalidade dos casos, na realização de eleições livres, honestas e regulares que garantam, não só a participação plena das populações a todos os níveis da vida política, económica, social e institucional, mas, também, a igual distribuição dos benefícios da paz e da riqueza dos seus países, através de uma boa governança com segurança, com investimento forte na educação, com criação de emprego de qualidade e inclusão social.

Por conseguinte, o Continente africano não está todo em "paz", mas é, em 2015, um lugar mais seguro do que antes alguma vez foi (excluindo a África do Norte). No entanto, cinco países saem fora deste cenário e ameaçam "contaminar" os seus vizinhos. São eles: o Mali (Mauritânia, Argélia, Líbia e Níger), o Sudão do Sul (República do Sudão, Etiópia, Uganda e RCA), a Somália (Djibuti, Quênia e Iémen), a República Centro-Africana (RCA) (Chade, RDC e Sudão do Sul), e a República Democrática do Congo (RDC) (Ruanda, Burundi, Uganda e RCA).

No Mali e na Somália há jihadistas e grupos associados à Al-Qaeda (internos e externos). Nos restantes três há antagonismos étnicos e reli-

giosos, bem como problemas relacionados com lutas entre classes sociais. A União Africana (UA) e a União Europeia (UE), em particular a França, estão atentas, mas não conseguiram até agora resolver o essencial, i.e., corrigir a fragilidade das instituições nacionais, a implementação (difícil, sem dúvida) do Estado de direito, adequar as necessidades de mais e melhor investimento na educação e a execução de políticas activas de combate ao desemprego jovem. Estes fatores podem, por si só, dar origem a conflitos sangrentos nos cinco países e nos seus vizinhos. Se juntarmos o facto de estarem numa vasta área com problemas ao nível infraestruturas e vulneráveis ao crime, à migração, à pirataria e ao terrorismo, temos uma combinação explosiva.

Tudo isto criou cerca de 2 milhões de refugiados, sendo a Somália a segunda maior fonte de refugiados do mundo distribuídos pelo Quénia, Etiópia e Iémen.

Assim, a Região do Sahel enfrenta uma perigosa crise de múltiplas dimensões. E as diferentes instituições regionais da UA, tais como ECOWAS, CEMOC e CEN-SAD têm mostrado ser pouco eficazes para enfrentar os desafios e promover uma resposta adequada. Os "atores principais", i.e., a Nigéria, a Argélia, Marrocos e a Líbia parecem estar numa competição aberta ou enfrentam também sérios problemas internos. A ausência de eficácia da UA é, infelizmente, um lugar comum em África cujas consequências estão a tornar-se amplamente aparentes na RCA e no SS.

Resumindo, a violência política existe, os conflitos acabam e recomeçam, mas o número é menor do que há 14 anos; a pobreza (e a fome) continua espalhada por todo o Continente, mais nuns países que em outros, mas a pobreza relativa em (algumas partes de) África está a diminuir, se bem que ainda longe de ter atingido as metas impostas pelos ODM; o desemprego jovem é um facto cada vez mais preocupante, mas o Continente nunca teve quadros tão bem preparados como atualmente - no entanto, faltam as condições, na maioria dos países, para que possam regressar; a burocracia e a falta de liberdade económica são dois indicadores que afastam o investimento direto estrangeiro (IDE). Muitos outros indicadores podiam ser aqui mencionados, tais como: a falta de suficiente investimento na diversificação das economias e nas alterações climáticas; a rigidez dos vários mercados e leis associadas; o pequeno volume de comércio e investimento inter e intra países; a falta de ambiente propício para o IDE; o baixo nível de I&D (investigação e desenvolvimento) aplicado nas universidades, nas empresas, nos ministérios, no desenvolvimento das indústrias transformadoras, na agricultura e investigação agrícola; pouca atenção à paz e reconciliação

duradouras e a consequente falta de força política de muitas organizações da sociedade civil, tanto a nível do Continente, como a nível Regional.

3. "O desafio que a África enfrenta é não só manter o rápido crescimento económico mas também transformá-lo em desenvolvimento sustentável e inclusivo, baseado na diversificação económica que crie empregos, que fortaleça o acesso aos serviços básicos, que reduza as desigualdades e contribua para a erradicação da pobreza sem esquecer o desenvolvimento dos recursos naturais." (UNECA, 2016, cap. 1)

Este desafio renova os apelos que têm sido feitos por académicos africanos (e não só) para a importância e necessidade de os países realizarem transformações estruturais que promovam o desenvolvimento inclusivo, justo e sustentável (ver, p.e., Moura Roque, F., 1997, **Building the Future in Angola: A vision for sustainable development**, CELTA Editora (Oeiras); Fosu, A.K and Collier, P., 2005 (Editors), **Post-Conflict Economies in Africa**, Palgrave, Mcmillan). A definição de transformação estrutural e sistémica como uma importante característica do processo de desenvolvimento foi delineada pela autora em finais da década de 1970 para Angola (documentos políticos) e publicada, p.e., em Moura Roque, F., 1997, *ibid*, caps. 7 a 9, e em 2005, **O Desenvolvimento do Continente Africano na Era da Mundialização**, Almedina, pp. 17 a 103; A UNECA (2015, no quadro 1.2) define transformação estrutural como um processo contínuo que contém uma nova afetação de recursos – em particular, novos investimentos – de atividades de baixa para elevada produtividade dentro e entre sectores, especialmente na agricultura, indústria e serviços.

A "…industrialização e transformação estrutural em África devem promover a acumulação de fatores (incluindo investimento em capital humano, natural e social), a sua reafectação e organização, o conhecimento tecnológico e a inovação que impulsionem o aparecimento de novas e dinâmicas atividades verdes, e o aumento na importância para as economias nacionais, de sectores verdes, tais como, a agricultura orgânica, a energia renovável e o ecoturismo." (UNECA,2016, pp. 21,22)

Para que a África possa aspirar ser um pólo de crescimento global precisa de concretizar, entre outros, certos imperativos: 1) manter uma taxa de crescimento real média de 7% ao ano por, pelo menos, duas décadas (definida no Programa do Plano de Ação de Istambul, a ser alcançada por volta de 2020); 2) acelerar o desenvolvimento da industrialização verde, através de programas de transformação estrutural, social e económica, de forma a que a quota da indústria transformadora seja pelo menos de 25% do

PIB; 3) dar prioridade a uma economia intensiva em conhecimento, investigação e qualificação dos recursos humanos, através da criação de centros de excelência; 4) alcançar taxas de alfabetismo de, pelo menos, 77% para os adultos e de 90% para os jovens; a possível e desejável transformação da educação em conhecimento pode aumentar não só a produtividade da mão-de-obra como também a competitividade dos países – o que seria fundamental para a introdução de uma industrialização verdadeiramente transformável e de um crescimento mais inclusivo (ver UNECA, 2016, cap. 2); e 5) desenvolver o empreendedorismo nacional capaz de trabalhar em conjunto com IDE, promovendo a transferência de conhecimento e assegurando ”spillovers” tecnológicos para as economias — forward e backward (ver Moura Roque, F., 2013, **A África: O Continente do Século XXI?**, Boletim da AICP, nº 40 (2013), pp. 33-50).

Depois de duas décadas de quase estagnação, o comportamento económico de África tem melhorado significativamente desde o início do século XXI. De facto, desde o ano 2000, o Continente tem visto uma subida de crescimento baseada nas “*commodities*”. Entre 2002 e 2008, a média do crescimento real foi de 5,6% ao ano. Em 2009, a taxa de crescimento foi somente de 2,2% devido à crise financeira global e à subida repentina dos preços dos bens alimentares e do petróleo. Contudo, a África rapidamente recuperou e alcançou uma taxa média de crescimento real de 4,6% em 2010. Em 2011, o Continente voltou a fraquejar devido às convulsões sociais e políticas no Norte de África; em 2012, regressou às taxas de crescimento de 5,0% apesar da estagnação (se não mesmo recessão) e incerteza globais.

De 2012 a 2015, A África apresentou novamente uma taxa de crescimento incipiente, devido, principalmente, ao baixo preço da energia e da generalidade das *commodities*, à falta de um ambiente atraente para o IDE, e à dificuldade de obtenção da ajuda pública para o desenvolvimento. Apesar destes fatores, a taxa média anual de crescimento real do PIB no Continente desceu somente de 3,9% em 2014 para 3,7% em 2015, numa média, contudo, muito influenciada pelo crescimento elevado em grandes economias, incluindo a Etiópia (9,3%), o Quénia (6,4%) e a Mauritânia (5,8%). Em comparação, os considerados gigantes do crescimento económico em África apresentaram entre 2000 e 2014, uma taxa média anémica, como p.e., a África do Sul (3,6%; e apenas 1,7% em média anual entre 2013 e 2015), a Nigéria (8%; se bem que em 2015 tenha sido de somente 2,7%) e Angola (7,8%; e de 2,9% em 2015) – ver UNECA, 2016, Cap. 1.

Com este cenário não só a pobreza não diminuiu, como não houve suficiente investimento na diversificação das economias de forma a gerar

empregos (em particular, empregos baseados em mão de obra qualificada) e criar mais rapidamente desenvolvimento social. Houve, contudo, mudanças positivas, especialmente na educação, nas taxas de mortalidade infantil e materna e na capacitação das mulheres. No entanto, o ritmo foi demasiado lento para que a África tivesse conseguido concretizar os Objetivos (sociais, em particular) de Desenvolvimento do Milénio, até 2015.

Não só no aspeto social a África "se atrasou". Há défices nas capacidades institucionais do Estado, nas infraestruturas físicas e económicas, bem como na programação e planeamento de medidas de política a executar, e na capacidade para combater os choques externos - contribuindo assim para aquilo que o Continente deve considerar como "**desafio da transformação**" (ver Moura Roque, F., 1993, "The Angolan Economy: Coordinates for Structural and Systemic Transformation**"**, *Working Paper*, 2013, Universidade Nova de Lisboa). Os países africanos, os seus líderes políticos e económicos, bem como as sociedades civis, devem rapidamente analisar as razões por que o crescimento económico e o comércio mais elevados não conduziram à diversificação das economias, não geraram empregos e não promoveram mais desenvolvimento socioeconómico.

A África tem suficientes recursos humanos e naturais para promover a industrialização e a transformação estrutural económica e social, através do desenvolvimento de estratégias de valor acrescentado em todos os setores (i.e., a agricultura, a indústria e os serviços, tais como o turismo, por exemplo). A Africa possui também uma população jovem crescente, urbana e cada vez mais qualificada, terras férteis e excesso de oferta de água. A África tem, adicionalmente, cerca de 12% das reservas mundiais de petróleo e 42% de ouro, 80% a 90% de crómio e platina, bem como 60% de vasta terra arável e enormes recursos piscatórios e florestais (em especial madeiras só existentes no Continente). Estes recursos, com o aumento da procura de recursos naturais vindo, em particular, das economias emergentes (China e Índia), fazem de África um destino atrativo para o IDE. Todavia, até aqueles países que fizeram progressos significativos nos fundamentais macroeconómicos e na governança têm tido dificuldades em atrair IDE fora do sector dos recursos naturais.

Por conseguinte, é fundamental que o Continente adote a estratégia de valor acrescentado aos produtos, em particular aos que exporta, para promover crescimento sustentado, para criar mais emprego (trabalho, capital e conhecimento intensivos) e para obter a transformação estrutural sustentável das suas economias. A promoção da industrialização baseada em bens/produtos (*commodities*) cujo valor acrescentado fique em África, pode ser

um instrumento poderoso para os países africanos combaterem "a tirania do financiamento" (UNECA, 2013, p.9) e o facto de a produção de muitos desses bens ser capital-intensivo. Daqui resultarão uma economia e uma sociedade mais justas, inclusivas e estáveis, bem como a criação de ligações *backward* e *forward* na cadeia de produção.

Todavia, apesar do legítimo otimismo que se sente por toda a África, o novo paradigma socioeconómico deverá ultrapassar essencialmente dois obstáculos fundamentais: A pouca eficácia das **instituições** (ou inexistência em vários casos) e a corrupção. Se não se garantirem aos investidores internos e estrangeiros elementos tão simples como o direito de propriedade, liberdade económica e empresarial, bem como regras claras e previsíveis - não haverá estabilidade e confiança. O segundo obstáculo está relacionado com a **elevada taxa de urbanização**. Daqui a vinte anos a África terá pelo menos mais 800 milhões de pessoas. A maior parte deste enorme crescimento populacional terá lugar nas cidades. As cidades são fundamentais para a inovação, criatividade, criação de riqueza e de empregos. Para isso serão necessários melhores governos, melhores e mais infraestruturas, serviços públicos, educação e saúde e forças de segurança bem treinadas e com ética cívica. Assim a economia africana com sucesso precisa de: maiores gastos com urbanização, educação e saúde, financiados pelos impostos, que poderão também melhorar e sustentar o crescimento económico e o ambiente, bem como, criar empregos e reduzir a desigualdade na distribuição dos rendimentos, da riqueza e das oportunidades.

A África contém em si mesma, como mais nenhuma outra Região do Mundo, a promessa de um futuro melhor, mais democrático, mais livre, mais respeitador dos direitos humanos e mais próspero.

FALTA A LIDERANÇA!

Os países lusófonos e um mundo de ruturas[1]

Prof. Adriano Moreira[2]

O historiador Roger Crowley, que escreveu um livro brilhante e sério sobre o tema – How Portugal Seized the Indian Ocean and Ferged the First Global Empire (2015), recentemente traduzido para português, depois de uma rigorosíssima investigação sobre o processo com que inscreveram o seu lugar na história mundial, homens como o Infante D. Henrique, Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque, escreveu o seguinte: "…os portugueses iniciaram infindáveis interações mundiais, tanto benignas como malignas. Trouxeram armas de fogo para o Japão e astrolábios e feijão-verde para a China, escravos africanos para as Américas, chá para Inglaterra, pimenta para o Mundo Novo, seda chinesa e medicamentos indianos para todo o continente europeu e um elefante para o Papa. Pela primeira vez, os povos de lados opostos do planeta puderam ver-se, tornando-se alvo de descrições e espanto". Esta referência, repetida por vários analistas, não é ao globalismo de hoje que se refere, consequência da flexibilidade da semântica. Em relação a este primeiro sentido, que o Sunday Times anunciou como sendo "o relato empolgante da ascensão de tal Portugal a Império Mundial", termina, com humor e ao mesmo tempo resignado, escrevendo: "Hoje, em Belém, perto do túmulo de Vasco da Gama, da estátua do impaciente Albuquerque e da costa da qual os portugueses zarparam, há uma pastelaria e café venerável, a antiga Confeitaria de Belém. É talvez um altar em homenagem à influência mais benigna de Portugal na aventura global. As multidões acorrem ai para provar a sua especialidade, os *pastéis de Belém*, tartes de nata

[1] Conferência realizada na Universidade de Coimbra em 05JUL2017.

[2] Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa. Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa e Membro Honorário da Academia de Marinha.

cozidas até estarem douradas. Comem-se salpicadas de canela, acompanhadas de café escuro como pez. Canela, açúcar, café: os sabores do mundo que ali chegaram em veleiros". Ainda não tinham felizmente construído o novo Museu dos Coches, porque então a prosa nos traria mais profunda melancolia. Talvez o globalismo tenha tido a sua primeira grande mudança de sentido quando os historiadores autonomizaram o Período Histórico que chamam – *A Europa Dominadora*. De facto, desde o fim do Século XIX até ao começo do século XX, o globo apareceu como o que foi chamado "universo europeu".

Sendo o mais pequeno dos continentes, todavia, o poderio económico alcançado, a superioridade da ciência e da industrialização, em todos os setores, enquanto os EUA cresciam independentes, até alargarem tal superioridade ao Ocidente, conseguiam o que os franceses chamariam "la manmise sur le monde", assumindo a superioridade sobre as restantes etnias, culturas, religiões, levando um dos então principais atores políticos, que foi Lord Asquit, a afirmar, no discurso que dirigiu à primeira reunião da Conferência Imperial de Londres, de 1911, o seguinte: "No Reino Unido, e em cada uma das grandes comunidades que representais, somos cada um e queremos manter-nos todos continuar como os senhores em nossa casa. Esta vontade é aqui e em todos os domínios o fundamento da nossa política". Pelos inícios do século vinte (1905), no seu famoso livro "*Sur la Píerre Blanche*", Anatole Francis parece o crítico desse globalismo colonial ao proclamar-se contra o que chamou "La folie colonial", depois de enumerar as perdas de vidas e cabedais franceses no Congo, na Cochinchina, na India, em Tonkin, na Guiana, em Madagáscar: afirma que "a ironia destes resultados é bastante cruel, e não se concebe como pode formar-se, para nosso prejuízo, este império dez ou onze vezes maior que a própria França. Será que a loucura colonial não terá fim?". No entanto, enquanto os tempos silenciosamente faziam ruir esta espécie de globalismo, os EUA, sem usar o nome, formavam o seu Império, a nova parcela, crescente em poder, do ocidente. Os EUA primeiro limparam o território, que seria o território nacional, dos primitivos povos senhores, depois defenderam e praticaram que o seu conceito estratégico era o "interesse permanente e variável", o "destino manifesto" que os levou do Atlântico ao Pacífico, e o "Big Stick" destinado a manter uma ordem aceitável no resto do continente. Foi este período do globalismo em que a Europa se considerou "a luz do mundo", e os EUA a "Casa no Alto da Colina", exemplo e poder ordenador da hierarquia das potências. Este período do colonialismo mundial, com domínio dos ocidentais sobre o que chamaram "terceiro mundo", tem conflitos internos que levaram a identifica-la como sendo de "Europa Sangrenta", com as

duas guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945) separadas por um pequeno período que pareceu ser a "belle époque", que, sobretudo depois dos anos trinta, viu crescer o totalitarismo e o enfraquecimento das democracias, a brutalidade do nazismo e a expansão do sovietismo. A "alegria coberta de lágrimas" que foi a paz de 1945, e a espera da morte lenta do poderoso Ocidente que foi a chamada "guerra fria", para além da ONU muito penalizada pela Ordem dos Pactos Militares, com a ordem mundial perturbada pela revisão de toda a estrutura normativa deste globalismo, levou a que findasse fazendo lembrar Anatole France, ouvindo todas as áreas culturais do mundo a falarem pela primeira vez livremente na ONU, e definitivamente originando um novo globalismo de que sabemos alguns efeitos, mas pouco da sua estrutura.

Em primeiro lugar a questão de saber - quem governa o mundo? Em segundo lugar reconhecer que a escala hierárquica das potências, que tinha como critério orientador mais importante o *poder militar*, encontra-se afrontada pela capacidade de o *fraco* vencer o *forte*, com o primeiro exemplo no derrube das Torres Gémeas, e consequência, até hoje incontrolável, que é o *terrorismo*. Depois, a *tradição*, em face da ignorância da estrutura do globalismo atual, a levar a *memória* a esquecer a *legalidade* dos principais tratados e instituições destinadas a impedir confrontos europeus como na guerra de 1914-1918. Quando foi criada a Sociedade das Nações, desapareceram os Impérios Alemão, Austro-Húngaro, Russo, Turco, a favor do princípio Nação-Estado, e hoje a Alemanha, destacando-se na União Europeia, continua na dúvida, assente na memória, sobre se pretende uma Alemanha europeia, ou uma Europa alemã; a Rússia, com Putin, lembra-se de que na Rússia foi proclamado, pela Igreja Ortodoxa, que a Primeira Roma caiu, a segunda Roma caiu, mas a terceira Roma (ortodoxa) não cairá, e proclama e executa que a sua fronteira de interesses é superior à jurídica; a China mostra a Bandeira e pretende recuperar o Mar que deixou há séculos de navegar; o ilustre Fukuyama averiguou o papel das religiões no atual globalismo, a ONU chamou por cinco vezes o Bispo de Roma (Papa) para o ouvir na Assembleia Geral, onde doutrinaram Paulo VI, João Paulo II por duas vezes, o Papa Emérito, e agora o enviado de Deus que é o Papa Francisco. Mas a hierarquia das potências, entre o Lienchetein e os EUA, mantem o nome da soberania mas multiplica as diferenças de conteúdos – porque para além do poder militar é necessário o poder financeiro, o poder económico, o poder científico e técnico. As uniões de Estados, para equilibrarem as diferenças, fazem variar os conceitos de fronteira sagrada, de patriotismo e nacionalismo, assim como o avanço técnico agride as intimidades das pessoas, e segredo das instituições mesmo estaduais.

Mas, sobretudo, quando se pretende saber quem governa o mundo, verificamos que o *poder real* é frequentemente oculto, não coberto pela legalidade, sendo apenas um voto a ideia de que a ONU seria presidida por dois princípios não escritos, o "mundo único", isto é, sem guerras, e a "terra casa comum dos homens", isto é, governada e não esgotada em termos de colocar em perigo a sobrevivência das espécies, incluindo a humana. Por isso a questão multisecular de decidir se a autoridade do poder deve ser retida pelos humanos que ganharam a qualidade de cidadãos (democracia), a qual parece ameaçada pelos poderes ocultos ou não legitimados. Daqui resulta, em face do turbilhão das migrações, da guerra em toda a parte, incluindo os 300 ou 400 mil crianças que combatem do Cabo ao Cairo, a questão de saber se devemos encontrar uma nova forma de governar, ou se o Estado necessita de ser reinventado. Por enquanto evidenciaram-se as rutu-ras do mundo, com o antigo terceiro mundo – mundo a declarar que consi-dera os ocidentais os maiores agressores dos tempos modernos, a segurança, a livre circulação, os deveres humanitários a colocar os ocidentais na difícil angústia em face do terrorismo, com o Médio Oriente em turbilhão, com o futuro da União Europeia na dúvida, abalada a confiança que o Abade Correia da Serra colocou no norte do continente americano quando regido pelo Manual de Jefferson, e no Sul pelo breve Reino de Portugal, Brasil e Algarves, com o "Credo do mercado" a substituir o "Credo dos valores" que sonhou com o "mundo único" e a "terra casa comum dos homens". E também a difícil relação entre a técnica e as ciências, sobretudo na área do armamento, com o seu uso. Lembremos que a descoberta do uso da energia atómica, para fins guerreiros, levou o condutor da investigação a declarar que tal poder nunca fosse usado. Isso não impediu que Truman, talvez para evitar que Stalin avançasse sobre a Ásia em vista de ter declarado guerra ao Japão, ordenasse o lançamento da Bomba Atómica sobre Hiroshima e Nagasaki, em 6 e 9 de Agosto de 1945, fixando em 598.000 os mortos no Japão, incluindo os bombardeamentos anteriores, Hiroshima contribuindo com 140.000 vítimas e Nagasaki com 74.000, tudo acrescentado com os 120.000 que depois morreram por causa dos efeitos. Sabemos que o avanço da ciência não impede que os pobres morram mais cedo, que os despojados de recursos alarguem a dimensão enquanto que os mais ricos diminuem em percentagem, que já Getúlio Vargas (1947) disse que "em matéria de petró-leo, tudo o que a nossa imaginação possa sugerir é pouco em face do que possa acontecer", e que o Embaixador Moniz de Aragão (1939) escreveu que "o petróleo opera prodígios, tem ditado a política internacional das grandes potências, assentou e derrubou governos, abalou uma dinastia, criou fortu-nas fabulosas e conta entre os seus servidores estadistas dos mais notáveis":

mas nesta data e fase do globalismo do nosso tempo, é o poder atómico que requer capacidade de finalmente entender tal globalismo e impedir os usos e efeitos malignos. Desde o fim da II Guerra Mundial, as potências procuram obstar à multiplicação da posse da Bomba, ainda mais terrível depois da Bomba de Hidrogénio. Os EUA, não apenas para assim manterem a superioridade na hierarquia militar, sabendo, por experiência, que quem tem a bomba não resiste a usá-la, procuraram tratados limitadores, e segredo do saber. Esqueceram que a ciência e o saber fazer dificilmente perdem a capacidade de se exibirem, e nesta data, para além dos conflitos militares em curso, a ameaça da Bomba é esdrúxula. O número de países que a possuem ou podem possuir é crescente, (EUA, França, Israel, Irão, África do Sul, União Indiana, China) mas destaca-se a Coreia do Norte, governada por um imprevisível, e os EUA hoje governado por um por enquanto indecifrável. Sabemos, pela história, que os grandes conflitos começaram frequentemente por motivos fúteis, como aconteceu com a Primeira Guerra Mundial: o que tenho por evidente, neste globalismo em que vivemos, é que, pela primeira vez na história da Humanidade, o homem tem o poder de destruir a terra. Doutrinas, teorias, ideologias, códigos religiosos e morais, não detêm a loucura que eventualmente afeta os detentores do poder. Por isso, assumindo todo o pessimismo que nos possa ser atribuído, concordemos que é o mais urgente problema que temos de enfrentar. Contrariar, pela doutrinação dos inspiradores, que "o mundo único" e a "terra casa comum dos homens" são os princípios que uma reorganização deve ter por premissas orientadoras, Mas não possuímos as vozes inspiradoras que, em tantas crises do passado, conseguiram encontrar e abrir caminhos. Espero não ferir nenhuma sensibilidade se disser que, neste ano da graça de 2017, a voz que mais requer ouvido e confiança, é a de Francisco, Bispo de Roma, e por isso Papa da Igreja Católica, que a ONU quer escutar.

É em face a este mundo de ruturas que se coloca a questão da inserção dos Países Lusófonos no Mundo Pós-Ocidental. O enunciado do tema dá por concluída a decadência outonal dos ocidentais. Há fundamento para esta inquietação, e completa incapacidade de prognosticar sobre o futuro. Tentarei, no entanto, conseguir seriar alguns pontos críticos:

1) Em primeiro lugar recordar que foram os EUA que, no fim da guerra de 1914-1918, ao ser criada a Sociedade das Nações, que no estatuto desta consagram o modelo do Estado-Nação, que terminou com os Impérios Alemão, Austro-Húngaro, Russo, Turco, embora não assinassem o Pacto e continuassem a construir o que analistas chamaram o Império Americano;

2) A guerra de 1939-1945, levou ao fim do Império Euromundista, partilhado pelas soberanias da frente europeia atlântica, isto é, Holanda, Bélgica, Reino Unido, França, Portugal;

3) A ordem da ONU foi limitada pela Ordem dos Pactos Militares – NATO e VARSÓVIA – enquanto, na ONU, pela primeira vez na história da Humanidade, todas as áreas culturais falavam em liberdade, dos seus valores e sonhos de futuro;

4) As parcelas do Império Euromundista foram eliminando os poderes coloniais de que dependiam, em todas com conflitos militares, em que se incluiu a chamada guerra colonial portuguesa. É nesta situação que temos de tentar ajudar a encontrar resposta para o tema que nos é proposto. Também enumerar algumas das circunstâncias que estão a desafiar-nos.

   a) Em primeiro lugar tomar boa nota de que, entre as parcelas do Império Euromundista, a situação portuguesa tem características específicas: falhou a Iniciativa Francesa de uma articulação Euroafricana, com uma cooperação que desapareceu sem certidão de morte; falhou o projeto da União Francesa, ambição do General De Gaulle, que se assumiu desconsiderado pelo voto negativo da Guiné; falhou o projeto inglês de manter unido o Império da India, que originou três países; a guerra da Argélia ainda tem sequelas visíveis. Portugal foi o único Estado que conseguiu, com o apoio decisivo do Brasil, organizar a CPLP e o Instituto Internacional da Língua Portuguesa;

   b) A explicação teórica mais invocada foi o *lusotropicalismo*, devido sobretudo a *Gilberto Freyre*, com o seu Instituto do Recife. Todavia, os períodos de organização democrática da Europa Ocidental agudizam críticas baseadas em afirmado comprometimento de Gilberto com a política portuguesa do Chamado Estado Novo, que no Brasil foram acompanhados no sentido de o acusarem de amenizar, sem critério científico, o colonialismo do passado brasileiro. Todavia, o seu grande critico Fernando Cardoso, quando Presidente do Brasil, declarou o ano de 2000 como Ano Gilberto Freyre; o ilustre Darcy Ribeiro, marxista ativo e perseguido, também portanto crítico de Gilberto, deixou escrito o seguinte: assim como a Itália seria outra sem Dante, a Espanha seria outra sem Cervantes, Portugal seria outro sem Camões, o Brasil seria outro sem Gilberto. A *maneira portuguesa de estar no mundo*, que tem de ser recebida sem benefícios de inventário, está certamente entre as causas deste

resultado único no desagregar do Império Euromundista, e precisa de ser averiguado com rigor, mas sem rejeição.

c) Isso não impede que avultem neste problema os embaraços que sobretudo resultam da desordem mundial em progresso na ONU, de facto adormecida durante o meio século da Ordem dos Pactos Militares, mais dificuldades específicas dos países em que se dividiu o Terceiro Mundo libertado. Entre tais dificuldades, aponto as seguintes:

(1) Enquanto que o Ocidente, responsável pela Carta da ONU, aderiu a um conceito geral de Estados-Democráticos, a heranças de antigas colónias foi a de governo Extrativo, com fronteiras desenhadas em geral por acordo ou desacordo dos colonizadores, invocando não o valor Estado-Nação, mas sim o valor que se traduziu no grito – deixem passar o meu povo. Infelizmente o modelo Estado-Extrativo é o que mais se destaca, designadamente no turbilhão do que os especialistas chamaram – *guerra em toda a parte*.

(2) O enfraquecimento da solidariedade Atlântica, com a política errática da Presidência Americana, e, no que nos respeita, a inquieta situação do Brasil, fez com que as famosas previsões do Abade Correia da Serra, ao escrever ao seu amigo Jefferson, considerando que os EUA seriam os orientadores do Norte do Continente, e o Brasil a referência do Sul, estejam em suspenso;

(3) A União Europeia, sem conceito estratégico está enfraquecida pela relação enfraquecida dos eleitorados com a governança, atingida pela crise económica e financeira, de facto dividida entre uma Europa Pobre (Chipre, Grécia, Itália, Espanha, Portugal), que é praticamente o antigo Império Romano, e a Europa rica do Norte em relação a esse sul pobre; acresce o Brexit do Reino Unido e o facto de, pela primeira vez na história da Humanidade, estar nas mãos de governantes inquietantes, o poder de destruir a própria terra, bastando pensar na organização da Coreia do Norte, e na fragilização da solidariedade atlântica. Por tudo, a questão do lusotropicalismo, é sobretudo a de aceitar que cada membro dessa União tem de responder às suas exigências específicas, mas sem perder a voz portuguesa de todos, acreditando que o *poder da voz* é capaz de vencer a *voz dos poderes*. Repetirei: ouvindo, com a ONU atenta, a voz do Bispo de Roma, que foram buscar ao fim do mundo.


Justitia et pax osculatae sunt

A CPLP, uma comunidade à procura de um caminho[1]

V/Alm. Rebelo Duarte[2]

SIGLAS

ACL – Academia das Ciências de Lisboa
AO – Acordo Ortográfico
APLOP – Associação dos Portos de Língua Oficial Portuguesa
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
CAF - Confederação Andina de Fomento
CCB – Centro Cultural de Belém
CIFA – Centro Internacional para a Formação Avançada
PLP – Comunidade de Países da Língua Portuguesa
E-M – Estados-membros
EUA – Estados Unidos da América
IILP – Instituto Internacional da Língua Portuguesa
OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PLP – Pórtico da Língua Portuguesa
PR – Presidente da República
PSO – Peace Support Operations
SADC – Southern African Development Community
SI – Sistema Internacional

[1] Conferência realizada na Academia de Marinha, em 24OUT2017.

[2] Professor convidado do Instituto de Estudos Políticos da UCP; Membro Emérito da Academia de Marinha; Membro da Direcção da Sociedade de Geografia de Lisboa; Presidente da Direcção do Instituto Dom João de Castro.

*"**Da minha língua vê-se o mar**"*
Vergílio Ferreira

1. Introdução

É verdade que Portugal integra hoje o espaço europeu, mas geográfica, histórica e culturalmente, o país não se esgota na Europa, virado que está para o Atlântico e com os pés no Mediterrâneo, também merecedor de inclusão histórica na nossa identidade estratégica.

Nessa medida, fará sentido a congeminação de um futuro que passe pela consolidação do poder funcional que lhe advém da condição de plataforma oceânica de fachada atlântica.

A Lusofonia encontra aí a raiz estratégica fundamental, justificando-se, pois, que seja arquitectada com lucidez e pragmatismo, num futuro português em cujo horizonte, à semelhança do passado, sobressai o MAR, enquanto espaço estratégico de interesse nacional permanente.

De facto, a manifestação mais expressiva de uma renovada estratégia nacional pode situar-se nesse duplo contexto – MAR e CPLP –, as tais duas "*janelas de liberdade e oportunidade*", de que fala o Prof. Adriano Moreira[3], a recomendar uma avaliação mais actualizada sobre a articulação e coerência da relação triangular Portugal–Angola–Brasil, natural e necessariamente inclusiva dos demais membros da Comunidade.

Ressalta nesta comunidade a sua maritimidade comum, reforçada pelo facto de se apresentarem com grandes cidades ribeirinhas, incluindo as suas capitais servidas por plataformas portuárias de excelência. Exceptuando Brasília para confirmar a regra, assim sucede de Lisboa a Díli, passando por Luanda, Maputo, sem esquecer Bissau e não contando, evidentemente, com os arquipélagos como Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, por maioria de razão, atestando uma condição marítima a que não será estranha o formato histórico das descobertas portuguesas.

Hoje, chama-se muito a atenção para a importância das cidades e é conhecida a tese da globalização competitiva determinada pela concorrência entre cidades do que entre nações, uma vez que são as primeiras a tornarem competitivas as segundas. O que não será de surpreender, dado que a actual litorização e globalização do mundo impulsiona aquelas grandes metrópoles do desenvolvimento, com os mais altos índices de crescimento

[3] "Memórias do Outono Ocidental: um século sem bússola", Ed. Almedina, NOV2013 (págs.151-153);

e expansão, enquanto grandes cidades portuárias, litorais, salvo alguns poucos casos em que, não o sendo, dispõem, todavia, de importantes portos fluviais, com boa ou mesmo excelente interligação ao mar, ou seja, a um, ou a mais do que um, bom ou mesmo excelente porto marítimo.

Esta observação servirá de alibi para o propósito de valorizar, numa segunda parte, o potencial marítimo do conjunto de membros da CPLP – uma Comunidade "*com sabor a sal*", como alguém já lhe chamou –, apontando o que já foi conseguido nos últimos anos, em ordem à visualização dos possíveis horizontes de cooperação e partilha de resultados e benefícios. Também aqui com uma ressalva, perscrutar esse futuro, passa e muito pelas dinâmicas de cada uma das partes no presente, e, aqui, iremos encontrar alguns escolhos cuja remoção está intimamente associada ao elan estratégico da transformação das estratégias e planos em realizações concretas e palpáveis, uma crítica implícita, ainda que com diversa incidência, de que a comunidade no seu conjunto se poderá isentar.



Figura 1 - Cerimónia da Assinatura do Acto Constituitivo – 17JUL1996

2. Uma ideia e uma ambição

As relações entre os países lusófonos, historicamente foram o que foram.

Portugal era o centro, o Brasil o primeiro a dizer adeus e as ex-colónias de África e Timor, independentes muito mais tarde e bastante diferenciadas entre si, vêm fazendo o seu caminho, sem que hajam virado costas, nem se veria como necessário, a Portugal.

Como diz o Prof. Adriano Moreira[4], "… *todos os países membros da CPLP são países marítimos, um facto de união que se agrega aos factos estruturantes que são a língua, a história comum não recebida a benefício de inventário, isto é, sem omitir erros ou desatinos, mas suficientemente rica de emergências que têm a primeira expressão na independência, e o traço inapagável, que soma às especificidades culturais próprias, que é a maneira portuguesa de estar no mundo*."

Tal não obsta ao reconhecimento de que o mundo evoluiu, como o comprovam Brasil e Angola. Os seus interesses económicos e políticos junto dos países parceiros lusófonos são evidentes, a extravasarem, cada vez mais, a histórica e lusa maternidade geopolítica.

Esse movimento centrífugo não se afigura castrador da ideia de uma CPLP[5] como a mais importante herança chegada até hoje, do reluzente período da nossa história, semeando quase 250 milhões de falantes (só o Brasil tem 190 milhões) e 8 países dotados do português como idioma oficial, a língua que Pessoa identificou como a nossa pátria, espalhada por quatro continentes.

Ainda hoje se reconhece a valia da experiência histórica dos portugueses e inerente potencial de ganhos e vantagens no contemporâneo quadro da globalização, como o faz a jovem autora do livro "*The Cultural Map*", Erin Mayer, professora da Escola de Negócios INSEAD, de Fontainebleau, admitindo também, curiosamente, uma "*dissonância cultural mais complicada entre Portugal e Brasil, do que com Angola*", a propósito das respectivas estratégias adaptativas a nível comportamental e de negócios.

Quiçá a mesma percepção terá iluminado a ideia de Aparecido de Oliveira, o progenitor oficial do projecto da CPLP, sem esquecer o nosso Agostinho da Silva, muitos anos radicado em Brasília e responsável pelo desenvolvimento da sua universidade e respectiva biblioteca, o qual, com algum humor, bem fica na pele de seu avô.

Independentemente da progenitura, o facto é que a iniciativa da criação da CPLP foi brasileira, assim como a do IILP. Recorda-se que o primeiro passo para a criação da Comunidade foi dado em São Luís do Maranhão, em NOV1989, durante o primeiro encontro de Chefes de Estado e de Governo

[4] Conferência "*O interesse português na Bacia do Atlântico*", no Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), em 21FEV2013;

[5] A CPLP foi constituída em 1996, com 7 membros (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe), a que se juntaria Timor-Leste, em 2002, e a Guiné Equatorial, precisamente na cimeira de Dili, em 2014;

de países de língua portuguesa, daí resultando a criação do referido Instituto, destinado à maior difusão do idioma comum a nível mundial.

Tais iniciativas poderão associar-se às premonitórias palavras de Miguel Torga, proferidas quando recebeu José Lins do Rego, em Coimbra, a 21JUN1951. Disse ele: "… *assim como o Brasil nos desconhece, desconhecemos nós o Brasil. Porque ficamos fiéis à imagem burocrática de uma colónia, fugiu-nos a fisionomia de uma pátria nascente; porque ficou fiel à imagem dominadora da metrópole, esfumou-se-lhe o papel de uma pátria materna. E, longe de nos aproximarem, as aproximações têm-nos separado. É que elas não têm sido feitas a partir de uma justa actualização de valores*.".

Autor deste esquecimento bem lembrado, o Prof. Adriano Moreira projectou a crítica de Torga até aos nossos dias, afirmando: "… *"traço de união", que lhe mereceu tanta atenção e cuidado, não conseguiu fazer parte segura de um conceito estratégico nacional por elaborar, que assegure as janelas de liberdade que ainda existem para este país à beira-mar plantado*."[6].

Na sequência do encontro do Maranhão, sucederam-se os contactos entre os dirigentes, dando origem, sete anos depois, à actual comunidade, que tem, como dirigente e sucessora de Murade Murargy, a Secretária Executiva são-tomense Maria do Carmo Trovoada Pires de Carvalho Silveira[7], desde a XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em 31OUT-01NOV2016, em Brasília.

Será consensual que, nos bastidores da criação da CPLP, esteve a vontade portuguesa de se reencontrar com os povos das antigas colónias, segundo um redesenhado modelo de cooperação, ínsito na deliberação tomada pelos sete fundadores, no CCB.

Na agenda da Comunidade têm estado inscritos os temas da língua, da cultura, da cooperação técnico-científica, da formação, da segurança no âmbito vasto da "*Agenda para a Paz*", de Boutros Boutros-Ghali, sobretudo no sector do "*peace-building"* e *PSO.*

Portugal assumiu esse projecto com esperança e entusiasmo, animado pelo facto de nos ligarem aos PALOP e ao Brasil um legado histórico e cultural, de afinidade e até de sangue, também na crença de que estes países

---

[6] *In* "*Traço de união*", artigo publicado no "Diário de Notícias", de 16SET15;

[7] Nascida a 14FEV 1961, casada, mãe de três filhos, estudou Economia na Universidade de Donetsk, Ucrânia, e Administração Pública na Escola Nacional de Administração, em Estrasburgo, França. É doutoranda em Desenvolvimento Socioeconómico na Universidade de Lisboa;

sentissem o recíproco sentimento de fraternidade, que a guerra colonial não abafaria. Oferecia-lhes, em contrapartida, uma genuína vontade de um entendimento e apoio, expressos numa cooperação mutuamente vantajosa, potenciada pelo instrumento poderoso da língua comum, como "combustível" para a projecção de poder e influência do conjunto no SI e em espaços de renovado interesse geoestratégico para todos.

No entanto, cedo se sentiu que a vontade só por si e mesmo que pressupostamente partilhada pelo "outro lado", não seria suficiente para mover moinhos. É indispensável reunir capacidades e contar com meios de financiamento, quase sempre insuficientes em relação aos níveis necessários para as ambições de desenvolvimento, nomeadamente no capítulo da defesa e difusão da língua, o principal activo e esteio da organização multilateral, não só nosso, mas de todos.

Apesar dessas vicissitudes, a CPLP foi atraindo novos candidatos. Na Cimeira de Bissau em 2006, aceitou os seus dois primeiros aderentes com o estatuto de "observador associado"[8]: Guiné Equatorial[9] e Ilhas Maurícias[10]. Na Cimeira de Lisboa, em 2008, foi a vez de o Senegal ver formalizada idêntica adesão. Na Cimeira de Dili, em 2014, aconteceu a entrada plena, como membro efectivo, da Guiné Equatorial, com toda a conhecida controvérsia e interrogação sobre o futuro da organização que essa elevação estatutária espoletou e que alguns não afastam a hipótese de uma futura revogação, isto se os interesses económicos particulares não falarem mais alto.

Naquela conferência foi ainda atribuída a categoria de observador associado à Geórgia, Repúblicas da Namíbia e da Turquia e Japão. Na cimeira de Brasília a mesma categoria de associação foi outorgada à Hungria, Repúblicas Checa, Eslovaca e Oriental do Uruguai. E de imediato salta uma interrogação pertinente: até que ponto a língua comum – o português – pode vir a manter-se como referencial de uma organização onde

[8] Além dos membros plenos e efectivos, há seis observadores associados: Geórgia, Japão, I. Maurícias, Namíbia, Senegal e Turquia (3 localizados no continente africano, 2 no asiático e 1 transcontinental entre os continentes asiático e europeu). Existem ainda "observadores consultivos" (ex: Academia Brasileira de Letras, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Agostinho Neto, etc,);

[9] Antiga colónia de Portugal, objecto, no século XVII, de um negócio com Espanha, tendo em troca Portugal recebido da Coroa espanhola um território na América do Sul que foi integrado no Brasil;

[10] Habitado por 2 comunidades – indiana e africana, originária de Moçambique – daí o interesse em participar na CPLP;

vários dos novos membros associados, como turcos, senegaleses ou georgianos, não dominam esse idioma?

Não será surpresa se se tiver de acrescentar novos lugares à mesa, já que no continente sul-americano, a CPLP exerce alguma atracção aos olhos de todos os países que fazem fronteira com o Brasil[11]. Ucrânia e Roménia são dois outros candidatos, interessados pelos laços que estreitaram com Portugal através dos fluxos migratórios. Menos claro é, por ora, o interesse croata.

Assim como não será controversa a ideia da partilha de "três patamares estratégicos" entre os países fundadores da CPLP: a referida língua portuguesa, os aspectos culturais dominantes (resultado da longa história comum) e o contacto com o mar (o Atlântico, na maioria dos casos). Esta foi, em linhas muito genéricas, a mola impulsionadora do projecto comummente assumido, especialmente nos primeiros anos da sua existência.

Apesar desse entusiasmo fundador, poder-se-á afirmar que a CPLP, institucionalmente avaliada, ainda está longe da consolidação. Faltar-lhe-á um projecto que subordine, de alguma forma, os interesses particulares dos Estados a uma estratégia global em que facilmente se revejam, não alheada, obviamente, de um inevitável realismo geopolítico. Sem o compromisso de finalidades e objectivos políticos partilhados e a consequente, clara e comum estratégia, todas as iniciativas se diluirão na retórica, subsumida naquilo que Alfredo Margarido[12] designou de novos mitos portugueses.

Ainda assim, dois factores continuarão centrais nas justificações da CPLP: a "Língua" e a "História", assim como uma subliminar e fulcral questão, como seja a de saber, em que medida a iniciativa da CPLP corresponde, no plano intracomunitário e intergovernamental, aos interesses dos seus membros? Quem ganha o quê e como? O que ganham, abertamente, todos?

Registe-se, como curiosidade, o facto de representantes do espaço linguístico do português e do francês se terem encontrado, em 06/07DEZ2017, na Sorbonne Nouvelle, visando reflectir sobre novas formas de cooperação e de definição de estratégias comuns a nível mundial, para que as duas línguas possam constituir um contrapeso cultural ao inglês, eleito como objetivo principal desse Congresso da Francofonia e da Lusofonia realizado em Paris.

[11] Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana Francesa, Guiana, Paraguai, Suriname, Peru, Uruguai e Venezuela, onde existe uma forte comunidade portuguesa;

[12] Na sua obra "*A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses*", Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000;



Nestas questões é preferível afastar a concepção romântica de uma "desinteressada" e singular "*irmandade*", confinada a um espaço histórico e linguístico *sui generis*. Enquanto instrumento conceptual tal pretensão pode constituir uma falaciosa ilusão e, como meio de acção, pouco mais do que uma inutilidade.

A dificuldade será encontrar o interface harmonizador de interesses nacionais e comunitários, tanto mais que os da CPLP não poderão sobrepor-se aos interesses permanentes dos parceiros e, em muitos casos, aos que derivam da União Europeia-Países ACP, do Mercosul, da *Commonwealth* ou da própria UE, as correspondentes organizações de matriz e cobertura regional. Aliás, o caso europeu é bem ilustrativo das dificuldades de convergência num acervo de interesses comuns que permita desbravar o processo de aprofundamento e integração, perante a diversidade de interesses nacionais referentes aos antigos espaços coloniais. A desejada solução de mobilidade no seio da CPLP ilustra bem esses constrangimentos.

Quanto às vantagens da existência da CPLP, cremos que elas decorrem certamente do económico, mas, acima de tudo, do conjunto, aliás impreciso, dos factores sócio-culturais e linguísticos, na medida em que estes facilitam diálogos cruzados com incidências em vários planos, incluindo o da economia. Só esta, quase que em exclusivo, poderá não lhe proporcionar o elixir da existência e continuidade, sendo imperioso um *projecto político* que lhe reforce a consistência, salvaguardando, ao mesmo tempo, uma multipolaridade de poderes e influências tendentes a rejeitar qualquer hegemonia ou pulsões identitárias, já que o surgimento de conflitos ideológicos está, por ora, afastado.

3. Uma construção na diversidade de visões e interesses

Antes propriamente desse balanço desapaixonado das realizações enumeráveis ao longo do caminho percorrido, poderá ter interesse pôr em evidência aquilo que designaria como um certo "*desvio ou "desfasamento'*"", entre o discurso oficial e a opinião informada.

No primeiro registo invoco as palavras do Dr. Domingos Simões Pereira[13], ainda na qualidade de Secretário-Executivo da organização:

> "*… A CPLP é um pacto de amizade e solidariedade entre iguais. A sua actuação está a ganhar crescente visibilidade internacional e o seu reconhecimento tem-se verificado nas actividades desenvolvidas em inúmeras áreas sectoriais. As demonstrações de interesse de alguns países e instituições em integrarem a CPLP comprovam a vitalidade de uma organização que comemorou 15 anos de existência no passado 17JUL2011 .....*".

Já mais recentemente e dentro do mesmo diapasão, atente-se na posição do sucessor no cargo, o moçambicano Dr. Murade Murargy, em entrevista a um periódico português[14]:

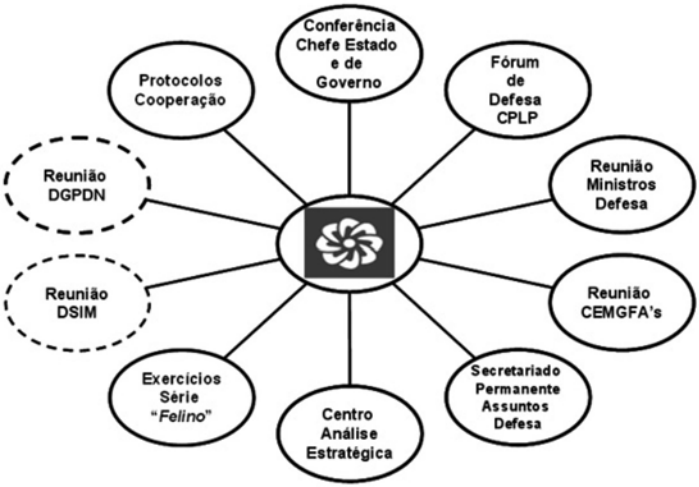
> "*… A CPLP é uma obra em progressão, uma Comunidade em construção com alicerces que já eram bastante sólidos quando assumi as funções, aos quais procurei dar continuidade e acrescentar solidez. Porém, continuamos a ambicionar mais e a procurar evoluir com a experiência institucional adquirida nestes quase 20 anos. Duas décadas que, paulatinamente e progressivamente, vão dando consistência e credibilidade à CPLP ....* (ainda que reconheça algumas insuficiências) *... A CPLP está limitada, ou seja, apresenta algumas barreiras estruturais, como por exemplo, a exiguidade de recursos ou a capacidade do Secretariado Executivo não ir além de determinadas balizas*. … (para regressar ao real) *… No entanto, insistimos buscar formas de ajudar no crescimento económico e no desenvolvimento social dos E-M. Intensificamos novos espaços de actuação, como a cooperação empresarial, o reforço do potencial da Língua Portuguesa e a criação de redes de conhecimento, ao mesmo tempo que queremos apostar ma mobilidade de pessoas e na formação de RH. Ambicionamos ser sentidos pelos E-M e pelos seus cidadãos, ser uma Organização Internacional mais útil, pelo que estamos a desenhar uma Nova Visão Estratégica para submeter aos Chefes de Estado e de*

[13] Publicadas em "Revista Pontos de Vista", de 13AGO11;

[14] Publicada em "Revista Pontos de Vista", com o "*Público*", de 14NOV15 – Grande Entrevista, Murade Murargy, Secretário Executivo da CPLP, com mandato até JUL2016;

Governo, em JUL2016. .... A nossa Organização posiciona-se, cada vez mais, como um actor global: "CPLP e Globalização" foi o lema eleito por Timor-Leste, pela presidência em exercício da nossa Comunidade. ... (e enumera algumas modestas iniciativas) *Nos últimos três anos, foram adoptados Planos Estratégicos nas áreas da Segurança Alimentar e Nutricional, na Cultura, no Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, para além da Educação. …… Empenhamo-nos na cooperação económica, estreitando ainda mais os laços com a Confederação Empresarial da CPLP. No corrente mês reúne-se em Díli o CONSAN – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, um encontro de governos e sociedade civil em torno da segurança alimentar. ... Há uma ampla oportunidade para a cooperação internacional concertada em domínios essenciais para o Desenvolvimento Sustrentável das actividades ligadas ao Mar. Com a Estratégia dos Oceanos tornou-se fundamental o tratamento transversal e integrado dos diversos assuntos e actividades. A Estratégia da CPLP para os Oceanos está assente nos pilares do princípio do desenvolvimento sustentável, a nível ambiental, social e económico. Podemos contribuir para melhorar a gestão e desenvolvimento sustentável dos oceanos: temos uma abordagem multissectorial, onde se incluem as abordagens de defesa, ambiental, científica, tecnológica, social e económica. ..... Nunca nos esquecemos das atribuições de cooperar na Defesa. Mas destaco também a indissociável Segurança, a tranquilidade pública. Neste domínio realço o papel da CPLP na relação desenvolvida com os E-M para garantir o respeito pelas instituições, a independência nacional e a integridade territorial, a liberdade e a segurança das populações. Em matéria de Segurança destaco as decisões do último encontro de Ministros desta tutela, no final de OUT15, em Díli. Reforçar a cooperação entre as Forças e Serviços de Segurança dos E-M da CPLP, especialmente nos domínios da prevenção da criminalidade e policiamento de proximidade, da protecção da natureza e do Ambiente, Gestão Civil de Crises, Armas e Explosivos, Investigação Criminal, Prevenção e Combate à Imigração Ilegal e Tráfico de Seres Humanos, é agora a prioridade. Pretende-se actualmente, assegurar a interoperabilidade e fomentar a capacitação, designadamente, pela participação em formações e exercícios conjuntos com outras forças. A cooperação ao nível da Administração Interna está cada vez mais substancial, tendo sido já lançadas plataformas electrónicas para dinamizar acções de cooperação no âmbito do Conselho de Chefes de Polícia e no âmbito da plataforma da redução de riscos e desastres da Protecção Civil e Bombeiros da CPLP. ... A segurança merece destaque pela estreita relação que tem com a mobilidade de pessoas no espaço da CPLP. Estão a encetar os trabalhos de definição duma proposta de estratégia comum de segurança dos documentos de viagem e estabelecer a meta preferencial para a intro-*

dução do passaporte electrónico nos E-M da CPLP, até final de 2016, e a ratificação, por quem ainda não o fez, da convenção de isenção de vistos para estudantes. ... Este espírito de cooperação está, igualmente, patente na dimensão da Defesa, onde evidencio os Exercícios Militares Conjuntos e Combinados da Série "Felino", desenvolvidos no âmbito da Cooperação Técnico-Militar, os quais têm a finalidade de permitir a interoperabilidade das FA´s dos E-M da CPLP e o treino para o emprego das mesmas em operações de paz e de assistência humanitária, sob a égide da ONU, respeitadas as legislações nacionais. O ciclo 2014-2015 realizou-se em Timor-Leste e Portugal, respectivamente. Na reunião de CEMGFAS´s da CPLP, decorrida em 2014, ficou definido que o próximo ciclo 2016-2017 se realizará em Cabo Verde e Angola, respectivamente. ... No final de NOV15 vamos realizar uma reunião do CONSAN-CPLP, por outro lado, a cooperação com a FAO, onde realço a implementação do programa de cooperação técnica de apoio à CPLP, seus governos, parlamentos e actores não-governamentais na implementação da estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, aprovada em 2012. ..... A CPLP lançou uma campanha "Juntos contra a Fome", a qual já concretizou financeiramente dois projectos nos nossos países, em populações mais vulneráveis. ... Outra questão fundamental é a mobilidade e, de maneira derradeira, a Educação e a Ciência e a Tecnologia. ..... Em 2015, em Díli, a CPLP aprovou o seu plano estratégico multilateral até 2020, um documento orientador em torno de cinco eixos: Informação e Avaliação, Acesso, Capacitação, Qualidade e Língua Portuguesa. Complementando o plano estratégico, foram aprovadas duas resoluções, sobre o "Relatório de Estatísticas da Educação da CPLP" e sobre o "Ensino Técnico profissionalizante na CPLP". ... A construção do Espaço de Ensino Superior da CPLP foi um repto lançado por mim e tem havido esta consciência por parte das entidades competentes. A edificação desse espaço – "Espaço de Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação da CPLP" é uma prioridade para a articulação de sinergias ao nível dos E-M da CPLP. ... A CPLP será o que os E-M desejarem. Na próxima Cimeira no Brasil deve ser apresenta uma Nova Visão Estratégica, idealmente com uma agenda bem definida e objectivos claros, organigrama e orçamento adequados para a nossa actuação ser relevante e útil para os E-M e os seus cidadãos. Temos de ter outras ferramentas para ganhar maior consistência enquanto Comunidade. Temos de ir mais além. A CPLP pode intensificar a cooperação para o desenvolvimento de sectores cruciais, das mobilidades do cidadão, do conhecimento científico, da arte e do desporto e para a facilitação dos fluxos de comércio e investimento. Se concretizarmos estes aspectos nos próximos anos, será notável e eficazmente fundador, finalmente, de uma verdadeira Comunidade."



Não conhecemos ainda o pensamento da actual titular do cargo, desde NOV2016, a santomense Dr.ª Maria do Carmo Silveira, mas depois de ler estas passagens, poucos seriam aqueles que colocariam reservas a um risonho futuro para a CPLP, em processo incontornável de afirmação, visibilidade e desenvolvimento.

Mas não será essa uma ilusória leitura da realidade? Gostaria de avalizar a convergência das duas visões, mas talvez a realidade seja menos entusiástica do que a da narrativa oficial, como procurarei exemplificar.

Partilho, como muitos, a ideia de que a CPLP tem tido um desenvolvimento periclitante, a que não serão alheios o curto empenhamento português, o indisfarçável desinteresse brasileiro e, mais recentemente, angolano, bem como as prementes fragilidades de toda a ordem, de que sofrem os antigos territórios portugueses, vítimas de vicissitudes várias e crises endémicas dos períodos pós-descolonização, confluentes de um certo desencanto emergente da forte aposta portuguesa.

O imputado "*desvio ou desfasamento*" tem-se manifestado de diversas formas e protagonismos.

Ainda no tempo do presidente Lula, o Brasil procurou relacionar-se, de maneira prática e eficaz, com o continente africano. Um influente jornal do país[15], radicava essa política no que chamou "*a dívida africana que Lula começou a pagar*". Cremos que esta parangona se inspirou, muito mais na

[15] Jornal "Globo", de 22AGO2008;

crítica implícita do colonialismo português, do que na responsabilidade brasileira, que não detinha, pela importação de mão-de-obra escrava africana durante mais de 3 séculos.

Foi o mesmo Brasil que se antecipou no apoio à internacionalização do português pela CPLP, em JUL2008, ao anunciar um plano para a criação de uma universidade da comunidade dos países de língua portuguesa, prometido pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, durante uma visita à Guiné-Bissau.

Ainda o Brasil, através da sua presidente Dilma, que numa visita a Lisboa, em 2013, ficando instalada no Hotel Ritz, sem sequer se dignou apresentar cumprimentos protocolares aos mais altos representantes do Estado português, isto no mesmo mandato, o primeiro, em que ordenou a exclusão das universidades portuguesas no destino dos bolseiros brasileiros na sua formação pós-graduada. Já com Temer na presidência, este achou-se suficientemente à vontade para anular o encontro que tinha marcado, aquando da deslocação ao Brasil do presidente e primeiro-ministro portugueses para as celebrações do 10JUN2017 junto da colónia portuguesa.

Também num seminário do IDN, realizado em NOV2010, o ministro da Defesa brasileiro, Nelson Jobim, contestou a vantagem do estabelecimento de uma zona de paz e segurança para o Atlântico Sul, em articulação com o Norte e a NATO, como advogavam muitas das entidades presentes, nomeadamente o seu homólogo português, tudo em prol da constituição de um pilar politico/doutrinário da CPLP – onde o Brasil não se quer empenhar, tendo em conta um recente acordo que fez com a CEDEAO[16]. Fazer depender a importância da CPLP, no século XXI, e o ganho para Portugal que adviria, da consideração do Atlântico Sul como um "lago lusófono a partir do triângulo Brasil-Luanda-Lisboa", como o comprovam as duas anteriores referências, é mais um episódio de uma tradicional utopia que amiúde confunde o lusitano desejo com a realidade.

Invoco agora o caso, ainda no campo protocolar, dos responsáveis timorenses, na qualidade de anfitriões da Cimeira da CPLP, de 2014, em Dili, colocando os representantes nacionais, PR e Chefe do Governo, perante o facto consumado da entrada da Guiné Equatorial na organização, para já não falar do mal esclarecido caso de expulsão dos magistrados portugueses em funções cooperantes no território, nesse mesmo ano e cuja cooperação judicial só foi retomada em FEV2016, tudo isto por parte de um país que viu em Portugal e justamente, o grande defensor da sua independência nos *fora*

[16] Comunidade Económica dos Estados da Àfrica Ocidental;

internacionais. Anota-se, ainda nessa cimeira, as ausências dos presidentes angolano e brasileiro, ambos, embora mais aquele do que este, adeptos daquela nova admissão. Menção ainda e sem qualquer conotação de crítica ou defesa dos implicados, para o arrastado tratamento judicial de um casal português que aguarda por decisão final dos tribunais timorenses

Em relação à Guiné, destaco o caso da tripulação de um avião da TAP, que se viu violentada no aeroporto de Bissau, num incidente que levou à suspensão dos nossos voos para aquele território, durante meses e só há pouco reatados. Anota-se, também, em finais de 2016, a intervenção do ministro guineense da Comunicação Social no sentido de suspender as emissões da RTP, RDP e Lusa, alegando a caducidade do acordo de cooperação no sector assinado entre Lisboa e Bissau, embora, mais tarde, o mesmo governante tivesse recuado na decisão quanto à actividade da Lusa.

Já Moçambique, num claro bloqueio das suas autoridades, continua a não responder às *démarches* diplomáticas de Portugal sobre o empresário português desaparecido há mais de um ano, de nome Américo Sebastião, raptado numa estação de abastecimento de combustíveis em 29JUL2016, em Nhamapadza, distrito de Maringué, província de Sofala, no centro do Moçambique.

Por sua vez e ainda que não retaliatoriamente, o governo português suspendeu a sua contribuição anual para o Orçamento do Estado moçambicano (entre 2004 e 2015, Lisboa doou 13,28 milhões de euros nesta linha de apoio — que não inclui os apoios sectoriais na educação e saúde), em linha com o G14 de países doadores, que suspendeu o pagamento para 2016.

Da parte de Angola, a declaração presidencial de suspensão, em 2013, da parceria estratégica com Portugal, tendo até o seu Ministro das Relações Exteriores, Georges Chikoti, afirmado[17], que "… *a cooperação com Portugal deixara de ser prioritária, em favor de países como a África do Sul, a China e o Brasil*". Lembra-se também que são as autoridades angolanas, as que criam mais restrições e dificuldades na passagem de vistos aos portugueses que têm ido à procura de entrada e trabalho no jovem país.

Desde FEV2017 que a ministra da Justiça, Van Dunem, aguarda carta de chamada para uma visita oficial à ex-colónia, que naquele mês fora cancelada em virtude de o Ministério Público português se ter atrevido a acusar formalmente o vice-presidente do governo de Luanda e ex-presidente da Sonangol, Dr. Manuel Vicente (corrupção activa e branqueamento de capitais). Na altura também ainda se falou numa ulterior visita do primei-

[17] Em entrevista à Televisão Pública de Angola (TPA), em 23OUT2013;

ro-ministro. Acabou o Inverno, acabou a Primavera, está a acabar o Verão... e nenhum governante português pôs os pés em solo angolano, para além da presença do Presidente da República, na referida tomada de posse, onde foi "aplaudido de forma vaiada".

Ainda agora, no discurso de posse, em 26SET17, do novo presidente, João Lourenço, Portugal ficou excluído da lista dos "principais parceiros" com que Angola contava, incluindo os EUA, Rússia, China e até a Espanha.

É bem revelador das percepções angolanas acerca de Portugal e da CPLP a nota editorial do *Jornal de Angola* de 11MAR2017, ao afirmar, peremptoriamente, num verdadeiro processo de intenções com o fantasma do neocolonialismo, o seguinte: "*A posição que está a ser adoptada pela diplomacia portuguesa apenas vem confirmar os receios de muitos observadores africanos que apontavam para a intenção camuflada de Portugal, desde o início da formação da comunidade, de submeter a CPLP à sua agenda interna, à sua política, à sua diplomacia, aos seus interesses estratégicos, funcionando apenas a Comunidade como trampolim para Lisboa ir buscar mais uns fundos aqui e ali, da União Europeia e de outras estruturas internacionais*".

Neste quadro, Cabo Verde merece uma referência pela positiva. É a ex-colónia com a relação mais próxima com Lisboa e a Europa. Um país que, talvez por menos marcas traumáticas no processo descolonizador, conseguiu compatibilizar a raiz africana da sua cultura e geopolítica, com uma vertente portuguesa e europeia da sua política externa, a que não será estranha a circunstância de ser esse o destino da maioria da sua numerosa comunidade de emigrantes.

Finalmente um reparo sobre o tão falado e criticado novo AO[18]. Julga-se existir a plena consciência de que a língua não é um património que

[18] O acordo foi assinado em Lisboa em 1990, resultando o texto da discussão então realizada em Portugal, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. A resolução da Assembleia da República n.º 35/2008 aprovou o acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, adotado na V Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em São Tomé em 26 e 27 de julho de 2004. "O depósito do respetivo instrumento de ratificação foi efetuado em 13 de maio de 2009, tendo o referido acordo entrado em vigor para Portugal nesta data", de acordo com aviso do Ministério dos Negócios Estrangeiros publicado em Diário da República. O Acordo Ortográfico foi ratificado pela maioria dos países lusófonos, à exceção de Angola e Moçambique. Em Angola ainda não foi ratificado por qualquer órgão político, enquanto em Moçambique já foi aprovado em Conselho de Ministros, faltando ainda a ratificação pelo parlamento. No Brasil, país que, tal como Portugal, estabeleceu uma moratória para a aplicação plena, o Acordo Ortográfico entra em prática em janeiro de 2016;

nos pertença por inteiro e em exclusividade, a nós portugueses. Mas ela também é nossa e o processo que está na génese daquela iniciativa revisora tem sido contestado por pouca clareza e transparência nos seus objectivos e alcance, nomeadamente o da abertura do mercado brasileiro à literatura portuguesa. Certo é que essa diligência representou uma excepção ao caminho percorrido pela língua comum de outras comunidades, como o francês e o anglo-saxónico, que nunca precisaram, nem sequer colocaram em equação, qualquer alteração da sua tradicional forma de escrita, para servirem as respectivas comunidades.

Não é intuito deste trabalho reabrir, aqui e agora, esse contencioso, mencionando antes outras visões e pontos de vista muito respeitáveis, advogadas por Eduardo Lourenço, a ideia de que "*Uma língua não tem outro sujeito senão aqueles que a falam (...). Ninguém é seu proprietário*"[19], corroboradas por Adriano Moreira, ao acrescentar que, apesar do valor da língua no PIB e como elemento de união entre os membros da CPLP, é importante que "*cada Estado entenda que a língua não é sua, que apenas também é sua…*"[20].

Independentemente das posições, o facto é que o novo AO não esgota os problemas e desafios da língua. Mais preocupante é a dificuldade que o seu ensino e difusão enfrentam por todo o lado, agravada pela séria situação económica da maioria dos tais milhões de falantes do português, dos seus altíssimos índices de iliteracia, do diminuto peso que a CPLP tem no plano internacional ou da sua escassa presença no universo da *Internet*.

Nem tudo é de lançar a perda de inventário. Registe-se, do lado português, o passo positivo representado pelo protocolo assinado recentemente entre a ACL e o designado PLP[21], com o objectivo de promover**, defender e enriquecer o léxico linguístico.** Todas as diligências são bem-vindas para a projecção da língua dos oito (ou nove com boa vontade), como se constata

[19] Eduardo Lourenço, *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa, Gradiva, 1999, p. 124;

[20] Moreira, Adriano, "*Uma Bandeira Marítima para a CPLP* ", Conferência de Encerramento do ciclo "A Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa", Academia de Marinha, Lisboa, 27SET2011;

[21] O **Pórtico da Língua Portuguesa** (www.porticodalinguaportuguesa.pt), a partir de 22OUT2015, passou a ser o canal de emissão de pareceres académicos sobre dúvidas frequentes relativas à língua portuguesa. Esta decisão parte de uma parceria entre o projeto lançado a 10 de junho e a Academia de Ciências de Lisboa, por intermédio do Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Língua Portuguesa, que tem a missão de «assegurar ao Governo português consultoria em matéria linguística» (Decreto-Lei n.º 7/78, de 12/01);

na programação deste final de 2015: em OUT, os "*Encontros da Lusofonia*", na Fundação Calouste Gulbenkian, Paris; em NOV, um colóquio intitulado "*Ortografia e Bom Senso*", organizado pela ACL e, em DEZ, um congresso internacional em Coimbra, no qual se defende que ela é "*uma língua de futuro*". Bons sinais? Certamente que animam, mas há sempre o perigo de inconsistências e "modismos" sazonais.

Também noutros domínios têm aparecido alguns projectos e ideias que atenuam um certo cepticismo.

No plano científico, refira-se o projecto constitutivo do CIFA – Centro de Ciências Fundamentais – de cientistas oriundos da CPLP[22], com previsão de sede em Lisboa, para uma nova instituição de ensino com a natureza de associação de direito privado sem fins lucrativos, sob os auspícios da UNESCO, portanto com abrangência internacional, integrando o conjunto dos países da Comunidade e cujo programa principal visa os respectivos doutorandos e pós-doutorados, em articulação com universidades e politécnicos nacionais, através da concessão de bolsas de 2 a 4 anos.

Na esfera económica, sublinha-se a ideia que vem da cimeira de Dili, mas ainda por materializar, da desejada criação de um banco de investimento, uma espécie de multilateral financeira de desenvolvimento lusófono, virada para o apoio às economias dos países membros, à semelhança do que já existe noutros espaços políticos e económicos no mundo, nomeadamente na América Latina, onde funcionam simultaneamente a CAF, o BID e o BM/IFC, também muito activos nesta zona. Falta dar à luz esse ambicionado apoio financeiro às empresas e projetos que falam português, visando o ajustamento e a modernização em áreas como a circulação de bens e pessoas, a segurança, o mar, a educação, a saúde, a formação, o turismo e a energia, e desta forma catapultar a CPLP para além de um destino de mero fórum político-diplomático, sem vocação de melhoria da vida de milhões de pessoas.

Na esfera da segurança e protecção dos recursos marinhos, há que valorizar a adopção, no início de 2010, da "*Estratégia para os Oceanos*" da CPLP. Num quadro de maritimidade comum a todos os membros, afigura-se essencial que a Comunidade apreenda uma necessidade institucional e paradigmática de acautelar os valores dos seus interesses nacionais e a salvaguarda das soberanias marítimas dos E-M, contribuindo conjuntamente para atenuar um dos mais negligenciados sectores que tem sido apontado com maior frequência na cooperação na área da segurança e defesa, a coopera-

[22] Conforme Decisão de Conselho de Ministros, de 03SET2015;

ção no sector naval e na segurança marítima. Trata-se de um domínio de cooperação com significativo potencial de partilha e interesse comum, o que não é despiciendo, na medida em que é susceptível de acrescentar valor ao desenvolvimento e à segurança marítima do conjunto dos países, todos marítimos, da CPLP.

Neste domínio específico do mar muitas ideias e proposituras têm vindo à baila. Mas esses projectos pouco têm passado das meras declarações de intenção e proclamações de ocasião por parte das autoridades políticas.

No entanto, têm surgido ideias interessantes, que merecem uma enumeração breve: bandeira marítima da CPLP; afirmação internacional da APLOP[23], com a respectiva "Marca"; protocolos de cooperação e intercâmbio científico nos processos de candidatura à extensão das respectivas plataformas continentais e correlacionada obtenção de direitos de exploração económica dos recursos marinhos; projectos no âmbito da segurança marítima relativos à interligação de sistemas de controlo, de acompanhamento e de informação do tráfego marítimo, visando articular capacidades e sinergias importantes na nova ordem internacional pautada por ameaças difusas e assimétricas, mediante activação de acções de busca e salvamento marítimo (SAR), luta contra a pesca ilegal, tráfico de seres humanos, tráfico de drogas e o combate contra todas as formas de crime transnacional organizado; ainda que extravasando o exclusivo domínio marítimo, a cooperação ao nível da Defesa e Segurança tem sido testada através dos Exercícios Militares Conjuntos e Combinados da série "Felino", que se realizam desde 2000, em regime de rotatividade, pelos diferentes países da CPLP e cuja edição de 2017 ocorreu em SET, no Brasil (Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, Rio de Janeiro), com objectivos de treino da interoperabilidade e reforço da cooperação técnico-militar, em ordem à participação nas operações de paz nos países do Atlântico Sul; a criação da Feira do Mar da CPLP, cuja primeira edição deveria ter lugar em Portugal, em 2017, não se dispondo de informação relativamente à sua efectiva realização, a segunda

[23] Associação dos Portos de Língua Portuguesa",criada em 13MAI2011, é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que se rege pelos Estatutos, pelos regulamentos internos aprovados em Assembleia-Geral e pelos regimes jurídicos aplicáveis às Associações dos Países da CPLP nos quais se localizam ou venham a localizar-se a Sede, Delegações ou Filiais onde se pratique qualquer ato jurídico em nome da Associação. A Associação tem a sua sede em Lisboa, nas instalações da APP- Associação de Portos de Portugal.
Constituída por tempo indeterminado, tem por objecto assegurar a defesa e a promoção dos interesses dos seus associados e contribuir para o desenvolvimento e modernização dos seus portos;

edição prevista para a Guiné Equatorial em 2018, e a criação do Portal Electrónico da CPLP para os Assuntos do Mar, como plataforma de concertação e divulgação entre os Estados-Membros; a "Declaração de Belém"[24], aprovada em 13JUL2017 na Torre que lhe deu o nome, comprometendo a Europa, Brasil e África do Sul, na cooperação e investigação em projectos científicos no Atlântico Sul, com Portugal a aguardar neste âmbito a criação do Centro Internacional de Investigação do Atlântico (*AIR Center*), nos Açores, prevista para 2018; o convénio luso-brasileiro para a fundação do referido centro, concebido como grande centro internacional de investigação; etc.



Figura 2 - Evolução da Componente de Defesa da CPLP

[24] Esta Declaração pretende ser uma extensão da *Declaração de Galway,* assinada em MAI2013, entre a UE, o Canadá e os EUA, com o objectivo de desenvolver estudos associados à interacção entre os oceanos Atlântico e Árctico, designadamente no respeitante às alterações climáticas, segundo um comunicado da Comissão Europeia de 2013. Agora, trata-se de um compromisso dirigido "para o Atlântico Sul e que vai estender o quadro de investigação científica e de estudo na área dos oceanos;

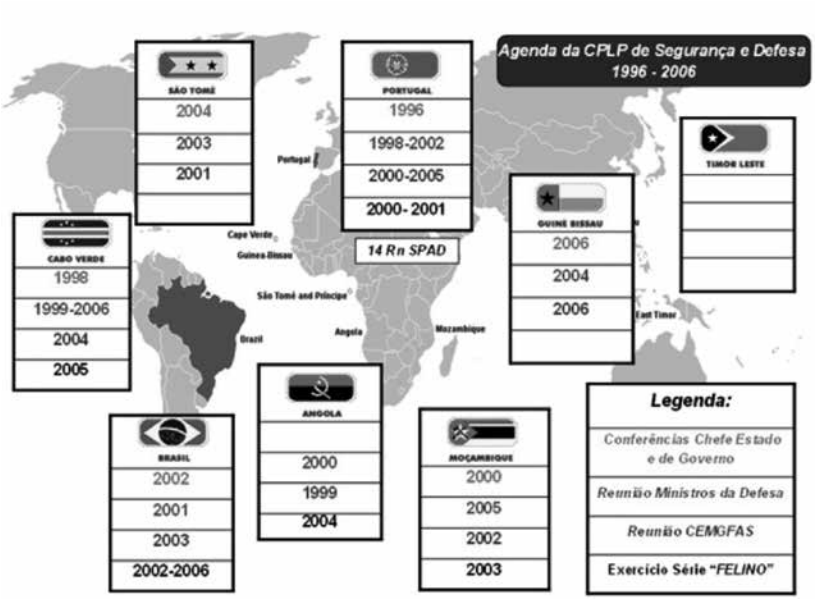


Figura 3 - Agenda da Componente de Defesa 1996-2006

Também é verdade que em Dili (18MAI2016) os ministros do Mar da CPLP aprovaramo um Plano de Acção para a "*Estratégia da CPLP para os Oceanos*", documento auto-definido como "*visão integrada e holística destinada a promover o desenvolvimento sustentável dos espaços oceânicos*", aliás, um esquecimento bem lembrado na última cimeira no Brasil (Brasília, 30OUT-01NOV2016), apelando aos governos e ao secretariado-executivo a mobilização dos meios financeiros e técnicos para a sua aplicação.

A declaração de Díli salienta ainda a importância do trabalho em conjunto, no âmbito da ONU, e a "transversalidade dos assuntos do mar", o que exige mais coordenação e diálogo intersectorial entre várias áreas, da defesa ao ambiente, das pescas ao turismo, transportes ou ciência e educação.

O texto não esquece o "*potencial que os recursos do mar representam para o crescimento económico dos Estados-Membros*" e, neste quadro o "*papel crucial do setor privado para a expansão da economia azul*". Problemas como o lixo marinho, o impacto da subida do nível médio das águas do mar nos países insulares, a necessidade de preservar e conservar o ambiente marinho, são outros dos aspetos destacados na declaração conjunta.

Menciona ainda um conjunto de áreas prioritárias, incluindo a criação de um Centro de Estudos Marítimos e a preparação de um Atlas dos Oceanos da CPLP, instrumentos que podem "*contribuir para o aumento do conhecimento da sociedade civil sobre os oceanos*". No que toca ao tema da plataforma continental, os Estados-membros comprometeram-se ainda a "*concertar esforços para a partilha de informação relevante e promoção de atividades de capacitação*".

Apostam ainda na projeção internacional da CPLP através dos oceanos no desenvolvimento de *clusters* marítimos, como factor dinamizador do "*desenvolvimento do setor privado e da economia azul através da partilha de experiências e sinergias*" e a "*criação de parcerias empresariais inovadoras e competitivas em atividades económicas ligadas ao mar*", como vectores de referência do plano de acção.

Estes e outros apelos têm sido contrariados, na práctica, pelo facto de o mar ter sido abordado pela CPLP como uma "quinta prioridade", embora se admita que hoje haverá uma maior consciência de que ele permitirá aos respectivos países terem uma visão de futuro que dificilmente terão sem ele, na medida em que pode ser um catalisador de ambições comuns de desenvolvimento global, quer político, quer económico.

Do ponto de vista estratégico, e o preceito é válido para cada Estado-membro e a CPLP no seu conjunto, a opção pelo mar deve ser de médio e longo prazo, independente de ciclos políticos, sustentável e encarada sob a óptica do exercício do poder geopolítico e económico, mas também uma oportunidade de fórum de projecção de conhecimento e investigação, por enquanto pouco aproveitado, recordando no tocante à Comunidade, os projectos do Atlas dos Oceanos e do Centro de Estudos Marítimos, previstos na "*Estratégia da CPLP para os Oceanos*", de que se aguardam os difíceis partos.

É verdade que os ministros do Mar da CPLP aprovaram, em MAI2015, um plano de ação para a implementação dessa Estratégia, exortando os seus governos e o secretariado-executivo a mobilizar meios financeiros e técnicos para a sua aplicação, mas os resultados continuam escondidos e o mesmo se poderá dizer, aliás, da nossa "*Estratégia Nacional para o Mar 2013-20*".

Estas questões, nomeadamente a tal dislexia entre as proclamações e realizações, e, em especial, aquelas que suscitam mais preocupação e desafiam o tal futuro da CPLP, constituem o principal objecto do próximo capítulo.

4. Um futuro com interrogações

Há duas dimensões susceptíveis de nos diferenciarem, enquanto país. Refiro-me à UE e à Lusofonia, a carecerem de uma necessária articulação entre ambas, exequível e desejável.

A presença portuguesa na UE não deve, por isso, apagar a nossa outra presença na CPLP. A lusofonia é uma das formas de Portugal contribuir para a União, mas também de Portugal fortalecer sua influência junto dos parceiros europeus, o que tem pleno cabimento se pensarmos que a língua portuguesa é a terceira língua do hemisfério ocidental mais falada no mundo e a mais difundida no hemisfério sul.

Este conceito da Lusofonia merece uma nota clarificadora e complementar. Trata-se de um universo de algumas identidades culturais existentes em países, regiões, Estados ou cidades falantes da língua portuguesa, incluindo Goa, Damão e Diu e Macau, e também por diversas pessoas e comunidades em todo o mundo.

Alguns teóricos que a estudam advogam que temos de entender a lusofonia no presente, isto é, sem o peso dos factos históricos que lhe deram origem, o que na minha modesta opinião, se assemelharia a uma mera realização laboratorial sem o conteúdo socio-histórico que não pode deixar de incorporar.

Creio não ser possível pensar na lusofonia sem ter em conta os cinco séculos de Império e Portugal como colonizador. Ela é, para o bem e para o mal, quer se queira ou não, fruto do Império. Mais assertivo do que a conhecida afirmação do Prof. Eduardo Lourenço de que nos "… *desfizemos do Império como se fosse uma camisa velha …"*, será dizer que não o conseguiremos verdadeiramente porque o Império nos moldou, enquanto povo, no passado, tal como a falta dele nos vai moldando o presente. Um Império que renegamos ou exaltamos consoante as nossas perspectivas de vida e credo político, mas raramente conseguimos abordar com profundidade o que ele foi efectivamente e o que dele ficou e resta, como bem elucida a recente polémica acerca do colonialismo racista português.

Um desses "destroços" é a língua portuguesa, a marca mais permanente da colonização que empreendemos e do lado colonizado também é verdade que, uma vez obtida a independência, seria demasiado tarde ou cedo para escolherem outra língua que não o português como sua língua oficial. O que não significa que o conceito de lusofonia se resuma ao uso comum de uma língua, embora seja importante para nos aproximar e podermos partilhar também valores sociais e éticos, caso contrário de nada servirá, na medida

em que a língua comum deve permitir que possamos trabalhar em conjunto para o bem dos povos.

Sabemos que alguns analistas depreciam o arquétipo da lusofonia, chegando a classificá-la como um "*logro*", uma "*forma torpe de neocolonialismo*", a "*última marca de um império que já não existe*", posições estas talvez mais compagináveis com uma certa aversão à cultura lusófona em geral e nacional em particular. Dentro da mesma linha, outros, a propósito dos problemas da transportadora aérea nacional[25], advogam que a "…. *A TAP e a lusofonia são as muletas tradicionais da miséria interna: a lusofonia, de facto, não existe e a TAP falida. Não importa: a nossa putativa importância no mundo continua a ser um bom pretexto para o sentimentalismo de cançoneta e algumas palhaçadas na praça pública. O contribuinte, esse, que se lixe. Sopra por aí um vento de loucura …*". Também aqui pensamos que a clarividência analítica enferma de algum enviesamento sócio-histórico, e que, por isso, se cataloga de redutor, por fidelidade à elegância.

Isto não obsta a que se reconheça que a ideia de lusofonia não continue, salvo melhor opinião, a pecar pela falta de visão e pensamento comungados pelos membros, causando até algum incómodo àqueles que não se conseguem desprender da imagem que o termo contém em si de uma génese portuguesa de centralidade e origem lusa. A confirmar este sentimento atente-se a clareza das palavras de Eduardo Lourenço: *"Não sejamos hipócritas, nem sobretudo voluntariamente cegos: o sonho de uma Comunidade de Povos de Língua Portuguesa, bem ou mal sonhado, é por natureza (...) um sonho de raiz, de estrutura, de intenção e amplitude lusíada"*[26]*,* constitutivo de uma certa impedância à sua revitalização.

A sobrevivência da lusofonia passará por um olhar com nova lente, que nos habilite a captar um espectro mais amplo da realidade, alargando o conceito de uma mera comunidade linguística a um reino que se vai formando por espaços e povos, cuja importância estratégica resulta, mais do que da perspectiva de passado, da realidade presente e futura, assente na criação de uma matriz linguístico–cultural de dimensão plural e uma base comum que cimente, no espaço e na cultura, um potencial de cooperação multiplicador do campo de acção de cada membro, sem condicionar ou subordinar cada um deles.

[25] Vasco Pulido Valente, *in* "*As cenas da TAP*", Por"Público", de 02MAI15;

[26] Eduardo Lourenço, "*A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia"*, Lisboa, Gradiva, 1999, pp. 162/163;

Concordamos com Eduardo Lourenço, quando refere que "*o passado também tem futuro*" e, nesta linha, a "Lusofonia" deverá ser vista como um projecto que se estende no eixo do tempo, com uma concretização no passado, realidade no presente e potencialidade a explorar para o futuro, não se devendo, nem podendo, perdurar a amarra ao tempo nostálgico do "*mundo português",* a chamar-nos à razão de que o imaginário lusófono virou, definitivamente, o da pluralidade e diferença.

Para esse novo olhar é importante percepcionar as ideias e pontos de vista dos nossos parceiros, que se revelam em intervenções públicas e entrevistas[27], como é o caso de Salimo Abdula, presidente da confederação empresarial da CPLP. As suas afirmações ajudam-nos a reflectir com um pouco mais de realismo sobre o que pode estar verdadeiramente em jogo, como se infere das seguintes linhas de força modeladoras de um futuro para a Comunidade:

A CPLP, sem uma componente económica forte, pode cair trôpega e insuficiente para fortalecer a cultura e a sua influência no mundo;

Portugal tem a desvantagem de ter sido um país colonizador, que sempre marca alguma desconfiança, mas a vantagem de ser um parceiro que está na Europa – com o acesso à tecnologia, à influência política global e que pode transportar e ajudar os outros países;

A CPLP não pode ser só Portugal e o Brasil tem de lhe dar mais importância e prioridade;

Há que pôr de lado o passado e olhar o presente e o futuro;

A construção da comunidade de livre circulação na CPLP precisa de vontade política para acabar com a inércia e os vistos, responsáveis pela preferência dos jovens africanos (dos 15 aos 35 anos) pela SADC;

Quanto melhor for a Alemanha, mais a Europa vai crescer e Portugal é um país que se olha com alguma preocupação;

Os portugueses têm as infraestruturas ideais, um clima ideal, culinária e gastronomia supra, que pode ser a grande meca do turismo para a Europa, mas é muito auto-destrutivo e tem de criar auto-estima, aliás um problema lusófono;

Afigura-se uma síntese bem elucidativa do renovado ambiente comunitário e que nos conduz a uma consequente e inevitável conclusão, para não dizer juízo de valor: só assumindo a diversidade, bem como as diferenças culturais, históricas e simbólicas, poderemos continuar a dar algum sentido

[27] Conduzida por Nuno Saraiva, in "Diário de Notícias", de 19AGO15.

à existência e construção de uma verdadeira comunidade da Lusofonia[28], como um reino imaginário de partilha, fraternidade e desenvolvimento, constituído por diversos países e comunidades de falantes do português.

Só nesse espaço cultural, não apenas empírico, mas intrinsecamente plural definidos pelos novos imaginários, é que um qualquer sonho de comunidade e proximidade estará destinado a cumprir-se, ou não. Só com linhas de acção muito concretas, se conseguirá dar resposta aos múltiplos e actuais desafios da Lusofonia, nomeadamente no plano da concretização de iniciativas com valor económico e empresarial e da promoção da cooperação em diversos domínios, incluindo a ciência e investigação, as tecnologias, o ensino, a saúde e a segurança, a par da obtenção de um estatuto internacional de produtor de paz e estabilidade, reconhecido pela ONU e outras organizações internacionais de âmbito regional, como a UA.

Para este móbil político há que convocar a contribuição da "sociedade civil", das comunidades académicas e dos cidadãos em geral, sob pena de poder degenerar num conceito vazio de sentido para a maioria das populações dos Estados-membros.

Por exemplo, em ordem a preencher esse sentido, porque não a criação de uma televisão lusófona e internacional, a que Portugal, o Brasil e Angola poderiam dar o pontapé de saída, uma ideia exequível, especialmente se concretizada pelo sector privado e não pelas habituais burocracias estatais. A confirmação deste potencial e a compreensão da necessidade, já os conseguiu a mais antiga instituição universitária da Europa – a Universidade de Salamanca, fundada em 1218, ao abrir escolas em Portugal e, também, no Brasil (Cuiabá), inscritas no seu roteiro de expansão internacional.

Há também que reconhecer que a pertença à CPLP não garante, de *per si*, que exista unanimidade acerca do seu principal papel e de uma conjugação completa de interesses e de políticas externas destes países. A Comunidade Lusófona tem que vencer dificuldades, incluindo as de cariz estrutural, resultantes, em larga medida, da já referida pertença dos Estados-membros a outros espaços regionais com estratégias e interesses próprios e diferenciados. Explicitando: o Brasil não pode descartar o Mercosul, Moçambique não pode desvincular-se da "*Commonwealth*", a Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e até Cabo Verde, não se alhearão da atracção do espaço da "*Francofonia*", conexões que Portugal também não pode ficar imune, como no caso da UE e da NATO.

[28] Em 2005, numa reunião em Luanda, a CPLP decidiu o 05MAI para comemoração do Dia da Cultura Lusófona pelo mundo;

Os tempos de hoje são outros. A globalização desgastou a imagem atractiva de Portugal, a Europa está em crise e afirmaram-se novas dinâmicas regionais. A trajectória dos países da CPLP é disso prova cabal. Procuram o seu lugar em novos equilíbrios regionais. Os interesses em jogo, muito guiados pela perspectiva económica, já deixaram para trás a realidade de 1996, introduzindo uma dimensão económica nunca sonhada aquando da constituição, pautada, então, pela sedutora linha de cooperação tradicional baseada no conhecimento mútuo forjado por laços históricos.

Essa perspectiva económica não deixa de ter razão de ser. Basta lembrar que as oito economias do Bloco Lusófono valeram, em 2016, 2,1 biliões de euros e têm uma população total de 271 milhões de pessoas. Se as nações que integram aquele universo constituíssem um único país, este seria a 7ª maior economia do mundo, à frente da Índia, Itália, Canadá ou Rússia. Daí que faça sentido a ideia de que todos os países lusófonos teriam a lucrar com o fortalecimento da articulação entre si: cada um deles se tornaria menos dependente do bloco regional em que está inserido e ganharia um peso internacional totalmente diferente. Juntos, passariam a constituir um bloco organizado com voz activa no globo. Mas não chega efabular, é preciso ter a vontade de realizar um plano estratégico que viabilize essa visão de conjunto.

Mau grado esta prevalência do mundo económico a determinar o trajecto futuro, a CPLP não deverá deixar de se assumir como uma organização global, multisectorial, pluridisciplinar e global. E, ao fazer esta referência, lembramo-nos de outro elemento que nos liga: o Mar, um domínio no qual a CPLP poderia partilhar uma visão comum para o desenvolvimento sustentável das actividades marítimas, com impacto ambiental, social e económico.

Teremos de ser discernidos na valoração e avaliação que cada país dá à sua participação na Comunidade, devendo estimular-se a cooperação económica, social e técnico-científica, de modo a favorecer um melhor ambiente e receptividade para fomentar as convergências políticas.

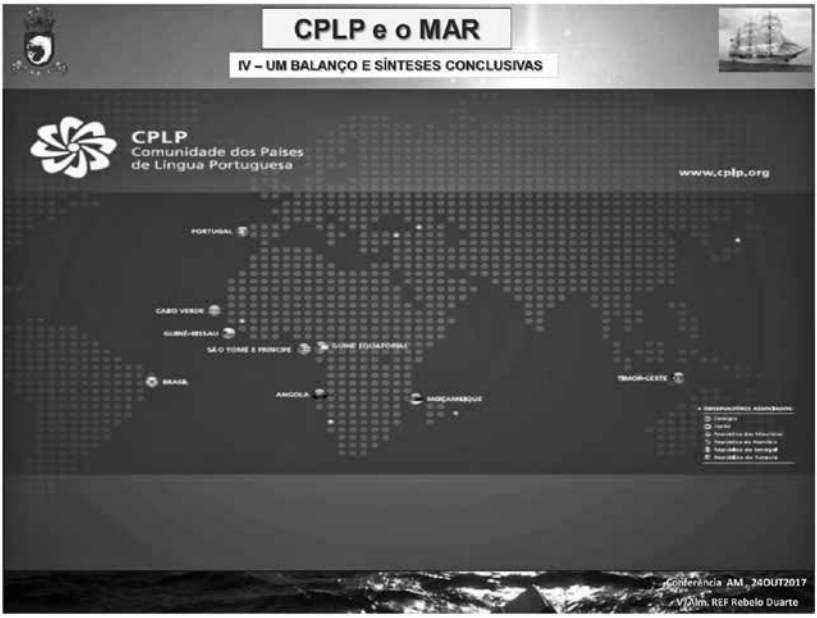
Razões haverá para subscrever a preocupação expressa pelo Prof. Adriano Moreira, ao declarar: "… *E por tudo isto justificadamente inquietos com a deriva em curso da CPLP. …*"[29].

[29] "*A sociedade de geografia e o conceito estratégico nacional*", conferência proferida na sessão de assinalamento dos 140 anos da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 28JAN2015;

5. Um balanço e sínteses conclusivas

De um ponto de vista mais político de evolução da própria CPLP, não deixando nunca de ser importante uma maior aproximação entre todos os povos, tal não exclui também uma maior e mais intensa relação económico-comercial entre todos, onde, evidentemente, por tudo quanto já referido e o mais subentendido, o mar não deixará nunca de assumir um papel crucial, nomeadamente nos sectores dos portos (cooperação nas boas prácticas de administração portuária e de sistemas de informação e automação e formação de um grande armador), transportes marítimos (uma bandeira da CPLP) e investigação científica dos oceanos (extensão das plataformas continentais dos Estados-membros).

A CPLP tem países de grande heterogeneidade ideológica e de dimensão, pelo que não é de espantar que tenha sido difícil encontrar um denominador comum. Falamos de uma organização internacional possível, de países com vários níveis tecnológicos, que deve assumir-se como estrutura de cooperação para o desenvolvimento.



Este tipo de organizações tem vantagens, ainda para mais quando partilham um passado, uma história, uma língua e uma relação pós-colonial, comuns. Mas há que reconhecer a existência de obstáculos e dificuldades, nomeadamente ao nível das assimetrias e diversos níveis de desenvolvimento económico e social entre os seus membros.

Também é natural que os países tendam a organizar as suas políticas externas na base das prioridades próprias, Portugal na UE, Angola na SADC, Moçambique na Commonwealth, Guiné-Bissau e a Guiné Equatorial, na francofonia e CEDEAO, o que faz reverter para a CPLP estratégias de natureza mais fragmentária do que comum.

Em vários sectores técnicos, tem sido possível trabalhar de forma positiva, como a educação, transportes ou formação profissional. Neste campo, as coisas funcionam razoavelmente, o que para países com menos recursos é extremamente positivo.

Contudo, a aposta não está antecipadamente ganha. A fragmentação das estratégias, a heterogeneidade dos níveis de desenvolvimento e o consequencialismo da globalização levam alguns membros a ter naturais interesses estratégicos próprios. Brasil, Angola e Moçambique são disso exemplo. Como de tal facto é prova a crise económica que varreu Portugal. Casos que levaram a agendas autónomas e, no caso de Lisboa, a uma fragilização internacional das suas posições por via das dificuldades orçamentais.

A adesão à organização da Guiné Equatorial, em 2014, é um processo que condensa esta realidade movediça. Malabo teve patrocinadores fortes como Angola, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau, dado o país de Teodoro Obiang lhes ser vital para o controlo do sistema de transportes e comunicações no sensível Golfo da Guiné. E Luanda, a partir da Guiné Equatorial, passa a dispor de uma "varanda" sobre a Nigéria, país com o qual tem uma rivalidade geopolítica.

Finalmente, o Brasil, outro dos mentores da adesão do regime de Obiang, jogou a carta dos interesses. Lula da Silva visitou Malabo como Presidente e voltou, em 2011, como representante de uma missão oficial em plena ofensiva do seu país na África subsariana, nomeadamente das construtoras atentas às oportunidades das obras de infra-estruturas. "*Negócios são negócios*", segundo Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores com o presidente Lula. Pode ser, mas com essa adesão, a dimensão de defesa do Estado de direito da CPLP ficou prejudicada, razão para que este seja um caso a merecer especial atenção no tocante à evolução política do país nos próximos tempos, a justificar um sério escrutínio do respeito pelos

princípios democráticos e da luta contra a corrupção, mais do que a questão da língua comum da CPLP.

A este propósito, ouçamos o lamento do Embaixador Seixas da Costa[30]: "… *A entrada da Guiné Equatorial contra a vontade de Portugal mostra que os valores determinantes são os de uma real política de interesses, a Guiné Equatorial desmobilizou a CPLP, a identidade ética foi muito afectada pois a Carta Constitutiva da Comunidade defende o tendencial respeito dos princípios democráticos*.".

É verdade que Portugal deve ser proactivo, mas se a CPLP não representar um valor acrescentado para o Brasil, dificilmente passará da "cepa torta". E pode ganhar o Brasil? O Brasil tem no plano bilateral relacionamentos que dispensam a tutela de uma organização multilateral, na CPLP tem a língua portuguesa que pouco lhe acrescenta ao que consegue obter no plano bilateral. Por isso será legítimo desejar que Portugal entusiasme mais o Brasil na CPLP, numa conjuntura adversa tendo em conta a atribulada situação política com que internamente se vem debatendo o grande e adiado país, quiçá demasiado grande para precisar da CPLP (está no G20, no Mercosur, entre os grandes emergentes dos BRIC, com a Rússia, Índia e China, e acalenta a um posto permanente no Conselho de Segurança da ONU), uma Comunidade acessória, nesta agenda de *realpolitik, embora lhe tenha servido*, décadas atrás, para se afirmar no Atlântico Sul. Mas hoje os motivos dessa afirmação são outros.

Apesar de tudo, a CPLP pode ser um actor no domínio da energia, com uma população de 250 milhões de habitantes, equivalente a 3,6% da população mundial, com 3,9% do PIB mundial, e uma produção de 6% do petróleo mundial e de 1% do gás. Dentro de 15 anos, com São Tomé e Príncipe, a Guiné-Bissau e o Norte de Moçambique com as terceiras maiores reservas do gás do muindo, a CPLP poderá congregar 20% da produção de gás e petróleo a nível mundial, como alguns antecipam. Claro que não é a CPLP quem vai fazer frente ao domínio da OPEP, mas pode-se fazer um cruzamento de investimentos, abrir um caminho que pode tornar o Atlântico Sul uma espécie de triângulo florescente para a CPLP.

Este argumento tenta-nos a dizer que o posicionamento geográfico dos países da CPLP, a sua distribuição por todos os continentes, mas ainda mais relevante a sua distribuição por todos os Oceanos, permite antever uma influência estratégica e um domínio de uma área de Mar que é das maiores do planeta. Assim se poderia estender o desígnio do Mar que Portugal tem

[30] Cf. artigo de (PorPorNUNO RIBEIRO, *in* "PÚBLICO", DE 17JUL16;

assumido a uma nova dimensão, a dimensão da lusofonia. Este posicionamento estratégico deve ser encorajado por todos, a fim de tornar o universo dos países da lusofonia também o universo privilegiado da *Economia Azul*.

O aprofundamento desta relação com o Mar representa ganhos para todos os participantes e uma visibilidade crescente da sua actuação em todas as organizações que têm capacidade de ajudar a talhar para o futuro da Humanidade, a sua relação com os Oceanos.

Será nos Oceanos que o Homem encontrará o seu futuro desenvolvimento e a sustentabilidade que será necessária para a crescente população mundial, que por coincidência terá no Universo da lusofonia, com destaque para o Brasil, uma das maiores taxas de crescimento populacional. Também vários países como o minúsculo Luxemburgo, têm uma crescente população de origem portuguesa, o que deixa em aberto novas adesões ao universo lusófono da CPLP.

Devemos cativar a comunidade internacional para um olhar sobre a CPLP como muito mais que uma mera associação dos Estados que a compõem pela sua língua, mas também pelo seu potencial desígnio comum: o Mar. Agora que já entrou na idade adulta (dos 21 anos), este pode ser o tempo da CPLP passar a ser reconhecida por novos valores e impor-se neste e noutros domínios para se criar uma nova era de oportunidades para os seus Estados, para os povos que os constituem e para o futuro da Humanidade.

Para tal, que é muito, e à semelhança da UE, salvaguardadas as devidas diferenças relativamente à arquitetura institucional, também na CPLP seria importante que houvesse objetivos comuns e partilha de recursos e instrumentos ao serviço do desenvolvimento e da cooperação multilateral e bilateral. E, claro, deveria existir um orçamento de funcionamento mais robusto e muito mais projetos comuns.

Acresce e não obstante os constrangimentos derivados da pertença ao espaço europeu, o avançar para uma cidadania no espaço da lusofonia, seria um acto de abertura muito importante que honraria a nossa história comum e ajudaria a eliminar os fantasmas do passado. Facilitar a circulação dos cidadãos lusófonos significa também simplificar os processos burocráticos e gerar medidas de confiança que permitam que estudantes, empresários e cidadãos em geral possam sentir como seu os espaços geográficos que são a sua casa natural.

6. Notas Finais

A valoração da CPLP por parte das populações dos países que a integram oscila, de uma forma muita genérica entre os que lhe encontram razão de existência e os que não lhe visualizam futuro. Entre os que lhe descobrem algo em comum pelo facto de falarmos a mesma língua e aqueles que denunciam o distanciamento de uns em relação aos outros. Uma CPLP deve existir para que o português vire uma língua não só dos nossos países individualmente, mas sim do mundo: para torná-la um passaporte. Aqueles que também consideram o português poético, complexo e apaixonante e a riqueza aumenta ainda mais quando se enxerga a diversidade e particularidade cultural que cada país da CPLP adiciona ao idioma, pois cada um deles tem um português diferente e características únicas. Portanto, uma CPLP deve existir para criar um intercâmbio cultural entre esses países. Numa outra perspectiva menos "cultural", situar-se-ão aqueles que não vislumbram na Comunidade qualquer interesse político, quando muito económico.

Somos tentados a defender a bissectriz do ângulo cujos lados foram assim caracterizados, como seria o caso de uma CPLP focada na cooperação entre os seus membros, promotora continuamente da língua portuguesa, uma organização comprometida com uma visão de desenvolvimento e de promoção dos princípios e ideais visados, mas sempre inclusiva. Uma CPLP empenhada numa verdadeira luta contra as desigualdades sociais, económicas e políticas existentes nos seus países-membros, e, por aí, mais presente na vida dos seus cidadãos e respectivas sociedades civis.

Passados cerca de 40 anos das independências das ex-colónias portuguesas em África, as realidades mudaram em todos os sentidos. Mudanças obviamente políticas, em crescente grau económicas e significativamente em termos de comportamentos, atitudes e valores, menos a convicção de que Portugal parece ser actualmente o membro da Comunidade, que mais importância dá à mesma, associando-lhe parte da sua identidade e estratégias particulares.

Efectivamente, é para nós, de interesse estratégico, económico e político, o reforço das relações com as ex-colónias portuguesas, com ganhos possíveis para as partes envolvidas. Mas há que definitivamente olhar para a África lusófona como uma componente do continente africano. Mais, ter a noção de que a África lusófona é heterogénea, no sentido em que são África e Áfricas, antes de mais, e lusófonas apenas depois, cada uma à sua maneira, como será útil não esquecer.

Mas, talvez mais prioritário ainda, é que Portugal olhe para si e o que é hoje. Há que fazer uma reflexão sobre a sua inserção no mundo, sobre os problemas de um pequeno Estado, a caminho para uma certa exiguidade, cuja viabilidade deve passar pela colocação da sua soberania ao serviço da comunidade internacional, relembrando-nos sempre, neste tempo tríbulo, da importante herança lusófona e do papel da língua e da cultura como activos importantes dessa soberania, como o Prof. Adriano Moreira não se cansa de sublinhar

Apesar da escassez de recursos materiais e financeiros, que o pode fazer derivar para a condição de "Estado exíguo", Portugal tem todo o interesse em apoiar a cooperação política, económica, cultural e até de defesa, com os países lusófonos, assumindo assim uma posição de charneira com interesse no relacionamento com a CPLP, bem como com os países africanos "não lusófonos" e ainda com as suas organizações regionais.

No momento do lançamento da CPLP, imaginou-se que os motores da organização seriam o Brasil e Portugal. Hoje, a situação alterou-se, com as debilidades portuguesas a serem substituídas por uma Angola e, mesmo Moçambique, em crescente esforço de afirmação e consequente defesa dos seus interesses mais directos, com um Brasil à procura da confiança perdida que foi alguma soberba.

Até por isso, é tão importante a regeneração económica e a recuperação de alguma relevância política do nosso país, para que o Sul não chame a si o exclusivo das virtualidades que a CPLP ainda vai potencialmente conservando.

A CPLP, para vingar no mundo globalizado, só o pode porfiar enquanto organização comprometida com objectivos comummente partilhados, e só conseguirá alcançá-lo se dispuser de uma estratégia e visão política globais, com instrumentos institucionais inovadores e meios orçamentais à altura, tudo o que lhe tem faltado até agora. Só assim conseguirá dar resposta aos múltiplos desafios que hoje a confrontam, nomeadamente o reforço da língua e a dinamização de parcerias e projectos a todos os níveis do ensino, investigação e cultura, pois só estes asseguram a "eternidade" que o económico não garante.

Trabalhar para a promoção do desenvolvimento de cada um dos parceiros, admitindo e respeitando igualmente as opções de alianças e de estratégias de cada um dos membros, é o que se pode ambicionar e esperar da CPLP, uma simples e modesta opinião do autor desta comunicação e cidadão comum, que conheceu todos os países fundadores, por via da prestação de serviço militar ou em visita oficial.

Em resumo, uma plataforma internacional e espaço de cooperação entre os povos e as instituições civis. Uma organização intergovernamental adequada, útil e produtiva, subsumida num quádruplo pilar: concertação política ou institucional; língua, com nova projecção; cooperação a aprofundar entre países e seus importantes agentes, como autoridades judiciais, universidades, escolas, instituições culturais e sociais; e a esfera do económico e empresarial na perspectiva do desenvolvimento e de abertura de novos horizontes.

Aí encontraremos, todos, o alento para continuar a discussão da lusofonia e a força motriz para que ela se possa cumprir cada vez mais, enquanto caminho de convergência entre todos os povos falantes de língua portuguesa, nos planos cultural, social, económico e político. Nunca desistir dele, porque também na lusofonia, "*o caminho faz-se caminhando*".

É preciso conceder uma atenção próxima às comunidades lusófonas que vivem fora da CPLP e realizaram em JUN2017 o seu primeiro encontro. É preciso envolver mais os 64 Observadores Consultivos, que são em regra organizações não-governamentais, comprometidas com os valores da CPLP.

Como, perguntará o leitor. Da nossa parte e numa simples proposta, julgamos que é preciso: alargar a cooperação a áreas como a energia ou os oceanos; fortalecer o pilar da cidadania, facilitando a mobilidade e a circulação, o intercâmbio académico e profissional, a portabilidade dos direitos sociais; através disto e de outros domínios de intervenção, colocar a CPLP nas mãos da juventude, isto é, do futuro.

Como janela de oportunidade, Portugal deve continuar neste projecto, de corpo e alma, também da lucidez e pragmatismo que defendi no início, como um, um apenas, entre iguais, com todo o empenho e querer. Só com uma nova injecção de energia e de ideias para se revitalizar a CPLP poderá contrariar um destino de declínio que, hoje, alguns já lhe vão vaticinando.

Infelizmente, têm emergido argumentos para essa descrença. A grande heterogeneidade ideológica e de dimensão têm dificultado a busca de um denominador comum entre os vários países, a que acresce a sua natural escolha e organização das respectivas políticas externas na base das prioridades próprias, sendo que as de Portugal não coincidem com as de Angola, nem as do Brasil com as de Moçambique e por aí adiante.

Não o afirmamos com satisfação, mas julgamos não insultar a realidade dizendo que, duas décadas após a sua criação, a CPLP ainda continua em estado embrionário… ou comatoso – mantendo-se as relações entre os seus Estados-membros reduzidas ao bilateralismo despromovedor daquela

plataforma, também ele a revelar falta de fluidez e reciprocidade em vários casos.

A última cimeira em Brasília foi demonstrativa da irrelevância da CPLP para as respetivas populações e seus agentes – sociais, culturais, económicos e políticos.



Foto de família dos chefes de Estado e de governo da CPLP
Foto "DN", de 01NOV16

Se a situação persistir, continuaremos a assistir às declarações e documentos oficiais instando à realização de reunião dos Ministros responsáveis pela coordenação das diversas áreas. Por exemplo, nos assuntos do mar, com proclamados objectivos de coordenação de posições em *fora* da Comunidade Internacional e acompanhamento das acções para a gestão sustentável dos oceanos. De que vale apelar à constituição de centro de estudos marítimos e de plataforma de partilha de informação e conhecimento do Mar, que agregue as unidades de investigação dos centros de estudos universitários dos Estados-membros no sentido da dinamização da produção científica, da constituição de uma rede de informação e da compatibilização de bases de dados, ….. se as intenções não saírem do papel.

Apesar de algumas iniciativas já realizadas entretanto – nomeadamente: Conferências dos Ministros responsáveis pelas Pescas da CPLP, Simpósios das Marinhas dos Países de Língua Portuguesa ou Encontros de Portos da CPLP –, cabe perguntar por que, nestes últimos anos, não se avançou de forma efectiva. A resposta talvez se descubra na magreza do balanço que não se pode deixar de fazer, desapaixonadamente, da CPLP, decorridas mais de duas décadas após a sua criação, um *score* nada positivo nas diversas e fundamentais áreas, como não pode deixar de se concluir.

Há que explorar vectores de esperança e futuro, como pode ser o caso do apoio às comunidades lusófonas em países fora da CPLP (alguns milhões e já com dinâmicas comuns no terreno, sobretudo na França e EUA e ganhando peso económico, social e político) e da criação de uma cidadania lusófona que facilite a livre circulação e fixação de residência, o reconhecimento de direitos e a sua portabilidade e o reforço da cooperação em várias dimensões. São modalidades de acção estratégica que poderão oferecer um importante contributo para o aprofundamento e a coesão da CPLP, isto num momento crucial para a vida da organização, se, para tanto, houver a vontade colectiva e partilhada no sentido de criar uma comunidade mais forte, coesa e com maior capacidade de afirmação a nível global.

O "náufrago" tem sempre de se agarrar a uma boia, na esperança de se salvar.

BIBLIOGRAFIA

- Lourenço Eduardo – "*A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia"* –, Lisboa, Gradiva, 1999;
- Moreira, Adriano – "*Teoria das Relações Internacionais"* –, Lisboa: Editora Almedina, 4ª Edição, 2002;
- Moreira, Adriano – "*Memórias do Outono Ocidental: um século sem bússola*" –, Editora Almedina, NOV2013;
- Margarido, Alfredo – "*A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses*", Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000;
- Moura, José Barata – "*Portugal e a CPLP. (In)suficiência estratégica da língua*" –, texto da conferência proferida no ID.JC, em OUT2010, publicado no seu Boletim "Roteiros", Nova Série, 2010, N.º 4;
- Bernardino, Luis Manuel Brás – "*Estratégias de Intervenção em África. Uma Década de Segurança e Defesa na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa"* –, Lisboa: Editora Prefácio, 2007;
- Cardoso, Fernando Jorge – "*Desafios e Prioridades Políticas Portuguesas*
- *em África*" –, Estratégia, 1º Semestre, pp. 121-139. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1999;
- Chacon, Vamirech (2002) – "*O Futuro Político da Lusofonia"* –, Lisboa. Editora Verbo. ISBN 972-22-2171-X;
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, "*Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa"*, Lisboa: Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa da CPLP, 2006;
- Cravinho, João Gomes, Intervenção na Sessão de Abertura, Conferência "*A África e a Europa: Resolução de Conflitos, Governação e Integração Regional"*, Lisboa: IEEI, 2005;
- Mongiardim, Maria Regina – "*A CPLP e o seu Enquadramento"* –, Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2003;
- Resolução do Conselho de Ministros nº 196/2005, "*Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa".*
- Santos, Vítor Marques – "*Portugal, a CPLP e a Lusofonia – Reflexões sobre a Dimensão Cultural da Política Externa"* –, Lisboa: Edição do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2010;

A Estratégia Global para a política externa e de segurança da União Europeia. Os desafios da sua implementação[1]

Gen. Fontes Ramos[2]

Lista de Abreviaturas

AR/VP - Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e Vice-Presidente da Comissão Europeia.
CARD - Coordinated Annual Review on Defence
CEE – Comunidade Económica Europeia
EGUE - Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança da União Europeia.
EES - Estratégia Europeia de Segurança.
EM – Estados Membros
IFOR - Implementation Force
PADE - Plano de Ação de Defesa Europeia
PCSD – Política Comum de Segurança e Defesa
PESC – Política Externa e de Segurança Comum
PESCO - Permanent Structured Cooperation
PIASG - Plano de Implementação na Área de Segurança e Defesa
PME – Pequena e Médias Empresas
QG – Quartel General
UEO – União da Europa Ocidental

[1] Trabalho-suporte da Conferência realizada no Instituto Dom João de Castro, em 28 de Setembro de 2017, coordenado pelo conferencista e integrando as Mestrandas Adriana Martins, Beatriz Lagarto e Rita Malpique.

[2] Professor convidado do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa.

1. Introdução

Bem diferente do realce público dado à Estratégia Europeia de Segurança[3] (EES) de 2003, a aprovação, treze anos depois, de uma nova Estratégia, quase passou despercebida. De facto, a Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança da União Europeia[4], que passaremos a designar por Estratégia Global da UE (EGUE), foi apresentada em minutos no Conselho Europeu de 28 junho de 2016[5] e nem sequer foi debatida. E, no entanto, o circunstancialismo político europeu nas duas datas tem semelhanças significativas.

Em 2003, a UE tinha-se dividido, a propósito da invasão do Iraque, entre as nações europeias que, no geral, tinham aceite ou apoiado a invasão e as da apelidada "velha Europa"[6]. No quadro desta reação, a Alemanha, a França, a Bélgica e o Luxemburgo apresentaram, em maio desse ano, o projeto de constituição de uma "União Europeia de Segurança e Defesa"[7] cuja "vocação" seria juntar os países que quisessem ir mais rápido e mais além na cooperação mútua na área da defesa, dando corpo à ideia da formação duma "core europe" ou "guarda avançada" nas palavras do MNE alemão, Joschka Fischer. A Estratégia Europeia de Segurança aprovada no final de 2003, elaborada neste contexto de divisão, revelou-se, porém, uma referência importante para voltar a reunir os países da UE entre si e com os EUA, em relação a desafios comuns e modos de ação conjuntos. As propostas apresentadas pelo "grupo dos 4" foram sendo trabalhadas coletivamente e boa parte delas foram incorporadas, com adaptações consensualizadas,

[3] Desenvolvida por Xavier Solana, Secretário-Geral do Concelho Europeu e Alto Representante para a Política Europeia de Segurança Comum. A designação exata do documento é: Estratégia Europeia em Matéria de Segurança.

[4] A elaboração tinha sido solicitada um ano antes a Federica Mogherini enquanto Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e Vice-Presidente da Comissão Europeia, na sequência da sua apresentação ao Conselho da caraterização da situação de instabilidade internacional - The European Union in a changing global environment: A more connected, contested and complex world.

[5] European Council (2016) Conclusions, EUCO 26/16, Brussels, 28 June 2016,

[6] Assim referidas por Rumsfeld, Secretário da Defesa Americano, individualizando mesmo a Alemanha e a França que a ela se tinham oposto. Declarações em http://archive.defense.gov/....aspx?TranscriptID=1330, acedido em 19 Set 2017.

[7] Joint Statement: Germany France Luxembourg, Belgium, de 1 Maio 2003, in German Press Release disponível em http://www.scoop.co.nz/stories/WO0305/S00006.htm, acedido em 8 Ago 2017

quer no Projeto do Tratado Constitucional Europeu, quer posteriormente no Tratado de Lisboa[8].

A EES manteve-se como o quadro de entendimento europeu nas questões de segurança e nem as profundas mudanças geoestratégicas, que mais do que justificavam a sua reformulação, foram suficientes para promover a alteração deste documento de consenso que, apesar de já muito desajustado, foi mantido durante mais de uma década.

A situação atual é, como também sabemos, muito complexa. Já não são apenas as divisões europeias que se agudizaram perante uma crise que se arrasta desde 2007, mas são também as diferentes perceções sobre a resposta a um leste belicoso e assertivo e um sul instável e violento, cujos conflitos se transportam para o interior da Europa. E decorre igualmente do processo de saída do Reino Unido da União que coloca questões novas em todas as áreas, nomeadamente no reequacionar da segurança comum.

Tudo indicaria, pois, que os consensos obtidos face a este novo ponto de convergência europeia, fossem evidenciados publicamente e a nova Estratégia Global elevada a documento de referência. Que os países, procurassem manter os cidadãos esclarecidos e, portanto, interessados nas alterações em curso que iam ao encontro das suas preocupações. Ou que a comunicação social trouxesse para a agenda pública o debate necessário, já que, segundo as sondagens europeias,[9] as questões de segurança (emigração e terrorismo) passaram para primeiro lugar nas preocupações dos cidadãos ultrapassando as questões económicas e o desemprego. E a Política de Segurança e Defesa da UE é considerada, atualmente, prioritária por três quartos dos europeus.

Esta reflexão decorre, portanto, deste hiato e constitui um esforço para promover um melhor esclarecimento coletivo, mas decorre também do facto da implementação da EGUE apresentar desafios e oportunidades significativas a Portugal que não vimos debatidas em nenhum outros espaço, quer académico, quer público. Nela iremos traçar um quadro abrangente mas naturalmente sucinto, da evolução da situação de segurança e das instituições europeias que a promovem, para nos centrarmos sobretudo na EGUE, na sua implementação, e nas alterações que pode trazer, de novo, ao quadro de segurança e defesa da UE.

[8] É o caso das cooperações reforçadas no quadro da Segurança e Defesa, do princípio da ajuda mútua no quadro da defesa entre os países da UE, acordado com o pressuposto de não colidir com o direito dos que assim o entenderem manter a NATO como a Aliança primária para a sua defesa.

[9] Standard Eurobarometer 86, Autumn 2016, European Commission, 4-6 e 24

2. A Política Europeia de Segurança Comum

2.1. Um início tardio e lento

A opção de assumir uma identidade externa na área da segurança e de se dotar com forças próprias para conduzir operações militares, representa uma alteração de fundo, se bem que tardia e lenta, no processo de construção europeia.

A rejeição em 1954, no Parlamento Francês, depois de vários anos de negociações, da constituição da Comunidade Europeia de Defesa[10], teve um impacto profundo e fez com que o processo de construção europeia, repensado na conferência de Messines, no ano seguinte, passasse a ter, como prioridade, o desenvolvimento económico pelo estabelecimento de um mercado comum, processo que se iniciou em março de 1957, em Roma, com a criação da Comunidade Económica Europeia.

Durante 50 anos a Europa foi praticamente omissa em questões de política externa comum, de segurança e de defesa. A recuperação da Europa, melhor, o "milagre económico europeu", ocorrido durante a Guerra Fria, decorreu tendo como garantia (única) de defesa o escudo de proteção da NATO. Só após a queda do muro de Berlim, perante um mundo que rapidamente se decompunha e reformulava, é que foi possível acordar entre os países da UE, em 1992, em Maastricht, a criação de uma componente de Política Externa e de Segurança Comum (PESC) para a qual foi instituído, nos Tratados, um pilar próprio, de natureza intergovernamental, e naturalmente de decisão por unanimidade, forma única de assegurar o acordo geral nesta área tão sensível da soberania dos estados.

Passados alguns meses, porém, a Bósnia incendiou-se. Apesar dos países europeus terem contribuído com milhares de homens para a Operação de Manutenção de Paz das NU nos Balcãs em 1992[11], do empenho da então Comunidade Europeia na procura de uma solução consensual para o conflito, e mesmo do uso das forças da União da Europa Ocidental, entretanto reanimada, o facto é que a violência incontida, o nível assombroso das destruições, e sobretudo os massacres cometidos a sangue frio em áreas protegidas pelas forças das NU, vão perdurar no imaginário europeu, como um momento doloroso de grave ausência da Europa. A UE não foi capaz

[10] A Comunidade Europeia de Defesa, entre outros desideratos, visava permitir o rearmamento da Alemanha, através de uma ancoragem estreita aos outros estados europeus. A sua rejeição levou a que o seu rearmamento só fosse possível no quadro da NATO.

[11] A Operação designava-se *UN Protection Force (UNPROFOR)*

de conter, e menos ainda de gerir, ou de terminar, uma situação de crise na sua periferia imediata. Foi necessária a intervenção da NATO[12] para limitar o conflito e impor as decisões das NU, e só após o empenhamento diplomático substantivo dos EUA se tornou possível concretizar um acordo político em Dayton que terminou a guerra civil e estabeleceu a multicultural Bósnia-Herzegovina. Os limites da capacidade de intervenção europeia tinham ficado à vista. A NATO constituiu uma força de 60.000 homens[13] para substituir a das NU cujo modelo iria mais tarde servir como o Objetivo de Forças da UE, definido em Helsínquia.

Sentia-se a necessidade de novos passos que foram sendo dados de forma cautelosa e lenta. Assim na Cimeira de Amesterdão, em 1996, a UE assumiu que a nascente "Política Externa e de Segurança Comum" se dedicaria à gestão de crises (as operações de Petersberg)[14], distinguindo-se, portanto, da NATO enquanto instituição de defesa coletiva e passando a orientar-se para as preocupações europeias do momento, o arco de crises que da Argélia passando pelos Balcãs, continuava pelo Cáucaso até à Ásia Central. O processo só seria desbloqueado com o Acordo de S. Malô de dezembro de 1998, entre a França e o Reino Unido, que permitiu articular o espaço próprio entre as funções e responsabilidades da NATO e a nascente Identidade Europeia de Segurança e Defesa.

2.2. O Acordo Franco-Britânico de S. Malô

O Acordo de S. Malô que foi assumido quer pela NATO quer pela UE[15], definiu aspetos importantes na altura e, segundo nos parece, ainda relevantes na atualidade, nomeadamente:

- Que a "autonomia Europeia" para responder a crises, só faz sentido se for apoiada por "forças credíveis". Vincando, portanto, que a autonomia europeia só tem significado, e, portanto, eficácia, se apoiada por capacidades efetivas;

[12] Dados em http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_52060.htm, consultados em 19 Setembro 2017

[13] A *Implementation Force (IFOR)*

[14] As missões de Petersberg, aprovadas pela UEO, naquele hotel, incluem tarefas humanitárias e de evacuação de nacionais, de manutenção de paz e de forças armadas para gestão de crises, incluindo operações de restauração da paz.

[15] Assumido pela NATO na Cimeira de Washington e pela UE na Cimeira de Bona, ambas em 1999.

- Que a afirmação europeia na área da segurança e defesa não deve impedir os Estados que assim o pretendam, possam prosseguir a sua defesa coletiva na NATO, à luz do seu artigo quinto;
- Que a ação da UE se deve orientar para questões ou áreas em que a NATO "como um todo não estiver empenhada". O que dá, de certa forma, primazia de decisão à NATO, mas apela à necessidade de coordenação e complementaridade e não de sobreposição, ou de concorrência entre as duas instituições;
- E, finalmente, que a UE deve dispor de estruturas próprias para tomar decisões, analisar a situação e efetuar o planeamento necessário, mas tendo em conta as capacidades já existentes na Europa, para evitar as chamadas "duplicações desnecessárias".

A NATO colocou à disposição das operações da UE um conjunto de meios e de estruturas comuns, nomeadamente o seu Quartel General Operacional[16] em Mons, onde foi criada uma célula separada para as operações de UE [17].

Não sabemos qual irá ser o futuro próximo, mas este acordo parece ainda hoje relevante, nas suas linhas gerais, sobretudo no quadro do BREXIT, dado que continua a ser do interesse mútuo poder continuar a contar com participação inglesa, quer nas operações da NATO, quer nas operações da EU de interesse comum.

Na Cimeira de Helsínquia, em dezembro de1999, foi dado novo passo e definido um ambicioso Objetivo de Forças para a nascente Política Europeia de Segurança e Defesa. Isto é, foi acordado que até 2003, mediante a cooperação voluntária dos Estados Membros, a UE devia ter capacidade para projetar 50.000-60.000 homens e mantê-los em operação durante 1 ano, ou mais, para executar qualquer das "operações de Petersberg", o que correspondia *grosso modo* à Operação IFOR que a NATO tinha realizado na Bósnia-Herzegovina para implementar o Acordo de Dayton.

Para quem parte praticamente do zero, sem doutrina específica, nem órgãos de comando constituídos, ou forças atribuídas, atingir este *Objetivo* em 3 anos, parecia impossível. Porém as estruturas necessárias foram sendo criadas e os Estados Membros (EM) referenciaram as forças e sistemas

[16] O Quartel General Operacional da NATO designa-se por *Supreme Headquarters Allied Powers Europe (SHAPE) desde que a estrutura de comando da NATO foi constituída.*

[17] A partir da qual foi comandada a Operação da União Europeia na Macedónia (Operação Concórdia), em 2003, no quadro do Acordo Berlim+ pelo qual a NATO pode colocar estruturas, meios e capacidades comuns à disposição da UE.

disponíveis para as operações da UE, até que boa parte dos requisitos foram atingidos. E de facto, em 2003 realizaram-se as primeiras operações[18] no quadro da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) da União Europeia. Foram pequenas operações, mas oportunas e relevantes, que sobretudo marcam a alteração em curso na UE.

Contudo este exercício de levantamento dos meios militares disponíveis permitiu concluir, como vastamente refletido nas publicações da época[19], que apesar de existirem equipamentos suficientes na Europa ao nível dos sistemas de armas comuns (submarinos, navios, carros de combate, ou aviões), existiam todavia faltas significativa de capacidades mais sofisticadas, mas indispensáveis nas operações atuais (desde os sistemas de comando, controlo, comunicações e informações (C^3I), comunicações e observação por satélite, aos meios de transporte estratégico aéreo ou marítimo, às capacidades de vigilância e reconhecimento, aviões de reabastecimento ar-ar, ou às munições guiadas de precisão). A questão central é que essas faltas não foram corrigidas, no essencial, ao longo do tempo e constituem hoje um passivo conhecido e significativo. No Conselho Europeu de Dezembro de 2013 dedicado especificamente às questões de segurança e defesa, isto é, passados 12 anos, parte substancial destes meios foram referenciados como "faltas críticas" e ainda em vias de solução[20].

2.3. A Estratégia Europeia de Segurança

A Estratégia Europeia de Segurança (EES) aprovada no final de 2003, encerrou o ciclo do lançamento concetual da PESC/PCSD, veio dar o rumo comum às políticas e definir prioridades. Publicada num momento de divisão interna na Europa em consequência da 2ª intervenção no Iraque liderada

[18] Em Janeiro uma Operação de Polícia na Bósnia-Herzegovina, para substituir a correspondente operação levada a cabo pelas NU, em Maio a operação Concórdia na Macedónia em colaboração com a NATO, e em Junho a operação Artemis lançada na República do Congo, a pedido das NU, e fora da área de responsabilidade da NATO.

[19] Um cuidado estudo foi efetuado por David S. Yost, em *The NATO capabilities gap and the European Union, Survival, vol. 42, no. 4, Winter 2000-01, pp. 97-128.*

[20] Conselho Europeu (2013) 19/20 de dezembro de 2013, Parte I, pontos 1-22 das conclusões do Conselho Europeu. Nas Conclusões deste Conselho são mencionados apenas 3 projetos em curso nalguns Estados Membros, nomeadamente o desenvolvimento de Sistemas Aéreos Pilotados à Distância - mas no período de 2020-2025; o desenvolvimento da capacidade de Reabastecimento Ar-Ar - mas sem período definido; ou as preparações para a próxima geração de Comunicações por Satélite, referindo a constituição de um grupo de utilizadores no ano seguinte.

pelos EUA, o documento não só permitiu reunir o consenso europeu em relação à postura europeia na área da segurança, como ajudou a manter a articulação com Washington, pois o documento partilhava com os EUA, no mínimo, a identificação das mesmas ameaças. Tornou-se, portanto, um documento de planeamento estratégico fundamental na UE.

Na altura, o texto[21] foi algo criticado pelo seu pouco detalhe, ou pelo facto de lhe faltarem componentes relevantes para ser, de facto, uma estratégia, ou seja, a "ponte" que liga os meios aos fins. Na realidade os fins últimos não foram explicitados. A EES partiu dos desafios e ameaças com que a Europa se confrontava para daí identificar os objetivos estratégicos a alcançar. Nem tratou especificamente dos meios necessários para os atingir, mas apresentou, no capítulo final, uma boa formulação da conduta necessária para os alcançar, através de uma União "mais ativa", "mais capaz", "mais coerente" e "atuando com parceiros", capítulo suficientemente prescritivo para permitir equacionar as formas de atuação. Foi, portanto, uma Estratégia de natureza reativa, mas muito significativa apesar de tudo, tendo em conta as circunstâncias internas na Europa e o facto de ser a primeira Estratégia de Segurança da UE. Sobretudo veio permitir trazer coerência á postura da União, face aos desafios e ameaças enunciadas.

A EES articulou-se em três temáticas: os "Desafios e Ameaças"; os "Objetivos Estratégicos" e as "Implicações Políticas para a Europa". Não estando na finalidade deste texto a sua caracterização em detalhe, parece, contudo, oportuno referir que a definição dos três Objetivos Estratégicos constituiu a mensagem forte desta Estratégia. Estes incluíam a necessidade de "Enfrentar as ameaças"; "Construir a segurança na vizinhança", a verdadeira inovação do texto; e o apoio a "Uma ordem mundial baseada no multilateralismo" centrada nas NU e demais instituições mundiais, desde sempre a pedra de toque da União, mas aludindo também à relação transatlântica considerada como um dos fundamentos do sistema internacional.

A EES de 2003 foi considerada a "bíblia" durante largos anos. O próprio orçamento das ações relativas á Política Externa de Segurança Comum, passou a ser articulado em alíneas correspondentes às da EES.

Foi à sua luz que se equacionaram as intervenções civis e militares seguintes, se lançou a "Política de Vizinhança" à luz da qual se desenvolveram os Acordos de Associação com os países da Margem Sul do Mediterrâneo, e se estabeleceu a Parceria Oriental (envolvendo a Bielorrússia,

[21] European Council, A Secure Europe in a Better World, European Security Strategy, Brussels, 12 December 2003

a Ucrânia e a Moldova, bem como, na região do Cáucaso, a Geórgia, a Arménia e o Azerbaijão).

2.4. A Europa volta-se para dentro

Entretanto o mundo foi mudando e se durante os anos a seguir a 2003 a participação da UE em missões civis e operações militares externas de gestão de crises foi crescente, ao longo do tempo outras preocupações se foram sobrepondo às questões de segurança.

Desde logo, o alargamento aos países de Leste. Em 2004 dá-se o chamado *Big Bang*, o maior aumento de sempre da UE quanto a território, população e países envolvidos em que 8 dos 10 países tinham pertencido ao Bloco de Leste[22]. Este alargamento trouxe para a UE maior diversidade em termos de desenvolvimento económico, de dinâmicas políticas e sociais, e a consequente maior aproximação da União a áreas de mais instabilidade, a leste. Novos e complexos problemas surgiram. Desde logo a gestão da própria UE que passou, quase de rompante, de 15 para 25 países. A sua absorção concentra todos os esforços nos anos seguintes.

A Europa volta-se para o interior. A ação externa vai diminuindo em termos de novas operações, de efetivos envolvidos e em ambição. O tema alargamento-aprofundamento, agora sentido como indispensável para fazer face à nova complexidade, faz lançar a Convenção para elaborar um Tratado Constitucional, cuja ratificação vem a soçobrar em França e na Holanda em 2005. O que levou à necessidade de novos acordos que emergiram no Tratado de Lisboa em 2007, o qual só pode ser aplicado em 2009, após novo referendo na Irlanda. A que se segue a crise do *subprime* de 2006/7 transformada em crise financeira mundial e a seguir em crise económica, da qual ainda não nos libertamos plenamente.

As consequências na área de defesa e segurança são profundas. As operações civis e militares atuais da UE, no exterior, envolvendo cerca de 5.000 pessoas, são pouco mais que simbólicas para um espaço constituído por 500 Milhões de almas e 25% do PIB mundial. Algumas das estruturas entretanto criadas como os *Battle Groups* nunca foram utilizadas. A ação da UE na gestão das múltiplas crises na nossa periferia, foi certamente significativa em termos de apoio financeiro mas é modesta em termos de presença e de estabilização. Os Orçamentos Militares dos Estados Membros caíram

[22] Estónia, Lituânia, Letónia, República Checa, Eslováquia, Roménia, Bulgária, Eslovénia e no Atlântico Chipre e Malta

mais 4 % ao longo dos últimos anos, a que se soma a redução contínua que vem já desde a queda do Muro de Berlim e dos esperados *peace dividends*. E o mundo entrou-nos pela porta dentro.

A Europa foi apanhada de surpresa:

- Pelos ataques terroristas nas nossas cidades mais paradigmáticas, numa atitude de confronto reiterado para criar fraturas internas, gerar insegurança, pânico e desprestigiar os nossos valores e símbolos existenciais;
- Por uma avalanche imparável de refugiados e de emigrantes económicos que fogem da guerra, da fome e da falta de esperança;
- Por uma Rússia assertiva e deliberada. Com persistência de propósitos, iniciativa estratégica, e disponibilidade para promover a mudança *mano militari das fronteiras europeias;*
- *Com a ascendência da China expressa numa Estratégia coerente e sistemática de afirmação no SE Asiático, de acesso a recursos naturais, logísticos e tecnológicos mundiais e de integração do Continente Asiático pela Faixa e Rota da Seda;*
- *Ou da nova Postura Americana, mais isolacionista, mais baseada no interesse próprio, para quem a UE poderá constituir um empecilho para resolver as suas questões preferencialmente em termos bilaterais;*
- *A que a saída do Reino Unido veio trazer um novo "novo". Não é possível que o Brexit não tenha um impacto significativo. Estamos perante um processo de separação que pode ser de rotura, nunca experimentado, e que se veio juntar a uma realidade complexa.*

Estes são desafios geopolíticos fundamentais que temos perante nós. É naturalmente óbvio que, para sobreviver, e se tornar motivadora aos seus cidadãos, UE tem um caminho mais estreito e bem mais complexo à sua frente.

3. A Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança da UE

Desde há muito que se sentia a necessidade de uma revisão profunda da EES de 2003. Porém parece ter prevalecido a preocupação de que essa revisão pudesse desviar a atenção dos problemas em curso e avivar linhas de fratura internas. Assim, foi apenas efetuado, em 2008, um "Relatório

sobre a implementação da EES" que não substituiu o texto da Estratégia, mas antes o confirmou e reforçou.

Ao longo do tempo começou a ser evidente a diversidade, se não a "cacofonia" [23], entre as diversas estratégias dos EM consideradas não só desatualizadas, mas mesmo incoerentes entre si e "sem o sentido da dimensão comum" da geoestratégia Europeia.

Após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, os ministros dos negócios estrangeiros da Espanha, Itália, Polónia e Suécia lançaram um projeto para a elaboração de um "Estratégia Global Europeia"[24] numa "tentativa para fomentar e estruturar o debate sobre a função da UE como ator global num tempo de vastas mudanças internacionais" a que associaram reconhecidas instituições europeias privadas de reflexão que conduziram um notável trabalho de recolha de participações públicas e elaboraram um Relatório inovador. E em outubro de 2013 é o Conselho Europeu de Relações Externas que considera a necessidade da elaboração de uma Estratégia Global[25], face às profundas alterações verificadas no contexto internacional, referindo mesmo que algumas das ideias implícitas na EES de 2003 estavam agora a limitar a Europa. Esta reflexão propõe que a elaboração dessa Estratégia seja desenvolvida em dois passos sendo o primeiro, de análise geral, lançado no Conselho Europeu de 2013 cujo resultado seria passado à nova Alta Representante, a entrar em funções no ano seguinte, a quem caberia a elaboração, consequente, da Estratégia Global.

Foi quase o que se veio a passar. No Conselho de dezembro de 2013 foi acordada uma orientação geral para que a "Alta Representante para as Relações Externas e de Segurança"[26] efetuasse o estudo do impacto das mudanças no ambiente geopolítico. E só na sequência dessa análise, apresentada no Conselho Europeu de junho de 2015 foi aprovado o mandato para produzir uma estratégia inteiramente nova que Frederica Mogherini apresentou no Conselho Europeu em 28 de junho de 2016, quatro dias depois do Reino Unido ter votado maioritariamente para abandonar a União. Tinham passado 13 anos.

---

[23] France, O, and Witney, N (2013) "Europe´s Strategic Cacaphony", *Policy Briefing*, European Council on Foreign Relations, ECFR April 2013.

[24] Silvestri, Stefano et. al., Towards an European Global Strategy, Securing European influence in a changing world, Clingendael Institute, May 28, 2013

[25] Dennison, Susi et al., "Why Europe needs a new Global Strategy", *Policy Briefing*, European Council on Foreign Relations, ECFR Outubro 2013.

[26] Comumente conhecida por Alta Representante, Vice-Presidente (AR/VP) por acumular com as funções de Vice Presidente da Comissão, designação que passaremos a utilizar

Podemos discutir pormenores e apresentar discordâncias, algumas eventualmente significativas. Porém julgamos que a Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança da UE (EGUE) é, no geral, uma boa peça de racionalidade estratégica. Talvez atrasada em relação ao contexto geopolítico que vivemos, sectorial - de segurança e defesa - quando poderia ter sido incluída numa estratégia total da UE que cobrisse todos os setores da União, mas que parece mais realista e com uma abordagem mais adaptada ao mundo que nos rodeia. É, acima de tudo, um documento necessário para que a Europa se recentre no contexto complexo que vivemos, partilhe a visão dos problemas com que nos confrontamos e articule uma via comum de resposta coletiva. Sem isso, deixa de existir o sentido de União e passamos a um somatório de países justapostos, onde nenhum, por si só, tem capacidade para responder aos complexos desafios atuais.

3.1. A *décalage* en relação ao Contexto Geopolítico

Daí decorre que a maior crítica que se pode fazer à EGUE, está no facto desta Estratégia ter vindo atrasada em relação aos problemas que visa resolver. É, desse ponto de vista, uma estratégia reativa e não proativa, como devia ter sido.

Se não, vejamos. Em 2003 a EES refletia um contexto geral de tranquilidade e segurança descrito, logo na frase inicial, desta forma:

> *A Europa nunca foi tão próspera, segura e livre como hoje. À violência que marcou a primeira metade do século XX seguiu-se um período de paz e estabilidade sem precedentes na história Europeia*[27].

Este cenário de tranquilidade foi basicamente confirmado, em 2008, pelo Relatório de Implementação da EES:

> *A União Europeia continua a ser um pólo de estabilidade. Graças ao alargamento, a democracia e a prosperidade estendem-se a todo o continente. Nos Balcãs assiste-se a mudanças muito positivas. A política de vizinhança que praticamos criou um quadro robusto em que se inserem as relações com os nossos parceiros a sul e a leste, e que assume agora na União para o Mediterrâneo e na Parceria Oriental uma nova dimensão*[28].

[27] European Council, A Secure Europe in a Better World, European Security Strategy, Brussels, 12 December 2003, p. 1

[28] European Council, Report on the Implementation of the European Security Strategy - Providing Security in a Changing World -, p. 1

Passados 8 anos, parece estarmos noutro mundo, surgido de rompante:

> *Vivemos em tempos de crise existencial, tanto dentro como fora da União Europeia. A nossa União está ameaçada. O nosso projeto europeu, que gerou níveis sem precedentes de paz, prosperidade e democracia, está a ser posto em causa. A leste, a ordem de segurança europeia foi violada, enquanto o terrorismo e a violência flagelam o Norte de África e o Médio Oriente, bem como a própria Europa*[29].

O que antes de mais representa a constatação da distração estratégica da UE e da prioridade quase absoluta dada às questões económico-financeiras, como se a segurança e o desenvolvimento não fossem mutuamente interligados e interdependentes. É que na segurança, como na política, a prevenção é geralmente melhor do que reação a destempo e algumas das medidas, como a do reapetrechamento na área da segurança e defesa, não se compadecem com distrações. As indústrias europeias de defesa por desinvestimento na pesquisa e tecnologia, ou por inação devido à queda dos orçamentos dos EM, podem ter sido reduzidas de tal forma que já não dispõem da tecnologia, nem da capacidade industrial para responder às exigências de hoje. O recurso a fontes externas para o reapetrechamento, nomeadamente aos EUA, é aceitável e frequentes vezes desejável mas representa uma vulnerabilidade, quando se torna obrigatório.

3.2. Uma Estratégia Global na geografia, mas Setorial no escopo

A designação da Estratégia como "Global", traz-nos ao ponto seguinte. Esta designação seguiu a sugestão defendida por diversas instituições europeias, já referidas, que desde o início da década vinham alertando para a necessidade não só de formular uma nova estratégia, como de articular uma abordagem mais vasta da forma como a UE "enquanto expressão política de um continente de 500 milhões de pessoas, pode maximizar a sua influência e ajudar a enformar os assuntos globais segundo as suas preferências"[30]. Assim, na base das suas propostas estava a intenção de que a Estratégia

[29] Shared Vision, Common Action: A Stronger Europe A Global Strategy for the European Union's Foreign And Security Policy, June 2016, p.7

[30] Fägersten Björn, How Grand is Global? Notes on a European Strategy, UIBrief, nº 14, 9 Oct 2012, p. 4.

Europeia pudesse ter algo ao nível da Grande Estratégia[31], envolvendo todos os elementos do potencial europeu, desde os políticos, aos económicos, sociais ou de segurança.

Por exemplo a ausência de uma estratégia comum na área económica não permite prosseguir uma política consequente de longo prazo, nem aproveitar plenamente o peso conjunto da UE enquanto a maior área comercial do planeta e responsável por cerca de 25% do PIB mundial, ou sintonizar as ações individuais por parte dos EM. E por outro lado, a falta de uma política económica comum facilita a envolvimento parcelar de outras potências (como a China ou a Rússia) nos países europeus, circunscrevendo as instituições Europeias o que não acontece nas relações bilaterais dos estados europeus com aqueles países.

Não parece sujeita a muita contestação a ideia de que seria do interesse comum que a UE se erigisse como um *hub* mundial central, nomeadamente capaz de harmonizar e explorar o potencial mútuo nas relações com a China da nova Rota da Seda; com a Comunidade Euroasiática Russa para que através de um desenvolvimento mutuamente benéfico se afastasse o fantasma do "cerco" hostil; com a África, num novo "Plano Marshall" para que através do desenvolvimento comum se promovesse a pacificação e o crescimento do Continente com a absorção social dos 1,7 Biliões de pessoas que aí irão surgir nos próximos 50 anos. Que de outra forma poderão continuar a constituir novas vagas de refugiados. E, naturalmente, com os EUA. Nesta data não se antevê ainda qual será o futuro das relações mútuas. As economias estão já profundamente ligadas e julgamos que o interesse no estabelecimento de boas relações de cooperação entre espaços que, no conjunto, representam cerca de metade da riqueza mundial é líquido, transcendendo as tergiversações temporárias. Ainda mais, quando os dois espaços estão em decréscimo relativo perante o crescimento das economias dos países em desenvolvimento.

[31] Segundo a conceção anglo-saxónica de Grande Estratégia (Grand Strategy) entendida como o emprego de todos os instrumentos do poder nacional para garantir a segurança do estado, in R.D. Hooker, Jr, "American Grand Strategy" in *Charting a Course – Strategic Choices for a New Administration, National Defense University Press, Washington, D.C., December 2016, p. 1.* Ver Biscop, S. (2009) 'The Value of Power, the Power of Values: A Call for an EU Grand Strategy', Egmont – The Royal Institute for International Relations, Egmont Paper 33 (Gent: Academia Press); J Howorth, "The EU as a Global Actor: Grand Strategy for a Global Grand Bargain?," in JCMS: Journal of Common Market Studies, vol. 48, 2010, 455–474; Kjell Goldmann et. al., European Global Strategy in Theory and Practice: Relevance for the EU; Björn Fägersten, How Grand is Global? Notes on a European Strategy.

Porém, a UE não é um Estado tem especificidades e características próprias que geram uma dinâmica específica. Assim, a EGUE é um Estratégia de nível Setorial, dedicada às questões de Segurança e Defesa, apesar de ser denominada Global. O que levou a que no Introito do documento que a difundiu se tenha justificado que a Estratégia é Global no sentido "geográfico", e porque abrange um "vasto conjunto de políticas e instrumentos", desde os militares e antiterroristas, aos relativos ao emprego, às políticas conducentes às sociedades inclusivas e dos direitos humanos. É, portanto, uma Estratégia Global quanto ao espaço que envolve e quanto ao uso dos instrumentos europeus que pode utilizar, mas foi concebida para servir a causa da segurança. O que não é de somenos.

3.3. Com uma gramática mais Pragmática

A nova Estratégia Europeia tem uma orientação concetual significativamente diferente da anterior. Podemos até dizer que inversa. A EES partia da identificação dos desafios e ameaças com que a Europa se confrontava para daí conceber os objetivos estratégicos a promover, terminando com as implicações deles decorrentes. Era, portanto, limitada às ações para fazer face aos desafios e ameaças. A EGUE parte da identificação dos "Interesses Vitais" para a definição das "Prioridades para a Ação Externa" e, dai, para as "Ações" a desenvolver para promover essas prioridades. É, pois, criada numa perspetiva volitiva, de política externa[32] que enquadra as questões de segurança defesa no quadro mais vasto da conduta externa da União.

A sua eficácia depende, todavia, da forma como for implementada e das ações concretas adotadas pelos estados e pelos órgãos competentes da UE, o que trataremos a seguir.

A EGUE não só olha para além da periferia imediata da europa como se reclamava há muito, como parece baseada numa aproximação mais realista e pragmática ao mundo. E isto por três ordens de razões.

3.3.1. Baseada nos Interesses Comuns da UE

Antes de mais porque é baseada em "Interesses", cuja identificação constitui o primeiro capítulo e seu ponto de partida. É de resto a primeira vez que na UE, em que (após vários apelos, nomeadamente do Parlamento Europeu), os EM definiram e tornaram públicos os *Interesses* da UE. Sabemos

[32] Arteaga, F (2004) "European defence between the Global Strategy and its implementation", *Working Paper* 4/2017, 16 February 2017 (Elcano Royal Institute), 3

que não há política nem estratégia sem visar a prossecução de interesses. Se bem que referindo que os interesses e os valores Europeus se confundem, o facto é que foram considerados como Interesses vitais das União:

A Paz e a Segurança – A "promoção da paz e a garantia da segurança dos seus cidadãos e território"[33], está no topo dos interesses da UE assumindo assim os desafios atuais e as prioridades expressas pelos cidadãos europeus. E reconhecendo igualmente uma das grandes alterações do contexto de geopolítico atual que é o nexo externo-interno. "As seguranças internas e externas estão cada vez mais interligadas: a segurança dentro do nosso território implica um interesse paralelo na paz nas regiões vizinhas e circundantes". Isto é, identificando como um interesse principal a colaboração da UE no estabelecimento da paz no exterior, como forma de a preservar no seu interior;

A Prosperidade – Voltada para os seus povos, e que deve ser prosseguida num contexto internacional de abertura e segurança "tendo em conta que se espera que, num futuro próximo, a maior parte do crescimento mundial se verifique fora da UE, o comércio e os investimentos estarão cada vez mais subjacentes à nossa prosperidade: uma União próspera depende de um mercado interno forte e de um sistema económico internacional aberto"[34].Uma prosperidade partilhada, nomeadamente pela realização dos "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável" no seu interior e no mundo;

A Democracia – Pela promoção da "resiliência das suas democracias"[35] de acordo com os valores que inspiraram a criação da UE;

E uma Ordem Global Baseada em Regras – Tendo o "multilateralismo como princípio-chave e as Nações Unidas como núcleo central"[36]. O que representa a postura de sempre da União.

São interesses genéricos que talvez devessem ser mais específicos para poderem ser mais orientadores. A sua definição, nestes termos, representa certamente a forma possível de consensualizar posições e de unir todos os EM na defesa de princípios universais.

Diga-se a propósito, que a última Estratégia de Segurança Nacional dos EUA, da Administração de Obama, de fevereiro de 2015[37], apresenta praticamente os mesmos Interesses:

[33] Shared Vision, Common Action: A Stronger Europe A Global Strategy for the European Union's Foreign And Security Policy, June 2016, p. 14

[34] Ibidem, pp. 14-15

[35] Ibidem, p. 15

[36] Ibidem, p. 15

[37] White House, National Security Strategy, Office of the Press Secretary, February 6, 2015, p. 2

"A segurança dos EUA dos seus Cidadãos, aliados e parceiros"; "Uma economia forte, inovativa e em crescimento num sistema económico internacional aberto que promova a oportunidade e a prosperidade"; "O Respeito pelos valores internacionais em casa e à volta do mundo"; e uma ordem internacional baseada em regras avançada pelos EUA que promova paz. Segurança e oportunidade através de maior cooperação para fazer face aos desafios globais.

De notar que em ambas as estratégias a promoção da democracia no exterior não é considerada um interesse *per se*. A EGUE considera, todavia, que o respeito no seu interior pelos valores e dos princípios democráticos determinará a nossa credibilidade e influência externa. A Estratégia Nacional de Segurança Americana de 2015 (qual será a próxima estratégia dos EUA?) refere-se apenas ao respeito pelos "valores internacionais".

3.3.2. Orientada por um "pragmatismo de Princípios"

De facto, na definição dos *Princípios* que guiam a EGUE é expresso que a UE se orientará por princípios claros:

> *Princípios que decorrem tanto de uma avaliação realista do enquadramento estratégico como da aspiração idealista de promover um mundo melhor… Nos próximos anos, a nossa ação externa será orientada por um pragmatismo de princípios*[38].

É este pragmatismo que levou a que fosse introduzido o conceito de resiliência (enquanto capacidade de os Estados e as sociedades se reformarem, resistindo e superando desse modo das crises internas e externas[39]) como elemento substantivo desta Estratégia, termo repetido frequentes vezes ao longo do texto. É de resto o reconhecimento de que a instabilidade que decorre de cerca de 20% da população mundial viver em comunidades e estados frágeis, requer uma abordagem específica e ferramentas diversas das usadas anteriormente pela UE, que ajudem a preservar a capacidade de resistência e de sobrevivência de instituições débeis sujeitas a pressões violentas, sejam conflituais, sociais ou ecológicas. E, por isso, a referir-se na EGUE que "é no interesse dos nossos cidadãos investir na resiliência dos Estados e sociedades a leste, até à Ásia Central, e a sul até à África Central[40].

[38] Shared Vision, Common Action: A Stronger Europe A Global Strategy for the European Union's Foreign And Security Policy, June 2016, p. 16

[39] Ibidem, p. 23

[40] Ibidem, 23

O que alarga a área de interesse da EU e vai requerer um significativo reposicionamento de mecanismo e recursos.

3.3.3. Com mais Autonomia Estratégica

A EGUE refere a necessidade da UE assumir maior responsabilidade pela sua segurança. De se dotar de um "nível apropriado de ambição e de autonomia estratégica para ser capaz de promover a paz e garantir a segurança dentro e fora das suas fronteiras"[41].

O que expressa uma assunção de responsabilidade nunca antes tão claramente definida e que decorre sobretudo da constatação da realidade internacional subjacente em que se cruzam, em sentidos opostos, o aumento dos riscos com a maior retração dos EUA. Assumindo, igualmente, a necessidade de cumprir o seu empenhamento em matéria de "assistência mútua" (art.º 42, nº 7 do Tratado de Lisboa) em relação aos estados vítimas de agressão armada, o que corresponde, enquanto ação de defesa mútua, ao art.º V da NATO.[42]

A autonomia estratégica reclamada no Conceito pode, assim, representar no futuro, a coexistência de duas entidades a promover, e teoricamente a conduzir, a defesa coletiva dos países europeus. Não parece um cenário desejável, se bem que se reconheça que os países que não pertencem à NATO, tenham naturalmente o direito, reconhecido no Tratado de Lisboa, de articular, na UE, a sua assistência mútua em caso de agressão (já requerido pela França, face aos ataques terroristas na região de Paris, se bem que solicitando aos EM que substituíssem parte dos empenhamentos francesas no Mali para que os recursos libertados pudessem ser aplicados em França). Importa, pois, acompanhar a regulamentação deste desiderato por forma a que não se traduza em incompreensão, duplicação ou sobreposição de instituições e estruturas. De momento importa notar que perturbação do ambiente de segurança europeu tem, ao contrário, levado ao aumento de cooperação e coordenação entre a NATO e a UE, cuja aproximação confirmada na Cimeira de Varsóvia por uma "Declaração Conjunta"[43] envolvendo dezenas de ações comuns que visa dar "novo ímpeto e nova substância" à parceria entre as duas organizações.

[41] Ibidem, 14

[42] Ibidem, 15

[43] Joint declaration by the president of the European Council, the president of the European Commission, and the secretary general of the North Atlantic Treaty Organization

3.4. As novas Prioridades da Ação Externa

O núcleo central da EGUE é expresso nas novas "Prioridades da Ação Externa da UE". Se anteriormente, tudo se resumia à resposta às ameaças em que "nenhuma era puramente militar, nem pode ser combatida puramente por meios militares", ou ao estabelecimento da boa governação e democracia nas regiões fronteiriças, hoje a realidade mudou e muito.

As ameaças chegaram violentamente à Europa. A política de vizinhança desenvolvida com sistematização ao longo do tempo, apesar dos sucessos obtidos, não estabeleceu as democracias consistentes, nem a governação estabilizadora desejada na periferia da Europa. Ao contrário, as primaveras árabes desembocaram em mais violência, em conflitos prolongados ou na (re)instalação de regimes repressivos (como na Síria, Iémen, Líbia ou Egito). A leste, as aproximações europeias foram recebidas com desconfiança pela Rússia, e os países colocados perante dilemáticas opções (como na Geórgia, na Ucrânia ou na Bielorrússia), algumas redundando em mais perturbação e instabilidade. Para além da periferia, as regiões de instabilidade do Sahel, do Médio Oriente, ou da Ásia Central, mostraram como a fronteira de segurança de UE se alargou aos vizinhos dos nossos vizinhos. Finalmente, a progressiva multicentralidade do sistema mundial e a postura mais centrada sobre si mesmo dos EUA criaram um quadro de novos relacionamentos a ter em conta.

O que foi traduzido na EGUE em 5 prioridades da Ação Externa: a Segurança da União; a Resiliência dos Estados e Sociedades a Leste e Sul; uma Abordagem Integrada aos Conflitos e Crises; Ordens Regionais de Cooperação e uma Governação Mundial para o século XXI.

Prioridades em que se mantêm linhas de orientação anterior nomeadamente no que se refere à promoção de uma Governação Global assente em regras, ou à gestão integrada dos conflitos, agora procurando-se mesmo a alargamento da *comprehensive approach*[44] anterior para se encarar não só uma abordagem multidimensional em termos de meios a usar, mas também a capacidade da UE operar em todas as fases dos conflitos e ter em conta as implicações locais, regionais e mundiais dos conflitos e crises. Surgem elementos novos nas prioridades, que parece merecerem destaque, por revelarem novas orientações. É o caso das questões da "Segurança da União", da promoção da "Resiliência" na periferia europeia e da promoção de "Ordens

[44] Conceito que, de forma sintética, podemos dizer que visa promover a combinação articulada e coerente de instrumentos políticos, civis e militares para responder às situações de crise e conflitos,

Regionais Cooperativas", enquanto "espaços críticos de governação num mundo descentrado"[45].

A Segurança da União é a prioridade das prioridades. A EGUE reconhece que o terrorismo, as ameaças híbridas, as alterações climáticas, a volatilidade económica e a insegurança energética colocam em perigo a nossa população e o nosso território. Perante o contexto atual, é necessária uma "mudança radical" para preservar os nossos valores e forma de vida.

O que leva a que os europeus tenham que "assumir maior responsabilidade pela sua segurança" e "ser capazes de proteger a Europa e responder a crises externas". Aqui se reconhece ainda que uma defesa europeia "mais credível", contribuirá igualmente para uma "parceria transatlântica mais saudável" com os Estados Unidos.

Para isso, prevê-se igualmente a definição de "um nível apropriado de ambição" e de maior "autonomia estratégica", bem como o desenvolvimento dos meios tecnológicos e industriais necessários para adquirir e manter as capacidades necessárias à autonomia da União. Prevê-se ainda a necessidade de maior investimento nesta área e a otimização dos recursos nacionais mediante uma cooperação mais estreita entre os países e a "gradual sincronização e adaptação mútua dos ciclos de planeamento de defesa nacional". Deixando a promessa de que a UE prestará assistência aos Estados-Membros e aumentará o seu contributo para a segurança e defesa da Europa, de acordo com os Tratados, o que representou uma afirmação igualmente nova.

Seguem-se então as medidas de detalhe para combater o terrorismo, a cibersegurança, a segurança energética e a comunicação estratégica

A Resiliência do Estado e da Sociedade a Este e a Sul, o que muda, como já referido, a abordagem anterior centrada na implantação da democracia para uma postura mais pragmática de estabilização na região vizinha que se alarga até ao centro de África e da Ásia.

O apoio às *Ordens Regionais Cooperativas* constitui uma inovação significativa e que significa aceitar e apoiar as organizações regionais enquanto mediadoras entre as tensões globais e locais, como construtoras da estabilidade global, da expressão das culturas e identidades locais e da projeção das mesmas de forma mais regulada no mundo. Dito de outra forma, aceitar que a constelação das Ordens Regionais pode constituir uma

[45] Shared Vision, Common Action: A Stronger Europe A Global Strategy for the European Union's Foreign And Security Policy, June 2016, p. 32

via para amortecer ou ultrapassar os choques futuros e mesmo limitar a ação unilateral das potências regionais.

De tudo o que consta na Estratégia só o tempo permitirá ajuizar das medidas preconizadas e da sua aplicação. Porém as questões de segurança e defesa estão hoje no centro das preocupações dos cidadãos europeus e constituem de resto um dos pontos de maior consenso político, pelo que nos debruçaremos sobre elas em maior pormenor a seguir.

4. O Brexit e a Implementação da Estratégia

4.1. A Reunião de Bratislava

A EGUE constituiu um dos pontos da agenda do Conselho Europeu de julho de 2016[46]. Apesar do notável trabalho desenvolvido ao longo de um ano pela ARVP envolvendo toda a estrutura interna da UE no campo da segurança e defesa, inúmeras instituições europeias da especialidade, bem como todos os EM, e apesar da sensibilidade da própria matéria em si, o facto é que o Conselho apenas "notou com agrado" a apresentação, convidando a Alta Representante, a Comissão e o Conselho a "levarem o trabalho adiante". Seguiu-se na agenda do Conselho e com a presença do SG da NATO, o ponto dedicado à cooperação UE-NATO face aos "desafios sem precedente de Sul e de Leste", de onde ficou a promessa de que na Cimeira de Varsóvia seria emitida uma Declaração Conjunta que, como referimos, parece materializar uma importante reaproximação das duas entidades. O ponto final deste Conselho explica boa parte das opções. Foi dedicado à análise do resultado do referendo no Reino Unido. Um cenário que ninguém esperava e que decorria num momento de "crise existencial". O sentimento expresso no Prefácio de Mogherini à EGUE é claro: "Está a ser posto em causa o propósito, e até mesmo a própria existência, da nossa União Europeia. Porém, os nossos cidadãos e o mundo precisam mais do que nunca de uma União Europeia forte."[47]

O choque do Brexit foi sendo interiorizado, os Estados começaram a reunir-se por regiões, nas semanas seguintes, até que decidem promover uma reunião conjunta a vinte e sete estados-membros, em Bratislava,[48] a 27 de setembro, para "discutir o nosso futuro comum". Em que todas

[46]

[47] Ibidem, p. 1

[48] The Bratislava Declaration, Bratislava, 16 September 2016

as opções estiveram abertas e onde os 27 reconheceram que apesar de um estado membro com a importância do Reino Unido querer sair, a UE continua "indispensável" para os restantes e o "melhor instrumento" para fazer face aos desafios comuns. Foram reconhecidas, todavia as falhas, as expectativas não satisfeitas, a necessidade de as corrigir, de melhorar as comunicações mútuas e com os cidadãos, de mais transparência, de se focar nas expectativas das pessoas, e de desafiar as soluções aparentemente "simplistas das forças extremistas ou populistas". Sobretudo os 27 empenharam-se em apresentar aos cidadãos "a visão de uma UE atrativa em que possam confiar". Foi acordado um *roadmap* com as ações prioritárias de curto prazo para marcar a diferença e, na Cimeira de Roma, em que se comemoraram os 60 anos da constituição da CEE, completar o processo iniciado em Bratislava e estabelecer orientações para o nosso "futuro comum".

A reunião de Bratislava decorreu num momento crítico para o projeto europeu. Demasiados acontecimentos criavam nas pessoas um clima de receio, de insegurança e de descrédito nas Instituições. Foi por isso decidido centrar as ações imediatas em medidas que fossem definitivamente ao encontro das preocupações correntes dos cidadãos: migração e fronteiras externas, com o objetivo de impedir os fluxos descontrolados de migrantes; medidas de segurança interna para combater o terrorismo; e, na área da segurança e defesa, para além de se dar execução imediata ao acordo conjunto com a NATO, foi decidido acordar no Conselho Europeu de dezembro quais as medidas concretas a adotar, no quadro dos Tratados, em apoio do desenvolvimento de capacidades. Na parte económica foram igualmente calendarizadas medidas de impacto significativo. Foram medidas importantes algumas implementadas com rapidez como a guarda fronteiriça e naval, que se refletiram num aumento da confiança dos cidadãos, ao longo do ano, quer na UE quer nos Governos e Parlamentos Nacionais[49].

4.2. O Plano de Implementação na área de Segurança e Defesa

A questão de fundo, todavia, continua a ser como tornar uma Estratégia de bom design em ação[50].

As estratégias são manifestações de intenções e propósitos. A sua implementação decorre a níveis, ritmos e com ferramentas diversificados.

[49] Standard Eurobarometer 86, Autumn 2016 - First results, p. 14

[50] Zandee, D (2016) "EU Global Strategy: from design to implementation", Netherlands Institute of Foreign Relations 'Clingendael', *Analysis*, Ap: 2016, nr3

Desde as ações políticas comuns cujos efeitos serão visíveis, geralmente a médio prazo, até ações concretas a nível estratégico ou operacional para reagir a crises ou circunstâncias imprevistas, cujo impacto se requer imediato com base em meios e capacidades não passíveis de improvisação.

As preocupações com a segurança por parte dos cidadãos europeus ultrapassam as questões da economia ou mesmo do emprego e o desenvolvimento de uma Política Comum de Segurança e Defesa, efetiva, é considerada prioritária por 75% dos cidadãos, apenas ultrapassada pela Política de Movimento Livre dos cidadãos no interior UE, estando mesmo acima da Política Externa e de Segurança Comum que é apoiada por 66% dos cidadãos[51]. A implementação da estratégia na área da defesa e segurança foi, pois, tida como urgente.

Por outro lado, a aplicação desta estratégia permite-nos seguir um caminho de racionalização, digamos, normal. Na realidade, no lançamento da PESC/PCSD, na década de 90, seguiu-se um caminho sem sequenciação estratégia consequente. Isto é, foi definido em Maastricht, em 1996, que a UE se dedicaria apenas à gestão de crises, assumindo a condução das tarefas definidas pela UEO em Petersbeg,[52] as quais foram integradas do Tratado resultante. A seguir, em Helsínquia, em 1999, foi aprovado o volume de forças[53], sem que este tivesse decorrido do estudo das capacidades necessárias para realizar aquelas tarefas. E, finalmente, foi aprovado em 2003 o Conceito Estratégico que devia ter dado justificação e coerência quer às tarefas, quer aos meios necessários. Desta vez, estão criadas as condições para que se prossiga um caminho mais coerente, que deve partir dos requisitos contidos na EGUE para daí chegar às ações ditadas pelo contexto de segurança e finalmente aos meios e forças necessárias.

Poderia ter-se desenvolvido uma (sub)estratégia específica para a área de defesa ou, como foi proposto também, um livro branco da defesa[54] envolvendo na sua elaboração os estados-membros, produzindo-se um documento mais estruturado, mas provavelmente de execução mais lenta.

---

[51] Standard Eurobarometer 86, Autumn 2016, European Commission, p. 24

[52] Abrangendo: "Humanitarian and rescue tasks; peace-keeping tasks; tasks of combat forces in crisis management. including peacemaking", in Pagani, F. "A New Gear in the CFSP Machinery: Integration of the Petersberg Tasks in the Treaty on European Union, *European Journal of International Law* 9 (1998), 738.

[53] O Objetivo de Helsínquia, já referido,

[54] Javier Solana (2016), "On the way towards a European Defence Union. A White Book as a first step", European Parliament, Committee on Foreign Affairs and Sub-Committee on Security and Defence

A opção que se fez, parece ter tido em conta a urgência na resposta aos cidadãos e passou pela elaboração pela AR/VP do Plano de Implementação na Área de Segurança e Defesa,[55] que passaremos a designar por "Plano de Implementação", e na sua discussão no Concelho que o aprovou com pequenas alterações. Passou igualmente pela contribuição da Comissão, na área dos fundos e apoio orçamental, através do Plano de Ação da Defesa Europeia que passaremos a designar por "Plano de Ação", os quais, conjuntamente com a Declaração Conjunta NATO-UE[56], constituem as bases para a implementação da nova postura europeia na área de segurança e defesa.

4.2.1. O Nível de Ambição

O Plano de Implementação propõe um novo Nível de Ambição para criar uma União mais forte na área de segurança e defesa capaz de responder às ameaças e desafios atuais dispondo das capacidades adequadas e das estruturas necessárias. Segundo o novo nível de ambição proposto a UE deve:

Responder aos Conflitos e Crises Externas, cobrindo a tipologia e "o espectro completo" das tarefas de gestão de crises. O que corresponde à afirmação da necessidade da UE se apetrechar com os meios de que carece (há muito) para a responder ás exigências da atuação no patamar mais exigente da gestão de crises. E leva naturalmente a definir os contornos das novas missões e operações específicas que o contexto de segurança atual pode exigir e, em consequência, ao lançamento de novo ciclo de planeamento estratégico na UE;

Construir a capacidade dos Parceiros, em que os objetivos das missões e operações da PCSD se dirigem às tarefas de treino, aconselhamento e assessoria na área do setor de segurança, contribuindo de forma mais sistemática para aumentar a resiliência e a estabilização dos países parceiros perante situações de instabilidade ou de conflitos. O que deverá

[55] "Implementation Plan on Security and Defence", Brussels, 14 November 2016, 14392/16, Council of the
Europeanion.

[56] "Joint Declaration of the President of the European Council, the President of the Commission and the Secretary General of NATO", 8 July 2016. A Declaração identifica um conjunto substantive de áreas em que se deve promover a cooperação, nomeadamente: 1) contrariar as ameaças híbridas, 2) cooperação operacional no mar e em relação à imigração, 3) segurança e defesa cíber, 4) capacidades de defesa, 5) indústria de defesa e pesquisa, 6) exercícios, 7) apoio aos parceiros a Leste e Sul.

ser feito em coerência com o uso de outros instrumentos da UE nomeadamente na área da ajuda ao desenvolvimento;

Proteger a União e os seus cidadãos, em que o uso das forças europeias em cooperação com os agentes do setor da Liberdade, Segurança e Justiça, podem prestar um serviço variado. A proposta da ARVP apresenta uma extensa lista de ações em que tal cooperação se pode desenvolver, nomeadamente na proteção das redes de infraestruturas críticas, na segurança das fronteiras externas, proteção civil e resposta a desastres, ameaças híbridas, estendendo-se à cibersegurança, à prevenção do terrorismo, ao combate ao tráfico de seres humanos e contrabando, até á garantia do acesso e uso dos "comuns globais" incluindo o mar alto, e o espaço.

4.2.2. A Implementação

Para gerar as capacidades requeridas, o Plano de Implementação propõe um conjunto de ações de que se destacam as seguintes:

Identificar as capacidades prioritárias para satisfazer os novos requisitos civis e militares. Para o que propõe o lançamento de novo ciclo de planeamento coordenado pelos órgãos competentes (o Comité Político e de Segurança e o Comité Militar) e executado pela Agência Europeia de Defesa, a iniciar em 2018;

Aprofundar a cooperação de defesa e produzir em conjunto as capacidades requeridas. Para isso a ARVP propõe que se realize entre os Estados Membros uma Revisão Anual Coordenada na Defesa (Coordinated Annual Review on Defence – CARD), em que os estes apresentando os projetos nacionais de aquisição de equipamentos possam criar condições para melhorar a compatibilização, racionalização e aquisição conjunta. Este processo já sancionado, está em desenvolvimento neste semestre, a título experimental, devendo as conclusões serem introduzidas no CARD do próximo ano;

Ajustar as estruturas disponíveis da UE para análise da situação, planeamento e conduta, assim como o mecanismo de resposta rápida. Está em causa a capacidade de planeamento e conduta das operações militares para o que não existe um Quartel General Operacional permanente na UE. Nos termos do entendimento de S. Malô, a sua constituição duplicaria desnecessariamente não só as capacidades já existentes nos países para o mesmo fim,[57] assim como na NATO, que disponibilizou o seu QG Opera-

[57] A Alemanha, a França, Grécia, a Itália, e o Reino Unido ofereceram os seus QG Operacionais à UE que os utilizará, quando necessário.

cional - o SHAPE, quando necessário. Porém as operações militares atuais da UE são de pequena dimensão e algumas, sendo militares, são missões de treino e instrução, não envolvendo ações de combate, pelo que nem justificam o uso de um grande QG, nem existe uma alternativa mais simples para o seu controlo central. A proposta apresentada pela AR/VP foi considerada e aprovada pelos EM, estando já criada uma entidade, a Capacidade de Planeamento e Conduta Militar para as operações militares não executivas (Military Planning and Conduct Capability – MPCC), solução que parece lógica e necessária, e que se situa (no limite?) do entendimento de S. Malô, razão pela qual se evitou provavelmente a designação de QG;

Fazer uso pleno do potencial do Tratado: a Cooperação Estruturada Permanente. As Cooperações Estruturadas Permanentes (Permanent Structured Cooperation - PESCO), que visam agrupar os EM que pretendam estabelecer relações mais estreitas e assumir missões mais exigentes estão previstas no Tratado de Lisboa (artº 42-6 e 46) mas nunca foram implementadas. A proposta da AR/VP seria a da constituição de uma Cooperação Estruturada Permanente única, que pudesse abranger os EM que quisessem participar em ações que todos subscrevessem, mas previsse também uma participação modular, permitindo que alguns só participassem em algumas iniciativas ficando livres para desenvolver projetos concretos de forma separada. É uma proposta muito significativa a que se deve acrescentar o facto da Alemanha e da França terem já declarado, na altura do seu Conselho de Ministros Conjunto de 13 de Julho de 2017, a sua vontade de a implementar,[58] numa postura de abertura e de inclusão dos restantes membros da UE. O que coloca desafios aos países que, como Portugal, têm procurado estar sempre no centro do desenvolvimento estrutural da UE.

O Conselho da UE de novembro[59] aprovou o nível de ambição e as prioridades, em geral, e chamou a atenção para a questão a montante, ou seja, para a necessidade de uma base tecnológica e industrial europeia mais integrada, sustentável e competitiva, referindo, a propósito, o Plano de Ação da Comissão Europeia.

[58] Conseil des Ministres Franco-Allemand, Jeudi 13 Juillet 2017

[59] Council conclusions on implementing the EU Global Strategy in the area of Security and Defence - Council conclusions, 14149/16 (14 November 2016),

4.3. O Plano de Ação da Defesa Europeia

Depois de várias ações de apoio às questões de segurança e defesa que vinham já desde 2013,[60] a Comissão Europeia apresentou no Conselho Europeu de Dezembro de 2016, o seu Plano de Ação da Defesa Europeia[61] que representa uma mudança significativa e com elevado impacto no apoio à consolidação das indústrias de defesa e à geração de capacidades europeias.

Relembrando as carências europeias na área da segurança e as determinações já assumidas nas várias instâncias europeias, a Comissão refere as dificuldades por que passa o sector da defesa que, sendo o maior investidor em defesa atrás dos EUA, se deixou atrasar em relação a este país e "sofre de ineficiência em relação aos gastos devido a duplicações, falta de interoperabilidade e a lacunas tecnológicas"[62]. Refere ainda que face ao decréscimo dos orçamentos de defesa nos últimos anos, a base industrial foi afetada e sem "um investimento sustentado na defesa, a indústria arrisca-se a perder a capacidade tecnológica para construir a próxima geração de capacidades críticas de defesa."[63]

E lembra a importância das indústrias de defesa no contexto europeu que, antes de mais, justificam esta intervenção da Comissão. Na verdade, segundo os dados disponibilizados, com uma faturação anual de 100 Biliões de Euros e 1,4 milhões de empregos de pessoas altamente qualificadas", esta indústria é, desde logo um "componente principal da economia europeia".

O Plano de Ação refere, a seguir, que estas indústrias altamente dependentes de despesas públicas têm vindo a sofrer o efeito da contração dos orçamentos de defesa que desde 2005 a 2015 (UE a 27) decresceram cerca de 11%, tendo a percentagem das despesas de defesa em relação ao PIB caído para o nível mais baixo de 1,4% em 2015. Em termos reais os orçamentos de defesa perderam 2 Biliões de Euros por ano durante mais de uma década[64].

Porém esta tendência decorrente da redução de despesas de defesa é agravada por outro fator. É que as aquisições são maioritariamente nacio-

[60] "A new deal for European Defence and Security. Towards a more competitive and efficient Defence and Security Sector", Communication 542, 24/VII/2013.

[61] European Defence Action Plan, Brussels, 30.11.2016, COM (2016) 950 final, European Comission

[62] Ibidem, p. 3

[63] Ibidem, p. 3

[64] Ibidem, p. 4

nais (cerca de 80%), o que tem levado a duplicações e à multiplicação de sistemas de armas do mesmo tipo nos diferentes países, o que, só por si, pode corresponder a uma perda anual calculada entre 26 e 130 Biliões de Euros[65].

É neste contexto que a Comissão Europeia lança um Fundo de Defesa com dois tipos distintos de Estruturas de Financiamento:

A "Janela de Pesquisa", destinada a financiar, inteiramente, com fundos europeus, os projetos comuns que obedeçam a certos requisitos. Em que se prevê uma verba anual de 500 milhões de Euros no quadro comunitário pós 2020. E de 90 milhões por ano até lá, tendo já começado a solicitação de projetos;

A "Janela da Capacidade" para apoiar o desenvolvimento de capacidades aprovadas em comum pelos EM. O financiamento seria resultante da junção das contribuições nacionais, apoiadas pelos fundos europeus, em certas condições, o que envolverá 5 Biliões de Euros.

São números muito significativos e interessantes para um leque variadíssimo de indústrias nacionais que vão desde as têxteis, às metalomecânicas, até às de software. O Fundo de Defesa visa, no fundo, fomentar a colaboração entre os EM e por essa via a rentabilização de despesas e racionalização da base industrial de defesa europeia.

Todavia para se ter acesso aos fundos, só são elegíveis:

- Projetos colaborativos em que participem pelo menos 3 EM participantes;
- Projetos que tenham uma parte dedicada a PME;
- E em que os projetos concebidos no Quadro da Cooperação Estruturada Permanente terão um "bónus" de financiamento de 10%.

O que requere e pressupõe uma preparação nacional cuidada e a adoção de opções políticas, em tempo oportuno.

5. A Estratégia Global e Portugal

A implementação da Estratégia Global da UE tem várias implicações significativas sobre Portugal, mas julgamos de destacar sobretudo três: a articulação das relações entre a NATO e a UE; a proteção e apoio às indústrias nacionais; e a constituição da cooperação estruturada permanente.

[65] Ibidem, p. 4, nota de rodapé 18

5.1. A Articulação entre a NATO e a UE

País geograficamente central no quadro da parceria transatlântica mas periférico no continente Europeu, Portugal tem mantido uma política de apoio constante à NATO. A Aliança Atlântica tem constituído a fundação e garantia, nunca posta em causa, da nossa defesa coletiva. É certo que desde há muito se afirma que o "burden sharing" dos esforços entre as duas margens do Atlântico está desequilibrado, estando a Europa a beneficiar, injustificadamente, do esforço financeiro e humano dos EUA. E tem vindo a ser patente a retração estratégica dos EUA ao longo dos últimos anos, incentivando, de forma clara, a Europa a assumir maior responsabilidades na sua área de segurança.

O "pivot" para a Ásia anunciado na última Administração Americana foi um indício público das novas preocupações estratégicas americanas. Mas nunca, como hoje, a NATO tinha sido apelidada de obsoleta, o défice de investimento na defesa tão publicamente glosado e o recurso ao A*rtigo V* do Tratado do Atlântico Norte tão condicionado.

A confiança nas Instituições é o requisito essencial para a sua eficácia, em particular quando está em jogo a questão primeira de sobrevivência dos Estados, a sua defesa. Julgamos que os efeitos das tomadas de posição recentes não serão despiciendos. O que provavelmente levou a Chanceler Merkel a afirmar que o tempo da "dependência completa" da Europa em relação aos EUA parece ter chegado ao fim, e que "nós europeus devemos realmente tomar o futuro nas nossas mãos"[66].

E é aqui que existe um campo de ação política e estratégica significativo para Portugal. Na verdade, mesmo reconhecendo a necessidade de reformas e de maior responsabilização europeia, parece estar acima de contestação, o interesse nacional em que se mantenha o laço transatlântico e que as duas instituições cooperem de forma transparente e complementar. O quadro mais desejável de entendimento continua a ser o afirmado, desde Kennedy, de que a Europa deve ser o pilar Europeu da NATO. Em que a sua maior iniciativa e capacidades, em desenvolvimento, sejam destinadas a auxiliar a estabilização e a resiliência da região circundante, nomeadamente em parceria com os EUA e outros parceiros, quando os interesses forem comuns. Mas começa a ser indispensável o apoio nacional à maior assunção de responsabilidade e autonomia europeia, em matéria de segurança e defesa.

[66] Theil, Stefan, "Berlim Balacing´s Act", Foreign Affairs, September /October 2017, p. 10

5.2. A Proteção e Apoio das Indústrias Nacionais

Pode dizer-se que o Plano de Ação de Defesa Europeia, da Comissão Europeia, marca o início de uma nova etapa.

Desde sempre os custos da defesa repousaram sobre os Estados Membros. As indústrias de defesa geradas no contexto conflitual histórico europeu só recentemente se abriram à participação mútua. O que resultou numa base industrial fracionada e protegida levando à pulverização da investigação e à produção de múltiplos sistemas de armas semelhantes, quando a lógica da rentabilidade ditava uma produção mais integrada e partilhada. Para além disso, as indústrias de defesa, perante a redução dos orçamentos, têm vindo a perder capacidade tecnológica e competitividade.

É aqui que o Plano de Ação procura inverter a situação, disponibilizando fundos europeus e outros apoios desde que os estados assumam a sua reaproximação em projetos comuns e que envolvam as suas PME.

A questão que se colocará, portanto a Portugal, como aos outros estados, é de como aproveitar esses fundos europeus e valorizar as suas empresas e centros de investigação, tendo em conta que a produção de equipamentos sofisticados gera uma capacidade tecnológica evidente e cria emprego de elevado perfil profissional. Leva ainda à necessidade de equacionar, perante o contexto atual, a valia e possibilidades das Indústrias de Defesa, bem como a utilização da diversa capacidade empresarial nacional instalada, que pode ser usada, com eficácia, quer na produção de materiais de defesa quer dos seus componentes.

E, sobretudo, leva-nos à necessidade de promover a aquisição conjunta e a participação em projetos comuns, de forma mais significativa, sendo que o mecanismo CARD, em implementação, pode constituir uma oportunidade, se devidamente aproveitado. O que nos leva ao ponto seguinte.

5.3. A Cooperação Estruturada Permanente

A constituição de uma Cooperação Estruturada Permanente (CEP), segundo a proposta da AR/VP constitui, também, mais um ponto de reflexão, em termos nacionais. Sem dúvida que a participação nestas estruturas facilita o uso das empresas nacionais na investigação e produção conjunta de equipamentos, sendo o financiamento europeu beneficiado ainda em 10%. Mas exige maior responsabilidade e empenhamento mais exigentes.

Parece, todavia, ser esta a via que irá ser prosseguida na Europa para garantir exequibilidade à Política Comum de Segurança e Defesa, cuja

ação bastante limitada atualmente, como já referido, tem sido condicionada também por diversos condicionamentos políticos (Chipre e a Turquia são frequentemente referidos) o que têm dificultado a ação coletiva europeia e uma ligação de cooperação mais estreita com a NATO.

Até agora Portugal tem procurado estar no centro institucional da UE. O que parece militar no sentido de se associar à constituição de uma CEP, modular, que permita a participação nacional, mas não coaja de forma inconveniente a participação nacional em projetos com outros parceiros, nomeadamente com o Brasil como é o caso da produção aeronáutica.

6. Conclusões

As estratégias são guias, não são receitas imutáveis nem infalíveis. Dependem da evolução dos fatores que lhes servem de base, mas decorrem sobretudo da sua implementação concreta.

Parece desnecessário justificar a necessidade da UE ocupar o seu espaço e ser um Ator responsável no mundo incerto e perigoso em que vivemos. A segurança e o desenvolvimento são facetas interdependentes, sendo muitas vezes reconhecido que a primeira é um pré-requisito da segunda.

Julgamos incontroverso referir que a UE tem que reconhecer as modificações geopolíticas em curso, e o facto de estar mais responsabilizada pela sua segurança própria e pela pacificação das regiões periféricas, perante o sentido mais isolacionismo dos EUA e a tipologia das ameaças intrusivas com que é confrontada. Que tem que se dotar das capacidades e da vontade de atuar para estabilizar a sua periferia imediata e adjacente, sem o que deixaremos de ter o futuro nas nossas mãos.

E que deve assumir uma postura em que a autonomia que prossegue não seja em contraponto a aliados ou instituições como a NATO, mas antes como assunção de que o espaço de iniciativa que reivindica sirva para preencher lacunas e fomentar o apoio dos parceiros. Isto é, que o sentido de autonomia leve a corrigir patentes carências estruturais e a usar os instrumentos na gestão, ou na participação na gestão de qualquer das crises, mesmo das maiores, como a da Síria, em prole da paz, indispensável ao desenvolvimento.

Lisboa, 22 de Setembro de 2017

BIBLIOGRAFIA

- Biscop, S. (2009) 'The Value of Power, the Power of Values: A Call for an EU Grand Strategy",
- European Council (2016) "Conclusions", EUCO 26/16, Brussels, 28 June 2016
- Egmont – The Royal Institute for International Relations, *Egmont Paper* 33 (Gent: Academia Press).
- Duchêne, F. (1972) "Europe's Role in World Peace", in R. Mayne (ed) *Europe Tomorrow: Sixteen European Looks Ahead* (London Fontana)
- Kaunert, C. and Kamil, Z (2013) *The EU as a Global Security Actor - A Comprehensive Analysis Beyond CFSP and JHA* (Great Britain: Antony Rowe Chippenham and Eastbourne)
- France, O and Witney, N (2013) "Europe´s Strategic Cacaphony", *Policy Briefing*, European Council on Foreign Relations, ECFR April 2013.

O Papa Pio XII e a educação da juventude: questão social, política e religiosa[1]

Padre Doutor Jerónimo Trigo, CMF[2]

Apresentamos de modo sucinto o ensinamento do papa Pio XII sobre a educação dos jovens. Fazemo-lo em cinco pontos[3]

1. Contexto do pontificado e preocupação pela educação

O papa Pio XII (1876-1958) exerceu o seu pontificado no período dramático da segunda guerra mundial (1939-1945) e nos anos posteriores. Foram tempos de destruição e também de reconstrução da sociedade, marcados por grandes novidades e transformações, nos âmbitos social, material, político, científico, técnico, económico, moral e espiritual. A estas temáticas dedicou uma parte importante da sua atividade de pastor e procurou comprometer nelas os cristãos e as pessoas de boa vontade.

> "Desde o início do pontificado, Pio XII intui as consequências traumáticas da guerra; depois de 1945, as divisões da Europa, realizadas pelas diplomacias, não deixam de o preocupar. […] Auspicia

[1] Conferência realizada no Instituto D. João de Castro em 14 de Dezembro de 2017.

[2] Sacerdote membro da Congregação dos Missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria. Doutor em Teologia Moral. Professor Associado da Faculdade de Teologia da UCP. Membro da Direção do Colégio Universitário Pio XII.

[3] O texto tem uma versão mais ampla em J. TRIGO, *O papa Pio XII e a educação da juventude em tempo de mudança cultural e política,* in TRIGO, Jerónimo – FONTES, José (coord.) *Educação e Cidadania; em Memória do Padre Joaquim António de Aguiar, cmf,* Almedina, Coimbra, 2017, 73-114.

> uma construção social, em consonância com a dignidade do homem, empenhando nessa missão difícil todos os católicos do mundo"[4].

Considerava que para um futuro diferente, a educação das novas gerações era uma das tarefas mais importantes[5]. Logo depois da guerra, Pio XII afirma:

> "Nada está mais no nosso coração do que a educação da juventude. […] É um problema sobre o qual insistimos sempre e, nas perturbações deste pós-guerra, é de uma atualidade palpitante. Com efeito, para refazer o mundo, para reconstruir a sociedade, não é preciso começar pelas gerações jovens, que serão os homens de amanhã? Não é, pois, exagerada a importância deste problema"[6].

Pode-se afirmar que, "de 1945 a 1958, a paideia da Igreja está totalmente centrada na resistência à expansão secularizante e totalmente dedicada a defender os direitos naturais da pessoa"[7]. O Papa considerava a educação uma urgência, com novas exigências decorrentes dos novos tempos. Interroga-se e responde:

> "O que é que pede a vida hoje em dia na ordem civil? Homens, verdadeiros homens […], firmemente temperados e prontos para a ação, para os quais é dever firme não transcurar nada daquilo que pode promover o seu aperfeiçoamento. Nós próprios gostaríamos de ver, no rosto da juventude atual, um pouco mais da alegria tranquila de antes. Mas é preciso aceitar o tempo como é. O nosso é grave, amarga e duramente grave. Exige homens que não tenham medo de caminhar pelos ásperos caminhos da misérrima condição económica, e estejam aptos a apoiar as pessoas que a Providência confiou ao seu cuidado. Homens que no exercício da sua profissão, fujam da mediocridade e apontem para a perfeição que a obra de reconstrução exige de todos, depois de tamanho desastre. E a Igreja que é que pede? Católicos,

[4] N. GALLI, *L'educazione nell'insegnamento sociale della Chiesa da Pio XII a Giovanni Paolo II,* in *L'insegnamento sociale della Chiesa*, Vita e Pensiero, Milano, 1988, 197.

[5] Cfr P. FERNESSOLE, *En face du laïcisme contemporain; Sa Sainteté Pie XII et l'education de la jeunesse,* Lethielleux, Paris, 1955, 43.

[6] PIO XII, *Per la XXIII settimana sociale del Canadà,* 27 julho de 1946, in *Atti e Discorsi di Pio XII,* VIII, S.A.S., Roma [s.d.], 298-299.

[7] G. ACONE, *La 'paideia' della Chiesa nella cultura occidentale,* in GALLI, N. (org.), *L'educazione cristiana negli insegnamenti degli ultimi pontifici da Pio XI a Giovanni Paolo II,* Vita e Pensiero, Milano, 1992, 14.

> verdadeiros católicos, bem temperados e fortes, […] [para atuarem] na profunda transformação do nosso tempo"[8].

Tal preocupação vem na sequência da Encíclica *Divini Illius Magistri,* do papa Pio XI, de 31 de dezembro de 1929, "sobre a educação cristã da juventude". O motivo da publicação, foram "as pretensões e os atos 'totalitários' do *Duce* Mussolini, respeitantes à educação da juventude"[9]. Aliás, a inquietação de Pio XII já vinha de antes.

> "Quando era núncio na Alemanha […] não tinha desprezado uma única ocasião de acentuar publicamente a incompatibilidade do sistema hitleriano com as prerrogativas inerentes ao indivíduo, à família e à nação. Nas reivindicações fascistas [de Mussolini] a respeito da educação, do culto e do Estado, ele entrevê imediatamente um perigo idêntico para a liberdade. Não podia também deixar de condenar severamente os métodos brutais do governo italiano, a sua exaltação da força e a sua violação do direito"[10].

Na primeira encíclica, *Summi Pontificatus,* de 20 de outubro de 1939, Pio XII insiste nos princípios fundamentais da educação. Estigmatiza erros que derivam do agnosticismo religioso e moral, que leva ao totalitarismo, em detrimento dos direitos da família, célula essencial da sociedade. Consequência desta deificação do Estado em relação à educação, é uma educação parcial e até sectária; limita-se a uma educação cívica[11].

Denuncia a guerra com todas a violência e injustiças que leva consigo. Fala de "erros do tempo presente", de "desorientação e ruína". A "raiz profunda" de tais "males", diz, é "A negação e a rejeição de uma norma de moralidade universal, tanto na vida individual como na vida social e nas relações internacionais. Ou seja, o desprezo, tão difundido nos nossos tempos, e o esquecimento da própria lei natural, que tem o seu fundamento em Deus, criador omnipotente e pai de todos, legislador supremo e absoluto. […] Quando se renega Deus, abala-se toda a base de moralidade"[12].

---

[8] PIO XII, *Alle congregazioni mariane*, 21 de janeiro de 1945, in *Atti e Discorsi di Pio XII,* VII, Paoline, Roma, 2ª ed., 1954, 25-26.

[9] P. FERNESSOLE, *En face du laïcisme contemporain,* 32.

[10] M. FRAIGNEUX, *Pio XII e o mundo actual,* Livraria Simões Lopes, Porto, 1955, 30.

[11] Cfr P. FERNESSOLE, *En face du laïcisme contemporain*, 45-46.

[12] PIO XII, *Lettera enciclica "Summi Pontificatus",* 20 de outubro de 1939, in *Atti e Discorsi di Pio XII,* I, Paoline, Roma, 1952, 207.

E concretiza: "A negação da base fundamental da moralidade teve, na Europa, a sua raiz originária no afastamento da doutrina de Cristo, […] que, em tempos idos, lhe dera coesão espiritual". Acelerou-se assim na base, o "processo de desagregação espiritual". Surgiu um "novo paganismo", a laicização e o obscurecimento dos valores morais[13].

De "entre os multíplices erros derivados da fonte envenenada do agnosticismo religioso e moral", destaca dois, particularmente perniciosos, "que são, a bem dizer, os que tornam quase impossível, ou ao menos precária e incerta, a convivência pacífica dos povos"[14].

O primeiro "é o esquecimento da lei de caridade e solidariedade humana, sugerida e imposta, quer pela identidade de origem, quer pela igualdade da natureza racional em todos os homens, sem distinção de povos"[15]. Refere-se à "obra criadora de Deus [que] fez o homem à sua imagem e semelhança", ao "tronco comum de todos os homens", à "igualdade de natureza" material e espiritual" entre eles, à "unidade do fim imediato e da sua missão no mundo", à "unidade de habitação, a terra", à "unidade do fim sobrenatural". Por outro lado, "as diversas condições de vida e de cultura dos povos", não "quebram a unidade do género humano", e "o legítimo e justo amor à própria pátria não deve excluir a universalidade da caridade cristã"[16].

O segundo são as "Conceções que não hesitam em desligar a autoridade civil de toda e qualquer dependência do Ente supremo, causa primeira e Senhor absoluto, tanto do homem como da sociedade, e de todo o vínculo com a lei transcendente, que deriva de Deus como de fonte primária, e lhe concedem uma ilimitada faculdade de ação, abandonada à onda inconstante do arbítrio, ou tão-somente aos ditames de exigências históricas contingentes e de interesses relativos. Renegada, assim, a autoridade de Deus e o império da sua lei, o poder civil, por consequência inevitável, tende a atribuir-se a absoluta autonomia que compete ao Autor Supremo, a substituir-se ao Omnipotente, elevando o Estado ou a coletividade a fim último da vida, a critério supremo da ordem moral e jurídica"[17].

O Estado tem "a nobre prerrogativa e missão de fiscalizar, auxiliar e ordenar as atividades particulares e individuais da vida nacional, fazendo-as convergir harmonicamente para o bem comum, que não pode ser determi-

[13] *Ibidem,* 207-208.
[14] *Ibidem,*210.
[15] *Ibidem.*
[16] Cfr *Ibidem,* 210-214.
[17] *Ibidem,* 216.

nado por conceções arbitrárias" [18]. Mas não é senhor absoluto a que tudo está ordenado. Neste tipo de ideologia, "A primeira e essencial célula da sociedade, a família, com o seu bem-estar e desenvolvimento, corre o risco de ser considerada sob a perspetiva exclusiva do poder nacional, esquecendo-se, assim, que o homem e a família são, por natureza, anteriores ao Estado. […] A educação das novas gerações não visaria o desenvolvimento equilibrado e harmónico das forças físicas e de todas as qualidades intelectuais e morais, mas sim a formação unilateral das virtudes cívicas julgadas necessárias para conseguir êxitos políticos. Ao contrário, deixariam de ser inculcadas as virtudes que dão à sociedade o perfume de nobreza, de humanidade e de respeito, como se elas diminuíssem o brio do cidadão"[19].

Mas há ainda "os direitos da família", entre os quais o da educação dos filhos, e "os direitos da consciência"[20]. A conceção que atribui ao Estado autoridade ilimitada prejudica a sua vida interna e também as relações entre os povos.

Para a "salvação dos povos", são necessárias "energias renovadas", que "partam do interior, do espírito". Assim, "a reeducação da humanidade, para ter qualquer resultado positivo, deverá ser sobretudo espiritual e religiosa"[21]. É missão da Igreja, na "angustiosa hora presente"[22].

"Os parágrafos dedicados à unidade do género humano, […] e, em contraste com a conceção do mundo que confere ao Estado a autoridade ilimitada, aparecem evidentemente dirigidos contra o extremismo nacionalista e o culto brutal, típicos do regime hitleriano. Por isso a *Summi Pontificatus* foi proibida na Alemanha […]. Pelo contrário, em França, a carta de Pio XII foi acolhida com grande satisfação; foi considerada uma condenação aberta dos princípios do regime nazista"[23].

Importante também foi a luta contra o totalitarismo comunista. O Papa faz, pouco depois do fim da guerra, a seguinte observação às causas da catástrofe do século XX:

> "Este século orgulhoso, que superou todos os precedentes na multiplicidade, na rapidez, na extensão, na amplitude do progresso

[18] *Ibidem,* 217-218.

[19] *Ibidem,* 218-219.

[20] Cfr *Ibidem,* 219-221.

[21] *Ibidem,* 226.

[22] *Ibidem,* 227-228.

[23] A. TORNIELLI, *Pio XII, Eugenio Pacelli un uomo sul trono di Pietro,* Mondadori, Milano, 2008, 332. A encíclica "foi bem acolhida na Inglaterra", *Ibidem,* 333. Pio XI tinha condenado o nazismo na *Enciclica 'Mit brennender Sorge'*, de 14 de março de 1937.

material; este século das descobertas científicas e técnicas, dos desenvolvimentos económicos; este século do bem-estar e da cultura, em que catástrofe caiu, e em que abismo precipitou a humanidade! […] Os verdadeiros responsáveis são os que com obstinação, sem tréguas, em todos os campos e em todas as formas, se empenharam em separar a religião da vida, e em bani-la, cada vez mais, das atividades e das decisões humanas. Na luta espiritual, que se seguiu, os espíritos com uma religiosidade puramente formal falharam completamente. Apenas os homens e as mulheres com uma fé viva e profunda, se opuseram com uma resistência válida"[24].

Por isso, é necessário educar em vista de um futuro diferente.

"A educação dos jovens há de ser em vista da transformação do mundo. Para tal contribui também a formação religiosa; por isso uma religiosidade que não incidisse nos comportamentos, seria uma religiosidade falsa, e não é deste género de homens que o mundo pode esperar uma melhoria substancial"[25].

A educação cristã deve assegurar a formação natural e sobrenatural. "O conteúdo e a finalidade da educação na ordem natural é o desenvolvimento para se ser um homem completo; conteúdo e fim da educação cristã, é a formação do novo ser humano, renascido no batismo, em cristão perfeito"[26]. Ambas são importantes.

"A formação na ordem natural é sentida por Pio XII como uma instância fortíssima; por isso, é objeto de uma reflexão apaixonada. […] Quanto mais e melhor tiver sido preparado o homem, tanto maior sucesso terá o cristão. […] Para a educação cristã, é necessária a elevação humana do jovem, mas não suficiente. Precisa da abertura à transcendência e à revelação, e também do conhecimento e da fruição dos meios que esta oferece ao crente"[27].

[24] PIO XII, *All'Istituto dell'Assunzione,* 19 de maio de 1946. in *Atti e Discorsi di Pio XII*, VIII, 1946, S.A.S., Roma, [s.d.], 223-224.

[25] S. GIACINTO, "Pio XII e l'educazione giovanile", *La Scuola Cattolica,* LXXXVII, 1959/3, 173.

[26] PIO XII, *A chiusura della "giornata della famiglia",* 23 de março de 1952, in *Atti e Discorsi di Pio XII,* XIV, Paoline, Roma, 1956, 56.

[27] N. GALLI, *L'educazione nell'insegnamento sociale della Chiesa,* 198-199.

2. Agentes de educação: Família, Igreja, Escola, Estado.

O papa Pio XII bate-se denodadamente pela primazia da família e da Igreja, em relação ao Estado, no direito e dever da educação. A educação deve ser tarefa dos três, segundo a ordem indicada. Coloca-se na linha do seu predecessor:

> "É preciso recordar a encíclica *Divini Illius Magistri,* sobre a educação da juventude? Nela, as posições respetivas da Igreja, da Família e do Estado estão perfeitamente delineadas. Se se quer verdadeiramente formar uma juventude, pela qual se melhorará o futuro da sociedade, é indispensável recordar os direitos permanentes e primordiais da Igreja e da Família nesta matéria. O Estado tem certamente o seu papel importante, mas não é o que lhe atribui a conceção totalitária do paganismo antigo e moderno[28].

Na primeira encíclica refere-se assim aos "direitos da consciência": "A missão confiada por Deus aos pais para promoverem o bem material e espiritual da sua prole e dar-lhe uma formação harmónica e repassada de verdadeiro espírito religioso, não lhes poderá ser arrebatada sem grave lesão do direito"[29].

Em relação com a família estão a escola e os professores. "A família não deve e não pode abdicar do seu papel diretivo; a colaboração é natural e necessária; mas supõe, para ser fecunda, conhecimento mútuo, relações constantes, união de vistas, sucessivas retificações. Só então os docentes poderão tornar efetivo o seu ideal"[30].

A Igreja considera a ação educativa, não apenas como muito relevante, mas como um dos seus principais deveres. É garantia verdadeira e sólida para a continuidade da fé. Sobre o papel do Estado na educação, afirma:

> "O Estado tem, sem dúvida, uma parte importante, mas não é certamente a que lhe atribui a conceção totalitária do paganismo antigo e hodierno. Deriva daqui a necessidade de fazer triunfar, em todos os lugares, leis justas do ensino, queridas tanto pela moral natural e pela justiça mais elementar, como pelas máximas do Evangelho e da ordem cristã"[31].

---

[28] PIO XII, *Per la XXIII settimana sociale del Canadà*, 299.

[29] PIO XII, *Lettera enciclica "Summi Pontificatus",* 220.

[30] PIO XII, *Ai congressisti insegnanti medi dell'unione cattolica italiana,* 4 de janeiro de 1954, in *Atti e Discorsi di Pio XII,* XVI, Paoline, Roma, 1955, 21.

[31] PIO XII, *Per la XXIII settimana sociale del Canadà,* 299.

E é muito claro na sua denúncia:

> "Reconhecendo à escola o potente valor formativo das consciências, alguns Estados, regimes e movimentos políticos, juntaram a si um dos meios mais eficazes para captar para as suas fileiras a massa de apoiantes de que têm necessidade, e para fazer triunfar determinadas conceções de vida"[32].

Há sem dúvida o direito do Estado de interferir na sociedade a vários níveis e âmbitos, quando o requer o bem comum, mas "não é uma omnipotência opressiva de toda a legítima autonomia"[33]. O Estado tem um poder próprio, mas subsidiário.

> "Nas palavras de Pio XII, o Estado tem uma parte notável na educação, mesmo insubstituível, como se pode ver nas sociedades pós-industriais, onde a busca da cultura está em fortíssima expansão. […] É preciso que o Estado coordene, com o contributo de todos, os seus esforços dirigidos à prossecução das suas finalidades. Pertence-lhe potenciá-los em proveito da comunidade"[34].

Os discursos do Papa têm em vista

> "Uma nova ordem política [que] rejeitasse as velhas e desditosas pretensões dos totalitarismos, para colocar no centro do seu programa os direitos da pessoa. Tratava-se fundamentalmente da prefiguração do fim de um segundo 'ancien régime', o dos estatismos, e das pretensões de regular, de modo indiscriminado e definitivo, a sociedade humana. [...] Devia ser substituído por uma nova ordem moral, para a construção da qual a Igreja deveria contribuir pondo à disposição o seu secular património de valores e de experiência"[35].

---

[32] PIO XII, *Ai congressisti dell'unione cattolica italiana insegnanti medi,* 6 de setembro de 1949, in *Atti e Discorsi di Pio XII, XI,* Paoline, Roma, 3ª ed.,1956, 220.

[33] PIO XII, *Ai partecipanti al congresso internazionale delle scienze amministrative,* 5 de agosto de 1950, in *Atti e Discorsi di Pio XII,* XII, 1954, Paoline, Roma, 1954, 163. Já depois da guerra, o Papa diz que, unidos, positivismo jurídico e absolutismo do Estado desfiguram a fisionomia da justiça. O erro daquele está em considerar a lei como se fosse a norma suprema do direito. Isso conduz ao absolutismo do Estado e à sua deificação. O chamado "direito legal" retira à pessoa toda a dignidade pessoal. Um dos exemplos é e contestação do direito dos pais sobre os filhos e a sua educação", cfr PIO XII, *Le norme oggetive del diritto,* 13 de novembro de l949, in *Atti e Discorsi di Pio XII,* XI, Paoline, Roma, 3ª ed., 1956, 278-280.

[34] N. GALLI, *L'educazione nell'insegnamento sociale della Chiesa,* 212.

[35] G. TOGNON, *Stato e Chiesa nell'educazione; Il magistero pontificio da Pio XI a Giovanni Paolo II,* in N. GALLI (org.), *L'educazione cristiana negli insegnamenti degli ultimi pontifici, da Pio XI a Giovanni Paolo II,* Vita e Pensiero, Milano, 1992,197.

Como não há educação sem educadores, Pio XII pronuncia-se também sobre a sua atividade. "Deles depende, diz, em grande parte, que a corrente da civilização avance ou recue, se reforce o impulso ou definhe de inércia"[36]. E lança um repto direto:

> "Educadores de hoje, […] que ideal de pessoa deveis preparar para o futuro? Encontrai-lo delineado fundamentalmente no cristão perfeito. E dizendo cristão perfeito, entendemos aludir ao cristão de hoje, homem do seu tempo, conhecedor e cultor de todos os progressos trazidos pela ciência e pela técnica, cidadão atento à vida que hoje se vive na terra- […] Não poupeis esforços para despertar oportunamente a sua consciência moral. […] Sobre esse fundamento, formai homens de ciência e de técnica"[37].

A educação não pode ser meramente técnica. Aos professores, diz, compete também

> "Abrir, dilatar, iluminar e enriquecer progressivamente a mente do adolescente e do jovem que se abre à vida. […] De facto, em todas as idades e em todos os objetivos do estudo, visa-se uma única coisa: granjear e possuir uma luz sempre maior, sempre mais pura, para amá-la, apreciá-la, defendê-la e protegê-la, para dá-la a todos e a cada um, segundo a sua capacidade, para multiplicar e espalhar por todo o lado, os benefícios desta luz"[38].

3. Educação da consciência moral

Objetivo da educação é a formação da pessoa toda: as dimensões físicas, intelectuais, artísticas, morais e espirituais. Tem particular importância chegar à sua parte mais íntima, à sua consciência. Por isso, a temática concernente à consciência moral pessoal e à sua formação, está presente nas preocupações e nos ensinamentos de Pio XII. Como vimos, logo na encíclica *Summi Pontificatus,* se refere aos "direitos da consciência", perante a prepotência do Estado totalitário.

Em 1952, já depois da guerra e vencidos que foram, no ocidente europeu, os totalitarismos e implantada a democracia, refere-se explicitamente

[36] PIO XII, *Ai congressisti dell'unione cattolica italiana insegnanti medi,* 219.

[37] *Ibidem,* 224.

[38] PIO XIl, *Ai professori e studenti universitari francesi,* 10 de abril de 1950, in *Atti e Discorsi di Pio XII,* XII, Paoline, Roma, ed. 1954, 66.

a isso. Propõe-se "falar daquilo que há de mais profundo e intrínseco ao homem, a sua consciência"; isso porque "algumas correntes do pensamento moderno, começaram a alterar o seu conceito e a impugnar o seu valor"[39]. E faz a seguinte descrição que ficou célebre:

> "A consciência é como que o núcleo mais íntimo e secreto do homem. É aí que se refugia com as suas faculdades espirituais em absoluta solidão: consigo mesmo, ou melhor, só com Deus, de cuja voz a consciência é eco, e consigo mesmo. É aí que se determina pelo bem ou pelo mal. É aí que ele escolhe o caminho da vitória ou o da derrota. Mesmo que o quisesse, o homem não conseguiria libertar-se dela. Com ela, quer aprove, quer condene, percorrerá todo o caminho da vida, e igualmente com ela, testemunha verdadeira e incorruptível, apresentar-se-á no juízo de Deus"[40].

Sendo a consciência,

> "O eco fiel, nítido reflexo da norma divina das ações humanas, […] segue-se que formar a consciência de um jovem, consiste, antes de mais, em iluminar a sua mente sobre a vontade de Cristo, a sua lei, a sua vida, e, além disso, agir na sua interioridade, na medida em que se pode fazê-lo a partir de fora, de modo a conduzi-lo à realização livre e constante do querer divino. Eis a missão mais alta da educação"[41].

Esta deve atuar em dois níveis. Primeiro, a consciência deve ser iluminada para que conheça sempre melhor o caminho a percorrer; segundo, deve ser ajudada para segui-lo em todos os âmbitos, apesar das dificuldades que venha a encontrar[42].

> "Na desordem da guerra e nos perturbantes acontecimentos do pós-guerra, não cessamos de insistir no princípio de que a ordem querida por Deus abarca toda a vida, não excluída a vida pública em todas as suas manifestações, persuadidos de que, ao fazermos isto, não há qualquer restrição da liberdade humana, nem qualquer intromissão na competência do Estado, mas segurança contra erros e abusos, dos quais a moral cristã, retamente aplicada, quer proteger. Estas verdades devem ser ensinadas aos jovens e inculcadas na sua consciência

[39] PIO XII, *A chiusura della "giornata della famiglia",* 57.

[40] *Ibidem,* 57.

[41] *Ibidem,* 58-59.

[42] Cfr G. CAROZZI, *L'educazione cristiana nell'insegnamento di Pio XII,* Istituto Padano di Arti Grafiche, Rovigo, 1953*,* 112.

por quem, na família ou na escola, tem a obrigação de cuidar da sua educação, colocando assim a semente de um futuro melhor"[43].

E lança aos educadores a consequente interpelação.

"Educai as consciências das pessoas jovens, com cuidado tenaz e perseverante. […] Imprimi nelas o conceito genuíno da liberdade, da verdadeira liberdade, digna e própria da criatura feita à imagem de Deus. É coisa muito diferente da dissolução e da libertinagem. Pelo contrário, é idoneidade madura para o bem; é o decidir-se, por si mesmo, a querê-lo e a realizá-lo; é domínio sobre as próprias faculdades, sobre os instintos, sobre os acontecimentos"[44].

E noutra ocasião

"A educação cristã da consciência não descura a personalidade, […] e não retira a iniciativa, pois toda a sã educação tem em vista tornar o educador, pouco a pouco, dispensável, e o educando independente, dentro dos justos limites. […] Isto vale também para a educação da consciência […]. O seu objetivo é […] tornar o homem de maior idade, dotado da coragem da responsabilidade"[45].

4. Formação universitária científica e religiosa

Pio XII dedica especial atenção à formação dos jovens universitários. Confessa que está "cuidadosamente interessado em tudo quanto lhes diz respeito": "proteção", "progresso", "atividade em todos os campos, intelectual, moral, sobrenatural e físico"[46].

"Pelo que respeita às questões da educação na sua relação com a sociedade, o pontificado de Pio XII, não teve de modo nenhum, a caraterística de estabilizar a estrutura conservadora e tradicional, mas foi ao encontro dos sinais dos tempos, numa constante mediação entre inovação e tradição, e deu alcance universal à presença da Igreja e à sua mensagem. […] Fez uma interpretação no sentido da universa-

[43] PIO XII, *A chiusura della "giornata della famiglia",* 65.

[44] *Ibidem,* 66.

[45] PIO XII, *Alle congressiste della "federation mondiale des jeunesses catholiques",* 18 de abril de 1952, in *Atti e Discorsi di Pio XII, XIV*, Paoline, Roma, 2ª ed., 1956, 144.

[46] PIO XII, *Ad un gruppo di studenti francesi,* 7 de abril de 1947, in *Atti e Discorsi di Pio XII,* IX, Paoline, Roma, 3ª ed., 1956, 90.

> lização do humanismo ocidental, enquanto humanismo cristão, e do sentimento da liberdade e da conceção da democracia personalista"[47].

Não se trata de uma perspetiva acanhada e sectária. "Pio XII pede a formação de homens integrais. […] O seu pensamento detém-se em dois momentos: uma verdadeira vida interior e uma capacidade de inserção sincera na história"[48]. Descreve a vida universitária do seguinte modo:

> "É um facto patente e inegável que aos círculos universitários, às classes de cultura superior, está reservado um lugar singular, uma parte eminente na ordem social. […] Se à inteligência esteve unido o querer, aprenderam um vasto conjunto de conhecimentos variados e precisos. Mais ainda, adquiriram a capacidade de juízo pessoal, que é o fruto de estudo prolongado e de observação, o critério que gera a crítica metódica e rigorosa dos factos e das ideias, a faculdade de dominar os problemas mais complicados e mais delicados. Por outras palavras, o espírito científico, a possibilidade de saber por si mesmos, e não simplesmente de receber de outros a ciência já feita"[49].

A esperança depositada nos jovens universitários é muita. Diz o Papa: "dependerá de vós, em grande parte, o bem-estar do povo, a santidade das leis, a honestidade dos costumes, a retidão da política, o bom entendimento com os povos vizinhos, a paz construtiva"[50].

À vida universitária pertence o saber científico e a investigação. Pio XII contempla-os, nos seus múltiplos ramos, como coisa maravilhosa. "Que esplêndido adorno da pessoa é a ciência aprofundada, possuída e, portanto, utilizada para o bem dos demais! […] Poucos outros bens terrenos se podem equiparar a ela no aperfeiçoamento do homem"[51].

Mas o saber científico não é tudo. Não pode "saciar plenamente" e "não sabe responder a todos os problemas e dificuldades". Por isso, "é preciso subir a fontes mais altas, a que o sincero amor da verdade conduz, e à sua posse segura, isto é, às fontes religiosas sobrenaturais"[52]. Considera ser "verdadeiramente funesto que com o surpreendente desenvolvimento

[47] G. ACONE, *La 'paideia' della Chiesa nella cultura occidentale,* 15.

[48] S. GIACINTO, "Pio XII e l'educazione giovanile", 171-172.

[49] PIO XII, *Le armonie tra scienza e fede,* 20 de abril de 1941, in *Atti e Discorsi di Pio XII, III,* Pia Società San Paolo, Roma, 1945*,* 92.

[50] PIO XII, *Agli studenti universitari di Roma,* 15 de junho de 1952, in *Atti e Discorsi di Pio XII, XIV*, Paoline, Roma, 2ª ed. 1956, 214.

[51] *Ibidem,* 215.

[52] *Ibidem,* 216.

das ciências tivesse andado quase paralelamente, na mente de uma parte dos cientistas, o esquecimento das verdades metafísicas"[53].

O Papa denuncia o aspeto negativo da ignorância religiosa, e fala da necessidade de uma sólida formação neste âmbito. "Para Pio XII é sobre a religião que se edifica o homem. Ilumina a razão do educando, e do educador, abrindo-lhe horizontes novos, fazendo compreender que a formação requer ciência e sabedoria, equilíbrio e equidade, amabilidade e testemunho"[54]. Sem educação religiosa, não é possível haver "homem completo".

> "A educação que não procura ser moral e religiosa, fica mutilada na sua parte maior e melhor; descura as faculdades mais nobres do homem; priva-o das energias mais eficazes e vitais, e acaba por deseducar, misturando incertezas e erros com verdade, vícios com virtudes, e mal com bem"[55].

Por isso, há de ser

> "Uma educação sólida e reflexiva, coordenada e perseverante, já que os filhos da Igreja são, frequentemente, chamados a crescer e a viver numa atmosfera que não é cristã; às vezes, pouco humana, e, por outro lado, o mundo moderno oferece a um grande número, largas possibilidades de estudos profanos"[56].

Para tal, é preciso "fugir de certos pequenos manuais, absolutamente insuficientes para homens de cultura, e precaver-se de uma superficialidade que cria desilusões fáceis a quem se contenta, por exemplo, com meras fórmulas mnemónicas"[57]. Educar é cultivar as faculdades físicas, intelectuais, psicológicas, morais. A "cultura religiosa" precisa de se juntar a estas, para dar "plenitude" e "unidade".

> "É um erro muito frequente, restringir a instrução e a educação religiosa a um tempo determinado, mesmo com programas completos e sabiamente organizados. A verdadeira educação cristã exige

[53] *Ibidem,* 218.

[54] N. GALLI, *L'educazione nell'insegnamento sociale della Chiesa*, 200.

[55] PIO XII, *Al congresso interamericano di educazione cattolica*, 5 de agosto de 1951, in *Atti e Discorsi di Pio XII,* XIII, Paoline, Roma, 2ª ed., 1956, 199.

[56] «Voeux et consignes du Souverain Pontife au premier congrès national de l'enseignement religieux», 9 de abril de 1955, *La Documentation Catholique,* nº 1198, mai de 1953, 524.

[57] PIO XII, *L'uffici degli assistenti ecclesiatici per una salda formazione religiosa dei giovanni*, 30 de setembro de 1953, in *Discorsi di SS. Pio XII agli educatori ed ai giovanni,* AVE, Roma, 1956, 93-94. Usamos esta edição por falta do volume XV de *Atti e Discorsi,* de 1953.

> bem mais do que isso; deve ser uma atividade contínua, permanente, progressiva. Deve impregnar todo o ensino, mesmo o profano, penetrar até ao fundo da alma. Consiste, para lá da exposição metódica da doutrina, em ver e fazer ver todas as coisas à luz da grande e divina verdade. […] Mas a educação seria ainda incompleta, se atingisse apenas uma parte do seu fim, isto é, se se limitasse a buscar o bem pessoal, físico e moral, temporal e eterno dos alunos. Deve formá-los e prepará-los para exercerem, no seu tempo e na sua geração, ou melhor, nas gerações futuras, uma ação salutar, de modo a passarem pelo mundo deixando-o melhor do que o encontraram"[58].

O Papa refere-se frequentemente à harmonia entre o saber científico e o religioso. A um grupo de estudantes universitários diz:

> "O que mais garante estima e crédito à palavra e à verdade, é a concordância entre o vosso aperfeiçoamento intelectual e o vosso aperfeiçoamento moral e espiritual. […] Um verdadeiro intelectual, um verdadeiro professor, um verdadeiro jurista, um verdadeiro médico, só poderão estar firmes, com segurança e plenitude, no caminho e na dignidade da sua profissão, se tiverem uma forte vida interior, um sentido delicado do dever"[59].

A fé que não cresce com o crescer da idade, depressa se revelará insuficiente para orientar a vida.

> "É necessário que na vossa mente e na vossa alma não haja um desequilíbrio entre a vossa cultura religiosa e a vossa cultura universitária, geral e especial. […] Os vossos conhecimentos da moral, do culto e da vida interior católica, não devem elevar-se a um nível proporcionado aos vossos conhecimentos científicos em direito, história, letras, biologia?"[60]

Noutro discurso coloca a mesma questão em termos diferentes. Há um facto que faz refletir. Chega-se à Universidade "crente e piedoso". Lá, "sofre-se uma crise, que, pouco a pouco, acaba na indiferença religiosa ou noutras formas, mais ou menos explícitas, de ateísmo"[61]. Entre várias causas desta realidade, avulta a seguinte: "as verdades religiosas foram apresenta-

[58] PIO XII, *Nel primo centenario del collegio di S. Giuseppe di Roma,* 5 de maio de 1951, in *Atti e Discorsi di Pio XII, XIII,* Paoline, Roma, 2ª ed., 1956, 87-88.

[59] PIO XII, *Le armonie tra scienza e fede,* 98-99.

[60] *Ibidem,* 97.

[61] PIO XII, *Agli studenti universitari di Roma,* 216-217.

das na infância e na adolescência de maneira correspondente à idade. Agora, os jovens chegaram à maturidade intelectual, que permite compreender os problemas em dimensões mais profundas"[62]. É preciso, pois, "aperfeiçoar, cada vez mais, a compreensão intelectual da fé"[63].

Apesar de haver "separação do pensamento cristão, num considerável número homens de alta cultura"[64], há também aqueles para quem "as surpresas das descobertas da ciência e as exigências do momento, não conseguiram desorientar, […] pois estão certos e convictos de que entre ciência e fé, entre as conclusões definitivas daquela e os dados desta, não se verifica oposição irredutível"[65]. Nem se trata de conhecimentos sobrepostos ou acumulados. Esclarece o Papa:

> "Um ensino, mesmo irrepreensível, em todos os ramos do saber, completado até por uma instrução religiosa superior, não basta. Todas as ciências têm direta ou indiretamente, alguma relação com a religião. Não apenas a teologia, a filosofia, a história, a literatura, mas todas as outras ciências, jurídicas, médicas, físicas, naturais, cosmológicas, paleontológicas, filológicas"[66].

Fé e ciência caminham juntas. "A fé não humilha os talentos […]. Perante a verdade e a veracidade de Deus", engrandece-os "no acordo admirável da ciência da razão com a ciência divina"[67]. "Que é o sábio, o escritor, o mestre, o orador, o intelectual em geral, senão, numa medida mais ou menos alta, um homem, de algum modo, enviado por Deus para dar testemunho da luz?"[68]. A convicção de Pio XII é bem clara:

> "A infatigável dedicação ao serviço da ciência, a luta para a conquista de conhecimentos cada vez mais perfeitos, não menos do que a sua aplicação sistemática às exigências sempre crescentes da vida, não só material e económica, mas também moral e religiosa, constituem uma missão a que as classes dirigentes no campo científ-

[62] *Ibidem,* 218.

[63] *Ibidem*.

[64] PIO XII, *Le armonie tra scienza e fede,* 93-94.

[65] PIO XII, *Ai dirigenti, professori e studenti degli Istituti Cattolici di Francia,* em 22 de setembro de 1950, in *Atti e Discorsi di Pio XII,* XII, Paoline, Roma, 1954, 239.

[66] *Ibidem,* 237.

[67] PIO XII, *Le armonie tra scienza e fede,* 94.

[68] PIO XII, *Alla missione universitaria francese,* 16 de abril de 1949, in *Atti e Discorsi di Pio XII,* XI, Paoline, Roma, 3ª ed., 1956, 95.

fico, não podem eximir-se, sem que daí resultem danos irreparáveis para o país e para o povo"[69].

O Papa propõe o conhecimento aprofundado e alargado da doutrina cristã em todos os domínios e sob todos os aspetos.

5. Educação para a vida cívica

Na encíclica inaugural, Pio XII refere que a "crise" que poderia levar à guerra era de matriz espiritual e tinha origem na descristianização coletiva e individual. Então, a necessária reconstrução moral, espiritual, política, jurídica e económica, em vista de uma nova ordem social, sobretudo depois da guerra, devia contar com a presença dos cristãos. De "homens que estão intimamente inseridos na vida económica e social, que participam no governo, nas assembleias legislativas"[70]. Particular relevância tem os profissionais de algumas áreas:

> "O professor, o educador, o escritor, o médico, o enfermeiro. […] A ação social, quer dizer, apostólica do jurista, do oficial, do engenheiro […]. A dignidade do cristão, unida à dignidade profissional, revela-se e reveste-se de uma força influente e eficaz […] na obra da reconstrução social e cristã"[71].

O Papa procura promover a formação do "profissional cristão", a nível do conhecimento técnico-científico, como da vida de fé e da cultura religiosa. Algumas matérias tiveram muita incidência: a educação, os saberes científicos, o direito, a ciência política, a saúde, indicando a sua relação com a fé e valores e princípios de ética e da ética cristã, em temáticas tradicionais, e noutras que, entretanto, apareciam. Destacamos a importância da atuação cívica e da necessária formação que ela postula.

Em plena guerra, na mensagem de Natal de 1942, dedicada em grande parte à "ordem interna das nações", faz uma crítica cerrada aos regimes totalitários e indica "cinco pontos fundamentais para a pacificação da sociedade humana": a "dignidade e direitos da pessoa humana", a "defesa da

[69] PIO XII, *Ai congressisti della società italiana per il progresso delle scienze,* 2 de outubro de 1942, in *Atti e Discorsi di Pio XII,* IV, Paoline, Roma, 1955, 244-245.

[70] PIO XII, *Ai partecipanti al II Congresso mondiale per l'apostolato dei laici,* 5 de outubro de 1957, in *Atti e Discorsi di Pio XII,* XIX, Paoline, Roma, 1958, 231.

[71] PIO XII, *La collaborazione degli uomini dell'Azione Cattolica alla rinascita spirituale della società,* 20 de setembro de 1942, in *Atti e Discorsi di Pio XII,* IV, Paoline, Roma, 1955, 227 e 229.

unidade social e particularmente da família", a "dignidade e prerrogativas do trabalho", a "reintegração do ordenamento jurídico" e a "conceção do Estado segundo o espírito cristão"[72].

Dois anos depois na mensagem do mesmo dia, entrevê em alguns acontecimentos uma "aurora de esperança". Para a reconstrução e refere expressamente à "democracia". Diz que os povos "se opõem com maior empenhamento ao monopólio de um poder ditatorial, inapelável e intangível, e pedem um sistema de governo que seja mais compatível com a dignidade e a liberdade dos cidadãos"[73]. Uma democracia "verdadeira e sã" deve começar pelo reconhecimento de que na vida social a pessoa é "o sujeito, o fundamento e o fim"[74]. Pio XII procura

> "Favorecer a sério a completa realização da pessoa. A democracia deveria conduzir os cidadãos a descobrir e a viver uma experiência de povo e não de massa. No seu entender, o povo era uma unidade viva de pessoas responsáveis, conscientes da liberdade e da dignidade dos outros, não menos que da própria. A massa apresentava-se-lhe, pelo contrário, como um aglomerado amorfo de indivíduos preocupados em afirmar a sua singularidade, mas prontos, depois, a deixar-se manipular por quem soubesse explorar dos seus instintos e paixões"[75].

A Igreja há de ter uma parte ativa na construção da democracia[76], esclarecendo e recordando princípios que são da sua doutrina social.

> "O povo é chamado ao tomar parte, cada vez mais importante, na vida pública da nação. Tal participação comporta responsabilidades graves. Decorre daí a necessidade, para os fiéis, de terem conhecimentos claros, sólidos e precisos sobre os seus deveres de ordem moral e religiosa, do exercício dos direitos civis, e, de modo particular, do direito de voto"[77].

---

[72] Pio XII, *Radiomessaggio natalicio,* 24 de dezembro de 1942, in *Atti e Discorsi di Pio XII,* IV, Paoline, Roma, 1955, 312-320

[73] PIO XII, *Ai popoli del mondo intero; radiomessagio natalicio*, 24 de dezembro de 1944, in *Atti e Discorsi di Pio XII,* VI, Pia Società San Paolo, Roma, 1945, 165.

[74] *Ibidem,* 166-167.

[75] L. PAZZAGLIA, *Democrazia e formazione socio-politica negli insegnamenti pontifici,* in N. GALLI (org*.), L'educazione cristiana negli insegnamenti degli ultimi pontifici da Pio XI a Giovanni Paolo II,* Vita e Pensiero, Milano, 1992*,* 440.

[76] Cfr PIO XII, *Ai popoli del mondo intero; radiomessagio natalicio*, 167-174.

[77] PIO XII, *Ai presidenti diocesani dell'Azione Cattoloca italiana*, 20 de abril de 1946, in *Atti e Discorsi di Pio XII,* VIII, S.A.S, Roma, 188-189.

Insistia também para que o bem comum fosse colocado em lugar bem alto e que os cristãos fossem ativos na sociedade.

> "Se é verdade que num estado democrático a vida cívica impõe altas exigências de maturidade moral dos cidadãos, não se deve ter medo de reconhecer que muitos entre os que se dizem cristãos têm uma parte de responsabilidade na perturbação atual da sociedade. Eis alguns aspetos a corrigir e para citar os mais notórios: a indiferença pelos assuntos públicos que se traduz, entre outras coisas, na abstenção eleitoral que traz consigo graves consequências, na evasão fiscal com as suas repercussões na vida moral, no equilíbrio social e na economia nacional, na crítica estéril da autoridade e na defesa egoística dos privilégios, em prejuízo do interesse geral. Na reação necessária contra tal estado de coisas, o católico deve dar o exemplo"[78].

Os que detêm poder no estado democrático hão de cumprir "As suas obrigações de ordem legislativa, judicial ou executiva com a consciência da sua responsabilidade, com objetividade, imparcialidade, lealdade, generosidade, incorruptibilidade, sem as quais um governo democrático dificilmente conseguirá obter o respeito, a confiança e a adesão da parte melhor do povo"[79].

Mas não se trata só de comportamentos individuais, já que "a falta de virtudes de cidadania, de individual passa depressa a coletiva". Refere-se à "Constituição de grupos de interesses, poderosos e ativos […], quer se trate de organizações patronais, quer de sindicatos, de grupos económicos, de associações profissionais ou sociais, [que] adquiriram uma força capaz de lhes permitir condicionar o governo e a vida da nação. Em relação a estas forças coletivas, muitas vezes anónimas, e que às vezes, por um motivo ou outro, ultrapassam as fronteiras do país, assim como os limites da sua competência, o Estado democrático, criado pelas normas liberais do século XIX, tem dificuldade em dominar as funções cada dia mais vastas e mais complexas"[80].

O Estado democrático, por outro lado, exige o respeito pela autoridade e pela lei, ao mesmo tempo que espírito crítico. A educação para a cidadania deve formar para conjugar a consciência da liberdade pessoal com o sentido da legalidade. Dirigindo-se aos educadores, o Papa diz-lhes que também é

[78] PIO XII, *Per la XLI settimana sociali di Francia,* 14 de julho de 1954, in *Atti e Discorsi, di Pio XII,* XVI, Paoline, Roma, 1955, 200.

[79] PIO XII, *Ai popoli del mondo intero; radiomessagio natalicio*, 171-172.

[80] PIO XII, *Per la XLI settimana sociali di Francia,* 201.

âmbito da sua ação, a educação cívica a dos alunos. "Dai-lhes a consciência da própria personalidade, e, portanto, do maior tesouro que é a liberdade. Formai também o seu espírito para a crítica sã, mas, ao mesmo tempo, infundi-lhes o sentido da humildade cristã, da adequada submissão às leis e do dever de solidariedade"[81]. São as virtudes da participação responsável, sentido do bem comum e lealdade institucional.

A dedicação ao "serviço dos superiores interesses do povo" exige qualidades morais e capacidades técnicas. "A capacidade não se improvisa e não basta contentar-se com aptidões naturais, sob pena de engrossar o número dos idealistas, por vezes dotados das intenções mais honestas, mas distraídos pelas ilusões mais funestas. É preciso o estudo, é preciso a experiência"[82]. E noutra ocasião: "sem a capacidade técnica, nenhuma vontade honesta será suficiente para reger devidamente qualquer administração"[83].

Uma última questão que queremos pôr em destaque é a autonomia dos saberes, da política, da arte, das ciências. O papa Pio XII coloca-a do seguinte modo: "há muitos que, hoje em dia, querem excluir a lei moral da vida pública, económica e social, da ação dos poderes públicos, […] como se Deus nada tivesse a dizer"[84].

> "A emancipação, em relação à moral, das atividades externas, como as ciências, a política, a arte, encontra, por vezes, motivação na filosofia, pela autonomia que lhes pertence no seu campo de se governarem exclusivamente segundo as suas leis próprias, mesmo se se admite que estas colidam ordinariamente com as morais"[85].

A esta posição responde:

> "É, com se vê, um modo subtil de retirar as consciências ao império das leis morais. Na verdade, não se pode negar que tais autonomias sejam justas, enquanto exprimem o método próprio de cada uma das atividades e os limites que separam as suas diferentes formas em sede teórica. Mas a separação de método não deve significar que o cientista, o artista, o político, estejam libertos de solicitações morais no exercício das suas atividades, especialmente se elas têm reflexos imedia-

[81] PIO XII, *Ai congressisti dell'unione cattolica italiana insegnati medi,* 225.

[82] PIO XII, *Ai giovani della* "*Conférence Olivaint",* 27 de março de1948, in *Atti e Discorsi di Pio XII, X,* Paoline, Roma, 3ª ed., 79-80.

[83] PIO XII, *Agli amministratori civici cristiani d'Italia,* 22 de julho de1956, in *Atti e Discorsi di Pio XII,* XVIII/2, Paoline, Roma, 1957, 61.

[84] PIO XII, *A chiusura della "giornata della famiglia",* 64.

[85] *Ibidem,* 64.

tos no campo ético, como a arte, a política, a economia. A separação nítida e teórica não tem sentido na vida, que é sempre uma síntese, porque o sujeito único de todas as atividades é o mesmo homem, cujos atos livres e conscientes não podem fugir de uma avaliação moral"[86].

E explica: "a autonomia teórica em relação à moral, torna-se, na prática, rebeldia contra a moral, e rompe-se igualmente a harmonia inerente às ciências e às artes. […] É essencial, se for considerada a partir do sujeito, que é o homem, e do seu Criador, que é Deus"[87].

BIBLIOGRAFIA

- PIO XII, *Lettera enciclica "Summi Pontificatus*", 20 de outubro de 1939, in *Atti e Discorsi di Pio XII, I,* Paoline, Roma, 1952, 196-240.
- *Le armonie tra scienza e fede,* 20 de abril de 1941, in *Atti e Discorsi di Pio XII, III,* Pia Società San Paolo, Roma, 1945, 90-106.
- *La collaborazione degli uomini dell'Azione Cattolica alla rinascita spirituale della società,* 20 de setembro de 1942, in *Atti e Discorsi di Pio XII, IV,* Paoline, Roma, 1955, 217-234.
- *Ai congressisti della Società Italiana per il progresso delle scienze,* 2 de outubro de 1942, in *Atti e Discorsi di Pio XII, IV,* Paoline, Roma, 1955, 243-246.
- *Radiomessaggio natalicio,* 24 de dezembro de 1942, in *Atti e Discorsi di Pio XII, IV,* Paoline, Roma, 1955, 299-324.
- *Ai popoli del mondo intero; radiomessagio natalicio,* 24 de dezembro de 1944, in *Atti e Discorsi di Pio XII, VI,* Pia Società San Paolo, Roma, 1945, 163-183.
- *Alle congregazioni mariane,* 21 de janeiro de 1945, in *Atti e Discorsi di Pio XII, VII,* Paoline, Roma, 2ª ed., 1954, 20-32.
- *Alla associazione italiana dei maestri cattolici,* 4 de novembro de 1945, in *Atti e Discorsi di Pio XII, VII,* 1945, Paoline, Roma, 2ª ed., 1954, 204-217.

[86] *Ibidem*.

[87] *Ibidem,* 64-65.

- *Al Congresso catechistico di Barcellona,* 8 de abril de 1946, In *Atti e Discorsi di Pio XII, VIII,* S.A.S., Roma, [s.d.], 169-174.
- *Ai presidenti diocesani dell'Azione Cattoloca italiana,* 20 de abril de 1946, in *Atti e Discorsi di Pio XII, VIII,* S.A.S, Roma, 184-191.
- *Ad intellettuali francesi,* 25 de abril de 1946, in *Atti e Discorsi di Pio XII, VIII,* S.A.S., Roma, [s. d.], 192-199.
- *All'Istituto dell'Assunzione,* 19 de maio de 1946. in *Atti e Discorsi di Pio XII, VIII,* 1946, S.A.S., Roma, [s.d.], 218-225.
- *Per la XXIII settimana sociale del Canadà*, 27 julho de 1946, in *Atti e Discorsi di Pio XII, VIII,* S.A.S., Roma [s.d.], 298-301.
- *Ai maestri cattolici italiani,* 8 de setembro de 1946, in *Atti e Discorsi di Pio XII, VIII,* S.A.S., Roma, [s. d.], 324-329.
- *Ad un gruppo di studenti francesi,* 7 de abril de 1947, in *Atti e Discorsi di Pio XII, IX,* Paoline, Roma, 3ª ed., 1956, 89-92.
- *Ai giovani della "Conférence Olivaint",* 27 de março de1948, in *Atti e Discorsi di Pio XII, X,* Paoline, Roma, 3ª ed., 78-81.
- *Per l'opera del Calasanzio,* 22 de novembro de 1948, in *Atti e Discorsi di Pio XII, X,* Paoline, Roma, 3ª ed., 1956, 306-312.
- *Alla missione universitaria francese,* 16 de abril de 1949, in *Atti e Discorsi di Pio XII, XI,* Paoline, Roma, 3ª ed., 1956, 93-96.
- *Al 73° congresso dei cattolici tedeschi,* 4 de setembro de 1949, in *Atti e Discorsi di Pio XII, XI,* Paoline, Roma, 3ª ed., 1956, 212-217.
- *Ai congressisti dell'unione cattolica italiana insegnanti medi,* 6 de setembro de 1949, in *Atti e Discorsi di Pio XII, XI,* Paoline, Roma, 3ª ed.,1956, 218-226.
- *Le norme oggetive del diritto,* 13 de novembro de l949, in *Atti e Discorsi di Pio XII, XI,* Paoline, Roma, 3ª ed., 1956, 276-281.
- *Ai professori e studenti universitari francesi,* 10 de abril de 1950, in *Atti e Discorsi di Pio XII, XII,* Paoline, Roma, ed. 1954, 66-70.
- *Ai partecipanti al congresso internazionale delle scienze amministrative,* 5 de agosto de 1950, in *Atti e Discorsi di Pio XII, XII,* 1954, Paoline, Roma, 1954, 161-164.
- *Ai dirigenti, professori e studenti degli Istituti Cattolici di Francia,* em 22 de setembro de 1950, in *Atti e Discorsi di Pio XII, XII,* Paoline, Roma, 1954, 236-239.

- *Allocuzione all'episcopato,* 2 de novembro de 1950, in *Atti e Discursi di Pio XII, XII,* Paoline, Roma, 1954, 348-360.
- *Al congresso dell' uomini di Azione Cattolica del Portogallo,* 10 de dezembro de 1950, In *Atti e Discorsi di Pio XII, XII,* Paoline, Roma, 1954, 426-434.
- *Agli Istituti "Visconti" e "Massimo" nel IV centenario del Collegio Romano,* 24 de fevereiro de 1951, in *Atti e Discorsi di Pio XII, XIII,* Paoline, Roma, 2ª ed., 1956, 36-42.
- *Nel primo centenario del collegio di S. Giuseppe di Roma,* 5 de maio de 1951, in *Atti e Discorsi di Pio XII, XIII,* Paoline, Roma, 2ª ed., 1956, 85-88.
- *Al congresso interamericano di educazione cattolica,* 5 de agosto de 1951, in *Atti e Discorsi di Pio XII,* XIII, Paoline, Roma, 2ª ed., 1956, 195-201.
- *Alle religiose educatrici,* 14 de setembro de 1951, in *Atti e Discorsi di Pio XII, XIII,* Paoline, Roma, 2ª ed., 1956, 242-250.
- *A chiusura della "giornata della famiglia",* 23 de março de 1952, in *Atti e Discorsi di Pio XII, XIV,* Paoline, Roma, 1956, 56-67.
- *Alle congressiste della "federation mondiale des jeunesses catholiques",* 18 de abril de 1952, in *Atti e Discorsi di Pio XII, XIV*, Paoline, Roma, 2ª ed., 1956, 136-145.
- *Agli studenti universitari di Roma,* 15 de junho de 1952, in *Atti e Discorsi di Pio XII, XIV*, Paoline, Roma, 2ª ed. 1956, 212-220.
- *A los asistentes al V congresso internacional de psicotrapia y de psicologia clinica,* 15 de abril de 1953, in NAVARRO, Santiago, *Pio XII y los médicos,* Coculsa, Madrid, 1961, 173-189.
- *Ai sacerdoti esperti din attività catechistiche e agli studenti partecipenti ao concorso 'Veritas',* 30 de setembro de 1953, in *Discorsi di SS. Pio XII agli educatori ed ai giovanni,* AVE, Roma, 1956, 90-96.
- *Ai congressisti insegnanti medi dell'unione cattolica italiana,* 4 de janeiro de 1954, in *Atti e Discorsi di Pio XII, XVI,* Paoline, Roma, 1955, 15-22.
- *Per la XLI settimana sociali di Francia,* 14 de julho de 1954, in *Atti e Discorsi, di Pio XII, XVI,* Paoline, Roma, 1955, 196-203.
- *All'unione editori cattolici italiani,* 7 de novembro de 1954, in *Atti e Discorsi di Pio XII, XVI,* Paoline, Roma, 1955, 386-389.

- *Nel decennio del sindacato dei cronisti,* 3 de julho de 1955, in *Atti e Discorsi di Pio XII, XVII,* Paoline, Roma, 1956, 198-201.
- *Agli amministratori civici cristiani d'Italia,* 22 de julho de1956, in *Atti e Discorsi di Pio XII, XVIII/2,* Paoline, Roma, 1957, 58-63.
- *Ai partecipanti al II Congresso modiale per l'apostolato dei laici,* 5 de outubro de 1957, in *Atti e Discorsi di Pio XII, XIX,* Paoline, Roma, 1958, 225-248.
- *Ai congressisti delle scuole private europee,* 10 de novembro de 1957, in *Atti e Discorsi di Pio XII, XIX/2,* Paoline, Roma, 1958, 326-330.
- "Vœux et consignes du Souverain Pontife au premier congrès national de l'enseignement religieux", 9 avril, 1955, *La Documentation Catholique,* n. 1198, Mai, 1953, 523-526.
- SUPREMA SACRA CONGREGATIO SANCTI OFFICII, *Instructio de "ethica situationis",* in *AAS,* 48, 1956, 144-145.
- ACONE, G., *La 'paideia' della Chiesa nella cultura occidentale,* in GALLI, Norberto (org.), *L'educazione cristiana negli insegnamenti degli ultimi pontifici da Pio XI a Giovanni Paolo II,* Vita e Pensiero, Milano, 1992, 3-24.
- BENTO XVI, *Un insegnamento inestimabilie: ecco il magistero di Pio XII,* in *Insegamenti di Benedetto XVI, IV/2*, 2008, Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano, 2009, 635-639.
- BEVILACQUA, Gabriele, "Pio XII e l'educazione; appunti circa il magistero pacelliano", *Orientamenti Pedagogici,* Vol. 60/3, 2013, 619-636.
- CAROZZI, Giuseppe, *L'educazione cristiana nell'insegnamento di Pio XII,* Istituto Padano di Arti Grafiche, Rovigo, 1953.
- FERNESSOLE, Pierre *En face du laïcisme contemporain; Sa Sainteté Pie XII et l'education de la jeunesse,* Lethielleux, Paris, 1955.
- FRAIGNEUX, Maurice, *Pio XII e o mundo actual,* Livraria Simões Lopes, Porto, 1955.
- GALLI, Norberto, *L'educazione nell'insegnamento sociale della Chiesa da Pio XII a Giovanni Paolo II,* in *L'insegnamento sociale della Chiesa,* Vita e Pensiero, Milano, 1988, 196-235
- GIACINTO, Sergio, "Pio XII e l'educazione giovanile", *La Scuola Cattolica,* LXXXVII, 1959/3, 161-195.

- GIANETTO, Ubaldo, *Aspetti e problemi dell'educazione cristiana in atto,* In GALLI, Norberto (org.), *L'educazione cristiana negli insegnamenti degli ultimi pontifici, da Pio XI a Giovanni Paolo II,* Vita e Pensiero, Milano, 1992, 63-107.
- GRAHAN, Robert, "L' Enciclica 'Summi Pontificatus'; la strana neutralità di Pio XII", *La Civiltà Cattolica,* 3224, 1984, 137-151.
- PAZZAGLIA, L. *Democrazia e formazione socio-politica negli insegnamenti pontifici,* in GALLI (org.), Norberto, *L'educazione cristiana negli insegnamenti degli ultimi pontifici da Pio XI a Giovanni Paolo II,* Vita e Pensiero, Milano, 1992, 435-484.
- SANI, Roberto, *'La Civiltà Cattolica' e la politica italiana del dopo guerra,* Vita e Pensiero, Milano, 2004.
- TOGNON, G. *Stato e Chiesa nell'educazione; Il magistero pontificio da Pio XI a Giovanni Paolo II,* in GALLI, Norberto (org.), *L'educazione cristiana negli insegnamenti degli ultimi pontifici, da Pio XI a Giovanni Paolo II,* Vita e Pensiero, Milano, 1992, 179-217.
- TORNIELLI, Andrea, *Pio XII, Eugenio Pacelli un uomo sul trono di Pietro,* Mondadori, Milano, 2008.



Os Católicos e a Política[1]

Prof. José Filipe Pinto[2]

Começo por agradecer ao Instituto Superior de Teologia de Évora, na pessoa do Presidente do Conselho Diretivo, padre Dr. José Morais Paulos, o convite que me endereçou para marcar presença nestas Jornadas de Atualização do Clero das Dioceses do Sul. Um convite tão honroso que me levou a cometer a imprudência de o aceitar. Algo que decorre da natureza humana, embora, como ensina São Tomás, Deus nunca abandona a sua criação.

Com esta comunicação pretendo mostrar que, malgrado a secularização que foi imposta, sobretudo no Ocidente, os católicos devem desempenhar uma intervenção ativa na política das suas comunidades. Um papel que, embora não a excluindo, não se deve circunscrever à militância partidária. Afinal, há uma realidade feita de muitas carências e potencialidades para além dos partidos.

Como forma de mostrar a acuidade da participação política dos católicos na política, o ensaio traça uma visão contextualizante do Mundo atual e procura mostrar de que forma a Igreja tem procurado adaptar-se aos tempos. Reflete, também, sobre a pertinência de enquadrar a participação política dos católicos nos mandamentos da sua religião, uma vez que a aceitação das Tábuas de Moisés pressupõe a recusa voluntária da liberdade de consciência para agir contra as mesmas. Afinal, não se pode ser católico e defender,

[1] Comunicação apresentada na nas Jornadas de Atualização do Clero das Dioceses a Sul do Tejo, realizadas em 31JAN2018, no Instituto Superior de Teologia de Évora, presidindo ao seu Conselho Directivo, o Senhor Padre Dr. José Morais Paulos;

[2] Professor Catedrático com Agregação, na Universidade Lusófona. Investigador Coordenador do CICPRIS onde é co-coordenador de um projecto financiado pela FCT. Director da Licenciatura e do Mestrado em Sociologia. Autor de várias obras, com destaque para as questões relacionadas com os populismos e a Europa;

na vida social e política, comportamentos que põem em causa a religião professada.

Não se trata de um regresso à discussão inicial do catolicismo no sentido de clarificar o que pertence a Deus e o que é devido a César. Trata-se de algo mais profundo. Saber de que forma o católico deve contribuir para que as decisões tomadas no âmbito de um Estado laico respeitem os princípios da Doutrina Social da Igreja. Algo que não tem vindo a ser devidamente acautelado, como prova o elevado número de pessoas em risco de pobreza e de exclusão social. Só em Portugal, em 2016, eram quase 2,6 milhões de cidadãos. Uma realidade que desafia o primeiro princípio da nossa Doutrina Social. Aquele que estipula que todo o homem é pessoa. Por isso, a morte continua a preferir os pobres.

Uma afirmação proferida na Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas, em 1965, quando, pela vez primeira, o sucessor de Pedro discursou na Na conjuntura atual, o Mundo vive a inquietação decorrente do facto de ainda não ter encontrado resposta para as questões colocadas pelo globalismo. A ausência de referência anterior não permitiu a criação de um modelo que faça jus às palavras de Paulo VI: o desenvolvimento é o novo nome da paz.

Casa da Humanidade. A única casa em que todos falam com todos e em voz própria, apesar do legado maquiavélico presente no Conselho de Segurança.

Um ato que se repetiria em 1979 e 1995 com João Paulo II, em 2008 com Bento XVI e em 2015 com Francisco. Três Papas e quatro discursos. Uma prova inquestionável da importância que a comunidade internacional voltou a reconhecer à Igreja Católica depois de, como Adriano Moreira (2001, p.273) afirma, "no conflito com o Estado demo-liberal", a Igreja ter sido "a expulsa", uma vez que não foi ela que tomou "a iniciativa do afastamento".

No respeito pelo princípio que manda dar a outra face, a Igreja, através do Papa, respondeu ao convite dos representantes dos povos. Tal como tinha respondido ao chamamento dos europeus da vertente ocidental quando estes resolveram deitar-se ao largo. É novamente Adriano Moreira (2001, p. 272) quem lembra que quando "o Estado laico e liberal" se lançou " na construção de impérios coloniais modernos", nessa tarefa não dispensou "a colaboração das instituições religiosas que repudiou nas metrópoles". Daí que, em rigor, se deva falar de uma igreja nas metrópoles e de outra igreja nas colónias.

Um esquecimento muito bem lembrado quando surgem vozes a pôr em causa o contributo cristão inclusivamente na construção da matriz europeia.

Vozes que também já declararam o fim das religiões e a laicidade totalizante, sem atender a dois elementos.

Em primeiro lugar, a Humanidade sente necessidade de ancorar a sua confiança nas grandes narrativas, nas doutrinas. Na realidade, saber e conhecimento não funcionam como sinónimos e o conhecimento adquirido não traz implícita a forma como irá ser utilizado. Talvez porque a coruja da sabedoria só levanta voo ao anoitecer. Daí a insegurança mundial numa fase em que o homem dispõe de um nível de conhecimento tão elevado. Acreditar nos progressos da ciência não permite dispensar, bem pelo contrário, a reflexão sobre os valores.

Em segundo lugar, em várias partes do Mundo, sobretudo em áreas de maioria islâmica, os modelos políticos ainda conservam a validade clássica baseada na falta de distinção entre as esferas política e religiosa. Uma realidade com implicações diretas em todos os setores da vida social e com reflexos nas relações regionais e internacionais. Daí a existência de um terrorismo global dito religioso, iniciado na sequência da revolução que, em 1979, levou o aiatola Khomeini ao Poder no Irão.

Um Mundo inseguro e onde a democracia está em retrocesso. De facto, de acordo com o Índice de Democracia elaborado pelo *The Economist,* em 2016 só havia 19 democracias completas. Um número muito inferior ao das democracias incompletas – 57, dos regimes híbridos – 40 e dos regimes autoritários – 51. Se for tomada em linha de conta a distribuição geográfica dos regimes, ficam dúvidas sobre as palavras de Yadh Ben Achour, em 2011, quando afirmou que a democracia não era nem ocidental nem oriental, nem asiática nem africana, porque estava na constituição psíquica de todo o ser humano. A menos que a categoria não abranja muitos daqueles a quem calhou em sorte conduzir os respetivos povos.

Um Mundo onde o populismo está em crescendo, situação que já permitiu a eleição de um líder populista no país que se considera a casa no alto da colina. Uma situação preocupante a nível interno e, sobretudo, externo, pois o multilateralismo que se pretende construir vai assentar em vários pilares populistas, uma vez que todos os partidos comunistas são populistas e totalitários. Populismos de esquerda ou de direita, mas sempre com a mesma intenção: servirem-se do povo para alcançar a hegemonia. Uma luta que dispensa o diálogo, pois faz do antagonismo interno entre dois grupos pretensamente homogéneos – o povo e a elite – a razão do conflito.

Um perigo já presente em vários países membros da União Europeia, uma vez que os governos de quatro Estados – Hungria, Polónia, Grécia e Áustria – já são liderados por partidos populistas. Sem contar que há outros países, como a Finlândia, onde os populistas integram a coligação governamental e que, em Portugal, três partidos populistas servem de apoio parlamentar ao governo socialista.

Partidos populistas que, quando é do seu interesse, não revelam a mínima hesitação em invocar a tradição católica ou cristã do país. Da mesma forma que não hesitam em negar ou desvalorizar essa tradição em nome de uma laicização exacerbada. O Fidesz de Víktor Orbán é um bom – no caso, mau – exemplo do primeiro caso. A Frente Popular de Marine LePen ilustra o segundo. A França, que já se autoconsiderou cristianíssima, decidiu, em fevereiro de 2004, por 494 votos a favor, 36 contra e 31 abstenções, a proibição nas escolas públicas de símbolos religiosos ostensivos, como o crucifixo. Uma proibição que contempla todas as religiões e que traz à memória o jacobinismo do século XVIII. Uma forma populista de capitalizar o descontentamento e a insegurança que decorrem da utilização indevida que um número reduzido de fundamentalistas faz da religião. Uma medida que, em nome do direito à liberdade, acaba por condicionar uma manifestação da liberdade religiosa.

E como se tem adaptado a Igreja face à anarquia madura mesclada de elementos totalitários ou autoritários? Um Mundo onde o centro não faz questão de lembrar que no princípio era o verbo, mas insiste em hierarquizar os países em função da verba. Um Mundo dominado por uma espécie de teologia do mercado que coloca o dinheiro como finalidade da existência. Uma realidade que o Papa Francisco não se cansa de denunciar. Uma degenerescência que vem de trás. Por isso, há que inventariar algumas das respostas dadas pela Igreja face a uma situação social que não se coaduna com os seus princípios e valores.

Ora, uma dessas respostas foi a encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII, datada de 1891, porque o Papa percebeu que não era "apenas o aparelho político liberal" que se afastava da Igreja. Era também "a sociedade civil que se encontra[va] em vias de ser ocupada por uma nova força que nega[va] a divindade e considera[va] a própria Igreja como inimiga" (Moreira, 2001, p. 274).

De facto, a publicação em 1848 do Manifesto Comunista de Marx e Engels tinha apontado aos proletários um caminho que excluía completamente a participação da Igreja. Algo cujo alcance não foi descortinado por alguns setores clericais. Por isso, houve quem pedisse a Deus que o papado

fosse curto. Uma revisitação de São Tomás de Aquino quando dizia que quando não havia esperança, o povo devia recorrer a Deus para que transformasse o tirano, lhe tirasse o poder ou o tirasse deste mundo.

Deus não quis ouvir essas preces e o papado durou 25 anos. Tempo suficiente para Leão XIII ser visto pelos setores retrógrados ou conservadores como um franco-mação. Uma situação que consubstancia, por um lado, a resistência à mudança e, por outro, o desconhecimento da incompatibilidade entre a figura papal, a fiel depositária dos mandamentos, e a pertença maçónica com o consequente reconhecimento da liberdade de pensamento e a recusa de dogmas.

O Papa não tinha dúvidas de que a Igreja teria de reclamar o espaço a que se julgava com direito. Aliás, já em 1888 tinha incitado, na encíclica *Libertas,* "os católicos a participar na vida pública, ainda que o aparelho do Poder professe uma filosofia contrária aos ideais cristãos" (Moreira, 2001, p. 273). Uma frase a fazer lembrar a resposta do Bispo de Silves, Dom Jerónimo Osório, que, quando questionado sobre a hipótese de Filipe II se tornar rei de Portugal, se limitou a dizer: ao presente não vejo outro remédio.

Porém, o fim do reconhecimento de um direito secular não foi acompanhado da demissão no que concerne à responsabilidade. Na realidade, com o advento do iluminismo, do liberalismo e do marxismo, já não era possível à Igreja falar ao ouvido de César. Porém, continuava a ser possível dirigir-se aos fiéis, até para que não abjurassem a sua fé atraídos pelos cantos libertários que celebravam a deusa razão ou materialistas e ateus que consideravam a religião como o ópio do povo.

É um facto que Leão XIII e os papas seguintes não conseguiram obstar a que o comunismo ateu se implantasse numa vasta zona do globo e que países tradicionalmente católicos optassem pela via conflitual com a Igreja. No entanto, um ativo permaneceu. A Igreja passou a dispor de uma Doutrina Social. Assente em pilares que João Paulo II viria a reforçar durante o seu papado. A complexidade crescente de que falava Teilhard de Chardin a fazer-se sentir.

Em boa-fé, ninguém poderia acusar a Igreja de se ter demitido da sua função e de não promover uma verdadeira reflexão interna. A exemplo do que aconteceria no concílio Vaticano II. Um concílio em que a reflexão não incidiu sobre a premissa maior da Fé, mas sobre a forma cristã de atuação face aos problemas que então se faziam sentir. Problemas que, na sua essência, não se afastavam muito daqueles que tinham caraterizado a situação social resultante da Revolução Industrial. A dignidade humana colocada em causa. Uma situação que volta a fazer-se sentir na presente conjuntura por

força da influência que os grupos económicos exercem sobre os órgãos eleitos para exercerem o poder. Não será por acaso que Joseph Nye Jr. afirma que, nos Estados Unidos da América, já não está em uso efetivo a fórmula: um homem, um voto.

A atenção que a Igreja devota à dignidade da pessoa humana e a denúncia patente em várias encíclicas, cartas encíclicas e declarações do seu representante máximo – esta economia mata, avisa Francisco – sobre a exploração capitalista exercida sobre quem trabalha fazem com que seja acusada de ser de esquerda. O reverso da medalha relativamente ao que aconteceu aquando da criação da dicotomia esquerda-direita na França revolucionária.

Ora, convirá dizer que a Igreja católica não é de esquerda nem de direita, embora, como Adriano Moreira (2001, p. 276) esclarece, "os católicos é que, no mundo político, podem optar e agir nesse contexto". A escolha é individual e não resulta de uma indicação explícita da Igreja. Cada católico decide, em nome próprio, sobre a sua filiação ou simpatia partidária. Uma opção livre, mas não na totalidade do sentido da palavra. Na verdade, se a não-existência de um partido confessional deixa margem de manobra para a decisão individual, não é menos verdade que a opção deverá ser condicionada pelos princípios e pelos valores.

Benjamin Constant, em 1819, ao comparar a liberdade dos antigos com a liberdade do seu tempo, reconheceu que "a faculdade de escolher a sua própria religião, que concebemos como um dos direitos mais preciosos, pareceria aos antigos um crime e um sacrilégio", pois o corpo social "interpunha-se e constrangia a vontade dos indivíduos". A religião, mesmo não se interpondo diretamente, não deixa de se revelar importante no momento da escolha individual.

Pode um católico ser parte integrante de um partido ou movimento que recuse a criação e reduza todo o processo a uma mera construção humana? Um partido que privilegie a matéria e o materialismo histórico que apaga intencionalmente a intervenção divina? A resposta parece óbvia, a menos que o católico deixe de justificar essa designação. Uma verdade que também é válida para os materialistas que se consideram com direito à comunhão. Talvez por desconhecerem que, como consta na Bíblia, ninguém pode servir a dois senhores. No caso, a Deus e ao dinheiro.

E o que devem fazer os católicos para que a Terra volte a ser a casa comum dos homens? Muito, se assumirem por inteiro a condição de católicos. De facto, mesmo acreditando que a felicidade é um estado de alma

passageiro, não há justificação para tanta infelicidade. Tanto inferno na Terra.

Por isso, na impossibilidade real de um católico, a nível individual, resolver os grandes problemas mundiais, há que dar um contributo para minimizar o sofrimento a que, tantas vezes, fechamos os olhos e o coração. Aquele que é indisfarçável nas ruas que pisamos, mas que não convive connosco porque fingimos desconhecê-lo. Uma revisitação da utópica cidade perfeita traçada por Platão onde a deficiência era escondida. Tal como a doença. A cura rápida exigida. Ou a morte, igualmente célere. As duas únicas soluções que acautelavam os direitos da cidade. Uma ideia que persiste na atualidade, como prova a legalização da eutanásia. Depois de anos a lutar no sentido do aumento da esperança de vida parece chegado, segundo alguns Césares e respetivos prosélitos, o momento de ser o homem a colocar um ponto final numa decisão que só deveria caber a Deus.

Na Constituição Portuguesa, a alínea c) do ponto 1 do artigo 160 estipula a perda de mandato do deputado que se inscreva em partido diferente daquele pelo qual foi apresentado a sufrágio. O reconhecimento do direito partidário a retirar aquilo que não concedeu. A legalização da eutanásia situa-se num plano semelhante. Com a agravante de ser a vida que está em causa. O bem mais precioso. Aquele de onde tudo decorre.

Um católico não pode ficar indiferente a esta problemática. Tal como não se pode refugiar no desinteresse quando outras questões estruturantes da vida humana, como a legalização do aborto, estão em discussão.

Um católico tem o dever de intervir. A título individual e, sobretudo, a nível coletivo seguindo, por norma, o modelo dos círculos concêntricos, iniciado pelo de menor raio, o nuclear, a família. Depois virá a vizinhança. Seguir-se-ão as coletividades e instituições, a cidade, a nação…

Afinal, como Aristóteles defendia, numa altura em que ainda não havia partidos, o homem é um animal político. Por isso só se realiza na relação com os outros e quando coloca a ação individual ao serviço da comunidade. A ideia que presidiu à teorização feita por Ferdinand Tonnies e que levaria Malraux a definir a Nação como uma comunidade de sonhos.

Em qualquer desses espaços, há que resistir à acomodação. Importa assumir a obrigação relativamente às obras de caridade. Às materiais e às espirituais. Uma realidade difícil. Basta ver a forma como a Europa cristã assume o dever de acolher os refugiados e a Europa económica coloca entraves e levanta muros à sua entrada. Com a agravante de as duas Europas ocuparem o mesmo espaço geográfico.

São Tomás Morus, o padroeiro dos políticos, afirmou que se Deus não nos guardar mais do que a justiça, ninguém se salva. Uma afirmação difícil de questionar atendendo à natureza humana. Ser feito à imagem e semelhança de Deus não é suficiente para que o homem caminhe sempre "pelas vias do direito" (Pr 9,20).

Ser católico representa uma escolha consciente. Um exercício diário de cidadania. Não dispensa a palavra, mas não olvida que são as ações que rezam por nós. Por isso, ser católico exige atos. As únicas ações que, como defende Manuel Patrício, estão "à altura do estatuto ontológico do homem".

No altar, as velas, à medida que dão luz, vão desaparecendo. A regra decorrente da dimensão física. Na vida, os atos desafiam o tempo. Iluminam gerações.



INSTITUTO DOM JOÃO DE CASTRO

ÓRGÃOS SOCIAIS

CONSELHO DE FUNDADORES

Prof. Doutor Adriano José Alves Moreira – *Presidente*

ASSEMBLEIA-GERAL

Prof. Doutor Adriano José Alves Moreira – *Presidente*
Prof.ª Doutora Maria Regina C. Flor e Almeida – *Vice-Presidente*
Vice-Almirante João Manuel Lopes Pires Neves – *Secretário*

DIRECÇÃO

Vice-Almirante António Carlos Rebelo Duarte – *Presidente*
Margarida Lima Mayer – V*ogal*
Amaro de Oliveira Santos – *Vogal*
Prof. Doutor José Fontes – *Vogal*
Vice-Almirante José Manoel Penteado e Silva Carreira – V*ogal e Secretário-geral*

CONSELHO FISCAL

Prof. Doutor António Maria Pinheiro Torres – *Presidente*
Dr. João Maria Abrunhosa Sousa – *Vogal*
Dr. José Luís Pereira Seixas – *Vogal*


Justitia et pax osculatae sunt

O Boletim Roteiros conta com o apoio:

FUNDAÇÃO ENG. ANTÓNIO DE ALMEIDA

FUNDAÇÃO MILLENNIUM BCP